



JOHN MACARTHUR, JR.

A Morte de

PRISÃO,
JULGAMENTO E
CRUCIFICAÇÃO
DE CRISTO
— E O SEU
SIGNIFICADO
REDENTOR

Jesus

A Morte de Jesus © 2003, Editora Cultura Cristã. Originalmente publicado em inglês com o título *The Murder of Jesus*, Copyright © 2000 by John MacArthur, Jr. pela W Publishing, uma divisão da Thomas Nelson, Inc., 501 Nelson Place, P.O.Box 141000, Nashville, TN, 37214-1000, USA. Todos os direitos são reservados.

1ª edição em português — 2003
3.000 exemplares

Tradução
Sachudeo Persaud

Revisão
Claudete Água de Melo
Madalena Torres

Editoração e capa
Magno Paganelli

Publicação autorizada pelo Conselho Editorial:
Cláudio Marra (*Presidente*), Alex Barbosa Vieira,
André Luís Ramos, Mauro Fernando Meister,
Otávio Henrique de Souza, Ricardo Agreste,
Sebastião Bueno Olinto, Valdeci Santos Silva



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – Cambuci
01540-040 – São Paulo – SP – Brasil
C.Postal 15.136 – São Paulo – SP – 01599-970
Fone (0**11) 3207-7099 – Fax (0**11) 3209-1255
www.cep.org.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas
Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Para Joe e Georgia Aleppo

Amados amigos cujo labor incansável pela causa de Cristo é um estímulo constante para mim, e cuja paixão pela verdade ligou os nossos corações.

Sumário



INTRODUÇÃO	11
1 A Conspiração para Matar Jesus	17
Quem Matou Jesus?	17
Nasce a Conspiração	22
Cristo é Ungido para seu Enterro	29
O Traidor Faz seu Acordo	32
2 A Última Páscoa	35
A Última Páscoa Preparada	37
A Festa Celebrada	40
A Ação Maligna Preditada	42
O Traidor Desmascarado	45
Uma Nova Festa Instituída	47
3 Uma Advertência contra a Confiança Exagerada	55
A Insuficiência dos Discípulos	59
A Suficiência Perfeita de Cristo	62
4 A Agonia no Jardim	69
A sua Tristeza	72
A sua Súplica	79
A sua Submissão	82

5 O Beijo do Traidor	87
A Multidão se Aproxima	89
A Ação Maligna é Realizada	92
Uma Matança é Evitada	95
A Fuga dos Discípulos	100
6 O Tribunal Irregular do Sumo Sacerdote	103
Um Julgamento Noturno Covarde	107
Solicitação de Falso Testemunho	113
Uma Tentativa Desesperada para Conseguir que Jesus se Incriminasse	115
Um Veredito Predeterminado	117
Crueldade Implacável	119
7 A Negação de Pedro	121
A base para o Fracasso	124
Derrota Espiritual	131
Arrependimento	137
8 A Manhã da Crucificação	143
A Estratégia do Sinédrio	143
O Suicídio de Judas	148
A Hipocrisia das Autoridades do Templo	154
9 O que Farei com Jesus?	159
A Acusação da Multidão	161
O Veredito de Pilatos	165
O Silêncio de Jesus	167
A Difícil Situação de Pilatos	168
A Vez de Herodes	173

A Hostilidade da Multidão	176
O Consentimento do Governador	180
10 Assassinado no Gólgota	187
O Escárnio	188
A Vergonha	191
A Maldição	194
A Dor	196
A Humilhação	201
11 As Sete Últimas Declarações de Cristo	207
Um Apelo por Perdão	207
Uma Promessa de Salvação	210
Uma Provisão para a Sua Mãe	213
Uma Petição ao Pai	216
Uma Súplica por Alívio	219
Uma Proclamação de Vitória	220
Uma Oração de Consumação	221
12 Toda a Criação Geme	223
O Sol Escurecido	224
O Véu Rasgado	227
O Tremor da Terra	228
Os Mortos Ressuscitados	230
O Centurião Salvo	232
O Drama Terminou	235

Introdução



OS ANOS RECENTES testemunharam um interesse sem precedentes pelo funcionamento interno do sistema judiciário da nossa sociedade. Não muito tempo atrás, a noção de colocar câmeras de televisão ao vivo dentro da sala do tribunal era um assunto altamente controvertido. Agora nós temos a Televisão do Fórum, um canal a cabo inteiramente dedicado a mostrar como a justiça é feita nas salas dos tribunais.

Ou às vezes a *injustiça*. Se a presença de câmeras de televisão nas salas de tribunais deixa qualquer coisa clara, é que o sistema de justiça criminal nem sempre funciona. Mais de um bilhão de espectadores mundiais assistiram à cobertura televisada ao vivo do julgamento por assassinato de O. J. Simpson que se prolongou por um ano (1995). No final, a maioria sentiu que o veredicto era um erro judicial absoluto. (Um julgamento civil subsequente parece ter confirmado a injustiça do veredicto anterior.) Outros casos televisados resultaram igualmente em veredictos controversos. Aqui está a prova viva de que os tribunais humanos não podem garantir justiça perfeita.

Até mesmo antes do advento das câmeras na sala do tribunal, estava claro que os melhores tribunais de justiça terrena às vezes condenavam o inocente ou inocentavam o culpado. Tome, por exemplo, o caso de Randall Dale Adams, que foi condenado e sentenciado à morte em 1977 pelo assassinato de um

policial do Texas. Um documentário de 1988, *The Thin Blue Line*, levantou questões perturbadoras sobre o modo como a lei foi manipulada nesse caso e ajudou a proporcionar ao acusado um novo julgamento apenas horas antes da sua execução, em 1988. Um ano depois ele foi libertado da prisão quando o promotor de justiça retirou todas as acusações contra ele, reconhecendo a falta de qualquer evidência real para condená-lo. Um caso ainda mais perturbador foi o de Kirk Bloodsworth, condenado à morte por estupro e assassinato nos anos 80. Depois de quase uma década na fila da morte, Bloodsworth foi libertado em 1994, quando testes sofisticados de DNA provaram sem dúvida que ele era inocente dos crimes pelos quais ele tinha sido condenado à morte.

Mais recentemente, um policial de Los Angeles admitiu que ele e o seu parceiro atiraram num homem que eles estavam mantendo sob custódia, deixando-o permanentemente paralisado. Depois eles conseguiram “plantar” uma arma para enquadrar o homem numa acusação de agressão. A vítima, Javier Francisco Ovando, foi condenada com base nesse falso testemunho e condenado a 23 anos de prisão. Ele ficou preso por três anos antes que a verdade fosse descoberta. Ele foi libertado de prisão em 1999, quando um dos oficiais da acusação confessou, mas Ovando está confinado a uma cadeira de rodas para o resto da sua vida.

Nós ficamos justamente consternados e enfurecidos com casos como esses, e, contudo, eles não parecem estar diminuindo em número. Quase toda semana, parece que algum novo erro judicial crasso aparece nos programas de televisão dedicados a tratar de casos desse tipo. A confiança dos americanos no seu sistema de justiça criminalista pode estar em seu nível mais baixo.

A desconfiança da sociedade moderna em relação à justiça não é nova. Casos notórios de vítimas inocentes que foram presas ou executadas injustamente enchem as páginas da História, desde o relato bíblico sobre Nabote, que foi falsamente incriminado e executado por Acabe no antigo Israel, aos julgamentos

das feiticeiras da história medieval, chegando aos dias atuais. Por outro lado, a História está também repleta de relatos de pessoas culpadas que foram libertadas sem pagar nada pelos assim chamados tribunais de justiça, desde aristocratas antigos que habitualmente escaparam de ser punidos por assassinato, a chefes de crimes organizados modernos que usam o suborno e a intimidação para manipular o sistema em seu favor.

Claramente, nos tribunais terrenos, a justiça verdadeira foi freqüentemente ilusória. O inocente José definhou numa prisão úmida enquanto sua falsa acusadora, a esposa de Potifar, vivia no luxo egípcio. Nero ateou fogo em Roma para propósitos políticos e falsamente acusou os cristãos do crime; depois, ele aliciou os tribunais romanos para perpetrarem uma matança contra crentes inocentes, castigando-os por um ato que ele mesmo tinha cometido. O clero medieval vivia na devassidão libertina enquanto a Inquisição, uma das extensões da Igreja, aprovava a tortura e a morte de pessoas piedosas acusadas de “heresia”. Com a sanção do Supremo Tribunal, os praticantes de aborto da atualidade rotineiramente matam crianças antes de seu nascimento, enquanto os burocratas do governo gastam bilhões para proteger caracóis e borboletas.

Os tribunais humanos têm uma destreza misteriosa para virar a justiça completamente de cabeça para baixo. O injusto freqüentemente prospera enquanto o íntegro sofre injustamente.

Em nenhum outro exemplo isso é visto mais vividamente do que na prisão, nos julgamentos e na crucificação de Jesus Cristo. Nenhuma vítima de injustiça foi mais inocente que o Filho imaculado de Deus. E, contudo, ninguém jamais sofreu agonia maior que ele sofreu. Ele foi executado cruelmente por homens que abertamente reconheceram a sua irrepreensibilidade. Não obstante, ao mesmo tempo Barrabás, um insurrecionista assassino e ladrão, foi sumariamente libertado. Foi a maior imitação burlesca de justiça que o mundo jamais testemunhará.

Considere os fatos: Jesus Cristo foi a única pessoa verdadeiramente sem pecado que já viveu — o homem mais inocente, inculpável, virtuoso de todos os tempos. Ele “não cometeu peca-

do, nem dolo algum se achou em sua boca” (1Pe 2.22). Ele era “santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores” (Hb 7.26). Mesmo assim, o tormento e castigo que ele sofreu na sua morte foi infinitamente mais abominável que qualquer um já sofreu. Ele agüentou o peso total do castigo pela maldade humana. Ele sofreu *como* se ele fosse culpado dos piores pecados da humanidade. E, no entanto, ele não era culpado de nada.

É fácil contemplar a cruz e concluir que esta foi a pior falha de justiça humana na história do mundo. E foi. Foi um ato cruel, perpetrado pelas mãos de homens ímpios.

Mas essa não é a *toda* a história. A crucificação de Cristo também foi o maior ato de justiça divina já executado. Ela aconteceu de acordo com o “determinado desígnio e presciência de Deus” (At 2.23) — e para o mais alto dos propósitos: A morte de Cristo garantiu a salvação de um número incontável e abriu o caminho para Deus perdoar o pecado sem comprometer seu próprio padrão perfeitamente santo.

Ao ser pendurado na cruz, Cristo não foi apenas uma vítima de homens injustos. Embora assassinado injustamente e ilegalmente por homens cujas intenções eram somente más, Cristo morreu voluntariamente, tornando-se uma expiação para os pecados das próprias pessoas que o mataram. Foi o maior sacrifício já feito; o mais puro ato de amor já realizado; e, por fim, um ato infinitamente mais elevado de justiça divina que toda a *injustiça* humana que representou.

Todo verdadeiro cristão sabe que o Cristo morreu por nossos pecados. Essa verdade é tão rica que apenas a eternidade revelará toda a sua profundidade. Mas na existência mundana de nossa vida cotidiana, nós tendemos a dar pouco valor à Cruz de Cristo. Nós erradamente pensamos a respeito dela como um dos fatos elementares da nossa fé. E então negligenciamos meditar nessa verdade de todas as verdades e perdemos a sua riqueza real. Se por acaso pensamos nela, tendemos a chapinhar muito no canto raso do poço, quando deveríamos estar nos mergulhando diariamente em suas profundezas.

Muitos pensam incorretamente em Cristo como somente uma vítima da injustiça humana, um mártir que sofreu trágica e desnecessariamente. Mas a verdade é que a morte dele era o plano de Deus. Na realidade, era a chave do plano eterno de Deus para a redenção. Longe de ser uma tragédia desnecessária, a morte de Cristo foi uma vitória gloriosa — o ato mais gracioso e maravilhoso que a benevolência divina já realizou em favor de pecadores. É a expressão consumada do amor de Deus por eles.

Contudo, vemos aqui também a ira de Deus contra o pecado. O que também freqüentemente falta em todas nossas canções e sermões sobre a cruz é que ela foi a efusão do julgamento divino contra a pessoa de Cristo — não porque *ele* mereceu aquele julgamento, mas porque ele o suportou em favor daqueles que ele resgataria. Nas palavras de Isaac Watts,

Teriam já se encontrado tal amor e tristeza,
Ou espinhos composto tão rica coroa?

Meu objetivo neste livro é examinar o relato bíblico da prisão, do julgamento e crucificação de Cristo — e ao fazer isso tentar desdobrar o rico significado redentor da obra do nosso Senhor na cruz.

A morte de Cristo é sem dúvida o acontecimento mais importante na história humana. É o ponto focal da fé cristã e será nosso refúgio no juízo final. Conseqüentemente, também deveria ser o santuário principal para a meditação particular de cada crente. Todas as nossas esperanças mais preciosas originam-se na Cruz de Cristo, e assim os nossos pensamentos mais elevados também deveriam estar arraigados nela. É um assunto que não podemos negligenciar ou tratar com descaso. É a vergonha da igreja hodierna que nosso foco esteja fixo tão freqüentemente em outro lugar.

Minha abordagem será examinar a crônica bíblica dos acontecimentos sobre a crucificação como uma narrativa históri-

ca, em vez de lidar estritamente com a doutrina da reconciliação do modo que fazem os teólogos. O relato bíblico oferece ao leitor um assento na primeira fila à medida que o drama se desdobra ao redor de Cristo e os seus discípulos. Assim, nós somos virtualmente colocados no cenário, confrontados de perto com o horror terrível da cruz e também de sua glória majestosa. A cena apresentada a nós é ao mesmo tempo chocante e sublime. É tanto perturbadora quanto inspiradora. Minha oração é que, enquanto lê, a sua atenção seja atraída não somente pela falha total da justiça humana, mas também pela maravilha esplêndida da justiça divina que providenciou a salvação para os pecadores que nunca poderiam ter-se libertado.

Que nós nunca deixemos de dar o devido reconhecimento à Cruz de Cristo ou omitamos sua profundidade. Foi aqui que a graça e a verdade se encontraram; a justiça e a paz se beijaram (Sl 85.10).

“Então, os principais sacerdotes e os anciãos do povo se reuniram no palácio do sumo sacerdote, chamado Caifás; e deliberaram prender Jesus, à traição, e matá-lo.”

Mateus 26.3,4

1

A Conspiração para Matar Jesus



QUEM MATOU JESUS?

Ao longo dos anos o povo judeu tem geralmente carregado o peso da culpa. A expressão “assassinos de Cristo” foi freqüentemente aplicada como um epíteto racial pelos fanáticos mal orientados e pelos instigadores de ódio. E tristemente, a acusação de ter matado Jesus tem sido com freqüência aplicada para justificar tudo, desde crimes de ódio a holocaustos contra o povo judeu. Embora essas perseguições às vezes fossem executadas no nome de Jesus, tal fanatismo origina-se de motivos satânicos e anticristãos, certamente não de nenhum amor genuíno de Cristo.

Existe, porém, um verdadeiro sentido no qual tanto o Antigo Testamento quanto o Novo consideram Israel culpado pelo assassinato do seu Messias. Isaías 49.7, por exemplo, fala do Santo, o Messias vindouro, como “ao que é desprezado, ao aborrecido das nações”. Isaías 53.3 profeticamente descreve como o Messias seria desprezado e não estimado pelos homens,

que esconderiam, por assim dizer, o rosto dele na hora da sua morte. O Salmo 22.6-8 profeticamente descreve o tratamento que Cristo receberia das mãos dos seus próprios irmãos ao ser pendurado na cruz: “Mas eu sou verme e não homem; opróbrio dos homens e desprezado do povo. Todos os que me vêem zombavam de mim; afrouxam os lábios e meneiam a cabeça: Confiou no Senhor! Livre-o ele; salve-o, pois nele tem prazer”.

No Novo Testamento, lemos que a trama para matar Jesus foi criada num conselho secreto conduzido por ninguém mais senão Caifás, o sumo sacerdote:

Então, os principais sacerdotes e os fariseus convocaram o Sinédrio; e disseram: Que estamos fazendo, uma vez que este homem opera muitos sinais? Se o deixarmos assim, todos crerão nele; depois, virão os romanos e tomarão não só o nosso lugar, mas a própria nação. Caifás, porém, um dentre eles, sumo sacerdote naquele ano, advertiu-os, dizendo: Vós nada sabeis, nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação. . . Desde aquele dia, resolveram matá-lo (Jo 11.47-50, 53).

Esse conselho, que claramente envolvia o Sinédrio, o conselho dominante em Israel durante a época de Cristo, era certamente culpado. E há um sentido legítimo no qual a culpa do crime não foi compartilhada apenas pelos sacerdotes principais e líderes, mas também pelo povo de Israel (cf. Lc 23.13). Foram eles que gritaram, “Crucifica-o, crucifica-o!” quando ele estava sendo julgado perante Pilatos (v. 21). É por isso que Pedro, falando em Jerusalém no dia de Pentecostes, se dirigiu aos “homens de Israel” e disse, “vós o matastes [ao Cristo], crucificando-o por mãos de iníquos” (At 2.22,23, ênfase acrescentada).

Mas será que os judeus foram mais culpados que outros pela morte de Cristo? Certamente não. Afinal de contas, foi

Pôncio Pilatos, um governador romano pagão que o sentenciou à morte. E ele fez isso em conspiração com Herodes Antipas que (embora tivesse o título de “Rei dos judeus”) não era nenhum judeu, mas antes um idumeu — um regente estrangeiro, odiado pelos judeus, cujo trono havia sido concedido por César.

Além disso, a crucificação era um método romano de execução, autorizado e conduzido por autoridades romanas, não pelos judeus. Soldados romanos bateram os pregos nas mãos e nos pés de Cristo. Soldados romanos ergueram a cruz (Mt 27.27-35). Uma lança romana perfurou o lado dele (Jo 19.34). Mãos gentias tiveram, pois, uma participação até mesmo mais proeminente no próprio assassinato de Jesus do que tiveram os judeus.

Na realidade, o assassinato de Jesus foi uma grande conspiração que envolveu Roma, Herodes, os gentios, o sinédrio judaico e o povo de Israel — vários grupos que, à parte desse acontecimento, raramente estavam de acordo entre si. Aliás, é significativo que a crucificação de Cristo seja o *único* acontecimento histórico em que todas essas facções trabalharam juntas para alcançar uma meta comum. Todos foram culpados. Todos carregam juntos a culpa. Os judeus como uma raça não eram nem mais nem menos culpados que os gentios.

Esse fato é declarado muito claramente em Atos 4.27, uma oração coletiva feita numa assembléia dos primeiros cristãos: “Porque, verdadeiramente, se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel”. Assim, não há nenhuma justificativa para tentar pôr a culpa pela morte de Jesus em nenhum grupo de pessoas. Ela foi, em essência, um ato coletivo da humanidade pecadora contra Deus. Todos são culpados.

E, no entanto, mesmo essa não é a verdade completa sobre quem matou Jesus. As Escrituras enfatizam de capa a capa que a morte de Cristo foi ordenada e designada pelo próprio Deus. Uma das profecias fundamentais do Antigo Testamento sobre a crucificação é Isaías 53. Isaías profeticamente descreve

a tortura do Messias nas mãos de uma multidão escarnecedora, e então acrescenta, “Todavia, ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar” (Is 53.10). Foi Deus que matou seu próprio filho? Isso é precisamente o que a Bíblia ensina. Por quê? De acordo com Isaías 53.10, ele deu “sua alma como oferta pelo pecado”. Deus teve um propósito redentor.

Os desígnios daqueles que mataram Cristo eram completamente assassinos. Eles não estão de forma alguma desculpados do mal deles, só porque os propósitos de Deus são benevolentes. Ainda foi ato de “mãos de iníquos” (At 2.23). Foi, até onde diz respeito aos perpetradores humanos, o supremo ato de puro mal. A maldade da crucificação não é de forma alguma mitigada pelo fato de Deus tê-la soberanamente ordenado para o bem. A verdade de que esse era o plano soberano dele não transforma o ato de assassinato num acontecimento menos diabólico.

E, no entanto, esse *era* claramente o plano santo e soberano de Deus desde antes da fundação do mundo (Ap 13.8). Observe novamente aquela oração de Atos 4, desta vez em sua íntegra:

Tu, Soberano Senhor, que fizeste o céu, a terra, o mar e tudo o que neles há; que disseste por intermédio do Espírito Santo, por boca de Davi, nosso pai, teu servo: Por que se enfureceram os gentios, e os povos imaginaram coisas vãs? Levantaram-se os reis da terra, e as autoridades ajuntaram-se à uma contra o Senhor e contra o seu Ungido; porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predeterminaram (At 4.24-28, ênfase acrescentada).

Atos 2.23 repete o mesmo pensamento: “sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos” (ênfase acrescentada).

Deus ordenou o assassinato de Jesus. Ou para pôr isso perfeitamente nas palavras de Isaías 53.10, ao Senhor *agradou* moê-lo.

Em que sentido Deus se agradou da morte do seu Filho?

Ele se agradou por causa da redenção que foi realizada. Ele se agradou porque seu plano eterno de salvação foi assim cumprido. Ele se agradou com o sacrifício do seu Filho que morreu para que outros pudessem ter vida eterna. Ele se agradou em exhibir a sua ira justa contra o pecado de um modo tão vívido. Ele se agradou por demonstrar seu amor pelos pecadores por meio de um sacrifício tão majestoso.

Apesar de todo o mal da crucificação, ela trouxe um bem infinito. Na realidade, aqui estava o pior ato perpetrado pelos corações pecadores: o Filho imaculado de Deus — o próprio Deus Santo em corpo humano — foi injustamente morto depois de ser sujeitado às torturas mais horrorosas que poderiam ser inventadas por mentes ímpias. Foi a pior de todas as crueldades, a pior ação que a depravação humana poderia inventar, e o mal mais vil que alguma vez foi cometido. E ainda assim, desse ato veio o maior bem de todos os tempos — a redenção de almas incontáveis, e a demonstração da glória de Deus como Salvador. Embora os assassinos quisessem fazer mal contra Cristo, Deus destinou essa maldade para o bem, para salvar a muitos (cf. Gn 50.20).

A cruz é então a última prova da soberania absoluta de Deus. Os propósitos dele sempre são cumpridos apesar das intenções más de pecadores. Deus trabalha a sua retidão até mesmo *por meio dos* atos maléficos de agentes injustos. Longe de o tornar culpado pelo mal deles, isso demonstra como tudo que ele faz é bom, e como ele pode fazer com que todas as coisas cooperem para o bem (Rm 8.28) — até a pior ação que os poderes malignos alguma vez conspiraram para executar.

Além do mais, se Deus soberanamente estava no controle quando as mãos iníquas de homens assassinos puseram seu Filho amado numa cruz, por que alguém rejeitaria a noção de que Deus ainda está soberanamente no controle até quando males menores acontecem? Portanto, indubitavelmente a cruz estabelece a soberania absoluta de Deus.

NASCE A CONSPIRAÇÃO

O drama da crucificação inicia-se em Mateus 26, onde a conspiração para assassinar Jesus é criada. Na verdade, num sentido muito importante, a vida inteira de Cristo tinha sido um prólogo para esse momento. Ele condescendeu em se tornar um homem com o propósito expresso de morrer (Jo 12.27; Fp 2.4-7; Hb 2.14). Ao levantar-se perante Pilatos para ser condenado à morte, o próprio Cristo disse, “Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo” (Jo 18.37). Ele falou repetidamente da hora da sua morte como “minha hora” (Jo 2.4; 7.6,30; 8.20; 12.23; 13.1; 17.1). Tudo na sua vida foi uma preparação para a hora da sua morte.

Jesus tinha declarado aos seus discípulos várias vezes que ele morreria nas mãos daqueles que o odiavam. Na verdade, bem antes da sua viagem final para Jerusalém, “disse-lhes Jesus: O Filho do homem está para ser entregue nas mãos dos homens; e estes o matarão” (Mt 17.22,23; cf. 16.21; 20.17-19).

Agora a hora tinha chegado, e tinha começado uma cadeia inevitável de acontecimentos que terminariam no seu assassinato. A última semana do seu ministério terreno estava chegando ao fim. Cristo tinha terminado há pouco seu discurso no monte das Oliveiras, o grande sermão profético que atravessa Mateus 24–25. Mas os seus pensamentos não estavam longe da questão da sua morte. Mateus escreve, “Tendo Jesus acabado todos estes ensinamentos, disse a seus discípulos: Sabeis que, daqui a dois dias, celebrar-se-á a Páscoa; e o Filho do homem será entregue para ser crucificado” (26.1,2). Ele sabia que a hora dele havia chegado. O plano soberano de Deus para a redenção de pecadores estava para ser realizado. E embora homens malignos estivessem naquele mesmo momento conspirando a sua morte em segredo, isso não era segredo para a mente soberana e onisciente de Cristo.

Apenas alguns dias antes, ele tinha entrado na cidade em triunfo, enquanto gritos de “Hosana” saíam das multidões que

enchia as ruas. Para os discípulos — para qualquer olho observador — parecia que ele seria arrastado para um trono messiânico com uma onda não controlável de apoio de ramos de árvore. Mas Jesus sabia da verdade real. A opinião pública é inconstante. A justiça nunca triunfará por meio de opinião pública. As massas bajuladoras estavam ligadas aos milagres de Jesus, mas elas não estavam preparadas para reconhecer o pecado delas e se render a ele como Senhor. É totalmente provável que muitas das mesmas pessoas que estavam gritando hosanas para ele no começo da semana fossem as mesmas que gritariam “Crucifica-o, crucifica-o!” antes do final da semana.

Não obstante, os líderes judeus, ameaçados pela aparente popularidade de Jesus entre o povo de Jerusalém, se encontraram clandestinamente para discutir o que fazer com ele. Mateus descreve a cena: “Então, os principais sacerdotes e os anciãos do povo se reuniram no palácio do sumo sacerdote, chamado Caifás; e deliberaram prender Jesus, à traição, e matá-lo. Mas diziam: Não durante a festa, para que não haja tumulto entre o povo” (Mt 26.3-5).

A conspiração maligna afinal seria bem-sucedida, mas somente de acordo com o plano divino, e somente de acordo com o horário divino. Na verdade, se o assassinato de Jesus não fosse parte do plano eterno de Deus, nunca teria acontecido. Jesus disse da sua vida, “Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai” (Jo 10.18). Pilatos tentaria forçar Jesus a responder às acusações contra ele citando a própria autoridade dele como governador: “Não sabes que tenho autoridade para te soltar e autoridade para te crucificar?” (Jo 19.10). Mas Jesus respondeu, “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (v. 11). Claramente, Deus tinha a soberania absoluta sobre todos os aspectos do que estava acontecendo.

Na realidade, em várias ocasiões antes disso, vários inimigos de Cristo o tinham procurado matar, mas tinham sido

divinamente contrariados porque ainda não era a hora dele. A primeira tentativa para matá-lo foi imediatamente depois do seu nascimento. Herodes matou todas as crianças do sexo masculino dentro e ao redor de Belém, porque ele ouviu que o Messias havia nascido lá. Mas um anjo do Senhor advertiu a José, e a pequena família fugiu para o Egito até que a ameaça tivesse passado.

Num dos seus primeiros atos de ministério público, Cristo leu do rolo de Isaías na sinagoga da sua cidade em Nazaré. As pessoas ficaram tão enfurecidas ao seu ensino quando ele alegou ser aquele sobre qual o profeta escreveu que elas o expulsaram da cidade e o levaram até ao cume do monte em que a cidade estava edificada. O plano delas era jogá-lo para baixo do precipício para matá-lo, mas ele sobrenaturalmente os iludiu (Lc 4.16-30). Ainda não era a hora dele.

Durante o ministério inicial de Cristo em Jerusalém, ele curou um homem no tanque de Betesda num sábado. Quando os líderes religiosos o desafiaram, Cristo respondeu que o seu Pai estava trabalhando, assim era justo que ele também trabalhasse (Jo 5.17). João escreve, “Por isso, pois, os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não somente violava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (v. 18). Muitos desses mesmos líderes judeus eram sem dúvida os mesmos que depois aderiram à conspiração com Caifás.

Durante esse período inicial do ministério em Jerusalém, tornou-se tão notório que os líderes judeus estavam procurando matar Jesus que passaram a referir-se a ele como “aquele a quem procuram matar” (Jo 7.25). O conhecimento difundido de que a vida dele estava em perigo não o intimidou de forma alguma. Ele continuou falando corajosamente, e os líderes judeus, intimidados pela sua intrepidez, não diziam nada a ele. Isso fez com que as pessoas se perguntassem se o Sinédrio *sabia* que ele era o Messias (v. 26). Até mesmo os guardas de templo, designados para prendê-lo, se encolheram mediante a sua cora-

gem. Quando os principais sacerdotes e fariseus demandaram saber por que ele não havia sido preso, os oficiais de templo responderam, “Jamais alguém falou como este homem!” (Jo 7.46).

Ainda não era chegada sua hora, e somente depois que ela chegasse é que os planos assassinos poderiam ter êxito.

Quando *era* sua hora, ele sabia. Na noite da sua prisão, ele disse para os seus discípulos, “o Filho do homem, na verdade, vai segundo o que está determinado” (Lc 22.22).

E assim a conspiração que estava sendo maquinada contra Jesus pelos seus inimigos estava em acordo perfeito com o plano de Deus desde a eternidade.

O apóstolo João sublinha esse fato no seu relato das discussões confidenciais dos conspiradores. João pode ter obtido detalhes sobre o que foi dito na reunião de alguém que estava de fato presente quando a conspiração estava sendo planejada — provavelmente Nicodemos, que é identificado como um líder dos judeus (Jo 3.1), contudo parece ter sido um simpatizante secreto de Cristo (cf. Jo 7.50,51; 19.38,39). João registra que os líderes judeus estavam receosos de que a popularidade de Cristo entre as pessoas resultasse em pressão para reconhecê-lo como Messias e legítimo soberano dos judeus. Isso romperia a paz intranquã com Roma, e inflamaria os zelotes anti-romanos, uma facção política perigosa que desejava subverter o governo romano. Isso por sua vez proporcionaria uma ameaça à posição do sumo sacerdote e do Sinédrio, que detinham uma autoridade simbólica na sociedade judaica (especialmente em questões religiosas) com a permissão de Roma (Jo 11.48). Os líderes judeus, pois, estavam fazendo tudo o que eles podiam para reprimir o fervor messiânico em Israel. Além disso, Pilatos já estava respondendo ao fanatismo dos zelotes judaicos suprimindo-o com violência (cf. Lc 13.1). Assim, os líderes judeus concluíram que eles tinham de silenciar Jesus, sem levar em consideração se ele era o verdadeiro Messias ou não.

O personagem principal nessa cena é Caifás, o sumo sacerdote desse ano. Caifás era um oportunista pragmático política-

mente motivado. Biblicamente, é claro, o sumo sacerdócio era transmitido pela linha levítica. Porém, durante a ocupação romana, os sumo sacerdotes eram aprovados e designados por Roma. Evidências históricas sugerem fortemente que o ofício era freqüentemente comprado com dinheiro ou concedido como um favor político. Caifás tinha se casado com a filha de Anás, o sumo sacerdote anterior (Jo 18.13). Anás ainda exercia domínio significativo sobre seu genro, de forma que o ofício chegou a um tipo de sacerdócio em parceria (Lc 3.2). A História registra que Caifás manteve essa posição por mais de duas décadas — um tempo extraordinariamente longo quando levamos em consideração que em cem anos de ocupação romana, 28 homens serviram como sumo sacerdote (Quando Caifás foi finalmente deposto do sumo sacerdócio em 36-37 d.C., pelo governador romano Vitellus, o sucessor dele durou meros cinquenta dias). A extensão do mandato de Caifás sugere que ele, de alguma maneira, conseguiu de Roma um favor incomum. Ele era certamente corrupto. Era sob a sua autoridade que os cambistas exerciam o seu comércio nos limites do templo. Isso sem dúvida o tinha tornado um homem extremamente rico. E dado o fato de que Cristo tinha expulsado os cambistas por duas vezes do templo (Jo 2.14-16; Mt 21.12,13), não é de se surpreender que Caifás o odiasse tanto.

Caifás era um saduceu. Os saduceus eram uma seita aristocrática que controlava o templo nos dias de Jesus. Eles eram liberais religiosos e materialistas absolutos, que negavam a ressurreição dos mortos, o céu, os anjos e todos os elementos sobrenaturais das Escrituras (At 23.8). Eles interpretaram a lei de Moisés com um literalismo rigoroso, mas tendiam a desvalorizar ou subestimar o restante das Escrituras. Eles estavam, pois, normalmente em oposição aos fariseus, mas os dois grupos tinham conspirado juntos muitas vezes para tentar desacreditar Cristo, e a cada tentativa ele os havia silenciado e embaraçado (Mt 16.1-4; 22.34,35; Mc 12.13-23). Agora eles estavam mais uma vez unidos na conspiração para matá-lo.

Foi Caifás que disse, “Convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação” (Jo 11.50).

Embora Caifás estivesse falando sobre assassinar Jesus para suprimir uma ameaça política, João viu um significado profético não-intencional nas palavras dele. “Ora, ele não disse isto de si mesmo; mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos” (vs. 51,52).

Em outras palavras, o que Caifás e o Sinédrio estavam planejando por motivos maléficos, Deus pretendia para o bem (cf. Gn 50.20). Eles queriam matar Jesus para salvar a nação da ameaça imediata de destruição violenta pelas mãos de Roma. Deus estava disposto a sacrificar seu Filho para salvar a nação — na verdade, as pessoas de *todas* as nações — da condenação eterna por causa dos seus pecados. O apóstolo João empregaria uma linguagem quase idêntica numa epístola posterior, “Ele é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro” (1Jo 2.2).

E conseqüentemente os planos maléficos desses conspiradores coincidiam precisamente com o plano eterno de Deus.

A escolha do momento também estava de pleno acordo com o plano de Deus. Era a Páscoa, quando os cordeiros sacrificiais eram mortos. E o Cristo seria “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Ele era o cumprimento divino do que a Páscoa sempre prefigurou. “Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca” (Is 53.7; cf. At 8.32).

Observe que o esquema do Sinédrio era “prender Jesus, à traição, e matá-lo. Mas diziam: Não durante a festa, para que não haja tumulto entre o povo” (Mt 26.4,5). Eles sem dúvida esperavam matá-lo o mais discretamente possível, e então escolheram esperar até que a época da Páscoa tivesse terminado e Jerusalém estivesse menos cheia de gente. A preocupação deles em evitar a festa não era para preservar a santidade dela (pois criminosos eram executados freqüentemente durante as festas,

exatamente porque havia mais testemunhas nessas épocas). Mas eles queriam evitar escrutínio público e, acima de tudo, não queriam provocar um alvoroço público.

Isso novamente revela a soberania de Deus sobre os esquemas dos homens. Eles queriam evitar um escândalo público no dia da festa; o desígnio de Deus era para Cristo morrer na Páscoa, da maneira mais pública possível. “Muitos propósitos há no coração do homem, mas o desígnio do Senhor permanecerá” (Pv 19.21). “Quem é aquele que diz, e assim acontece, quando o Senhor o não mande?” (Lm 3.37).

Jerusalém estava abarrotada de peregrinos de todos os cantos do império que tinham vindo celebrar a Páscoa. O historiador Josefo calculou que mais de um quarto de milhão de cordeiros sacrificiais eram mortos em Jerusalém durante uma época típica da Páscoa. Em média, dez pessoas compartilhavam um cordeiro, sugerindo que a população judaica em Jerusalém durante a Páscoa pudesse chegar perto de 2.5 e três milhões. Até mesmo o governador romano, Pôncio Pilatos (cuja sede estava na cidade costeira de Cesaréia) tinha ido a Jerusalém para a Páscoa. Da perspectiva dos conspiradores, era a pior época para prender Jesus, se eles quisessem fazer isso em oculto. Eles o tinham visto sendo adulado pelas multidões e sabiam que se arriscavam a provocar uma revolta.

Mas a Páscoa era a hora *dele* — a hora que Deus havia escolhido, o tempo mais apropriado para o Cordeiro de Deus morrer pelos pecados do mundo. E a conspiração seria executada no final das contas de acordo com o tempo de Deus, não de Caifás. Sempre antes, quando os conspiradores tinham tentado matar o Jesus antes da sua hora, Deus tinha contrariado os planos deles. Agora que eles queriam esperar até um momento mais apropriado, eles não poderiam adiar a cronometragem perfeita de Deus.

CRISTO É UNGIDO PARA SEU ENTERRO

Mateus inclui uma vinheta comovedora que demonstra ainda mais o controle soberano de Deus dos acontecimentos que conduzem até a crucificação. Ela contrasta rigorosamente com a conspiração que está sendo formulada no palácio do sumo sacerdote. Lá, homens que odiavam Jesus deliberaram sua morte. Aqui, uma mulher que o amava prepara-o para seu sepultamento.

Ora, estando Jesus em Betânia, em casa de Simão, o leproso, aproximou-se dele uma mulher, trazendo um vaso de alabastro cheio de precioso bálsamo, que lhe derramou sobre a cabeça, estando ele à mesa. Vendo isto, indignaram-se os discípulos e disseram: Para que este desperdício? Pois este perfume podia ser vendido por muito dinheiro e dar-se aos pobres. Mas Jesus, sabendo disto, disse-lhes: Por que molestais esta mulher? Ela praticou boa ação para comigo. Porque os pobres, sempre os tendes convosco, mas a mim nem sempre me tendes; pois, derramando este perfume sobre o meu corpo, ela o fez para o meu sepultamento. Em verdade vos digo: Onde for pregado em todo o mundo este evangelho, será também contado o que ela fez, para memória sua (Mt 26.6-13).

Mateus incluiu esse relato nesse ponto da sua narrativa por causa de sua relevância para o seu tema. Porém, cronologicamente pertence aos acontecimentos do sábado anterior (Jo 12.1-3) — quando Jesus estava em Betânia e Betfagé (nos arredores orientais de Jerusalém), preparando-se para a sua entrada triunfal na cidade no dia seguinte. Cristo e os seus discípulos tinham sido convidados nessa noite para jantar na casa de Simão o leproso. Nós nada sabemos a respeito de Simão além daquilo que está registrado aqui, mas é evidente que ele era alguém que Cristo havia curado de lepra, pois ninguém com um caso ativo de lepra teria servido um banquete desse tipo. A noite provavelmente foi organizada como uma expressão da gratidão de Simão pela graça do Senhor para com ele.

O apóstolo João descreve esse mesmo acontecimento, e nos informa que Maria, Marta e Lázaro estavam presentes, com Marta servindo a refeição e Lázaro sentado à mesa (Jo 12.1,2). Os três eram sem dúvida amigos de Simão, possivelmente vizinhos próximos, porque Betânia também era a cidade natal deles.

Foi Maria que ungiu Cristo com o perfume (v.3). João diz que ela não apenas ungiu a cabeça dele, mas também os pés, tendo-os enxugado com os próprios cabelos. Ela provavelmente estava imitando deliberadamente a prostituta perdoada descrita em Lucas 7.36-39, que também ungiu os pés de Jesus com óleo perfumado e enxugou os pés dele com os próprios cabelos. Essa unção aconteceu na Galiléia, na casa de um fariseu, num período anterior do ministério de Cristo. Maria, uma seguidora íntima de Cristo, sem dúvida soube do incidente e, sendo tocada pela pura adoração que motivou o gesto daquela mulher, fez a mesma coisa, com a fragrância mais cara que ela poderia comprar.

Tanto João 12.5 como Marcos 14.5 registram que o ungüento custava trezentos denários — cerca de um salário anual de um trabalhador típico. Ele estava num frasco de alabastro, também muito caro, e Marcos registra que Maria quebrou o frasco (v. 3), assim tornando seu ato sacrificial muito mais pródigo.

Os discípulos ficaram indignados. A liberalidade de Maria parecia extravagante a eles. Afinal de contas, eles argumentaram, o ungüento poderia ter sido vendido e o dinheiro arrecadado oferecido aos pobres. O relato de João nos informa que Judas era o líder dos incomodados a expressar esse sentimento. A sua preocupação não era tão nobre quanto ele tentou fazer parecer. “Isto disse ele, não porque tivesse cuidado dos pobres; mas porque era ladrão e, tendo a bolsa, tirava o que nela se lançava” (Jo 12.6).

É significativo que Judas fosse o tesoureiro do grupo. Isso revela quão confiável ele era (cf. Sl 41.9). E o fato de que os outros o tivessem seguido nesse exemplo revela que ele não apenas tinha ganhado a confiança deles, mas também, num grau muito grande, o respeito deles. Evidentemente, nenhum dos

outros discípulos suspeitava que ele se tornaria um traidor, porque até mesmo quando Jesus profetizou que ele seria traído por um deles, nenhum deles apontou o dedo para Judas. Cada um parecia duvidar de si mesmo mais do que duvidaria de Judas (Mc 14.19).

É típico do espírito de Judas que ele não tenha expressado o seu desagrado em voz alta a respeito do ato de Maria na frente de Jesus. De acordo com Marcos, os discípulos discutiram primeiro reservadamente o assunto entre eles, e então levaram a reclamação deles — formulada como uma reprovação aguda — a Maria (Mc 14.4,5).

Embora eles evidentemente tivessem tentado esconder de Jesus o seu descontentamento, ele sabia. E ele os reprovou por eles estarem murmurando contra ela: “Deixa-a!” (Jo 12.7).

Se ele não fosse Deus em corpo humano, merecedor de um ato tal de adoração — e prestes a morrer pelos pecados de outros — o restante da sua resposta poderia parecer frio e desumano: “Porque os pobres, sempre os tendes convosco, mas a mim nem sempre me tendes” (Mt 26.11). Aquelas eram palavras surpreendentemente proferidas dos lábios do Salvador que, afinal de contas, tinha comandado o jovem líder rico a vender todas as suas possessões e dar aos pobres (Mt 19.21).

Mas aqui Jesus estava somente repetindo uma verdade contida na lei de Moisés. “Pois nunca deixará de haver pobres na terra; por isso, eu te ordeno: livremente, abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado, para o pobre na tua terra” (Dt 15.11). Liberalidade para com o pobre é nossa obrigação *constante*, e Jesus não estava diminuindo, mas sublinhando, a importância disso. *Naquele* momento, porém, havia uma necessidade mais sublime a ser suprida que a pobreza terrena. Cristo estava para morrer. Ele estava chegando ao fim do seu ministério terreno. Ele já tinha lhes contado isso. Logo eles não o teriam mais com eles.

Maria, que estava sempre mais atenta que a maioria aos ensinamentos de Cristo (Lc 10.39), deve ter entendido mais que os outros. Ela sentia evidentemente que Cristo estava num

momento decisivo do seu ministério terreno. Se isso significa que ela entendia inteiramente que ele estava a ponto de morrer não está completamente claro. Parece improvável que Maria estivesse conscientemente informada de que a morte de Cristo estava tão próxima. Ela provavelmente entendia seu gesto como simplesmente um ato de adoração profunda.

Mas havia um significado simbólico no ato que tinha sido soberanamente projetado pelo próprio Deus. Jesus disse, “pois, derramando este perfume sobre o meu corpo, ela o fez para o meu sepultamento” (Mt 26.12). Então novamente nós vemos a mão soberana de Deus orquestrando cada acontecimento. O gesto de amor e adoração de Maria a Cristo era, mais significativamente, um ato simbólico divinamente ordenado da preparação para sua morte e sepultamento. Era, num sentido, um símbolo do amor do Pai para o Filho, significando que essa era a hora.

O TRAIADOR FAZ SEU ACORDO

Pode muito bem ter sido a repreensão de Cristo nessa ocasião que selou o que tinha sido uma desilusão crescente na mente de Judas. Ele pode ter questionado as credenciais messiânicas de Jesus. Afinal de contas, como quase todo o mundo, ele esperava um Messias que livrasse Israel da opressão romana e estabelecesse seu trono. Judas (como também os outros discípulos) sem dúvida tinha esperado compartilhar da glória e do poder daquele reino (cf. Mt 20.20,21). Mas como Jesus falava cada vez mais sobre a sua rejeição e morte iminente, ele perdeu o entusiasmo para segui-lo. Judas tinha agüentado durante três anos na esperança de que Jesus assumiria o trono de Davi e também o exaltaria. Os motivos dele desde o princípio parecem ter sido a ganância e uma sede egoísta pelo poder.

Combine isso com o fato de que ele estava surrupiando da tesouraria dos discípulos, pela qual ele era responsável. Ele via com ressentimento presentes de custo tão alto —meio quilo

Combine isso com o fato de que ele estava surrupiando da tesouraria dos discípulos, pela qual ele era responsável. Ele via com ressentimento presentes de custo tão alto — meio quilo de unguento puro e um frasco de alabastro — serem sacrificados num ato de pura adoração. E como Judas viu evaporar os lucros potenciais de um desfalque planejado, ele pode ter decidido compensar a perda por meio da venda de Jesus nesse instante. Então, pode ter sido nesse mesmo instante que ele tomou a decisão final de cometer um ato de deslealdade e entregar Jesus aos seus inimigos.

Os registros de Lucas nos contam que o próprio Satanás entrou em Judas nessa hora (Lc 22.3). Operando por meio da ganância de Judas e tirando proveito de um coração não-regenerado que nesse momento tinha rejeitado totalmente Jesus, o diabo literalmente se apossou de Judas para executar o ato de deslealdade que estava para acontecer. Da parte de Judas, quando se desviou de Cristo nesse ato final de rejeição, ele se colocou voluntariamente sob o controle dos poderes da escuridão e se tornou um instrumento de Satanás. Mateus nos diz, “Então, um dos doze, chamado Judas Iscariotes, indo ter com os principais sacerdotes, propôs: Que me quereis dar, e eu vo-lo entregarei? E pagaram-lhe trinta moedas de prata. E, desse momento em diante, buscava ele uma boa ocasião para o entregar” (Mt 26.14-16).

Judas pode até mesmo ter entrado na casa de Caifás na hora exata em que o Sinédrio estava reunido lá para planejar a sua própria conspiração contra Jesus. Em todo caso, os planos traiçoeiros de Judas estavam perfeitamente de acordo com os deles, e eles pensaram imediatamente o preço da traição e o pagaram.

Era o preço de um escravo — trinta peças de prata (Êx 21.32). Estas eram provavelmente siclos de prata. Trinta siclos valeriam aproximadamente 120 denários — menos que o valor do unguento de Maria. Judas pode até mesmo ter-se iludido ao pensar que havia alguma justiça nesse ato como uma resposta para aquilo que ele havia se convencido ser um ato de extravagância temerária.

O Sinédrio sem dúvida teve prazer especial no fato de que eles foram auxiliados na sua conspiração por um dos discípulos

mais íntimos de Jesus. Eles também podem ter imaginado que isso de alguma maneira justificava os seus planos malvados.

E, desse ponto em diante, Judas começou a procurar uma oportunidade para trair Jesus. Tendo já aceitado dinheiro pelo feito, ele estava irrevogavelmente comprometido. Agora tudo que ele tinha de fazer era escolher uma ocasião em que Jesus estivesse só, ou quase, para encaixar-se nos planos do Sinédrio de prender Jesus secretamente. E ele finalmente decidiu que a melhor oportunidade estaria no jardim aonde Jesus ia freqüentemente orar sozinho com os seus amigos mais íntimos.

De uma perspectiva terrena, pareceu que os esquemas dos inimigos de Jesus estavam começando a se encaixar perfeitamente. O Sinédrio estava indubitavelmente satisfeito por poder contar com um conspirador do círculo interno do próprio Jesus. Judas estava sem dúvida contente por ter ganhado de modo tão simples por sua deslealdade. Do ponto de vista dos seus oponentes, as coisas estavam indo bem.

Ninguém exceto o próprio Jesus percebia isso na ocasião, mas um plano mais sublime estava realmente em operação. Era o plano eterno de um Deus soberano — um plano que tinha sido estabelecido desde antes da fundação do mundo. E desde o próprio começo da conspiração, o fato do controle soberano de Deus é esclarecido por todas as profecias que iam sendo cumpridas à medida que o drama se desenrolava perfeitamente de acordo com os propósitos eternos de Deus. Conseqüentemente, a primeira e mais básica lição que aprendemos do assassinato de Jesus é a verdade de que Deus permanece absolutamente soberano sobre tudo, até mesmo quando parece que os piores esquemas de homens pecadores estão a ponto de alcançar um sucesso sinistro.

“O Mestre manda dizer: O meu tempo está próximo . . . celebrarei a Páscoa com os meus discípulos.”

Mateus 26.18

2

A Última Páscoa



A Páscoa era a primeira festa do calendário judaico, celebrada todo ano “no mês primeiro, aos catorze do mês, no crepúsculo da tarde” (Lv 23.5). Era a ocasião em que cada família em Israel comemorava a libertação da nação do Egito com o sacrifício de um cordeiro sem mancha. A festa também era a mais antiga de todos os dias santos dos judeus, sendo que a Páscoa foi celebrada na véspera da libertação israelita do Egito.

A Páscoa era imediatamente seguida pela festa dos Pães Asmos (Lv 23.6). Esse acontecimento durava uma semana, o que estendia o período inteiro de festa para oito dias. As duas festas eram tão intimamente associadas que o período de oito dias era às vezes chamado “a Páscoa” e às vezes chamado “a Festa dos Pães Asmos” (O próprio Novo Testamento às vezes usa os termos indiferentemente, repetindo o linguajar comum). Porém em termos técnicos, a “Páscoa” refere-se ao décimo quarto dia de Nisã (o primeiro mês do calendário judeu) e “a Festa dos Pães Asmos” refere-se aos sete dias restantes do período festivo, que terminava no dia 21 de Nisã.

Quatro dias antes da Páscoa, no dia 10 de Nisã, cada família em Israel tinha de escolher um cordeiro sacrificial sem mancha e separar aquele cordeiro do resto dos rebanhos até a Páscoa, quando o cordeiro seria morto (Êx 12.3-6). Durante aquela última semana antes da sua crucificação, o próprio Jesus sem dúvida fez isso juntamente com os seus discípulos, escolhendo um cordeiro na segunda-feira daquela semana.

Vale lembrar que registros históricos dos dias de Jesus indicam que cerca de um quarto de milhão de cordeiros eram mortos numa época de Páscoa típica, necessitando de centenas de sacerdotes para executar a tarefa. Visto que todos os cordeiros eram mortos durante um período de duas horas logo antes do crepúsculo no dia 14 Nisã (Êx 12.6), haveria a necessidade de aproximadamente seiscentos sacerdotes, que matariam uma média de quatro cordeiros por minuto, para realizar a tarefa numa única noite. A tradição permitia que apenas dois homens levassem um cordeiro ao templo para o sacrifício, e depois que cada cordeiro tivesse sido morto, tinha de ser levado imediatamente para casa e ser assado. Mesmo assim, o templo estaria densamente abarrotado enquanto os cordeiros estavam sendo mortos, com cerca de meio milhão de pessoas movendo-se pela área num espaço de duas horas.

No entanto, os judeus do período de Jesus tinham dois métodos diferentes de calcular o calendário, e isso ajudava a aliviar o problema. Os fariseus, como também os judeus da Galiléia e os distritos do norte de Israel, contavam os seus dias de um nascer do sol até o outro. Mas os saduceus, e o povo de Jerusalém e os distritos circunvizinhos, calculavam seus dias de um pôr-do-sol ao outro. Isso significava que o dia 14 de Nisã para um galileu caía na quinta-feira, enquanto para os habitantes de Jerusalém caía na sexta-feira. E assim a matança dos cordeiros poderia acontecer em dois períodos de tempo de duas horas em dias sucessivos assim aliviando um pouco o trabalho dos sacerdotes. Cerca de metade dos cordeiros poderia ser morto na quinta-feira, e a outra metade era morto na sexta-feira.

(Essa troca na cronologia explica por que Jesus e seus discípulos — todos galileus, com exceção de Judas—comeram a refeição da Páscoa na quinta-feira à noite no Cenáculo, entretanto João 18.28 registra que os líderes judeus — todos residentes em Jerusalém — ainda não haviam celebrado a Páscoa no dia seguinte quando Jesus foi levado para ser julgado no Pretório. Isso também explica por que João 19.14 indica que o julgamento e a crucificação de Jesus aconteceram no dia da Preparação para a Páscoa).

Entretanto, a quantidade de sangue que resultava de todos esses sacrifícios era enorme. O sangue podia fluir pelo íngreme declive oriental do monte do templo e para o Vale de Cedrom, onde deixava o riacho tingido de um vermelho vivo durante um período de vários dias. Era uma lembrança vívida do preço terrível do pecado.

Claro que todo esse sangue e todos esses animais não podiam de fato expiar o pecado. “Porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados” (Hb 10.4). Os cordeiros apenas simbolizavam um sacrifício mais perfeito que o próprio Deus providenciaria para remover os pecados. Foi por isso que João Batista olhou para além desses sacrifícios animais e apontou para o verdadeiro “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). O pleno significado dessa profecia estava para ser revelado.

A ÚLTIMA PÁSCOA PREPARADA

Cedo naquela quinta-feira os discípulos começaram a fazer os preparativos para a Páscoa. “No primeiro dia dos pães asmos, [aqui Mateus estava empregando o coloquialismo comum que combinava as duas grandes festas] vieram os discípulos a Jesus e lhe perguntaram: Onde queres que te façamos os preparativos para comeres a Páscoa? (Mt 26.17)

Fica evidente do relato de Mateus que Jesus já tinha arranjado de antemão muitos dos detalhes para essa noite. Com tantos israelitas visitantes que vinham anualmente a Jerusalém para a festa, era comum que os habitantes da cidade mantivessem aposentos que eles alugavam para que os visitantes pudessem ter um lugar privado para comer a refeição da Páscoa com os amigos e a família. Jesus tinha evidentemente providenciado o uso de um desses locais para ele e os seus discípulos — um cenáculo, que provavelmente foi colocado à sua disposição por alguém que Jesus conhecia e que era por sua vez um crente em Jesus, mas talvez desconhecido dos discípulos. Essa pessoa nunca é identificada por nome em quaisquer dos relatos evangélicos. Em todo caso, Jesus tinha evidentemente feito em segredo esses arranjos, para evitar que ficasse conhecido com antecedência onde ele estaria nessa noite com os discípulos (Se Judas tivesse conhecimento prévio do local da Última Ceia, teria sido uma questão simples para ele revelar ao Sinédrio onde eles poderiam encontrar Jesus. Mas era necessário ao plano de Deus que ele celebrasse a Páscoa com os seus discípulos antes de ser traído).

Muitos preparativos precisavam ser feitos. O cordeiro não apenas necessitaria ser morto no templo e depois ser levado de volta para ser assado, mas outros elementos da refeição também precisavam estar preparados. Os principais entre os elementos de uma Páscoa eram o pão sem fermento, o vinho e um prato feito de ervas amargas. A responsabilidade de preparar esses elementos provavelmente foi dividida entre alguns dos discípulos. E a tarefa de organizar a sala e a mesa estava já sendo cuidada por um criado do proprietário do cenáculo.

Assim Jesus lhes disse, “Ide à cidade ter com certo homem e dizei-lhe: O Mestre manda dizer: O meu tempo está próximo; em tua casa celebrarei a Páscoa com os meus discípulos” (Mt 26.18). De acordo com Marcos 14.13 e Lucas 22.10, Jesus lhes disse que o homem que eles iriam procurar estaria “tra-

zendo um cântaro de água”. Normalmente, carregar água era tarefa de uma mulher, assim seria fácil identificar o homem. Jesus, que conhecia todas as coisas (Jo 16.30), sabia precisamente onde o homem estaria quando eles o encontrassem. Esta ainda é outra prova de que ele estava soberanamente no controle de todos esses acontecimentos.

De Lucas 22.8 ficamos sabendo que Pedro e João foram especificamente designados para encontrar o homem e ajudar a preparar o Cenáculo. Marcos diz que eles deveriam localizar o homem, segui-lo até a sua casa, e então repetir ao dono da casa o que Jesus tinha lhes dito. Lá eles encontrariam “um espaçoso cenáculo mobilado e pronto” (Mc 14.15). Eles “fizeram como Jesus lhes ordenara e prepararam a Páscoa” (Mt 26.19).

Há um profundo significado na declaração de Jesus, “O meu tempo está próximo . . . celebrarei a Páscoa” (v. 18). Em várias ocasiões anteriores, Pedro e João o tinham ouvido dizer, “O meu tempo ainda não chegou” (Jo 7.6) — ou palavras com esse mesmo significado. A hora dele havia chegado, o momento para o qual ele tinha vindo no mundo, e ele declarou esse fato claramente para Pedro e João. Ele sabia que tinha apenas mais uma noite para passar com os seus discípulos, e ele a passaria guardando a Páscoa. A frase grega traduzida “eu guardarei a Páscoa” usa uma expressão de tempo presente para expressar um acontecimento futuro (literalmente, “eu guardo a Páscoa”). Assim, ele salientou a inviolabilidade absoluta do plano divinamente orquestrado.

Era vital para Cristo guardar essa última Páscoa. Mais tarde nessa noite ele diria para os discípulos, “Tenho desejado ansiosamente comer convosco esta Páscoa, antes do meu sofrimento. Pois vos digo que nunca mais a comerei, até que ela se cumpra no reino de Deus” (Lc 22.15,16). Os acontecimentos dessa noite introduziriam a culminação de tudo que todas as Páscoas anteriores figuravam. O verdadeiro Cordeiro de Deus estava próximo de ser sacrificado, e essa última refeição de

Páscoa então seria rica de significado, mais que qualquer Páscoa já guardada pela mais devota das famílias israelitas.

A FESTA CELEBRADA

Sobre os outros acontecimentos do dia — chegando até a própria refeição da Páscoa — os relatos dos evangelhos fazem silêncio total. Jesus pode ter passado o dia sozinho em oração com o Pai enquanto os discípulos preparavam a Páscoa. Quaisquer que tenham sido as atividades do dia, Jesus e os seus discípulos se encontraram no momento designado e foram para o cenáculo, onde as coisas estavam completamente preparadas. O apóstolo João dedica vários capítulos (Jo 13—17) para fazer um relato detalhado do discurso de Jesus dessa noite (Uma exposição do discurso no cenáculo está além da extensão desta obra, mas eu tratei disso num outro livro).¹

Mateus salta diretamente para o cenáculo e a cena da refeição da Páscoa. “Chegada a tarde, pôs-se ele à mesa com os doze discípulos” (Mt 26.20). Teria sido depois das seis horas na quinta-feira à noite quando eles se sentaram para comer. A palavra grega traduzida por “sentaram-se” é o verbo *anakeimai* que também significa “reclinar-se”. Era comum servir uma refeição assim numa mesa baixa diante da qual os convidados se inclinavam para participar. Do relato de João, nós aprendemos que Cristo e os discípulos estavam comendo numa posição reclinada, porque a cabeça de João estava perto do peito de Jesus (Jo 21.20).

Isso estava em total contraste com a primeira Páscoa que foi comida apressadamente, de pé, as roupas cingidas para viagem, sandálias nos pés e cajado na mão (Êx 12.11). Naquela ocasião, os israelitas estavam se preparando para fugir do Egito. Nessa ocasião, não havia fuga planejada. Cristo iria dali para o jardim onde ele seria traído e entregue nas mãos dos seus assassinos. Sua hora estava próxima.

Havia uma seqüência bem estabelecida no processo de comer uma Páscoa. Primeiro, um cálice de vinho era distribuí-

do, o primeiro de quatro cálices compartilhados durante a refeição. Cada pessoa tomaria um gole de um cálice comum. Antes de passar o cálice Jesus deu graças (Lc 22.17).

Depois que o cálice inicial era passado, havia uma lavagem cerimonial para simbolizar a necessidade de limpeza moral e espiritual. Parece ter sido durante essa lavagem cerimonial que os discípulos “suscitaram também entre si uma discussão sobre qual deles parecia ser o maior” (Lc 22.24). João relata que Jesus “levantou-se da ceia, tirou a vestimenta de cima e, tomando uma toalha, cingiu-se com ela. Depois, deitou água na bacia e passou a lavar os pés aos discípulos e a enxugar-lhos com a toalha com que estava cingido” (Jo 13.4,5). Tomando o papel do mais baixo servo, Cristo assim transformou a cerimônia de limpeza numa lição prática sobre a humildade e a verdadeira santidade. A lavagem externa nada vale se o coração estiver contaminado. E o orgulho é uma prova segura da necessidade de uma limpeza do coração. Cristo tinha feito uma observação semelhante para os fariseus em Mateus 23.25-28. Agora ele lavou os pés dos discípulos, ilustrando que até mesmo crentes com corações regenerados precisam ser lavados periodicamente da corrupção externa do mundo.

Seu ato era um modelo de verdadeira humildade. Lavar os pés era uma tarefa delegada tipicamente ao mais baixo escravo. Normalmente, num cenáculo alugado como esse, um criado estaria à disposição para lavar os pés dos convidados quando eles entravam. Omitir esse detalhe era considerado uma descortesia total (cf. Lc 7.44). Lavar os pés era necessário por causa do pó, da lama e outras sujeiras encontradas por um pedestre nas estradas sem pavimento dentro e ao redor de Jerusalém. Mas evidentemente não havia nenhum servo para executar a tarefa quando Jesus e os discípulos chegaram ao cenáculo; então, em vez de se apresentarem para executar uma tarefa tão humilhante um para outro, os discípulos tinham simplesmente deixado os seus pés sem lavar. O gesto de Cristo era tanto um ato de auto-humilhação como uma repreensão sutil aos discípulos (cf. Jo 13.6-9). Também era um

modelo para o tipo de humildade que ele espera de todos os cristãos (v. 15; cf. Lc 22.25,26).

Depois da lavagem cerimonial, a refeição da Páscoa continuava com o comer das ervas amargas (Êx 12.8) (Estas eram salsa, endívia e verduras de folhas semelhantes). A amargura das ervas evocava a aspereza da escravidão de Israel no Egito. As ervas eram comidas com pedaços de pão sem fermento, imersas numa substância chamada *charoseth*, um molho picante feito de romãs, maçãs, tâmaras, figos, passas e vinagre. O *charoseth* era comparado à argamassa usada por um pedreiro — e novamente era rememorativo da escravidão israelita no Egito onde eles produziam tijolos.

Em seguida, o segundo cálice era passado. Era nesse momento que o cabeça da casa (nesse caso, sem dúvida Jesus) explicava o significado da Páscoa (cf. Êx 12.26,27). Em uma Páscoa judaica tradicional, a criança mais jovem faz quatro perguntas pré-determinadas, e as respostas são recitadas de uma narrativa poética do Êxodo.

A circulação do segundo cálice seria acompanhada pelo cântico de salmos. Tradicionalmente, os salmos cantados na Páscoa eram do Hallel (hebraico para “louvor”; essa é a mesma palavra da qual *Aleluia* é derivada). O Hallel consistia de seis salmos que começava com o Salmo 113. Os salmos de Hallel eram provavelmente cantados em ordem, os primeiros dois sendo cantados nesse momento na cerimônia.

O cordeiro assado seria servido na seqüência. O chefe da casa cerimonialmente lavaria as suas mãos novamente, e partiria e distribuiria pedaços do pão sem fermento às pessoas ao redor da mesa, para ser comido com o cordeiro.

A AÇÃO MALIGNA PREDITA

Foi provavelmente em algum ponto nesses primeiros momentos da refeição — possivelmente enquanto o cordeiro estava sendo comido — que Jesus emitiu uma nota sinistra. “E,

enquanto comiam, declarou Jesus: Em verdade vos digo que um dentre vós me trairá” (Mt 26.21). Várias vezes antes disso ele tinha predito a sua própria morte. Porém, essa foi a primeira vez que ele tinha falado de ser traído por um dos seus próprios discípulos.

Pode-se apenas imaginar que desalento isso teria provocado no que era — pela maior parte até esse instante — uma ocasião festiva. A palavra para “trair” é o verbo grego *paradidomai*, que falava de entregar um prisioneiro para castigo. É a mesma palavra usada em Mateus 4.12, quando João Batista foi lançado na prisão. Esse era um pensamento inimaginável para a maioria dos discípulos — que Jesus seria entregue aos seus inimigos por um deles. E, no entanto, cada um sabia evidentemente que o *potencial* para essa deslealdade encontrava-se no coração de cada um deles. “E eles, muitíssimo contristados, começaram um por um a perguntar-lhe: Porventura, sou eu, Senhor?” (Mt 26.22).

Sem dizer nada para acalmar o medo deles, antes salientando a natureza medonha da traição que estava a ponto de acontecer, Jesus respondeu, “O que mete comigo a mão no prato, esse me trairá” (v. 23). O terrível mal inerente a essa hipocrisia e à traição foi perfeitamente descrito num dos salmos de Davi:

Com efeito, não é inimigo que me afronta;
se o fosse, eu o suportaria;
nem é o que me odeia quem se exalta contra mim,
pois dele eu me esconderia;
mas és tu, homem meu igual,
meu companheiro e meu íntimo amigo.
Juntos andávamos,
juntos nos entretínhamos e íamos com a multidão à Casa de
Deus (Sl 55.12-14).

No Salmo 41.9, Davi escreveu um lamento semelhante sobre seu conselheiro de confiança, Aitofel, que se uniu a Absalão na revolta contra Davi: “Até o meu amigo íntimo, em quem eu confiava, que comia do meu pão, levantou contra mim o calcanhar”.

De acordo com João 13.18, Jesus citou o Salmo 41.9 nessa noite no cenáculo, indicando que o salmo tinha um significado messiânico que estava próximo de ser cumprido.

A traição de Cristo, bem como todos os outros detalhes do drama da crucificação, fazia parte do eterno plano redentor de Deus. Jesus reconheceu esse fato quando disse, “O Filho do homem vai, como está escrito a seu respeito” (Mt 26.24). Deus usaria o ato desleal de Judas para provocar a redenção de multidões não contadas. Mas mesmo assim, o ato de traição em si não era por causa disso interpretado como uma coisa boa. Não é porque Deus usa um ato mau para os seus próprios propósitos santos que esse mal pode ser chamado de bem. O fato de que os propósitos soberanos de Deus sempre são bons não santifica de forma alguma as intenções malignas de Judas. Ao contrário do que alguns sugeriram, Judas era um diabo voluntário (Jo 6.70), não um santo inconsciente. Seu destino era a condenação eterna. E Cristo enfatizou essa verdade em Mateus 26.24 também: “O Filho do homem vai, como está escrito a seu respeito, mas ai daquele por intermédio de quem o Filho do homem está sendo traído! Melhor lhe fora não haver nascido!”.

Os onze discípulos além de Judas ficaram intimidados pelo pensamento de que um dentro deles seria culpado de um ato tão sinistro. E, no entanto, é notável que a primeira resposta deles não foi acusar — mas o auto-exame. Tendo sido reprovados tão recentemente por Cristo pela sua falta de humildade por não terem lavado os pés uns dos outros, eles estavam sem dúvida ponderando a própria fragilidade pecadora. Agora eles estavam encarando um prospecto até mesmo mais perturbador: entre esses homens tão intimamente ligados entre si, que implicitamente confiavam uns nos outros, havia um traidor.

Cada um examinou seu próprio coração, e conhecendo a própria suscetibilidade ao pecado, eles perguntaram ansiosamente para Jesus, “Sou eu?” Cada um provavelmente desejou saber se de alguma maneira poderia inconscientemente fazer alguma coisa para pôr em risco o Senhor ou de revelar aos seus inimigos onde ele poderia ser encontrado.

João registra, “Então, os discípulos olharam uns para os outros, sem saber a quem ele se referia” (Jo 13.22). No entanto, não havia nada no comportamento de Judas ou na maneira como Jesus o havia tratado até esse ponto que tivesse dado aos outros discípulos uma pista de que ele fosse o traidor. “Jesus sabia, desde o princípio, quais eram os que não criam e quem o havia de trair” (Jo 6.64), mas ele nunca tinha desconfiado ou se esquivado de Judas; ele sempre o tratou com a mesma ternura e benevolência demonstradas aos outros. E também, Judas era o tesoureiro e assim parecia desfrutar de uma medida extra da confiança de todos. Ele provavelmente era um dos últimos discípulos de quem qualquer um teria suspeitado. E no entanto toda a sua associação com Jesus tinha sido nada mais que um enigma.

O TRAIADOR DESMASCARADO

Para manter o enigma mais um pouco, Judas se juntou ao grupo perguntando, “Acaso sou eu, Mestre?” (Mt 26.25). A expressão grega transmite uma incredulidade zombeteira. Uma versão habilmente traduz isso desta forma: “Seguramente não sou eu, Mestre?” (NASB).

Jesus simplesmente respondeu, “Tu o disseste” (v. 25). Esse comentário foi feito evidentemente em voz baixa, para Judas apenas, ou então os outros discípulos não conseguiram captar seu significado, porque o apóstolo João, que estava reclinando próximo a Jesus não ouviu. João registra que Pedro fez um sinal para perguntar a Jesus sobre quem ele estava falando:

Ora, ali estava conchegado a Jesus um dos seus discípulos, aquele a quem ele amava; [esse é o modo pelo qual João se identificou ao longo do seu evangelho] a esse fez Simão Pedro sinal, dizendo-lhe: Pergunta a quem ele se refere. Então, aquele discípulo, reclinando-se sobre o peito de Jesus, perguntou-lhe: Senhor, quem é? Respondeu Jesus: É aquele a quem eu der o pedaço de pão molhado. Tomou, pois, um pedaço de pão e, tendo-o molhado, deu-o a Judas, filho de Simão Iscariotes (Jo 13.23-26).

Até mesmo essa conversa deve ter acontecido aparentemente em tons sussurrados, porque nenhum dos outros discípulos parecia perceber que Cristo estava identificando Judas como o traidor. Quando ele disse então para Judas, “o que pretendes fazer, faze-o depressa” (v. 27), João diz, “Nenhum, porém, dos que estavam à mesa percebeu a que fim lhe dissera isto. Pois, como Judas era quem trazia a bolsa, pensaram alguns que Jesus lhe dissera: Compra o que precisamos para a festa ou lhe ordenara que desse alguma coisa aos pobres” (vs. 28,29).

João também registra que depois que Judas tomou o pedaço de pão de Jesus, Satanás entrou nele (v. 27). Como antes, quando Judas organizou a traição com o Sinédrio, ele estava possuído pelo diabo. Tendo endurecido o seu coração para com Jesus, ele se tornou totalmente um instrumento do maligno.

A destruição eterna de Judas estava agora estabelecida. Tudo que faltava fazer era a própria ação. E não havia nenhum motivo para prolongar a questão. Na verdade, Jesus queria agora que o traidor possuído por Satanás saísse do aposento para que ele pudesse terminar a refeição pascal com os seus verdadeiros discípulos. Assim, ele instruiu Judas a cumprir sem demora o seu desígnio.

Não há como saber se o plano original de Judas era trair Jesus nessa noite em particular. Claro que nós sabemos de Ma-

teus 26.5 que os líderes judeus teriam preferido esperar pelo menos até depois do período da festa — ainda a uma semana de distância — para tratar com Jesus. Mas o cronograma divino era perfeito, e aqueles acontecimentos no cenáculo selaram a decisão de Judas para trair Jesus nessa mesma noite. Ele sabia exatamente como fazer isso, porque o costume que Jesus tinha de orar com seus discípulos no Getsêmani era bem estabelecido (Jo 18.2).

UMA NOVA FESTA INSTITUÍDA

Desse momento em diante, aquela última Páscoa se tornou a instituição da ordenação da Nova Aliança conhecida como a Ceia do Senhor.

Enquanto comiam, tomou Jesus um pão, e, abençoando-o, o partiu, e o deu aos discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é o meu corpo. A seguir, tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados. E digo-vos que, desta hora em diante, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai. E, tendo cantado um hino, saíram para o monte das Oliveiras (Mt 26.26-30).

A Páscoa tinha sido observada em Israel desde a véspera da partida deles do Egito sob Moisés — quase mil e quinhentos anos antes de Cristo. Era o ritual mais antigo da antiga aliança. Precedeu a entrega da lei. Foi instituída antes de quaisquer das outras festas judaicas. Era mais antiga que o sacerdócio, o tabernáculo e o restante do sistema sacrificial mosaico.

Essa noite marcou o fim de todas essas cerimônias e a vinda da realidade que elas prenunciavam. Era a última Páscoa

sancionada por Deus. A Antiga Aliança, junto com todos os elementos cerimoniais que pertenceram a ela, estava próxima do seu término com a introdução de uma Nova Aliança gloriosa que nunca se extinguiria.

As festas, os rituais e o sacerdócio da economia mosaica todos apontavam adiante para o Grande Sumo Sacerdote que ofereceria um sacrifício pelo pecado para sempre. Isso estava a ponto de se tornar uma realidade. De agora em diante, o povo de Deus celebraria com uma nova festa que olhava para trás, em memória da obra sumo sacerdotal de Jesus.

E assim Jesus aproveitou alguns dos elementos da refeição pascal e os transformou em elementos da ordenação da Nova Aliança. Era o fim da Páscoa por todos os tempos e o início de algo novo e maior.

Mateus declara que a festa da Páscoa ainda estava em andamento. Com toda a probabilidade, eles haviam há pouco terminado de comer o cordeiro e estavam prontos para passar para a próxima fase do ritual da Páscoa que teria sido a circulação de outro cálice de vinho.

Jesus tomou um pedaço do pão sem fermento e “abençoou-o” — ou deu graças a Deus pelo pão. Então ele o partiu e o distribuiu aos discípulos dizendo, “Tomai, comei; isto é o meu corpo”. A declaração indubitavelmente chocou os discípulos. Era uma lembrança das palavras de Jesus em João 6, onde ele se descreveu como o pão de vida, o verdadeiro maná que tinha descido do céu. Naquele contexto anterior, ele estava falando com multidões de seguidores — muitos deles pseudodiscípulos semelhantes a Judas — e ele lhes disse, “Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tendes vida em vós mesmos” (Jo 6.53). Naquela ocasião as suas palavras tinham sido tão difíceis de receber que “muitos dos seus discípulos o abandonaram e já não andavam com ele” (v. 66).

Não há aqui nenhum tipo de apoio para a superstição que deu origem à doutrina católico-romana da transubstanciação —

a noção de que o pão e o vinho são sobrenaturalmente transformados no corpo e no sangue verdadeiros de Cristo. Alguns insistem que porque Cristo disse, “Este é meu corpo”, em vez de “Isto *simboliza* meu corpo”, ele estava ensinando a doutrina da transubstanciação. O bom senso traz outra sugestão. Os próprios discípulos não poderiam ter entendido isso como qualquer coisa diferente de simbolismo. Afinal de contas, o seu corpo verdadeiro ainda não havia sido oferecido em sacrifício. Ele estava fisicamente presente naquele corpo, e eles o tinham visto repartir o pão sem fermento. A noção do pão sendo de fato transubstanciado em carne de verdade não teria feito nenhum sentido nesse momento. O sentido claro das suas palavras era claramente simbólico — muito embora os discípulos sem dúvida não houvessem entendido todo o significado do simbolismo.

De um modo semelhante, Jesus uma vez tinha dito sobre João Batista, “ele mesmo é Elias” (Mt 11.14) — e ninguém teria entendido essa declaração de modo literal. Expressões semelhantes a essas são comuns até hoje, e é um erro tomar essas palavras num sentido literal. A noção de transubstanciação foi responsável por todos os tipos de superstição e idolatria grave, e é importante que não entendamos de modo incorreto o que Jesus quis dizer aqui, para que não corrompamos o significado da ordenança.

Ele estava instituindo o que se tornaria uma *recordação* da sua morte (Lc 22.19), não um ritual que envolve um perpétuo re-sacrifício *constante* do seu corpo.

Depois que o pão foi comido, ele tomou o cálice de vinho, novamente deu graças, e disse, “Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26.27,28). (O verbo grego que significa dar graças é *eucharisto* do qual temos Eucaristia, o nome freqüentemente dado à observância da Ceia do Senhor.)

Esse teria sido provavelmente o terceiro dos quatro cálices de vinho que passavam durante uma Páscoa tradicional. O ter-

ceiro cálice era chamado “o cálice da bênção” que é a mesma expressão que o apóstolo Paulo usa para falar de taça de comunhão em 1 Coríntios 10.16.

As palavras de Cristo enquanto ele passava o cálice teriam aturrido os discípulos até mesmo mais do que a sua referência ao pão como o corpo dele. Não havia na mente judaica nenhuma prática mais repulsiva e repugnante que a ingestão de sangue de qualquer tipo. A lei cerimonial do Antigo Testamento proibia estritamente comer e beber qualquer tipo de sangue (Lv 17.14). É por isso que até hoje carnes *kosher* são preparadas com um processo projetado para as limpar de todo resíduo de sangue. Na igreja primitiva judaica, a idéia de ingerir sangue era julgada tão ofensiva que o conselho de Jerusalém pediu aos crentes pagãos que se privassem da prática em deferência aos seus irmãos judeus (At 15.20). Paulo deixou claro depois que nenhuma comida seria considerada imunda se recebida com ação de graças (1Tm 4.4). Mas uma aversão a comer sangue estava tão profundamente arraigada na consciência do judeu que até mesmo depois quando deixou de ser considerado cerimonialmente imunda, muitos consideravam a prática revoltante.

Assim, para Jesus oferecer aos discípulos um cálice com as palavras, “Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue” seguramente teria ofendido a sensibilidade deles. Era uma declaração chocante, e é fácil imaginar os discípulos trocando olhares assustados e sussurrando entre eles sobre o que ele possivelmente estaria querendo dizer.

O fato de ele ter classificado como “o sangue da nova aliança” é significativo. Alianças importantes sempre foram ratificadas pelo derramamento de sangue sacrificial. Quando alguém fazia um pacto com seu vizinho, por exemplo, às vezes para solenizar o pacto, um bezerro sacrificial era cortado em dois pedaços e os pedaços arranjados no chão. Então as partes do pacto caminhariam juntas entre os pedaços do animal morto, declarando assim a vontade deles de serem cortados em pedaços caso violassem o pacto. Esse tipo de cerimônia pactual

é citado em Jeremias 34.18. Nós também vemos isso em Gênesis 15.9-18, onde Jeová fez Abraão dormir e passou sozinho entre as partes dos animais, demonstrando a natureza incondicional da sua aliança com Abraão.

Quando a Aliança mosaica foi instituída, Moisés solenizou isso sacrificando vários bois grandes. Ele coletou o sangue deles em bacias grandes. Então tomou um ramo de hissopo (uma erva em forma de vassoura), imergiu-o no sangue e o aspergiu sobre o povo, atirando gotas de sangue sobre a congregação inteira. Nessa ocasião, Moisés disse palavras bem parecidas com o que Jesus disse aos discípulos no cenáculo — “Eis aqui o sangue da aliança que o Senhor fez convosco” (Êx 24.5-8).

O derramamento de sangue era um aspecto vital da ratificação de qualquer aliança, mas na Nova Aliança, o sangue de Cristo serviu a um propósito duplo, porque o tema da Nova Aliança era a redenção, e o derramamento de sangue era um aspecto essencial da expiação pelo pecado. “Sem derramamento de sangue, não há remissão” (Hb 9.22) “...a vida da carne está no sangue. Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma, porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida” (Lv 17.11).

Há, infelizmente, muita superstição e compreensão incorreta sobre o significado do sangue de Cristo. Um livro popular, escrito vários anos atrás por um autor evangélico famoso, sugere que havia algo sem igual na química do sangue de Cristo. Ele imaginou que o sangue de Cristo não era sangue humano. Em vez disso, ele disse, o sangue que corria pelas veias de Jesus era o sangue de Deus. Claro que isso significaria que o corpo de Cristo não era completamente humano (um eco da antiga hereesia do docetismo). Outros cristãos compuseram canções familiares sobre sangue de Cristo (como “Há Poder no Sangue” ou “Há uma Fonte Cheia de Sangue”). Eles imaginam que há alguma propriedade sobrenatural no sangue de Cristo que o torna espiritualmente poderoso, ou que o sangue de Jesus era sobrenaturalmente coletado e preservado numa cisterna divi-

na como alguma relíquia celestial. Alguns até mesmo supõem que o sangue literal de Cristo é aplicado por alguns meios místicos a cada crente na conversão, e então coletado novamente de forma que possa ser perpetuamente aplicado e reaplicado. E muitas pessoas acreditam que apenas mencionar o sangue de Cristo é um meio poderoso de anular a atividade do demônio — semelhante a um “abracadabra” cristão. Idéias fantásticas como essas saem do mesmo pensamento supersticioso que gerou a noção de transubstanciação.

Quando as Escrituras declaram que nós somos resgatados pelo sangue de Cristo, não devemos pensar que seu protoplasma ou seus corpúsculos tivessem alguma propriedade sobrenatural. O sangue dele era sangue humano normal, da mesma maneira que seu corpo inteiro era completamente humano em todos os aspectos. O “poder do sangue” sobre o qual nós cantamos está na reconciliação que ele comprou pelo derramamento do seu sangue, não no próprio fluido real.

De igual modo, as referências bíblicas ao sangue de Cristo não falam do sangue que flui nas veias do Cristo vivo; elas se referem à expiação de sangue que ele ofereceu em nosso favor pela sua morte. À parte da sua morte, nenhuma quantidade de mero derramamento de sangue teria tido qualquer eficácia para salvar os pecadores. Assim, quando a Bíblia fala sobre o sangue de Cristo, ela usa a expressão como uma metonímia para a sua morte expiatória.

Por exemplo, aqui na última Páscoa quando ele passou o cálice e disse que ele simbolizava o sangue da Nova Aliança, derramado para o perdão de pecados, os discípulos teriam obviamente compreendido isso como uma referência ao tipo de morte violenta sofrida por um animal sacrificial. Eles sabiam que ele não falava de hemorragia propriamente dita, mas um derramamento de sangue violento que termina em morte — a morte sacrificial como um substituto para a reconciliação de pecadores.

Cristo já estava estabelecendo na mente deles o significado teológico da sua morte. Ele queria que eles entendessem que

quando o vissem sangrando e morrendo nas mãos dos carrascos romanos, que ele não estava sendo uma vítima infeliz de homens ímpios, mas que estava soberanamente cumprindo seu papel como o Cordeiro de Deus — o grande Cordeiro Pascal — que tira o pecado do mundo.

E ao instituir a ordenação como uma recordação da sua morte, ele fez do cálice de comunhão uma lembrança perpétua dessa verdade para todos os crentes de todos os tempos. A questão não era imputar alguma propriedade mágica transubstanciada para o fluido vermelho (como a teologia católico-romana sugere), mas de significar e simbolizar a sua morte expiatória.

Assim, quando a última Páscoa chegou ao fim, uma ordenança nova foi instituída para a igreja. E Jesus disse aos discípulos que esse seria o último cálice que ele beberia com eles até que ele o bebesse novamente no reino do Pai (Mt 26.29). Ao dizer isso, ele não apenas salientou quão iminente a sua partida era, mas ele também os assegurou do seu retorno. Implicitamente, ele também assegurou que eles todos estariam juntos com ele naquele reino glorioso.

Eles não poderiam ter entendido toda a importância das suas palavras nessa noite. Somente depois da sua morte e ressurreição é que a maioria dessas verdades tornou-se clara para eles. Eles indubitavelmente sentiam que algo importante estava acontecendo, mas não sabiam explicar isso nessa noite.

A refeição tinha terminado. A última Páscoa estava completa. Mateus registrou que eles cantaram um Salmo — provavelmente o 118, o último salmo do Hallel, que era a maneira tradicional de terminar a Páscoa. Talvez quando ainda estava no cenáculo, ou logo depois de sair, Jesus fez a longa oração que está registrada em João 17 — sua oração sacerdotal. Então, partiram para o monte das Oliveiras. Somente Jesus compreendia os acontecimentos terríveis que estavam por vir.

Nota: 1 John MacArthur, *Como Ser Crente em um Mundo de Descrentes* (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003).

“Está escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho ficarão dispersas.”

Mateus 26.31

3

Uma Advertência Contra a Confiança Exagerada



Jesus e seus discípulos deixaram o cenáculo para ir orar em solidão no Jardim do Getsêmani. O caminho que eles tomaram os teria levado para fora da cidade, passando pelo lado sul do monte do templo, entrando no Vale de Cedrom, a meio caminho do Monte das Oliveiras. Normalmente era um passeio de meia hora — um pouco mais de um quilômetro. Nessa ocasião, porém, as ruas e os caminhos estariam abarrotados de peregrinos que tinham há pouco comido as suas refeições de Páscoa em aposentos ou salas emprestados, como também de cidadãos locais, a maioria dos quais ainda estaria se preparando para celebrar a Páscoa na noite seguinte.

Nessa época do ano, o Vale de Cedrom estaria inundado pelo escoamento das águas das chuvas sazonais, e nessa noite a água ainda apresentaria um tom vermelho vivo por causa do sangue de cem mil cordeiros mortos um pouco acima no monte do templo algumas horas antes.

O Getsêmani era um jardim com oliveiras. O nome vem de uma palavra aramaica que significa “lagar de azeitona”, o que sugere que era um lugar onde azeitonas eram colhidas e transformadas em óleo. Com toda probabilidade, tratava-se de um jardim privado possuído por alguém que era amigo de Cristo e que permitia que ele o usasse, juntamente com seus doze discípulos, para se afastar da atividade da vida da cidade durante os momentos de oração e instrução particulares. Hoje, nesse local há ainda um arvoredo de oliveiras viçosas, com algumas árvores de mais de dois mil anos de idade. Essas mesmas árvores bem podem ter sido testemunhas mudas do drama dessa noite fatal.

Os acontecimentos dessa noite da última Páscoa devem ter parecido desnorteantes aos discípulos. Jesus estava claramente perturbado em seu Espírito pelo que o esperava à frente (cf. Jo 12.27; 13.21). Seus discípulos não estavam acostumados a vê-lo nesse estado de espírito. A Páscoa era uma ocasião festiva, e no entanto, muito do que Jesus tinha dito a eles nessa noite tinha implicações perturbadoras e sinistras.

Em algum lugar ao longo do caminho, ou logo que eles chegaram ao jardim, Jesus ainda tinha palavras mais perturbadoras para o resto dos discípulos:

Então, Jesus lhes disse: Esta noite, todos vós vos escandalizareis comigo; porque está escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho ficarão dispersas. Mas, depois da minha ressurreição, irei adiante de vós para a Galiléia. Disse-lhe Pedro: Ainda que venhas a ser um tropeço para todos, nunca o serás para mim. Repliquou-lhe Jesus: Em verdade te digo que, nesta mesma noite, antes que o galo cante, tu me negarás três vezes. Disse-lhe Pedro: Ainda que me seja necessário morrer contigo, de nenhum modo te negarei. E todos os discípulos disseram o mesmo (Mt 26.31-35).

Será que existe um verdadeiro crente em Cristo que nunca pensou sobre o que poderia fazer se confrontado com a escolha de negá-lo ou ser morto? Ocasionalmente nós lemos sobre crentes modestos, comuns, que diariamente pagam o preço mais alto pela sua fé. Manchetes recentes mostraram vários exemplos, como, por exemplo, Cassie Bernall e Rachel Scott, alunas da Columbine High School, em Littleton, Colorado. Quando alguns colegas delas, num alvoroço, apontaram armas automáticas para a cabeça delas e perguntaram, “Vocês acreditam em Deus?” e ambas responderam sim, foram imediatamente mortas a tiros. Uma seqüência de incidentes violentos semelhantes teve como alvo reuniões estudantis de oração. Um pouco antes do incidente da Columbine, um pistoleiro atacou uma reunião de oração estudantil numa escola de Paducah, Kentucky, e matou vários alunos que tinham se reunido ao redor do mastro da escola para uma reunião de oração.

Quando eu estava escrevendo este livro, falei numa conferência de pastores em Fort Worth, Texas, numa noite de quarta-feira. A poucos quilômetros da igreja anfitriã da nossa conferência estava a Igreja Batista de Wedgwood. Naquela mesma noite Wedgwood estava patrocinando uma reunião de oração estudantil com centenas de alunos presentes. Um homem fanaticamente anticristão, inclinado à violência, entrou naquela reunião de oração com armas automáticas e começou a atirar ao redor do auditório, matando oito pessoas e ferindo muitas mais. No meio do fogo o jovem, Jeremiah Neitz (que havia se convertido recentemente a Cristo, deixando uma vida de crime e gangues de rua), levantou-se em desafio ao pistoleiro, dizendo a ele da necessidade que ele tinha de Cristo. O pistoleiro, aparentemente confundido pela coragem e recusa do jovem em se encolher perante a morte, apontou a sua arma contra sua própria cabeça e cometeu suicídio.

A maioria de nós pensa de vez em quando sobre o que poderíamos fazer numa situação semelhante. Poucos de nós acreditam que de fato poderemos ser submetidos a uma prova severa desse tipo, mas queremos acreditar que temos a cora-

gem para morrer por Cristo. E oramos para que, se nos encontrarmos numa situação assim, Deus nos dê graça para sermos fiéis.

Mas a triste verdade é que a maioria de nós tem, com muita frequência, negado o Senhor em situações que nem mesmo envolvem risco de vida. Nós sabemos pela experiência que somos calamitosamente fracos. Muitas vezes permanecemos calados quando temos oportunidade de falar sobre Cristo. Nós toleramos a injustiça, a iniquidade, a maldade e a falta de retidão quando deveríamos nos levantar contra elas. Nós somos tímidos quando deveríamos ser corajosos. Nós não fazemos nada quando deveríamos agir. Nós ficamos calados quando deveríamos falar. Se deixados por nossa própria conta, sem a graça divina, não temos força e coragem para defender a Cristo diante da hostilidade.

Os discípulos não eram diferentes. Eles *tornaram-se* testemunhas destemidas, e no final das contas todos morreram pela sua fé ou foram perseguidos, torturados ou exilados por causa disso. Mas eles não foram sempre tão corajosos. E particularmente na noite da traição de Jesus, todos eles abandonaram Cristo e fugiram para salvar a própria vida (Mc 14.50).

Nenhum deles percebia o quão completamente despreparados eles estavam para enfrentar oposição. Quando chegaram ao lugar onde Cristo sabia que seria levado preso, ele começou a adverti-los de que iriam todos tropeçar e o negariam nessa mesma noite. Pedro, de modo arrogante protestou que ele nunca negaria a Cristo. Ele disse a Jesus, "Senhor, estou pronto a ir contigo, tanto para a prisão como para a morte" (Lc 22.33). Ele não estava sozinho nesse excesso de autoconfiança. "E todos os discípulos disseram o mesmo" (Mt 26.35).

Embora Cristo lhes tivesse dito repetidamente que ele seria traído e assassinado, ele revelara pela primeira vez menos de duas horas antes que um dentre eles seria o traidor. Do mesmo modo que eles tiveram dificuldade para acreditar *nisso*, eles agora também responderam com incredulidade absoluta à sua

mais recente revelação — que *cada um deles* vacilaria diante da oposição nessa mesma noite.

As suas palavras deveriam ter sido recebidas como uma exortação suave para que caíssem com o rosto no chão e implo-rassem a Deus por graça e força para suportarem a tentação. Em vez disso, os discípulos pareciam responder tentando for-talecer a própria autoconfiança com ostentação e autodetermi-nação e declarações verbais da lealdade para com Jesus. Essa era exatamente a reação errada. Eles estavam apenas apoian-do-se numa falsa confiança na própria força — que não era nem de longe tão grande quanto eles imaginavam.

Eles estavam para ser submetidos a uma prova em que falhariam miseravelmente. Esse momento permaneceria gra-vado na memória deles permanentemente como o episódio mais vergonhoso de sua vida. Tornar-se-ia uma lição sobre hu-mildade da qual nenhum deles jamais esqueceria. Mas nessa noite, ao chegarem ao jardim onde Jesus seria traído e preso, nenhum deles humildemente atendeu à terna advertência de Cristo. Em vez disso, eles responderam com palavras arrogantes, batendo no próprio peito sobre quão preparados estavam para sofrer pela causa de Cristo.

Há duas lições poderosas nesse relato para cada um de nós: a insuficiência absoluta dos nossos próprios recursos e a suficiência absoluta de Cristo.

A INSUFICIÊNCIA DOS DISCÍPULOS

Se os discípulos tivessem simplesmente escutado a Cris-to, teriam percebido que ele estava suavemente lembrando-os da insuficiência deles em lidar com prova tão severa. Ele não estava tentando motivá-los a buscar coragem e autoconfiança, mas lembrando-os da fraqueza deles e estimulando-os a bus-car a força *dele*. Infelizmente, nenhum deles entendeu.

Ainda havia muito para eles aprenderem sobre tomar a cruz e segui-lo. Para fazer isso, eles precisariam perceber a

própria pobreza espiritual e apoiar-se nele para obter força. O seu ensinamento estava repleto de lições desse tipo, desde o princípio do seu ministério. Por exemplo, a primeira bem-aventurança (e declaração de abertura do sermão do monte) era, “Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5.3). Ele estava descrevendo uma pobreza de espírito que é o extremo oposto da autoconfiança. Ele pegou uma criancinha — com idade entre 1 e 3 anos — e declarou, “Portanto, aquele que se humilhar como esta criança, esse é o maior no reino dos céus” (Mt 18.4). A criança era o próprio quadro de alguém que, com confiança, depende de recursos fornecidos por outra pessoa. Cristo havia repetidamente exaltado a humildade e condenado o orgulho e auto-suficiência dos fariseus. O ensino dele no assunto não poderia ter sido mais claro.

Não obstante, no momento da maior tentação deles, tudo o que os discípulos puderam fazer foi afirmar a própria força e auto-suficiência. Era um erro catastrófico. “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1Co 10.12).

Os discípulos ainda tinham de aprender a lição da autonegação (1Co 15.31; 2Co 5.15; Gl 2.20). Eles ainda não haviam percebido a própria insuficiência para executar a tarefa para a qual Jesus os estava chamando (cf. 2Co 2.16). Em vez de confiar em si mesmos, eles deveriam ter buscado a força de uma Fonte mais elevada (cf. 2Co 1.9; 12.9,10). Eles estavam prestes a aprender uma lição que nenhum deles jamais esqueceria.

Diferente de Judas, os onze discípulos restantes não negaram a Cristo de modo deliberado e premeditado. Fica claro, a partir do relato de Mateus, que eles ficaram intimidados só de pensar em tal covardia. Eles consideraram como um dos piores pecados envergonhar-se de Cristo. O próprio Cristo tinha dito, “Porque qualquer que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos” (Mc 8.38). Ele também lhes falou, “Mas aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei

diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10.33). Um ato desse tipo era inconcebível a eles.

Mas como eles logo aprenderiam, a fidelidade para com Cristo é impossível sem a dependência total nele. O discípulo mais forte é totalmente impotente quando confia nos seus próprios recursos de coragem e força para resistir. “...porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes” (Ef 6.12). Sem a armadura espiritual do Senhor, nós nos expomos aos piores tipos de derrota e vergonha.

Pedro e os outros não sabiam, mas uma batalha não vista estava sendo travada com o objetivo de ganhar a alma deles. Tanto João como Lucas registram que Jesus tinha lhes feito anteriormente uma advertência, enquanto eles ainda estavam no cenáculo (Lc 22.31-34; Jo 13.36-38). Ali Jesus tinha dito a Pedro, “Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como trigo!” (Lc 22.31). A palavra para “você” no texto grego está no plural, indicando que essa advertência não se aplicava apenas a Pedro, mas também aos demais. Ali também, Pedro tinha respondido, “Senhor, estou pronto a ir contigo, tanto para a prisão como para a morte” (v. 33), e Jesus já o tinha prevenido, “Afirmo-te, Pedro, que, hoje, três vezes negarás que me conheces, antes que o galo cante” (v. 34).

Pedro, assumindo erroneamente que a conspiração para prender Jesus era somente um conflito de carne e sangue, estava dependendo de recursos carnis tais como a sua própria coragem e perseverança — e como logo veremos, a espada dele (v. 38). Mas essas coisas sempre são armas insuficientes numa batalha espiritual. “Ai dos que descem ao Egito em busca de socorro e se estribam em cavalos; que confiam em carros, porque são muitos, e em cavaleiros, porque são mui fortes, mas não atentam para o Santo de Israel, nem buscam ao Senhor!” (Is 31.1).

Agora, ao chegarem ao jardim, Jesus repetiu a sua advertência em termos mais explícitos. Uma vez mais ele disse a Pe-

dro, “Em verdade te digo que, nesta mesma noite, antes que o galo cante, tu me negarás três vezes” (Mt 26.34). Mas Pedro e os discípulos pareciam não entender completamente a gravidade do que estava para acontecer. O ego deles estava severamente ferido pela sugestão de que eles poderiam abandonar a Cristo na hora da prova. Tudo que eles poderiam fazer era protestar contra a falta de confiança neles por parte de Jesus. Eles estavam tão ocupados afirmando a própria autoconfiança que não o ouviam de fato. E assim não entenderam todo o significado da advertência dele. Não há nenhuma desculpa pelo fato de eles terem sido pegos desprevenidos. Mas eles claramente não tinham nenhuma idéia da extensão da prova a que estavam a ponto de ser submetidos. Até mesmo depois das advertências repetidas de Jesus, o sentido deles de autoconfiança foi simplesmente avivado. Eles permaneceram inconscientes à advertência terna do Senhor. Mas tratava-se de uma cegueira voluntária, pecadora, arraigada no orgulho e na auto-suficiência. Eles estavam prestes a aprender os perigos do orgulho de um modo severo.

A SUFICIÊNCIA PERFEITA DE CRISTO

Alguns poderiam ser tentados a assumir o fato de que todos os seus seguidores o abandonaram quando da sua prisão, mostraria que Jesus não conseguiu exercer liderança. Talvez essa seja a própria razão pela qual todos os escritores do evangelho incluíram a predição de Jesus sobre a negação deles. Aqui novamente nós temos prova da onisciência de Jesus e do controle soberano dele sobre tudo o que estava acontecendo. Era indesculpável que os discípulos fossem pegos desprecebidos. Mas Jesus sabia perfeitamente o que estava para acontecer. A evidência de sua soberania é dessa forma ampliada pela fraqueza dos seus discípulos. A fidelidade de Cristo aparece em total contraste com a infidelidade deles. A sua força é aperfeiçoada na fraqueza deles.

Cristo não apenas sabia que os discípulos o abandonariam; ele também sabia que a sua predição sobre o fracasso deles não seria levada em consideração. Ele já havia orado por eles, para que a sua fé não falhasse (Lc 22.32). E a sua oração — como todas as suas orações — teria resposta dentro do perfeito planejamento e sincronização de Deus. Nenhum desses acontecimentos era accidental. Tudo aconteceu exatamente como Cristo havia predito.

Tudo isso salienta a sua soberania absoluta. Nem sequer um acontecimento dessa noite o surpreendeu. Eram conhecidas deles, antes de acontecerem, as ações dos seus discípulos, as ações de Judas e as ações dos soldados que tinham vindo para prendê-lo.

Mateus, que escreveu como uma testemunha ocular desses acontecimentos, registrou que o próprio Jesus predisse que os discípulos o abandonariam em cumprimento da profecia do Antigo Testamento. Quando predisse o fracasso deles, ele citou Zacarias 13.7 “...fere o pastor, e as ovelhas ficarão dispersas”. Isso, como tantos detalhes associados com a crucificação de Jesus, “aconteceu para que se cumprissem as Escrituras dos profetas” (Mt 26.56).

Dentro de um curto espaço de tempo, tudo o que Jesus tinha predito aconteceria. E embora os discípulos comesçassem a sentir que o universo inteiro deles estava de repente girando descontrolado, Jesus continuou lembrando-os de que tudo estava acontecendo de acordo com o plano de Deus.

A profecia de Zacarias é fascinante quando examinada em seu contexto. Zacarias estava profetizando sobre um tempo quando uma fonte seria aberta para a limpeza espiritual de Israel. Naquele dia, disse Zacarias, falsos profetas deixariam suas profecias enganadoras (Zc 13.2-6). Um remanescente de Israel seria resgatado (vs. 8,9). E no meio dessa profecia, ele incluiu estas palavras do versículo 7: “Desperta, ó espada, contra o meu pastor e contra o homem que é o meu companheiro, diz o SENHOR dos Exércitos; fere o pastor, e as ovelhas ficarão disper-

sas". A expressão "o homem que é o meu companheiro" fala do Ungido de Senhor, o Messias. A palavra hebraica para "meu companheiro" também pode significar "meu igual" — significando a deidade de Cristo. Mas a coisa mais notável sobre a profecia de Zacarias é que é o próprio Jeová que pede que o Pastor seja ferido com a espada.

Conseqüentemente, a profecia de Zacarias é mais uma evidência do Antigo Testamento de que a crucificação de Cristo era o plano de Deus. Ele ainda estava no controle, até mesmo quando, da perspectiva humana, parecia que Satanás e as forças do mal estavam levando vantagem.

Observe as próximas palavras de Jesus para os discípulos. Imediatamente depois de citar a profecia sobre as ovelhas sendo espalhadas, ele acrescentou, "Mas, depois da minha ressurreição, irei adiante de vós para a Galiléia" (Mt 26.32). Ele tinha dito palavras semelhantes de confiança no cenáculo quando disse a Pedro que Satanás os tinha desejado peneirar como trigo. "Eu, porém, roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos" (Lc 22.32). Dessa forma ele reassegurou a eles que, embora nessa noite o mundo deles fosse parecer como se tivesse chegado ao fim, todos eles tinham um ministério futuro para o qual se preparar. Cristo ainda tinha poder sobre a morte — até mesmo em face do seu próprio assassinato.

Naturalmente, as palavras de encorajamento não faziam sentido para os discípulos nesse momento, mas depois eles se lembrariam do que ele tinha dito e a sua fé seria fortalecida. Eles o tinham visto ressuscitar um morto em várias ocasiões antes disso. Eles estavam presentes no episódio de Lázaro, quando ele disse a Marta, "Eu sou a ressurreição e a vida" (Jo 11.25). Todas essas coisas no final ganhariam sentido no pensamento deles, mas nesse momento eles estavam muito confusos e preocupados para compreender o que ele queria dizer. A mente deles sem dúvida ainda estava oscilando por causa do golpe pungente no seu orgulho por causa da predição de Jesus de

que eles fracassariam. Eles estavam muito ocupados tentando sustentar a própria autoconfiança para ter muita fé nele nesse momento.

Se tivessem enxergado além do próprio medo e confusão, eles teriam percebido que Cristo era o mesmo Deus soberano que eles sempre haviam conhecido. Ele estava agora no controle tanto quanto esteve ao alimentar as multidões, curar os doentes e ressuscitar os mortos. Eles deveriam estar olhando para ele como o Todo-suficiente que os ajudaria a passar por essa prova. Na realidade, a onisciência de Cristo deveria ter sido uma lembrança e uma prova para eles da suficiência absoluta dele. Mas, em vez disso, eles já o tinham abandonado de certo modo no próprio coração, por confiarem demais na própria habilidade para passarem pela prova que estava para acontecer.

As promessas graciosas de Cristo para eles sobre o ministério futuro deles revelam seu amor e graça para esses homens, até mesmo antes de eles falharem. Como ele prometeu, ele foi de fato antes deles para a Galiléia. Essa mesma promessa foi reafirmada a eles imediatamente depois da ressurreição de Jesus, pelo anjo que encontrou Maria Madalena e a outra Maria no túmulo aberto. O anjo disse às mulheres, “Ide, pois, depressa e dizei aos seus discípulos que ele ressuscitou dos mortos e vai adiante de vós para a Galiléia; ali o vereis. É como vos digo!” (Mt 28.7). O próprio Cristo apareceu às duas mulheres depois de alguns momentos e reiterou as instruções: “Não temais! Ide avisar a meus irmãos que se dirijam à Galiléia e lá me verão” (v. 10).

Foi lá na Galiléia que Jesus apareceu a Pedro e perdoou a sua deslealdade. Pedro, junto com Tiago, João e vários outros discípulos, tinha voltado a pescar. Tendo pescado toda aquela noite, não haviam pegado nada. Na alvorada, eles viram um homem na beira do mar que lhes disse “Lançai a rede à direita do barco e achareis” (Jo 21.6). Eles fizeram como ele mandou e pegaram tantos peixes em suas redes que não as

puderam puxar para dentro do barco. Foi isso exatamente o que tinha acontecido quando Pedro encontrou Cristo pela primeira vez e foi chamado para o discipulado (Lc 5.4-11). Assim Pedro reconheceu imediatamente que era Jesus na praia, pulou para fora do barco e foi nadando até ele. Jesus estava preparando café da manhã para os discípulos como um símbolo do seu amor por eles.

Depois do café da manhã nesse dia, Cristo perguntou a Pedro, “Simão, filho de João, amas-me mais do que estes outros? Ele respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo” (Jo 21.15). A resposta era tímida, incerta. Pedro usou uma palavra diferente para “amor” da que Jesus havia empregado. Pedro escolheu uma palavra que fala de afeição fraterna. E ele não respondeu a parte mais importante da pergunta de Jesus; ele não disse nada sobre se o amor dele por Cristo era maior do que o de todos os outros.

O amor de Pedro por Cristo certamente não tinha diminuído. Mas agora ele estava vigiando contra a sua famosa tendência de falar de modo impetuoso. No jardim, ele tinha se gabado da sua vontade de morrer por Cristo, e depois tinha imediatamente falhado. Agora ele estava sendo cuidadoso e cauteloso nas alegações que fazia. Ele tinha negado a Cristo três vezes, assim Cristo lhe deu três oportunidades para expressar o seu amor. Mas João relata que “Pedro entristeceu-se por ele lhe ter dito, pela terceira vez: Tu me amas? E respondeu-lhe: Senhor, tu sabes todas as coisas, tu sabes que eu te amo” (v. 17).

Observe que o Pedro apelou para a onisciência de Cristo. Ainda aborrecido pelo seu próprio fracasso, Pedro estava sutilmente ciente de que Cristo havia previsto isso. Jesus tinha penetrado seu coração e o conhecia melhor que o próprio Pedro (cf. Jr 17.9). Ele agora percebia que Cristo conhecia precisamente o nível do seu compromisso, assim gabar-se sobre quanto ele o amava não fazia sentido. Além disso, depois do próprio fracasso, a autoconfiança arrogante de Pedro havia sido quebrada. Ele provavelmente duvidou da sua própria habilidade para

avaliar seu amor por Cristo corretamente. E assim ele apelou para a onisciência de Cristo que havia sido provada infalível ao longo do drama inteiro.

Pedro tinha aprendido uma grande lição. Ele estava começando a confiar na suficiência de Cristo em vez de na dele próprio. Ele estava olhando para Cristo para avaliar o coração dele em vez de pensar que sabia tudo. O seu fracasso tinha destruído o seu orgulho, e agora nós não vemos nada da autoconfiança arrogante que Pedro tinha mostrado no caminho para o Getsêmani.

Menos de quarenta dias depois, no Pentecostes, Pedro se levantou corajosamente perante multidões de pessoas — muitas delas as mesmas que tinham crucificado Jesus. Dessa vez Pedro proclamou o evangelho com um novo tipo de coragem. Não era a imprudência precipitada de superconfiança carnal, mas a coragem santa que vem por estar sob o controle do Espírito Santo.

Na realidade, depois do Pentecostes todos os onze discípulos se transformaram em homens notadamente mudados. Esses mesmos homens que haviam abandonado o Mestre por causa do medo covarde se tornaram testemunhas intrépidas dele. Quando foram ordenados a deixar de pregar pelo sumo sacerdote (o mesmo sumo sacerdote que os fez se encolher de medo na véspera da crucificação de Jesus) a resposta deles foi de continuar pregando. Eles disseram ao sumo sacerdote, “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5.29). Embora açoitados, presos e ameaçados de morte, eles continuaram a pregar. Aliás, quando um anjo de modo sobrenatural os libertou da prisão, em vez de irem se esconder, eles voltaram para o templo e começaram a pregar publicamente de novo, bem debaixo do nariz do sumo sacerdote (At 5.18-21). Eram esses os mesmos homens que haviam abandonado Jesus e fugido quando ele foi traído?

Eram os mesmos homens, mas agora eles estavam cheios com o Espírito Santo. Eles estavam utilizando um poder que

não era deles próprios. Eles tinham abandonado a autoconfiança irresponsável e eram dependentes da suficiência do Senhor. Isso fez toda a diferença no mundo. Claramente eles todos haviam aprendido uma grande lição do próprio fracasso. Estes mesmos homens que haviam abandonado Jesus e fugido na noite da sua prisão passaram o resto da sua vida defendendo-o, mesmo em face a toda ameaça e perseguição imaginável. Eles nunca mais abandonaram o seu Senhor.

Aqui está a maior prova da suficiência de Cristo: ele graciousamente restaurou e capacitou esses homens para servi-lo, até mesmo depois do tipo mais catastrófico de colapso espiritual. A sua graça toda-suficiente os resgatou do pior fracasso deles. O próprio Cristo os redimiu, os perdoou e os comissionou para o serviço, e deu a eles poder para ter sucesso onde eles tinham uma vez falhado totalmente.

“Meu Pai, se este cálice não pode passar de mim sem que eu o beba, faça-se a tua vontade.”

Mateus 26.42

4

A Agonia no Jardim



Quando Jesus entrou no Getsêmani, ele sabia que seria preso lá e que passaria por uma série de julgamentos e humilhações que o levariam implacavelmente à cruz. Na verdade, quando o apóstolo João descreve a chegada dos soldados para prender Jesus ele registra este fato: “*Sabendo, pois, Jesus todas as coisas que sobre ele haviam de vir*, adiantou-se e perguntou-lhes: A quem buscais?” (Jo 18.4, ênfase acrescentada).

Repetidas vezes nós vemos que todos os escritores do evangelho deliberadamente enfatizam a soberana onisciência de Jesus ao longo das narrativas da crucificação. O foco deles nunca se desviou do fato da sua absoluta presciência e do controle de tudo o que estava acontecendo ao seu redor. Todos os escritores do evangelho deixaram claro que Jesus “[sabia] todas as coisas que viriam sobre ele”. Nada nessa noite era acidental. Nada lhe veio como surpresa. Ele estava completamente ciente de tudo o que estava acontecendo. Nada estava fora do controle dele e do Pai.

Isso também significa que Jesus entendia completamente tudo o que a sua morte significava. Ele soube com antecedência sobre toda a dor e agonia e escárnio e humilhação que teria de suportar. Antes mesmo de pôr os seus pés naquele jardim ele sabia da verdade terrível que ele teria de enfrentar. Mas ele estava mesmo assim preparado para se submeter completamente e sem reservas à vontade do Pai, a fim de realizar o plano eterno de redenção.

Na sua oração dessa noite, ele lutou com essas mesmas questões nos termos mais sinceros. É uma das passagens mais surpreendentes e misteriosas em toda a Bíblia. Revela sua própria batalha com a realidade terrível que ele estava a ponto de sofrer. Aqui nós temos uma janela surpreendente para o coração do Deus-homem.

Quando Jesus chegou ao Getsêmani com os seus discípulos, deveria ser quase meia-noite. Todos eles estavam mostrando sinais de fadiga nessa hora já adiantada. Era o fim de uma semana agitada e o fim de um dia ocupado. Mas Cristo tinha afazeres no jardim que eram mais importantes que o sono, e nada o impediria de ir orar lá.

Cristo era completamente humano em todos os sentidos. Ele tinha as mesmas limitações físicas que são comuns à humanidade. Também ele sentia fadiga (Jo 4.6; Mc 4.38). Ele sabia o que significava ter fome (Mt 21.18). Ele poderia ser afligido com sede como qualquer pessoa normal (Jo 4.7; 19.28). Ele também experimentou a extensão total das emoções humanas. Às vezes nós o vemos chorando e se lamentando (Jo 11.35; Lc 19.41). Em algumas ocasiões, ele demonstrou cólera (Jo 2.15-17). A Escritura nunca explicitamente registrou que ele riu ou sorriu, mas seria claramente um engano concluir que ele passou pela vida com um semblante melancólico. Nós sabemos que ele se alegrava, particularmente quando pecadores se convertiam (Lc 15.4-32). A reputação dele entre os fariseus sugere certamente que ele não era nenhum monge recluso, mas um amigo jovial e gregário “de publicanos e pecadores!” (Lc 7.34).

Ele era completamente humano como nós em todos os aspectos, com exceção da nossa pecaminosidade. Se as Escrituras parecem dar maior ênfase à sua tristeza e aflição que à sua alegria, é somente porque é tão grande conforto para nós em nossas horas de aflição saber que ele experimentou completamente a profundidade da tristeza humana — e a um grau que não podemos imaginar. Durante a sua oração nessa noite no jardim, toda tristeza que ele já havia experimentado parecia tê-lo assaltado de uma vez. Isso, combinado com um senso óbvio do medo pela provação que ele enfrentaria no dia seguinte, nos dá uma visão notável do “Homem Cristo Jesus” e sua obra mediadora em nosso favor.

Jeremias escreveu o Livro de Lamentações como um canto triste para as infelicidades de Jerusalém debaixo da atormentadora mão do Senhor. Mas certamente Lamentações 1.12 é pertinente para descrever as tristezas de Cristo sob a mão atormentadora do seu Pai: “Não vos comove isso, a todos vós que passais pelo caminho? Considerai e vede se há dor igual à minha, que veio sobre mim, com que o Senhor me afligiu, no dia do furor da sua ira”.

Nunca saiu tanta tristeza da alma de uma só pessoa. Nós nunca poderemos compreender a profundidade da agonia de Cristo porque, francamente, nós não podemos perceber a pecaminosidade do pecado como ele pôde. Nem podemos apreciar os terrores de ira divina do modo que ele fez. A tristeza que ele expressa na oração do Getsêmani está bem além da nossa compreensão. Nós não deveríamos nos surpreender se o significado completo da oração parecer nos fugir. E mesmo assim há também uma riqueza de perspicácia clara nessa passagem que é freqüentemente perdida.

Aqui está o relato de Mateus sobre o que aconteceu:

Em seguida, foi Jesus com eles a um lugar chamado Getsêmani e disse a seus discípulos: Assentai-vos aqui, enquanto eu vou ali orar; e, levando consigo a Pedro e aos dois filhos de Zebe-

deu, começou a entristecer-se e a angustiar-se. Então, lhes disse: A minha alma está profundamente triste até à morte; ficai aqui e vigiai comigo. Adiantando-se um pouco, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: Meu Pai, se possível, passe de mim este cálice! Todavia, não seja como eu quero, e sim como tu queres. E, voltando para os discípulos, achou-os dormindo; e disse a Pedro: Então, nem uma hora pudestes vós vigiar comigo? Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito, na verdade, está pronto, mas a carne é fraca. Tornando a retirar-se, orou de novo, dizendo: Meu Pai, se não é possível passar de mim este cálice sem que eu o beba, faça-se a tua vontade. E, voltando, achou-os outra vez dormindo; porque os seus olhos estavam pesados. Deixando-os novamente, foi orar pela terceira vez, repetindo as mesmas palavras (Mt 26.36-44).

Três aspectos da luta incompreensível de Cristo são realçados nessa passagem: a sua tristeza, a sua súplica e a sua submissão.

A SUA TRISTEZA

O Getsêmani era um lugar conhecido dos discípulos. Até mesmo Judas sabia onde Jesus estaria nessa noite, de acordo com o apóstolo João, “porque Jesus ali estivera muitas vezes com seus discípulos” (Jo 18.2). Muito provavelmente tratava-se de um pequeno bosque murado de olivas. Parece que ele possuía uma única entrada, e Jesus deixou a maioria dos discípulos próxima a essa entrada, enquanto ele entrou para orar com Pedro, Tiago e João. Esses três discípulos constituíam um círculo interno entre os discípulos. Muitas vezes, Jesus permitia que os três o acompanhassem em ocasiões especiais quando aos outros discípulos não era permitido segui-lo (cf. Mc 3.37; Mt 17.1).

Por que ele levou esses três? Principalmente para benefício *deles*. Eles foram privilegiados por terem testemunhado a luta de Cristo na hora mais melancólica da sua prova. Do seu

exemplo, eles aprenderiam uma grande lição sobre como lidar com a aflição. E muito embora eles continuassem a cair no sono, eles testemunharam o suficiente para ver como Jesus orou para adquirir um sentido da profundidade incrível da agonia que ele estava sofrendo.

Os discípulos deixados à entrada do jardim poderiam estar acostumados a guardar o portão para que ninguém o perturbasse enquanto ele estivesse em oração. Nessa noite em particular, eles deveriam estar também comprometidos em oração por eles mesmos. Afinal de contas, Jesus havia há pouco lhes falado da tentação terrível que eles estavam a ponto de sofrer. Podiam ver que ele estava perturbado. Ele tinha feito todo o possível para alertá-los do perigo que estava próximo. De acordo com Lucas, Jesus instruiu a eles todos, “Orai, para que não entreis em tentação” (Lc 22.40). Mateus registra que ele despertou Pedro, Tiago e João depois que eles dormiram pela primeira e segunda vez, e ele repetiu a advertência nas duas ocasiões. Não obstante, não há nenhuma sugestão que qualquer dos discípulos tenha proferido uma única palavra de oração. Isso demonstra quão presumidos eles estavam na autoconfiança deles. Não há sugestão de que eles tivessem oferecido a Cristo qualquer apoio pessoal ou encorajamento. Aliás, há uma ironia profunda no fato de que o Filho sem pecado e onipotente de Deus sentisse uma necessidade tão grande de orar nessa noite, e mesmo assim seus discípulos fracos e vulneráveis não tiveram nenhuma percepção da necessidade desesperada dessa hora. Eles estavam surdos ao que ele lhes tinha dito.

Isso é típico do coração pecador. Em nosso estado carnal e caído nós estamos freqüentemente inconscientes da nossa própria pobreza e fraqueza espiritual. Contudo, até mesmo no estado imaculado dele, Cristo estava sutilmente ciente da fraqueza de carne humana, e ele não conseguia dormir quando a necessidade para comunhão com Deus era tão urgente. Por outro lado, os discípulos todos dormiram nos seus postos.

Como eles puderam dormir? Talvez estivessem sentindo-se seguros num ambiente familiar. Com toda a probabilidade, ninguém nunca vinha à noite a esse lugar. Esquecendo que um entre eles seria o traidor, eles imaginaram que estavam a salvo. Foram derrotados pela fadiga que todos estavam sentindo. Lucas também ressaltou que a tristeza profunda também contribuiu para a sonolência deles (Lc 22.43). Depressão e confusão freqüentemente nos deixam com vontade de dormir. A mente perturbada deles estava buscando uma saída. E assim eles dormiram, deixando que Jesus suportasse sozinho sua angústia.

Não foi hipérbole quando Jesus disse aos seus discípulos que sua aflição era tão severa que o tinha levado até à própria beira da morte. A agonia que ele suportou no jardim era literalmente suficiente para matá-lo — e isso poderia ter acontecido se Deus não o estivesse preservando para uma outra forma de morte. Lucas registra que “o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra” (Lc 22.44). Isso descreve uma enfermidade rara, porém bem-documentada, conhecida como *hematidrosis* que às vezes acontece sob aflição emocional pesada. Vasos capilares subcutâneos estouram sob tensão e o sangue se mistura com a transpiração, saindo pelas glândulas de suor.

Por que ele estava sentindo tanta agonia? Poderia parecer natural assumir que ele estava com medo da dor física da cruz e as torturas que ele sofreria a caminho do Calvário. Mas muitos sofreram crucificação sem suar sangue ao pensarem nisso. É inconcebível pensar que o Filho de Deus estaria sofrendo de agonia tão imensurável por medo do que os homens poderiam fazer com ele. Ele mesmo havia ensinado: “Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma” (Mt 10.28).

Certamente não era a morte em si que perturbava a sua alma tão violentamente. Afinal de contas, ele tinha vindo para morrer. Essa era a hora para a qual ele veio. É inconcebível que nesse estágio tão adiantado ele estivesse reconsiderando a

necessidade de morrer. João 12.27 registra uma oração anterior de Jesus, feita em público, na qual ele disse, “Agora está angustiada a minha alma, e que direi eu? Pai, salva-me desta hora? Mas precisamente com este propósito vim para esta hora”.

Todavia, ali no jardim ele ora, “Meu Pai, se é possível, passa de mim este cálice”. Será que ele está reconsiderando a necessidade de morrer? Será que ele está orando para ser liberto da cruz? Alguns comentaristas que querem evitar essa conclusão sugeriram que o “cálice” sobre o qual ele pede libertação é a ameaça de uma morte prematura no jardim. De acordo com a interpretação deles, ele estava suplicando para que o plano de redenção não descarrilasse por ele morrer antes de alcançar a cruz.

Entretanto, isso ignora a significado bíblico do termo “cálice”. O apóstolo João relata como logo depois disso, quando Jesus está sendo preso e Pedro tenta usar a sua espada para impedir a apreensão, “Mas Jesus disse a Pedro: Mete a espada na bainha; não beberei, porventura, o cálice que o Pai me deu?” (Jo 18.11). Portanto, é evidente que o Pai *deu de fato* o cálice para Cristo beber apesar de tudo.

O que é o cálice? Não é apenas a morte. Não é a dor física da cruz. Não era o açoite ou a humilhação. Não era a sede horrível, a tortura de ter pregos martelados pelo corpo dele, ou a vergonha de receber cusparadas ou ser espancado. Não eram nem mesmo todas essas coisas juntas. Todas essas coisas eram as mesmas coisas que o próprio Cristo tinha dito *não* temer. Ele disse, “E digo-vos, pois, amigos meus: não temais os que matam o corpo e depois disso, nada mais podem fazer” (Lc 12.4).

“Eu, porém”, ele continuou a dizer, “vos mostrarei a quem deveis temer: temei aquele que, depois de matar, tem poder para lançar no inferno. Sim, digo-vos, a esse deveis temer” (v. 5). Claramente, o que Cristo mais temia sobre a cruz — o cálice do qual ele pede para ser liberto se possível — era a efusão da ira divina que ele teria de suportar do seu santo Pai.

O *cálice* era um bem conhecido símbolo do Antigo Testamento da ira divina contra o pecado. Isaías 51.17 diz, “Desperta,

desperta, levanta-te, ó Jerusalém, que da mão do Senhor bebeste o cálice da sua ira, o cálice de atordoamento, e o esgotaste". Em Jeremias 25.15,16, Deus diz ao profeta, "Porque assim me disse o Senhor, o Deus de Israel: Toma da minha mão este cálice do vinho do meu furor e darás a beber dele a todas as nações às quais eu te enviar. Para que bebam, e tremam, e enlouqueçam, por causa da espada que eu enviarei para o meio delas". Ele acrescenta esta instrução: "Pois lhes dirás: Assim diz o SENHOR dos Exércitos, o Deus de Israel: Bebei, embebedai-vos e vomitai; caí e não torneis a levantar-vos, por causa da espada que estou enviando para o vosso meio. Se recusarem receber o cálice da tua mão para beber, então, lhes dirás: "Assim diz o SENHOR dos Exércitos: Tereis de bebê-lo" (vs. 27,28).

Aí o cálice simboliza um julgamento que Deus obriga o ímpio a beber. Eles bebem até que fiquem bêbados, e fisicamente doentes, e então vomitam. É como se Deus dissesse ao pecador, "Você gosta do pecado? Ótimo. Beba até encher-se". E ele os faz continuar bebendo das conseqüências do próprio pecado deles, de forma que a mesma coisa que eles buscavam se torna o julgamento que ele os obriga a receber; a coisa que eles amavam se transforma em algo que os torna doentes e por fim os destrói. Imagens semelhantes que usam um cálice para simbolizar o julgamento divino são encontradas ao longo do Antigo Testamento (cf. Lm 4.21,22; Ez 23.31-34; e Hc 2.16).

Assim quando Cristo orou para que se possível afastasse dele o cálice, ele falava de beber o cálice do julgamento divino. Não imagine nem por um momento que Cristo temia a dor terrena da crucificação. Ele não tremaria diante da probabilidade do que os homens lhe poderiam fazer. Nele não havia um pinga de medo dos homens. Mas no dia seguinte ele iria "tirar os pecados de muitos" (Hb 9.28) — e a plenitude da ira divina cairia sobre ele. De algum modo misterioso que nossa mente humana nunca poderia compreender, Deus o Pai viraria o rosto a Cristo o Filho, e Cristo suportaria todo o ímpeto da fúria divina contra o pecado.

Lembre-se, Isaías 53.10 diz, “ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar”. Quando Cristo foi pendurado na cruz, ele estava carregando os pecados do seu povo e estava sofrendo a ira de Deus em favor deles. 2Coríntios 5.21 explica a cruz de um modo semelhante: “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós”. Em outras palavras, na cruz, Deus imputou nosso pecado a Cristo e então o castigou por isso (cf. 1Pe 2.24).

O preço do pecado que Cristo suportou era a plenitude da fúria da ira divina, e ele pagou isso por completo. Isso explica seu grito de angústia em Mateus 27.46. “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” Esse grito da cruz refletiu a amargura extrema do cálice que lhe foi dado. Não é de admirar que ele tenha procurado afastar de si o cálice.

Será que ele não percebia que não havia nenhuma forma em que o cálice pudesse passar dele? *Claro que sim.* Então por que ele orou assim no jardim? Porque essa era uma expressão honesta do medo que ele estava sentindo nesse momento. Ele não estava de fato esperando ser liberto da sua tarefa de suportar o pecado. E isso fica claro pelo restante da oração: “todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres” (Mt 26.39). Observe que na segunda vez ele pediu, “Meu Pai, se este cálice não pode passar de mim sem que eu o beba, faça-se a tua vontade”. À medida que a intensidade da agonia aumentava, crescia também o senso da sua determinação para cumprir a vontade do seu Pai.

A oração de Cristo é simplesmente uma expressão honesta de paixão humana. E o que é revelado na oração é a rendição sistemática dessas paixões humanas à vontade divina.

Quando Cristo assumiu o corpo humano, ele também assumiu todas as fraquezas naturais da humanidade — exceto aquelas que são inerentemente pecaminosas. Hebreus 4.15 registra, “Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado”. Como observamos no início deste capítulo, Cristo experimentou cada

enfermidade da natureza humana com exceção do pecado. Ele ficava cansado; ele sentia fome; ele sofreu dor. E ali no jardim, ele experimentou o tipo mais profundo de tristeza, e medo, e perturbação da sua alma — até mesmo a ponto de morte. A sua oração é simplesmente uma efusão desses mesmos sentimentos humanos. Ela nos mostra mais claramente a humanidade de Cristo do que qualquer coisa na Escritura.

O que motiva a oração de Cristo aqui não é uma fraqueza *pecadora*, mas enfermidade humana normal — não diferente da sua fome, sede ou fadiga. Cristo certamente não tinha nenhum amor masoquista pelo sofrimento. Haveria algo desumano sobre ele se não contemplasse a cruz com uma intranquilidade e um medo profundo do que estava para vir. Mas este não é um medo covarde; é o mesmo horror e pressentimento que qualquer de nós sentiríamos se soubéssemos que estávamos a ponto de sofrer algo extremamente doloroso. No caso de Jesus, porém, a agonia é infinitamente aumentada, por causa da natureza daquilo que ele encarava.

Em nenhum lugar nos relatos das Escrituras está declarado que a deidade de Jesus o tornava algo *mais* que um homem, ou algo *diferente* do humano. As Escrituras nunca permitem que a natureza divina de Cristo obscureça ou diminua a natureza humana dele. Pelo contrário, tudo o que as Escrituras dizem sobre o papel de Cristo como nosso Salvador depende do fato de ele ser perfeitamente e completamente um homem. Hebreus 2.17 salienta este ponto: “Por isso mesmo, convinha que, *em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos*, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo” (ênfase acrescentada).

Nosso Senhor não estava somente brincando de ser humano. Ele era homem no sentido mais pleno. Ele assumiu *todas* as nossas fraquezas com exceção do nosso pecado. E nesse momento no jardim a sua humanidade se manifestou tão claramente quanto a qualquer momento no seu ministério. Nós

podemos certamente entender as suas emoções: horror diante da visão do que Deus queria que ele fizesse; consternação sobre a realidade do que aquilo lhe custaria; e um desejo real de evitar a ira de Deus se houvesse qualquer possibilidade disso. Tudo isso contribuiu para o sentido esmagador da tristeza que ele estava sentindo enquanto antecipava a cruz.

Em resumo, Jesus estava afligido porque sabia que toda a culpa de todo o pecado de todos os resgatados de todos os tempos seria imputada a ele, e ele sofreria o ímpeto pleno da ira divina em nome de outros. O Filho santo de Deus que nunca tinha conhecido até mesmo o pecado mais insignificante *tornar-se-ia* o próprio pecado — um objeto da fúria de Deus (2 Co 5.21). Esse pensamento o fez literalmente suar sangue.

A SUA SÚPLICA

Assim, a percepção de medo e pressentimento de Cristo quando ele encarou a cruz era uma expressão natural de emoção humana. Seu desejo de escapar da ira de Deus era um sentimento humano normal e perfeitamente compreensível. Mas esse desejo, e todas as suas emoções humanas, tinham de ser conscientemente, deliberadamente rendidos à vontade de Deus. Os sentimentos propriamente ditos não eram pecaminosos. O que é pecaminoso é perseguir sentimentos e preferências humanas à custa da vontade de Deus. Jesus sabia disso, e a sua vida inteira foi caracterizada então por uma submissão constante, sistemática, premeditada e voluntária à vontade do seu Pai. Ele disse, “eu faço sempre o que lhe agrada” (Jo 8.29); “A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra” (4.34); “Eu nada posso fazer de mim mesmo; na forma por que ouço, julgo. O meu juízo é justo, porque não procuro a minha própria vontade, e sim a daquele que me enviou” (5.30); Porque eu descí do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou” (6.38).

As palavras da oração dele no jardim simplesmente refletem como aquela submissão aconteceu. A oração é uma expressão honesta do sentimento humano de Cristo. Ele sinceramente temia a probabilidade da ira do Pai e queria evitá-la se fosse possível.

Mas por que ele está fazendo essa oração a essa hora? Afinal de contas, ele tinha pactuado com Deus na eternidade para morrer como um sacrifício reconciliador para o pecado. Seguramente ele sempre soube que o cálice da ira de Deus era um aspecto inevitável dessa obra expiatória.

Todas essas coisas são verdades, mas na sua humanidade, Cristo estava sentindo o fardo de uma maneira que ele nunca tinha sentido antes. O homem Cristo Jesus estava se aproximando da sua hora. Todos os seus sentimentos humanos normais teriam se intensificado à medida que a hora se aproximava. Todo o peso da aflição e do medo estava crescendo quando ele estava no limiar de tomar a sua cruz. A oração é uma efusão dessas paixões. É a prova de que ele era, afinal das contas, completamente humano em todos os sentidos.

A oração dele no jardim serviu a outro propósito divinamente ordenado. Era um exemplo para Pedro e para os outros apóstolos. Sem dúvida, Cristo já sabia que não havia nenhum modo possível de evitar a efusão da ira de Deus. Seguramente não havia nenhuma real indagação na mente dele sobre se essas coisas eram evitáveis. E mesmo assim ele fez essa oração em voz alta para um propósito.

Jesus freqüentemente orava em voz alta por causa de outros que estavam escutando (cf. Jo 11.42). Há todas as razões para pensarmos que essa oração no jardim foi feita em voz alta em parte por causa dos apóstolos que estavam próximos escutando. Quando Jesus levou Pedro, Tiago e João com ele no jardim, ele lhes pediu para esperar por perto e vigiar com ele. Sabendo que Satanás estava para peneirá-los como trigo, a oração de Jesus era um modelo para eles. Eles poderiam aprender muito ao ouvi-lo orar.

Talvez seja por isso que seus apelos ao Pai são entremeados com solicitações para os discípulos ficarem acordados. Observe as suas palavras em Mateus 26.41: “Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito, na verdade, está pronto, mas a carne é fraca”. Nesse mesmo momento, o próprio Jesus estava em luta com as fraquezas da sua própria humanidade. Novamente, estas não eram fraquezas pecadoras, mas paixões, apetites e sentimentos humanos normais, que, se não subjugados à vontade divina, podem conduzir ao pecado.

Pedro pecou porque dormiu. Normalmente não é nenhum pecado dormir, mas nesse momento, Cristo havia lhe dado um trabalho a fazer. Ele deveria estar acordado e vigiando e orando com Cristo. A fadiga de Pedro, combinada com a grande tristeza dele nessa noite, o fez buscar refúgio no sono. A fadiga e a tristeza não eram pecaminosas em si, mas essas coisas precisavam ser submetidas à vontade de Deus. O *espírito* de Pedro estava certamente disposto (v. 33). Mas a carne dele era fraca. Ele deveria estar orando da forma que o Cristo estava — conscientemente submetendo a sua vontade à vontade do Pai, e buscando em Deus a força para perseverar.

As palavras da oração de Cristo revelam uma intimidade comovedora entre o Pai e o Filho. Quando orava, Cristo sempre se dirigia a Deus como “Pai”. (A única exceção foi quando ele estava na cruz, sentindo o peso da ira divina, e ele orou em aramaico as palavras de Salmo 22.1, “Eloí, Eloí, lámá sabactâni? Que quer dizer: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” — Mc 15.34.) Até onde diz respeito aos líderes judeus, orar a Deus como “Pai” era um modo não-ortodoxo de se dirigir a Deus, porque eles achavam que demonstrava muita familiaridade ou intimidade. Na verdade, eles procuraram matar Jesus em mais de uma ocasião porque ele constantemente chamou Deus de Pai — e eles corretamente compreendiam sua alegação de filho como uma alegação de igualdade absoluta com Deus (Jo 5.18; cf. 10.30-33). A filiação sem igual e eterna de fato estabelece sua igualdade eterna com Deus (Hb 1.4-8) Ele é

o unigênito de Deus. Mas todos os cristãos também têm uma posição especial de filiação outorgada pela adoção deles (Gl 4.4,5). E conseqüentemente Cristo ensinou até mesmo aos seus discípulos a se dirigir a Deus em oração como “Pai”.

Porém, ali no jardim nós encontramos o único lugar em toda a Bíblia em que Cristo se dirigiu a Deus em oração como “Meu Pai (Mt 26.39,42), intensificando a intimidade da expressão. Na realidade, Marcos registra que ele orou, “Aba, Pai, tudo te é possível; passa de mim este cálice; contudo, não seja o que eu quero, e sim o que tu queres” (Mc 14.36). “Aba” é o equivalente aramaico de “Papai”, ou “Paizinho” — uma expressão ainda mais íntima, até mesmo infantil, de confiança e afeto.

A oração de Cristo era acima de tudo uma oração de submissão. A real essência da oração, a petição que dominou o apelo de Cristo, não é o pedido de deixar o cálice passar, mas o propósito ainda mais elevado refletido no pedido repetido dele. “faça-se a sua vontade” (Mt 26.42). Cada gesto da sua oração deu ênfase à mesma coisa. “Meu Pai, se é possível, passa de mim este cálice; *todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres*” (v. 39). “Meu Pai, se não é possível passar de mim este cálice sem que eu o beba, *faça-se a tua vontade*” (v.42). “Deixando-os novamente, foi orar pela terceira vez, *repetindo as mesmas palavras*” (v. 44; ênfase acrescentada em todas citações precedentes).

O desejo humano natural dele era evitar se possível o julgamento terrível que estava a ponto de sofrer. Mas o seu desejo sobrepujado — a última resposta à oração pelo qual ele estava apelando — era que a vontade de Deus fosse feita.

A SUA SUBMISSÃO

Quando Cristo ora, “não seja como eu quero, mas como tu queres”, não devemos pensar que há alguma disparidade entre a vontade do Pai e a do Filho. Em vez disso, o que nós

vemos aqui é o Filho, conscientemente, deliberadamente, voluntariamente subjugando todos os seus sentimentos humanos naturais à vontade perfeita do Pai. A oração é o exemplo consumado de como Cristo em sua humanidade sempre entregou a sua vontade à vontade do Pai em todas as coisas — precisamente de forma que não haja nenhum conflito entre a vontade divina e os seus sentimentos humanos.

Há uma lição pungente aqui. Lembre-se de que Cristo não tinha nenhum apetite pecaminoso, nenhum desejo que fosse pervertido pelo pecado, nenhuma inclinação para cometer o erro. Não obstante, se ele precisou submeter os seus apetites e paixões à vontade de Deus com tanta dedicação deliberada, propositada, quanto mais *nós* precisamos ser deliberados em entregar o nosso coração, a nossa alma, a nossa mente e a nossa força a Deus? Todas as nossas fraquezas, nossos desejos, nossos apetites e nossas próprias vontades — têm de ser conscientemente submetidos à vontade de Deus se nós esperamos poder viver nossa vida para a glória de Deus.

A oração de Cristo não era para o cálice passar *a qualquer preço*. Ele pediu para o cálice ser afastado dele somente se houvesse algum outro modo de realizar o plano de Deus. A resposta de Deus a essa oração prova definitivamente que não havia nenhum modo possível para alcançar a redenção de pecadores além do sacrifício do seu próprio Filho. Deus não enviou o Cristo para morrer frivolamente. Se houvesse outro caminho, ele o teria utilizado. Mas não havia nenhum outro caminho, e é por isso que o cálice não foi afastado de Cristo.

É certo que Cristo sabia disso quando fez a oração. Esta questão na sua íntegra foi planejada no conselho eterno de Deus, antes da fundação do mundo, bem antes que Cristo viesse ao mundo. Ele sabia que seria o Cordeiro de Deus para tirar o pecado do mundo, então isso significava que ele deveria suportar a ira de Deus nesse processo.

Isso sugere ainda uma outra razão pela qual Cristo fez essa oração. Não era apenas uma verdadeira expressão das suas

paixões humanas, que expressava seu medo e horror real ao pensamento do que a cruz significaria para ele; não era apenas um exemplo importante para Pedro e os outros discípulos (como também para todos os cristãos de todos os tempos), mas também revela o mistério do que aconteceu na eternidade entre os membros da Divindade. Quando Deus o Pai e Deus o Filho entraram juntos em aliança com o Espírito Santo para resgatar os eleitos, concordaram que Cristo se tornaria um homem e morreria para pagar o preço da reconciliação.

O apóstolo Paulo falou disso na sua epístola a Tito. Ele a inicia com estas palavras: “Paulo, servo de Deus e apóstolo de Jesus Cristo, para promover a fé que é dos eleitos de Deus e o pleno conhecimento da verdade segundo a piedade, na esperança da vida eterna que o Deus que não pode mentir *prometeu antes dos tempos eternos*” (Tt 1.1,2, ênfase acrescentada). Se Deus prometeu vida eterna antes do início do tempo — antes de haver qualquer criatura a quem fazer esse tipo de promessa — a quem ele prometeu isso? Está claro que isso descreve uma aliança que aconteceu entre os Membros da Divindade para a redenção dos eleitos.

A segunda carta a Timóteo 1.9 contém uma repetição de Tito 1.2. Lá o apóstolo Paulo diz que Deus “nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, *antes dos tempos eternos*” (ênfase acrescentada). Em outras palavras, a garantia eterna de nossa salvação envolve uma promessa feita pelo Pai ao Filho antes do início do tempo. Nossa total esperança de vida eterna consiste dessa promessa eterna feita a Cristo.

Por causa do seu amor eterno pelo seu Filho, Deus o Pai lhe prometeu um povo resgatado. É por isso que o Cristo falou freqüentemente dos resgatados como aqueles que o Pai havia lhe dado (Jo 17.9, 11.14; cf. 6.37-39).

De sua parte, Cristo concordou em morrer pela redenção deles. Meros sacrifícios de animais não poderiam fazer expiação

pelo pecado. Havia unicamente uma maneira pela qual eles poderiam ser resgatados. Um Substituto humano, tão perfeitamente íntegro para que nenhuma falta pudesse ser encontrada nele, teria de sofrer a penalidade pelo pecado como o Substituto deles. E somente o Filho encarnado de Deus preenchia esses requisitos. Então, como a parte dele na aliança para nossa redenção, Cristo concordou em vir ao mundo para o propósito expresso de morrer como um sacrifício pelo pecado. Ele se submeteu amorosamente à vontade do Pai para comprar a redenção para seu povo. Esse é o significado completo de Hebreus 10.4-9:

Porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados. Por isso, ao entrar no mundo, diz: Sacrifício e oferta não quiseste; antes, um corpo me formaste; não te deleitaste com holocaustos e ofertas pelo pecado. Então, eu disse: Eis aqui estou (no rolo do livro está escrito a meu respeito), para fazer, ó Deus, a tua vontade. Depois de dizer, como acima: Sacrifícios e ofertas não quiseste, nem holocaustos e oblações pelo pecado, nem com isto te deleitaste (coisas que se oferecem segundo a lei), então, acrescentou: Eis aqui estou para fazer, ó Deus, a tua vontade.

Assim, a submissão de Cristo à vontade do Pai era uma expressão do seu amor eterno pelo Pai. Por mais detestável e misterioso que seja pensar no Filho morrendo e o Pai derramando a sua ira sobre o Filho — o propósito subjacente da redenção era uma expressão pura de amor entre Pai e Filho. E conseqüentemente na eternidade o Filho voluntariamente, deliberadamente se submeteu à vontade do Pai, e o caminho para a cruz estava estabelecido.

Essa é a verdade principal revelada para nós na oração de Jesus no jardim. Aqui nós contemplamos em microcosmo o processo em sua forma integral descrito em Filipenses 2.6-8, onde Cristo, “subsistindo em forma de Deus, não julgou como

usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz". A sua oração no Getsêmani nos dá uma janela para a sua alma e seu coração no momento em que ele fez essa rendição e revela quão supremo sacrifício foi para ele morrer em nosso favor.

Quando Cristo terminou a oração, ele conseguiu a vitória que procurava. Ele emergiu da sua agonia em harmonia perfeita com o decreto de seu Pai. Ele estava preparado para enfrentar a cruz e beber até o fundo o cálice amargo da ira do Pai contra o pecado.

Os seus inimigos já estavam se aproximando. A tranqüilidade com que Cristo os encontraria — e a graça tranqüila que ele mostraria ao longo de toda a sua provação — são provas vívidas de que Deus o Pai ouviu e respondeu ao clamor do coração do seu Filho no Getsêmani.

“Judas, com um beijo trais o Filho do Homem?”

Lucas 22.48

5

O Beijo do Traidor



De um ponto de vista humano, os acontecimentos restantes dessa noite trágica pareceriam trazer nada mais que vergonha e derrota ao Filho de Deus. Um observador humano poderia pensar que a oração de Jesus no jardim não foi ouvida pelo seu Pai, e que tudo daquele instante em diante de repente escapou ao controle de Jesus. Sem dúvida, foi isso o que os discípulos pensaram.

Eles nunca tinham estado numa situação semelhante antes. Muitas vezes Jesus tinha sido desafiado pelos fariseus e saduceus hostis, mas sempre ele os havia confundido e silenciado. Em várias ocasiões, os seus inimigos tinham procurado prendê-lo pela força ou o tinham ameaçado com dano corporal. Mas ele sempre tinha frustrado o objetivo deles, às vezes por intermédio de ações milagrosas. Eles estavam acostumados a vê-lo no papel do vencedor; nunca ele havia estado no papel de vítima.

De repente tudo começou a dar errado — ou assim parecia. Uma multidão armada apareceu para prendê-lo. De modo completamente inesperado, Judas o traiu da maneira mais desprezível com um beijo hipócrita. Quando Pedro tentou intervir pela força, Jesus o deteve com uma repreensão dura. Finalmente os discípulos, tomados pelo temor, abandonaram seu Mestre e fugiram. Cada fase dos acontecimentos parecia trazer mais vergonha e derrota para Jesus. Isso sem dúvida é o que parecia a todos os observadores em cena nessa noite.

E mesmo assim a realidade maior, salientada em todas os relatos bíblicos desse episódio, é a majestade tranqüila de Cristo que, com soberania, calma absoluta e comportamento triunfante permaneceu inalterável ao longo da provação integral. É uma cena notável e Mateus a descreve em termos vívidos:

Então, voltou para os discípulos e lhes disse: Ainda dormis e repousais! Eis que é chegada a hora, e o Filho do homem está sendo entregue nas mãos de pecadores. Levantai-vos, vamos! Eis que o traidor se aproxima. Falava ele ainda e eis que chegou Judas, um dos doze e, com ele, grande turba com espadas e porretes, vinda da parte dos principais sacerdotes e dos anciãos do povo. Ora, o traidor lhes tinha dado este sinal: Aquele a quem eu beijar, é esse; preendi-o. E logo, aproximando-se de Jesus, lhe disse: Salve, Mestre! E o beijou. Jesus, porém, lhe disse: Amigo, para que vieste? Nisto, aproximando-se eles, deitaram as mãos em Jesus e o prenderam. E eis que um dos que estavam com Jesus, estendendo a mão, sacou da espada e, golpeando o servo do sumo sacerdote, cortou-lhe a orelha. Então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão. Acaso, pensas que não posso rogar a meu Pai, e ele me mandaria neste momento mais de doze legiões de anjos? Como, pois, se cumpririam as Escrituras, segundo as quais assim deve suceder? Naquele momento, disse Jesus às multidões: Saístes com espadas e porretes para prender-me, como a um salteador? Todos os dias, no templo, eu me assentava [convosco] ensinando, e não me prendestes. Tudo isto, porém, aconteceu para que se cumprissem as Escri-

turas dos profetas. Então, os discípulos todos, deixando-o, fugiram (Mt 26. 45-56).

Jesus havia repetidamente estimulado os discípulos a ficarem acordados e a orarem com ele. Três vezes ele tinha orado, e depois de cada oração ele os tinha despertado e os tinha exortado a orarem também. A luta de Cristo no jardim representou um intenso conflito espiritual com os poderes das trevas. Antes disso, no cenáculo, ele havia dito aos discípulos, “Já não falarei muito convosco, porque aí vem o príncipe do mundo; e ele nada tem em mim” (Jo 14.30). Satanás havia tentado Cristo no começo do seu ministério e Cristo havia resistido a cada um dos seus estratagemas (Mt 4.1-11) — e nunca deixou de fazer isso durante toda a vida. Mas a agonia no jardim representa uma agressão final e desesperada do maligno, e Cristo tinha emergido vitorioso novamente. Não havia absolutamente nada nele em que Satanás pudesse levar vantagem.

A MULTIDÃO SE APROXIMA

Mas Satanás já estava armando um tipo diferente de ataque. Judas estava se aproximando com uma grande turba armada enviada pelos principais sacerdotes e anciãos do templo.

Observe que Mateus ainda se refere a Judas como “um dos doze” (Mt 26.47). Ele é designado muitas vezes desse modo no Novo Testamento. Na verdade, todos os quatro evangelhos usam essa expressão para descrever Judas (cf. Mc 14.10, 43; Lc 22.47; Jo 6.71), enquanto só uma vez é um outro discípulo (Tomé) descrito como “um dos doze” (Jo 20.24). Os escritores do evangelho deliberadamente deram ênfase à posição de Judas como um dos doze para acentuar o sentido de choque e traição que todos eles sentiram quando ele se revelou como um traidor.

Em contraste, relatos apócrifos de Judas o retrataram freqüentemente como abertamente diabólico. Alguns dos

primeiros escritores inventaram contos fantásticos sobre ele para que ele parecesse tão mais perverso e grotescamente mau quanto possível. Mas a verdade é que Judas tinha a aparência de um discípulo típico. Ele obviamente nunca tinha dado aos outros discípulos qualquer motivo para que desconfiassem dele, porque foram todos pegos completamente desprevenidos quando ele se aproximou com a turba que procurava prender Jesus. A percepção de choque dos discípulos é claramente descrita pela exclamação que Mateus emprega para descrever o aparecimento súbito de Judas no cenário: “*E eis que chegou Judas . . . e, com ele, grande turba com espadas e porretes, vinda da parte dos principais sacerdotes e dos anciãos do povo*” (Mt 26.47, ênfase acrescentada).

A fachada de fidelidade de Judas a Cristo torna a sua traição particularmente abominável. A insidiosidade de um amigo íntimo que fingia lealdade e amor a Cristo ao mesmo tempo em que o traía é muito pior do que se Cristo tivesse sido entregue por alguém que fosse conhecido como um inimigo.

A ação de Judas é demonstrada como sendo até mesmo mais vergonhosa pelo fato de ele ter trazido uma grande turba armada com espadas e porretes. Eles estavam preparados para a violência. Eles estavam determinados a causar danos corporais a Cristo e aos discípulos, caso fosse preciso. E não se tratava de uma turba improvisada de cidadãos, mas um bando de criminosos selecionados e cuidadosamente organizados pelos principais sacerdotes e anciãos.

Lucas diz que a turba incluía membros da guarda do templo (“capitães do templo” — Lc 22.52). Estes eram oficiais de segurança que agiam como polícia nos pátios do templo e também tinham poderes limitados (sancionados até mesmo por Roma) para prender as pessoas por violações da lei judaica (cf. Jo 7.32). Em pelo menos numa ocasião anterior, os principais sacerdotes tinham ordenado aos capitães do templo que prendessem Jesus, mas quando eles o ouviram ensinando,

ficaram tão confusos pelo modo como ele falava com autoridade que voltaram aturdidos e de mãos vazias (Jo 7.43-46).

João registra que a turba também incluía uma tropa de soldados romanos (Jo 18.3). Visto que a prisão de Jesus tinha sido orquestrada pelo Sinédrio, deve ter sido eles que pediram que os soldados participassem da prisão de Jesus. Obviamente o Sinédrio planejou julgá-lo tendo em vista a pena de morte, e como somente Roma tinha autoridade para executá-la, era necessário o envolvimento de um contingente de soldados no momento da prisão. Uma guarnição de soldados romanos estava permanentemente estacionada na Fortaleza Antônia, adjacente ao monte do templo. Sem dúvida, esses soldados haviam sido enviados de lá. Para ganhar o apoio do exército para prender Jesus, os principais sacerdotes tinham provavelmente contado às autoridades romanas que Jesus era um agitador anti-romano.

Nenhum dos evangelhos dá uma estimativa numérica do tamanho da turba, mas Mateus, Marcos e Lucas todos concordam que se tratava de uma grande multidão (cf. Mc 14.43; Lc 22.47). Dependendo do tamanho da tropa de soldados (havia seiscentos soldados numa coorte romana típica), a multidão poderia ser facilmente contada em centenas. O fato de que os principais sacerdotes tivessem enviado uma multidão tão grande para efetuar a prisão indica o grau de medo que eles tinham do poder de Jesus. Muitas vezes antes disso eles tinham procurado prendê-lo ou silenciá-lo, e os esquemas deles sempre tinham sido frustrados. O próprio Jesus chamou a atenção para a tática absurda e covarde deles em enviar uma multidão armada para prendê-lo no meio da noite. “Saístes com espadas e porretes para prender-me, como a um salteador? Todos os dias, no templo, eu me assentava [convosco] ensinando, e não me prendestes” (Mt 26.55). Um grupo tão grande era claramente excessivo para a finalidade a que era destinado.

Era também desnecessário. Eles não enfrentariam nenhuma resistência de Jesus. Claro, se ele *não* estivesse disposto a se deixar prender, nenhuma quantidade de força terrena teria sido suficiente

para prendê-lo. Se não fosse agora a sua hora no plano perfeito de Deus, ele poderia ter escapado facilmente até mesmo de uma multidão tão grande, como Jesus mostrou a Pedro (v. 53).

A AÇÃO MALIGNA É REALIZADA

Fazia no máximo algumas horas que Judas havia deixado o cenáculo. Já estava escuro do lado de fora quando ele saiu, e quando ele chegou com o bando de homens armados não poderia ser mais que meia-noite. Obviamente ele tinha ido diretamente do cenáculo para os sacerdotes principais. Desde que lhe tinham pago o dinheiro de sangue, ele “buscava uma boa ocasião de lho entregar sem tumulto” (Lc 22.6). Agora, por via das dúvidas, os conspiradores decidiram trazer com eles um grupo. Eles teriam levado algum tempo para reunir um grupo desse tipo. Mas a prontidão com que puderam ajuntar tantos guardas do templo, soldados armados e outros, mostra o nível de determinação deles. Quem sabe o que tinham dito às autoridades romanas para conseguir um destacamento imediato de tropas como esse? Está claro que eles tinham retratado Jesus falsamente como sendo uma séria ameaça aos interesses romanos.

Judas estava bem familiarizado com a localização do Getsêmani, tendo estado lá muitas vezes nos últimos dias com Jesus (Jo 18.2). Talvez essa ida à noite para o Getsêmani tivesse sido planejada e discutida de antemão entre os discípulos. Ou talvez esse fosse um hábito tão bem estabelecido que Judas simplesmente sabia aonde Jesus iria depois da ceia. Em todo caso, Judas deveria estar bastante certo de que Jesus estaria lá, para trazer uma multidão tão grande com ele. No que diz respeito aos conspiradores, era o lugar ideal para prender Jesus sem chamar a atenção das multidões.

Estaria muito escuro no Getsêmani nessa hora. A Páscoa sempre acontecia na lua cheia, assim era mais clara que a maioria das noites, mas num arvoredor de oliveiras o luar forneceria

iluminação suficiente apenas para se distinguir apenas sombras fracas na escuridão. Assim, Judas tinha estabelecido previamente um sinal pelo qual ele identificaria Jesus para os seus companheiros conspiradores.

Judas também pode ter temido que um dos discípulos se entregasse às autoridades em lugar de Jesus, fingindo ser ele para poupar a vida de Cristo. Afinal de contas, apenas horas antes no cenáculo ele tinha escutado o quanto cada um dos outros discípulos tinha professado a sua vontade de ir para prisão ou morrer por Cristo (cf. Jo 13.37; Lc 22.33). Então, para certificar-se de que eles pudessem distinguir Jesus dos outros, os conspiradores tinham determinado um sinal pré-arranjado entre eles. Judas tinha lhes dito, “Aquele a quem eu beijar, é esse; predei-o” (Mt 26.48). O beijo naquela cultura era um sinal tanto de respeito e homenagem como também de afeição. Escravos beijavam os pés dos seus senhores como sinal de extremo respeito. Discípulos às vezes beijavam a bainha das vestes dos seus mestres, como um símbolo de reverência e devoção profunda. Era comum beijar a mão de alguém como um gesto de respeito e honra. Mas um beijo no rosto, especialmente com um abraço, significava amizade e afeição pessoal. O gesto estava reservado para o mais íntimo dos amigos, de forma que um discípulo normalmente não abraçaria e beijaria seu mestre a menos que o mesmo lhe desse o beijo primeiro.

A palavra que Mateus emprega para descrever o beijo de Judas é *kataphileo*, que significa “beijar seriamente, intensivamente ou repetidamente” (É a mesma palavra utilizada para descrever a adoração afetuosa prodigamente demonstrada a Jesus na casa do fariseu pela mulher que ungiu os pés dele com óleo perfumado, enxugou-os com os próprios cabelos e repetidamente os beijou [*kataphileo*] — Lc 7.38). Como se não fosse suficiente Judas trair Jesus, ao fazer isso ele fingiu afeto extremo, tornando assim seu ato ainda mais desprezível. Ainda sob o controle de Satanás, Judas evidentemente não sentia

nenhuma vergonha. Ele poderia ter escolhido qualquer sinal para identificar Cristo aos seus companheiros conspiradores. Ele deliberadamente escolheu um que combinou a própria culpa dele com o tipo mais diabólico de hipocrisia. Ele parece ter deliberadamente prolongado esse seu beijo para deter Jesus o mais possível, a fim de garantir que os soldados tivessem tempo suficiente para prendê-lo.

A resposta de Jesus à falsa demonstração de afeto de Judas transmite um tom de tristeza, mas nenhuma malícia ou hostilidade: “Amigo, para que vieste?” (Mt 26.50). Há uma nota de prudência e possivelmente distância na expressão. Cristo não empregou a palavra normal para “amigo”. Não era *filos*, a palavra que ele usou no cenáculo quando havia dito para os discípulos, “Vós sois meus amigos, se fazeis o que eu vos mando. Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; mas tenho-vos chamado amigos” (Jo 15.14,15). Quando se dirigiu a Judas, ele usou a palavra *hetairios*, que quer dizer, “camarada”, ou “companheiro”. Entretanto, há uma ironia no fato de que quando Pedro, um verdadeiro amigo, tentou impedir que Jesus chegasse à cruz, Jesus tenha se dirigido a ele como “Satanás” (Mt 16.22,23). Mas aqui Judas — um instrumento voluntário de Satanás, possuído e controlado pelo próprio príncipe das trevas — entrega Jesus àqueles que o crucificariam, e Jesus se dirigiu a ele apenas como “camarada”.

Ele pergunta, “Para que vieste?” não porque ele não soubesse. Mas ele queria que Judas enfrentasse com coragem e determinação — e os outros discípulos reconhecessem — a perversidade que ele estava cometendo. Lucas registra que ele disse, “Judas, com um beijo traís o Filho do homem?” (Lc 22.48). Mesmo a essa hora adiantada, quando o coração de Judas estava tão obviamente endurecido contra Cristo, ainda há uma ternura óbvia no modo como Jesus lidou com ele. Ele não proferiu nenhuma injúria; ele não falou severamente com Judas ou o chamou de nomes que lhe caberiam perfeitamente, como *vilão*, *infiel*, *traidor* ou *tolo*. Em vez disso, ele se dirigiu a Judas como a um camarada, chamou-o pelo seu nome e suavemente fez

perguntas que teriam golpeado a consciência de qualquer um que não estivesse totalmente endurecido. A perfídia de Judas, posta contra o fundo da ternura de Jesus, parece ainda pior.

Mas Judas não ficou intimidado. Ele não se perturbou. Com deslealdade audaciosa, ele entregou Jesus aos seus executores, ainda fingindo afeição, no entanto alimentando o ódio mais diabólico no seu coração.

Mais tarde Judas arrepender-se-ia profundamente daquilo que tinha feito (Mt 27.4,5). Mas mesmo seu arrependimento era destituído de qualquer verdadeira contrição. Tendo-se vendido a Satanás por trinta peças de prata, ele já tinha se condenado a passar a eternidade longe daquele Santo que ele traiu tão insensivelmente. Teria sido melhor para ele que não tivesse nascido (Mt 26.24).

UMA MATANÇA É EVITADA

Pelo menos dois dos discípulos estavam armados. Tendo ouvido toda aquela conversa de Jesus sobre a traição e as predições dele sobre a sua prisão e crucificação, os discípulos não entraram no jardim desarmados. Anteriormente, nessa mesma noite no cenáculo, quando Jesus estava dizendo a eles que um deles o trairia, Lucas registra uma conversa que aconteceu:

A seguir, Jesus lhes perguntou: Quando vos mandei sem bolsa, sem alforje e sem sandálias, faltou-vos, porventura, alguma coisa? Nada, disseram eles. Então, lhes disse: Agora, porém, quem tem bolsa, tome-a, como também o alforje; e o que não tem espada, venda a sua capa e compre uma. Pois vos digo que importa que se cumpra em mim o que está escrito: Ele foi contado com os malfeitores. Porque o que a mim se refere está sendo cumprido. Então, lhe disseram: Senhor, eis aqui duas espadas! Respondeu-lhes: Basta! (Lc 22.35-38)

Cristo estava simplesmente acautelando-os a respeito da violência iminente. Embora sempre tivessem estado perfeitamente seguros debaixo dos cuidados providenciais de Deus, um ato terrível de violência estava para ser perpetrado contra eles. Precisavam se preparar para isso de forma que quando acontecesse, sua fé não fosse abalada. Ele estava falando, claro, sobre preparação espiritual, não física. Ele os estava advertindo a respeito de uma batalha espiritual que estavam prestes a enfrentar, e ele certamente não os estava aconselhando a se armarem com armas carnavais (2Co 10.4). Mas os discípulos literalmente assumiram que ele estava dizendo que eles teriam de comprar espadas. Então fizeram um inventário particular e descobriram que já tinham duas espadas. A resposta ambígua de Jesus (“basta”) provavelmente significa “chega desta conversa”. Eles podem ter achado que ele quis dizer que duas espadas eram suficientes. Em todo caso, seu comentário serviu a seu propósito e eles não mais pensaram em buscar armas adicionais.

Não havia nada incomum no fato de pescadores da Galiléia carregarem espadas. Elas eram facas ou punhais compridos de dois gumes em vez de espadas de luta. Eram carregadas numa capa de couro amarrada ao cinto, e tinham vários outros usos que não violência contra outras pessoas.

Claro que duas armas desse tipo seriam praticamente inúteis contra uma turba armada que incluía tantos soldados romanos. Mas os discípulos, cujas expectativas messiânicas sem dúvida ainda incluía a esperança de que Cristo se sublevaria, subverteria Roma e estabeleceria seu trono em Jerusalém, poderiam estar pensando que ele poderia usar poder sobrenatural para dar ao pequeno grupo de discípulos uma vitória militar milagrosa nessa noite. E quando eles perceberam que Jesus estava para ser preso à força, perguntaram, “Senhor, feriremos à espada?” (Lc 22.49).

Sem dúvida, eles foram incentivados por algo que apenas João informa. Quando os agressores anunciaram que eles

estavam buscando Jesus de Nazaré, “Então, Jesus lhes disse: Sou eu ... Quando, pois, Jesus lhes disse: Sou eu, recuaram e caíram por terra” (Jo 18.5,6). Uma exibição desse tipo de poder sobrenatural pode ter levado os discípulos a pensarem que Jesus planejava destruir seus agressores de modo sobrenatural. Assim eles lhe perguntaram se deveriam usar as suas armas.

Mas não Pedro. Ele não via razão para pensar ou falar nesse momento. João nos conta, “Então, Simão Pedro puxou da espada que trazia e feriu o servo do sumo sacerdote, cortando-lhe a orelha direita; e o nome do servo era Malco” (v. 10) (Somente João identifica Pedro como o homem da espada. Pode ser porque os evangelhos sinópticos foram escritos muito mais cedo, antes de Roma saquear Jerusalém e destruir o templo. Os escritores sinópticos podem ter-se absterido de identificar Pedro por causa da possível represália dos líderes judeus).

Malco era com toda a probabilidade um criado estimado do sumo sacerdote, porque ele foi posicionado aparentemente à frente da multidão, um alvo fácil para Pedro. Pedro estava sem dúvida golpeando seu pescoço ou estava literalmente tentando rachar o crânio dele, mas Malco esquivou-se e o golpe de Pedro passou do lado da sua cabeça, cortando a orelha.

A causa de Cristo nunca progrediu por meio da guerra terrena, embora muitas almas extraviadas tivessem tentado. Quando esses tipos de táticas são empregadas, elas invariavelmente ferem nosso testemunho cristão em vez de ajudá-lo. O reino de Deus não pode ser ampliado por armas físicas ou estratégias mundanas. Como Jesus disse a Pilatos, “O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui” (Jo 18.36).

Jesus repreendeu Pedro com severidade. “Mete a espada na bainha” (Jo 18.11). Mateus diz que ele acrescentou, “pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão” (Mt 26.52). As palavras eram um eco de Gênesis 9.6. “Se alguém

derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu". Jesus estava querendo dizer que ele não considerava a ação de Pedro como um ato legítimo de autodefesa, mas antes um ato ilegal de tentativa de assassinato, digno de punição de morte. Muito embora a prisão de Jesus fosse um ato injusto, covarde, estava sendo executada pelas autoridades devidamente estabelecidas em Jerusalém e não deveria, pois, ser resistida por meio de força ilegal (cf. Rm 13.2). Atos de violência ou desobediência civil por um indivíduo contra um governo devidamente estabelecido são sempre errados, mesmo que o próprio governo seja injusto (Este é um ponto que precisa ser reenfatizado numa era em que muitos cristãos acham que são justificados em quebrar a lei para protestar contra os erros do governo.).

Nosso Senhor não estava proibindo a defesa pessoal ou a defesa de nossos entes queridos de qualquer tipo de agressão violenta. Ele não estava sancionando nenhum tipo de pacifismo radical. Ele estava simplesmente estabelecendo a importância de submissão à autoridade divinamente ordenada, até mesmo quando essa autoridade é injusta ou abusiva. Ele admoestou, pois, a Pedro, "Deixai, basta" (Lc 22.51).

Em todo caso, Cristo não precisava do poder carnal para se defender. Ele já tinha feito essa observação de um modo prático quando as meras palavras dele fizeram os seus agressores cambalearem e caírem ao chão. Ele continuou a sua repreensão a Pedro, "Acaso pensas que não posso rogar a meu Pai, e ele me mandaria neste momento mais de doze legiões de anjos?" (Mt 26.53). Uma legião era composta de seis mil soldados. Doze legiões angelicais seriam 72.000 anjos. Lembre-se de que no Antigo Testamento — quando os exércitos de Senaqueribe ameaçavam Jerusalém — um único anjo matou 185.000 no arraial dos assírios numa noite (2Rs 19.35). Então o poder militar de 72.000 anjos seria totalmente impressionante! Se Cristo tivesse a pretensão de ser salvo dessa turba armada, ele certamente não precisaria da espada de Pedro.

Mas, ele lembrou Pedro de que ele tinha um propósito mais elevado. “Como, pois, se cumpririam as Escrituras, segundo as quais assim deve suceder?” (Mt 26.54). Se anjos o salvassem nesse momento, o seu trabalho de expiação não poderia ser realizado. “Não beberei, porventura, o cálice que o Pai me deu?” (Jo 18.11).

Cristo já havia lhes mostrado que as Escrituras seriam cumpridas pela traição de Judas (Sl 41.9), como também que o golpe no Pastor espalharia as ovelhas (Zc 13.7). Havia várias outras passagens nas Escrituras sobre o sofrimento do Messias pelo pecado que ainda esperavam cumprimento, e Cristo estava determinado a ver o cumprimento de todas elas. Mais uma vez, a intervenção tempestuosa de Pedro era um impedimento carnal ao plano de Deus. “A ira do homem não produz a justiça de Deus” (Tg 1.20). “Porque as armas da nossa milícia não são carnis” (2Co 10.4).

A orelha cortada de Malco estava aparentemente ainda pendurada ao lado da sua cabeça. Numa exibição notável de poder, Jesus, “tocando-lhe a orelha, o curou” (Lc 22.51). Esse é o único incidente registrado na Bíblia em que Cristo curou um ferimento recente. E ele é ainda mais notável pelo fato de que Malco era um incrédulo, hostil a Cristo. Mas talvez o fato mais notável é que o milagre foi praticamente ignorado pela turba. Eles continuaram com o seu negócio maligno como se nada fora do comum houvesse acontecido (v. 54). A cura da orelha de Malco não teve nenhum efeito no coração deles mais que a força poderosa que os tinha derrubado ao chão alguns momentos antes. Eles eram como os homens de Sodoma que foram afligidos com cegueira pelo poder de Deus, e no entanto ainda continuaram obstinadamente impávidos na sua procura maligna (Gn 19.10,11). Nem mesmo uma exibição milagrosa do poder de Deus os desviaria do objetivo perverso que eles tinham determinado no próprio coração.

A FUGA DOS DISCÍPULOS

Foi nesse momento que Jesus disse à turba, “Saístes com espadas e porretes para prender-me, como a um salteador? Todos os dias, no templo, eu me assentava [convosco] ensinando, e não me prendestes” (Mt 26.55). O modo covarde de abordarem Jesus na calada da noite provou estarem cientes de que não havia qualquer base legítima para o prenderem. Ele não estava envolvido em nenhuma insurreição clandestina. Ele fazia seus ensinamentos publicamente e em plena luz do dia, normalmente nos pátios do templo, onde todos podiam ver. Se houvesse base legítima para prendê-lo, ele poderia ter sido preso em qualquer dia durante aquela semana anterior. O Sinédrio sabia, sem dúvida, que uma prisão pública desse tipo poderia agitar a multidão. É por isso que haviam conspirado para prender Jesus em segredo. Porém, ao dizer isso, Jesus expôs o subterfúgio deles aos soldados romanos que provavelmente nada sabiam dos verdadeiros motivos dos líderes judeus.

Ele acrescentou, “Tudo isto, porém, aconteceu para que se cumprissem as Escrituras dos profetas” (v. 56). Assim Cristo novamente profere o refrão que é o tema constante de todos os quatro relatos evangélicos da crucificação. Apesar da hostilidade deles, os homens que o prenderam estavam cumprindo perfeitamente seus motivos soberanos. As tentativas deles de destruí-lo estavam apenas atingindo o fim que *ele* almejava, cumprindo um plano que havia sido traçado antes da fundação do tempo. Sua palavra e sua vontade seriam cumpridas não importava quão ferozmente os poderes das trevas procurassem destruí-lo.

Os discípulos tinham repetidamente ouvido Jesus expressar confiança absoluta no plano soberano de Deus. Mas sob essas circunstâncias, e nesse momento, isso parecia ser de pouco conforto para eles. Cristo tinha sido agora traído e entregue nas mãos dos seus inimigos. Não havia nada que eles

pudessem fazer para impedir isso. Eles nunca tinham estado em nenhuma situação que parecesse tão sem saída — pelo menos não enquanto eles tinham estado na presença de Jesus. Tinham sido horas difíceis e agora o desespero total estabeleceu-se. Seus olhos estavam firmemente fixos nas circunstâncias do momento, não na doutrina da soberania de Deus. E conseqüentemente eles não poderiam tirar nenhum conforto das palavras tranqüilizadoras de Jesus. O medo começou a subjugar-los. “Então, os discípulos todos, deixando-o, fugiram” (v. 56).

Lembre-se que até a deserção deles aconteceu para que as Escrituras pudessem ser cumpridas. Eles estavam agindo exatamente da forma que Jesus disse que agiriam. Se eles tivessem refletido sobre essas coisas, deveriam ter percebido que nenhum desgrça havia acontecido a eles que ele não lhes houvesse avisado.

Os discípulos literalmente se espalharam, em vez de fugirem como um grupo. Pedro e João seguiram a multidão secretamente até a casa do sumo sacerdote (Jo 18.15). Nada é dito sobre aonde foram os outros discípulos — mas eles aparentemente foram se esconder.

Para justificá-los, deveríamos observar que todos eles realmente teriam sido presos ou submetidos a coisa pior se tivessem permanecido no jardim. Isso é evidente no argumento de Jesus frente aos oficiais da prisão, registrado no relato de João: “Se é a mim, pois, que buscais, deixai ir estes” (Jo 18.8). De acordo com João, Jesus disse que era “para se cumprir a palavra que dissera: Não perdi nenhum dos que me deste” (v. 9). Provavelmente quando ouviram Jesus dizer essas palavras, eles aproveitaram o momento e fugiram sem hesitação.

Marcos inclui uma cena não encontrada em nenhum dos outros evangelhos: “Então, deixando-o, todos fugiram. Seguiu-o um jovem, coberto unicamente com um lençol, e lançaram-lhe a mão. Mas ele, largando o lençol, fugiu desnudo” (Mc 14.50-52). Quem era aquele “jovem” não é declarado em nenhum

lugar, mas bem que pode ter sido o próprio Marcos. Os homens que “lançaram-lhe a mão” eram sem dúvida os soldados romanos. Quem quer que seja esse homem jovem não nomeado, ele aparentemente estava dormindo, ou preparando-se para dormir, quando o barulho da turba o despertou. Sem perder tempo para se vestir, ele se cobriu com um pano de linho, talvez um lençol, e seguiu o alvoroço para ver o que estava acontecendo. Assumindo que ele era um seguidor de Cristo, os soldados tentaram prendê-lo. Ele escapou, mas só por ter deixado sua roupa improvisada, fugindo nu na noite. Isso certamente prova que os discípulos estavam realmente correndo perigo nessa ocasião.

E assim todos eles abandonaram seu Mestre. Mas ele não estava de jeito nenhum sozinho. Jesus havia dito pouco antes aos seus discípulos, “Eis que vem a hora e já é chegada, em que sereis dispersos, cada um para sua casa, e me deixareis só; contudo, não estou só, porque o Pai está comigo (Jo 16.32).

Assim, a obra divina de redenção teve prosseguimento de acordo com seu tempo determinado. O plano soberano de Cristo seria cumprido em cada detalhe, apesar da oposição dos seus inimigos — e até mesmo apesar do abandono dos seus amigos.

“Todo o dia torcem as minhas palavras; os seus pensamentos são todos contra mim para o mal.”

Salmo 56.5

6

O Tribunal Irregular do Sumo Sacerdote



Cristo foi levado do Getsêmani diretamente para Anás, o sumo sacerdote anterior que ainda detinha o poder do ofício (Jo 18.13). Anás mandou que o amarrassem e o enviou para a casa de Caifás, seu genro, que na época era o sumo sacerdote oficial (v. 24). Caifás convocou uma reunião apressada do Sinédrio e Cristo foi levado imediatamente a julgamento no meio da noite. As acusações contra ele eram fraudulentas e as testemunhas foram subornadas. O julgamento inteiro foi um total arremedo de justiça. Mediante todos os padrões bíblicos que deveriam governar a dispensação de justiça em Israel, o julgamento era ilegal e seu veredicto injusto.

Os padrões fundamentais de justiça em Israel foram estabelecidos pela lei divina dada a Moisés. O sistema de justiça que Deus tinha estabelecido em Israel foi projetado para assegurar justiça em sua plenitude e encorajar a misericórdia. Na verdade, quando os padrões da lei de Moisés foram instituídos eles representavam um avanço dramático da justiça

civil e criminal. O sistema de Moisés era bem de longe superior a qualquer dos padrões cananeus. Também era mais avançado e mais eqüitativo que o sistema egípcio de justiça. Na realidade, os padrões estabelecidos pela lei mosaica são a base integral das nossas noções modernas de justiça.

Deuteronômio 16.18-20 apresenta os princípios básicos de jurisprudência em Israel:

Juízes e oficiais constituirás em todas as tuas cidades que o Senhor, teu Deus, te der entre as tuas tribos, para que julguem o povo com reto juízo. Não torcerás a justiça, não farás acepção de pessoas, nem tomarás suborno; porquanto o suborno cega os olhos dos sábios e subverte a causa dos justos. A justiça seguirás, somente a justiça, para que vivas e possuas em herança a terra que te dá o Senhor, teu Deus.

Na época do Antigo Testamento, os tribunais locais eram administrados pelas autoridades locais. A justiça era tanto rápida quanto justa, porque era administrada dentro da comunidade pelos líderes e pelo povo da comunidade. Israel era uma teocracia, com Deus como Rei mediando sua soberania pela revelação da sua Palavra. Sob esse governo teocrático, a lei civil e a lei religiosa estavam inseparavelmente entrelaçadas, de forma que aqueles que eram mais versados nas Escrituras eram considerados os juristas. Quando o Novo Testamento usa o termo “advogados”, está se referindo aos homens que eram versados no Antigo Testamento, peritos na lei de *Moisés*. O sistema de justiça civil era orientado, portanto, em primeiro lugar, por princípios bíblicos.

Algum tempo depois do cativeiro babilônico, provavelmente durante o período dos Macabeus (entre o Antigo e o Novo Testamento), o Grande Sinédrio foi estabelecido em Jerusalém como o tribunal supremo em Israel (Também havia grupos menores chamados Sinédrio, que funcionavam como tribunais em muitas comunidades locais, mas o Grande Sinédrio em Jerusalém servia como o Tribunal

supremo de Israel.). O Grande Sinédrio era padronizado segundo o conselho de anciãos que Moisés reuniu em Números 11.16. “Disse o SENHOR a Moisés: Ajunta-me setenta homens dos anciãos de Israel, que sabes serem anciãos e superintendentes do povo; e os trarás perante a tenda da congregação, para que assistam ali contigo”. Esses setenta homens, mais Moisés, formaram um conselho de 71 anciãos cujo trabalho era governar os israelitas no deserto.

Visto que o conselho de Moisés com os anciões era o modelo para o Sinédrio, esse conselho também tinha 71 membros — consistindo de 24 sacerdotes principais (os cabeças das 24 divisões sacerdotais, cf. 1Cr 24.4, Ap 4.4) mais 46 anciãos escolhidos dentre os escribas, fariseus e saduceus. O sumo sacerdote era tanto o supervisor quanto um membro de votação do Sinédrio, o que elevava o número para 71 (O número ímpar assegurava que as decisões fossem alcançadas pela maioria de votos.).

Na época de Jesus, o Sinédrio tinha se tornado um corpo corrupto e politicamente motivado. A designação para o conselho poderia ser comprada com favores políticos e às vezes até mesmo com dinheiro. Portanto, o favoritismo e o partidarismo predominavam, e a conveniência política freqüentemente determinava quem era elevado ao poder ou era derrubado dele no Sinédrio. Roma exercia o controle máximo sobre o sumo sacerdócio, porque Roma tinha poder para designar ou depor o sumo sacerdote. Tanto o sumo sacerdote quanto os sacerdotes governantes do templo eram saduceus, que abertamente negavam os elementos sobrenaturais do Antigo Testamento. Tensões políticas constantes fervilhavam entre as várias facções do Sinédrio, o povo de Israel, Roma e Herodes. Conseqüentemente, o Sinédrio freqüentemente tomava decisões que eram politicamente motivadas. Aliás, à parte a animosidade religiosa óbvia deles em relação aos ensinamentos de Cristo, a pura conveniência política era o motivo da conspiração para executar a prisão e a crucificação de Cristo (ver Jo 11.47-53).

Apesar da corrupção dentro do Sinédrio, o sistema de justiça ainda era governado pelos direitos probatórios e os princípios de imparcialidade que tinham sido estabelecidos sob Moisés. Ainda eram exigidas duas testemunhas de confiança para que a culpa fosse estabelecida. Presumia-se que os acusados tivessem direito a um julgamento público. As pessoas que estavam sendo julgadas tinham direito a uma defesa, inclusive o direito de convocar testemunha e apresentar provas.

Como um meio de coibir qualquer um que pudesse apresentar falso testemunho contra uma pessoa acusada, a lei de Moisés estabeleceu o seguinte princípio:

Quando se levantar testemunha falsa contra alguém, para o acusar de algum transvio, então, os dois homens que tiverem a demanda se apresentarão perante o SENHOR, diante dos sacerdotes e dos juízes que houver naqueles dias. Os juízes indagarão bem; se a testemunha for falsa e tiver testemunhado falsamente contra seu irmão, far-lhe-eis como cuidou fazer a seu irmão; e, assim, exterminarás o mal do meio de ti (Dt 19.16-19).

Assim, se alguém testemunhasse falsamente contra uma pessoa acusada de um crime de morte, a própria testemunha falsa poderia ser condenada à morte.

A tradição rabínica tinha acrescentado outra restrição para os casos de pena de morte. Um dia inteiro de jejum tinha de ser observado pelo conselho entre o transcurso da sentença e a execução do criminoso (Isso não só evitava julgamentos e execuções precipitados, mas também mantinha as penas capitais pendentes durante as festas.). Depois do dia obrigatório de jejum, os membros do conselho votavam novamente para ver se tinham mudado de opinião. Vereditos de culpa poderiam assim ser derrubados, mas um veredito de não-culpado não podia ser revogado.

Todos esses princípios foram estabelecidos para assegurar que os julgamentos fossem justos e misericordiosos. Estudiosos

da lei que estudaram o sistema da justiça do Sinédrio citam inúmeros outros princípios que governavam a audiência de penas capitais. Para garantir a justiça, o conselho poderia julgar casos somente em que uma parte externa tivesse feito as acusações.

Se as acusações tivessem sido feitas contra o acusado pelos membros do conselho, o conselho inteiro era desqualificado para julgar o caso. O depoimento de todas as testemunhas tinha de ser preciso quanto à data, o tempo e o lugar do acontecimento sobre o qual a pessoa estava testemunhando. Mulheres, crianças, escravos e os mentalmente incompetentes não tinham permissão para testemunhar. Pessoas de caráter questionável também eram desqualificadas para serem testemunhas. O acusado seria presumido inocente até que um veredicto de culpa oficial fosse alcançado. Julgamentos de criminosos não poderiam ocorrer à noite, e se um julgamento já estivesse em andamento quando anoitecesse, o tribunal entraria em recesso até o dia seguinte.

Quase todos esses princípios foram abertamente desconsiderados no julgamento de Cristo. Seu julgamento foi injusto e ilegal por praticamente todos os princípios de jurisprudência eram conhecidos na ocasião. Caifás e o Sinédrio transformaram o próprio conselho deles num tribunal irregular com o propósito predeterminado de matar Jesus. O julgamento que fizeram foi um ato deliberado de desumanidade, o maior erro judicial na história do mundo.

UM JULGAMENTO NOTURNO COVARDE

Mateus escreve, “E os que prenderam Jesus o levaram à casa de Caifás, o sumo sacerdote, onde se haviam reunido os escribas e os anciãos. Mas Pedro o seguia de longe até ao pátio do sumo sacerdote” (Mt 26.57,58). O relato do apóstolo João fornece mais detalhes. João aparentemente também seguiu Jesus até a casa do sumo sacerdote (Jo 18.15). E de João ficamos

sabendo que antes de Jesus ser levado para a casa de Caifás, eles “o conduziram primeiramente a Anás; pois era sogro de Caifás, sumo sacerdote naquele ano” (v. 13).

Anás era um dos homens mais poderosos em Jerusalém. Ele tinha servido como sumo sacerdote vinte anos antes disso (d.C. 7-14), e para todos os propósitos práticos, ele tinha controlado o ofício do sumo sacerdote desde então. Cinco de seus filhos já o tinham sucedido como sumo sacerdotes, e agora o genro dele, Caifás, detinha o título. Assim, Anás conseguiu controlar o sumo sacerdócio por intermédio dos seus filhos e genro até o fim da sua vida. Sendo o poder verdadeiro por trás do cargo oficial, ele reteve também o uso do título. Por isso, várias vezes no Novo Testamento, ele é chamado de sumo sacerdote (cf. Lc 3.2).

Anás e sua família tinham conseguido transformar o sumo sacerdócio num negócio inacreditavelmente lucrativo, e haviam desse modo acumulado uma enorme riqueza. Eles a conseguiram principalmente colecionando tributos de alvarás e comissões dos corretores que operavam o câmbio e vendiam animais sacrificiais nos pátios do templo. Todo o negócio era fraudulento. Tanto os cambistas quanto os comerciantes de animais eram famosos por sua desonestidade e ganância. Visto que Anás controlava o monopólio no empreendimento geral, os comerciantes que trabalhavam para ele poderiam cobrar taxas exorbitantes — especialmente durante as épocas de festas, quando a cidade ficava cheia de peregrinos. Claro que o próprio Anás ficava com uma grande parte dos lucros. Assim Anás e os seus filhos tinham ficado ricos à custa de pessoas que vinham adorar a Deus. Isso explica a fúria de Jesus acerca de todo o comércio, que o levou a purificar o templo expulsando os cambistas e vendedores de animais em duas ocasiões (Mt 21.12,13; Mc 11.15-17; Jo 2.14-16).

Em primeiro lugar, por que os cambistas estavam no templo? Porque as moedas romanas que eram usadas na maior parte do comércio tinham a imagem de César estampada nelas,

e isso era considerado idolatria (cf. Mt 22.20,21). As moedas romanas eram portanto proibidas de serem usadas para doações à tesouraria do templo. Era exigido dos adoradores que vinham ao templo que usassem moedas judaicas para os dízimos, ofertas de esmola e impostos do templo. Por conveniência, ostensivamente era permitido que cambistas autorizados pelo sumo sacerdote executassem o comércio deles bem ali nos pátios do templo, trocando moedas estrangeiras por moedas judaicas. Mas a taxa de câmbio que eles cobravam era exorbitantemente desvantajosa ao adorador. Em resumo, o sumo sacerdote estava sancionando uma forma de furto organizado.

Algo semelhante estava acontecendo com o comércio de animais no templo e em outros lugares ao redor de Jerusalém. Era exigido que os adoradores trouxessem um animal sem manchas — e os sacerdotes certificavam os animais quanto a estarem aptos para os propósitos sacrificiais. Todos os animais dos corretores do templo eram certificados com antecedência para propósitos sacrificiais. Então, era freqüentemente muito mais fácil para os adoradores de fora da cidade comprar um animal no templo, ou próximo dele, em vez de trazer de longe um animal próprio só para ser desqualificado quando o sacerdote do templo encontrasse um defeito de qualquer espécie. Como sumo sacerdote, Anás praticamente possuía a franquia de animais sacrificiais pré-certificados. Ele e os mercadores que trabalhavam para ele tiravam proveito dessa situação e estabeleciam preços irracionalmente altos para os animais pré-certificados tanto no templo como por toda a cidade de Jerusalém.

Anás administrava esse poder por intermédio dos seus filhos, que regularmente coletavam a porção de lucros que cabia ao sumo sacerdote desses negócios duvidosos. Anás funcionava muito como um chefe do crime organizado da atualidade. Não é de admirar que Cristo tivesse purificado o templo duas vezes. Anás o tinha literalmente transformado numa casa de negócios e uma cova de ladrões (Jo 2.16; Mc 11.17).

E não é de admirar que Anás estivesse tão determinado a eliminar Cristo. Jesus tinha sido repetidamente uma ameaça aos interesses do negócio de Anás. Além disso, Cristo era tudo o que um verdadeiro sumo sacerdote deveria ser — santo, devoto, puro, honrado e virtuoso. Homens corruptos que brandem poder como fazia Anás simplesmente não conseguem suportar a verdadeira integridade. Jesus era uma repreensão constante para Anás. Por todas essas razões, Anás queria vê-lo destruído.

O fato de aqueles que prenderam Jesus o terem primeiro levado a Anás prova que ele próprio era o poder máximo por trás da conspiração para matar Jesus. Era ele, no final das contas, que tinha de autorizar a ação, e sem a sua sanção a conspiração maligna nunca teria ido adiante. Também, o fato de que os conspiradores levaram Jesus a Anás antes de o levarem a Caifás revela a verdadeira natureza do sumo sacerdócio deste. Ele era praticamente um fantoche, sob o controle do seu sogro.

A audição na casa de Anás aconteceu evidentemente por um motivo: para forjar uma acusação específica contra Jesus. O plano era Anás ouvir Jesus falar sobre seus ensinamentos, e então ele decidiria que tipo de acusação faria. Ele tinha várias opções à sua disposição. Ele poderia acusar Jesus de blasfêmia, um crime punível por morte sob a lei judaica. Considerando que Jesus tinha dito muitas coisas no seu ministério público que os líderes judeus julgavam serem blasfêmias, essa parecia a acusação mais provável.

Mas os romanos, que tinham o poder de autorizar e executar a pena de morte, raramente aprovavam essa sentença pelo motivo de blasfêmia. Por isso, Anás também poderia procurar um modo de o acusar de sedição ou insurreição. Compreensivelmente, Roma não estava inclinada a ser misericordiosa com agitadores anti-romanos.

Enquanto Jesus era levado à presença de Anás, Caifás teria tempo para reunir o Sinédrio na sua casa para o julgamento improvisado (Mt 26.57). A rapidez com que ele conseguiu fazer isso revela a ânsia do conselho inteiro de aniquilar Jesus.

João registra que Anás “interrogou a Jesus acerca dos seus discípulos e da sua doutrina” (Jo 18.19). Na verdade, Jesus estava sendo processado (levado diante de um tribunal para responder a acusações), embora ele ainda não tivesse sido indiciado (formalmente acusado de uma ofensa específica). Isso era completamente irregular e contrário a qualquer padrão de jurisprudência imparcial. Além disso, Anás estava na verdade tentando conseguir com que Jesus se implicasse — e isso também era contrário aos princípios de justiça que se presumia dirigiam o Sinédrio.

Mas a resposta de Jesus sutilmente expôs a ilegalidade do interrogatório de Anás: “Eu tenho falado francamente ao mundo; ensinei continuamente tanto nas sinagogas como no templo, onde todos os judeus se reúnem, e nada disse em oculto. Por que me interrogas? Pergunta aos que ouviram o que lhes falei; bem sabem eles o que eu disse” (Jo 18.20,21). Ele não estava sendo impertinente. Ele não tinha nenhuma obrigação legal de testemunhar contra si mesmo, particularmente antes que qualquer acusação fosse feita contra ele. Anás teria de declarar as acusações contra Jesus antes de poder interrogá-lo numa audiência desse tipo. Visto então que nenhuma acusação específica tinha sido feito contra ele, não era a obrigação de Jesus fornecer a Anás qualquer tipo de informação que ele poderia usar para incriminá-lo posteriormente. Anás, é claro, sabia disso.

No entanto, “Dizendo ele isto, um dos guardas que ali estavam deu uma bofetada em Jesus, dizendo: É assim que falas ao sumo sacerdote?” (v. 22). A ação do oficial provavelmente tinha a intenção de encobrir o embaraço do sumo sacerdote. Também pode ter sido uma tentativa deliberada para provocar Jesus, tentando fazê-lo dar uma resposta colérica que poderia ser usada contra ele.

Mas Jesus manteve a sua compostura perfeitamente: “Replicou-lhe Jesus: Se falei mal, dá testemunho do mal; mas, se falei bem, por que me feres?” (v. 23). Se Jesus tinha dito uma blasfêmia ou tinha tentado fomentar a revolução, era

responsabilidade dos acusadores dele oferecer um relato detalhado e prova do seu mau procedimento. Se eles não tivessem nenhum conhecimento de algum crime de que ele poderia ser acusado, eles não teriam nenhum direito de prendê-lo, muito menos bater nele.

Anás estava claramente embaraçado pela resposta de Jesus. Cristo havia exposto o ardil do sumo sacerdote sem lhe dar qualquer informação que o ajudaria a forjar uma acusação. Exasperado e ainda incapaz de encontrar qualquer coisa com que ele pudesse acusar Jesus, Anás finalmente o amarrou e o enviou para a casa de Caifás, onde os membros do Sinédrio já haviam se reunido para o julgamento.

As casas de Anás e Caifás aparentemente compartilhavam um pátio comum. Era típico dessa cultura que os filhos e genros construíssem suas casas ao lado ou ligadas à dos pais. Entre as casas haveria um pátio, e aparentemente era dentro de um pátio desse tipo que estavam Pedro e João, esquentando as mãos numa fogueira feita com carvão enquanto esperavam os resultados da audiência (Jo 18.15-18). João “era conhecido do sumo sacerdote” (v.16), o que provavelmente reflete a posição social da família dele. João então conseguiu permissão para Pedro também entrar no pátio. Assim, quando Mateus relatou que Pedro estava no pátio de Caifás com os criados, esperando o resultado do julgamento (Mt 26.58), trata-se provavelmente do mesmo lugar de que falou João, próximo à casa de Anás onde os criados tinham feito uma fogueira com carvão. Isso também quer dizer que quando Anás enviou Jesus amarrado para Caifás, foi uma caminhada curta — provavelmente tendo Jesus caminhado através do mesmo pátio onde Pedro e João estavam esperando.

O fato de que acusações formais ainda não haviam sido feitas contra Jesus provavelmente era um embaraço e seguramente uma frustração para o conselho, mas definitivamente não era nenhum impedimento aos planos deles. Eles já tinham uma conspiração de testemunhas falsas que estavam preparadas para testemunhar contra Jesus.

SOLICITAÇÃO DE FALSO TESTEMUNHO

Mateus escreve, “Ora, os principais sacerdotes e todo o Sinédrio procuravam algum testemunho falso contra Jesus, a fim de o condenarem à morte. E não acharam, apesar de se terem apresentado muitas testemunhas falsas” (Mt 26.59,60).

Não era obrigação do conselho solicitar qualquer testemunha. Eles deveriam agir na qualidade de juízes imparciais, não promotores públicos. Ao solicitar abertamente testemunho prejudicial contra Jesus, eles perderam toda e qualquer percepção de imparcialidade. Mas eles provavelmente acreditaram que se a conspiração deles contra Jesus não tivesse êxito agora, nunca teria. Assim eles estavam desesperados. Estavam determinados a insistir com a questão contra Jesus até que encontrassem alguma queixa razoavelmente crível contra ele — mesmo que isso significasse destruir qualquer vestígio de legitimidade que pudesse existir na sua audiência ilegal.

A frase “E não acharam, apesar de se terem apresentado muitas testemunhas falsas” significa que muitas pessoas se apresentaram com a disposição de prestar falso testemunho contra Jesus, porém nenhuma foi considerada com credibilidade suficiente para sustentar uma acusação contra ele. De acordo com Marcos, as falsas testemunhas contradiziam-se uma à outra: “Os depoimentos não eram coerentes” (Mc 14.56). Eles não foram nem capazes de encontrar mentirosos que fossem inteligentes o bastante para fabricar uma história que concordasse com as mentiras de outros.

Mas finalmente duas testemunhas falsas se apresentaram e disseram, “Este disse: Posso destruir o santuário de Deus e reedificá-lo em três dias” (Mt 26.61). O relato de Marcos esclarece ainda mais as declarações dessas testemunhas falsas: “Nós o ouvimos declarar: Eu destruirei este santuário edificado por mãos humanas e, em três dias, construirei outro, não por mãos humanas” (Mc 14.58). Marcos acrescenta, “Nem assim o testemunho deles era coerente” (v. 59). Nem mesmo assim os deta-

lhes das histórias deles chegaram a concordar — mas havia bastante semelhança no que eles disseram para dar a seu testemunho uma aparência de credibilidade. Uma testemunha aparentemente alegou ter ouvido Cristo dizer que se o templo fosse derrubado, ele poderia reconstruí-lo em três dias (Mt 26.61). O outro alegou que ele de fato havia dito que *destruiria* o templo e reconstruiria um templo novo não feito por mãos (Mc 14.58).

Os dois estavam referindo-se obviamente a uma declaração que Jesus havia feito no início do seu ministério, depois de ter purificado o templo na primeira vez. Aqui está o relato de João do que realmente aconteceu:

Perguntaram-lhe, pois, os judeus: Que sinal nos mostras, para fazeres estas coisas? Jesus lhes respondeu: Destruí este santuário, e em três dias o reconstruirei. Replicaram os judeus: Em quarenta e seis anos foi edificado este santuário, e tu, em três dias, o levantarás? Ele, porém, se referia ao santuário do seu corpo (Jo 2.18-21).

Na verdade, o incidente tinha acontecido na Páscoa no primeiro ano do ministério público de Jesus — três anos antes desse julgamento na casa de Caifás. A maioria dos ouvintes de Jesus naquela ocasião incorretamente assumiu que ele estava falando da destruição do próprio templo. O seu significado era deliberadamente ambíguo, e somente depois da ressurreição é que os discípulos entenderam de fato que a declaração era uma referência ao templo do seu corpo (v. 21). Mas a maioria da multidão assumiu que ele estava falando sobre o templo de Jerusalém (v. 20). As duas testemunhas na casa de Caifás haviam estado evidentemente presentes naquele dia, três anos antes, e eles não haviam esquecido do incidente, embora nenhum deles pudesse apresentar um relato preciso do que Jesus realmente havia declarado. A inconsistência do testemunho deles mostra como as palavras de Jesus foram tão mal entendidas pelas pessoas que originalmente a ouviram.

No entanto, esses dois testemunhos serviram aos propósitos de Caifás. O testemunho poderia ser adulterado para sugerir que Jesus estava defendendo a subversão total da religião judaica (pela substituição do atual templo por outro). Além disso, o Sinédrio poderia acusá-lo de alta blasfêmia por ele ter alegado que poderia reconstruir o templo por meios milagrosos (“não por mãos humanas” — Mc 14.58). Afinal de contas, o templo de Herodes tinha estado em construção durante 46 anos (Jo 2.20), e embora ainda não tivesse completamente terminado, já era um dos edifícios mais espetaculares no mundo. Assim a alegação de Jesus provavelmente parecia extremamente arrogante a qualquer um que considerasse que ele estava falando sobre destruir e reconstruir o templo de Herodes. Conseqüentemente, foi nessa alegação que Caifás concentrou-se. Ele perguntou para Jesus, “Nada respondes ao que estes depõem contra ti?” (Mt 26.62).

UMA TENTATIVA DESESPERADA PARA CONSEGUIR QUE JESUS SE INCRIMINASSE

Visto que havia discrepâncias óbvias nas histórias contadas pelas testemunhas, o testemunho delas deveria ter sido automaticamente desqualificado e a acusação contra Jesus rejeitada. Mas o Sinédrio obviamente não estava a fim disso. Eles já haviam secretamente determinado eliminar a ameaça que, imaginavam, Jesus representava para eles, e para fazer isso, precisavam de uma prova crível contra ele. Agora pareciam ter isso — ou pelo menos esse testemunho dado pelas testemunhas deles poderia ser moldado em algo parecido para provar que ele era culpado de blasfêmia. E assim “levantando-se o sumo sacerdote, perguntou a Jesus: Nada respondes ao que estes depõem contra ti?” (Mt 26.62).

Jesus respondeu com silêncio absoluto. É fácil imaginá-lo olhando diretamente nos olhos de Caifás com calma dominante.

Ele não tinha nenhuma obrigação de testemunhar contra si mesmo. E da mesma maneira que havia feito antes com Anás, ele deixou isso claro com Caifás de um modo dramático — simplesmente recusando-se a testemunhar contra si mesmo. Séculos antes, o profeta tinha predito esse mesmo silêncio: “Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca” (Is 53.7).

Finalmente, frustrado, Caifás ordenou que Jesus fizesse um juramento: “Eu te conjuro pelo Deus vivo que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus!” (Mt 26.63). Obviamente Caifás conhecia as alegações de Jesus. Ele sabia que Jesus publicamente “dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (Jo 5.18). Antes dessa ocasião, Jesus tinha se identificado repetidamente tanto como o Messias (o Cristo) quanto como o Filho de Deus (Jo 4.25,26; 9.35-37; Mt 16.20). A alegação de ser Deus certamente teria sido base suficiente para acusar qualquer homem de blasfêmia, que era um crime passível de morte sob a lei de Moisés (“Aquele que blasfemar o nome do SENHOR será morto” — Lv 24.16).

Mas Caifás ainda precisava de um testemunho crível para provar que Jesus havia feito essa alegação, e tudo o que ele tinha era um boato. O testemunho das duas testemunhas também era inválido. Teria de ser suficiente, a menos que uma prova melhor pudesse ser encontrada. Mas antes de prosseguir, Caifás primeiro colocou Jesus sob juramento e exigiu que ele lhes dissesse se ele era o Cristo, o Filho de Deus.

Jesus lhe deu precisamente aquilo que ele esperava. Ele respondeu, “Tu o disseste; entretanto, eu vos declaro que, desde agora, vereis o Filho do homem assentado à direita do Todo-poderoso e vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 26.64). Marcos registra que Jesus declarou mais do que isso, “eu sou” — que era o próprio nome pelo qual Deus se revelou a Moisés (Êx 3.13,14) — e assim providenciou testemunho pessoal para apoiar a acusação do Sinédrio de que ele alegava ser Deus. A promessa

da sua vinda nas nuvens do céu era outra declaração clara da messianidade dele, uma referência inconfundível à bem conhecida profecia messiânica de Daniel 7.13,14.

Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do Homem, e dirigiu-se ao Ancião de Dias, e o fizeram chegar até ele. Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído.

Era tudo o que Caifás precisava ouvir.

UM VEREDITO PREDETERMINADO

Mateus 26.65,66 diz, “Então, o sumo sacerdote rasgou as suas vestes, dizendo: Blasfemou! Que necessidade mais temos de testemunhas? Eis que ouvistes agora a blasfêmia! Que vos parece?” O ato de Caifás rasgar suas roupas supostamente significava seu choque absoluto e sua fúria por um alegado ato de franca blasfêmia. Rasgar as roupas era uma expressão de aflição extrema e choque desde os tempos bíblicos mais antigos (cf. Gn 37.34; Nm 14.6; 2Sm 1.11). Porém, o sumo sacerdote era proibido de rasgar as suas roupas (Lv 21.10). Assim, ironicamente, enquanto Caifás estava de modo teatral fingindo indignação sobre o suposto ato de blasfêmia de Jesus, ele próprio estava cometendo um ato bastante sério de sacrilégio, profanando expressamente o cargo de sumo sacerdote de uma forma proibida pelas Escrituras.

A fúria artificial de Caifás não refletia nenhuma preocupação genuína pela santidade do nome de Deus. Ele deveria ter ficado secretamente jubiloso por ouvir Jesus dizer algo que serviria para que ele o pudesse acusar. O gesto exagerado de rasgar as suas roupas teria dificilmente disfarçado a alegria no seu rosto pelo fato de que ele finalmente tinha

conseguido que Jesus declarasse o que teve uma semelhança de blasfêmia — ou teria se Jesus fosse simplesmente um homem.

Mas Jesus não era um mero homem e as suas alegações não eram blasfêmia. O Sinédrio errou seriamente ignorando os numerosos milagres que Jesus havia feito, muitos deles atos públicos que aconteceram em Jerusalém, bem debaixo do nariz deles. Na realidade, anos antes na Galiléia, numa das primeiras ocasiões quando alguns líderes religiosos judeus buscaram a vida de Jesus por ele ter alegado que Deus era seu Pai, ele tinha se defendido com estas palavras:

Se eu testifico a respeito de mim mesmo, o meu testemunho não é verdadeiro. Outro é o que testifica a meu respeito, e sei que é verdadeiro o testemunho que ele dá de mim. Mandastes mensageiros a João, e ele deu testemunho da verdade. Eu, porém, não aceito humano testemunho; digo-vos, entretanto, estas coisas para que sejais salvos. Ele era a lâmpada que ardia e alumiaava, e vós quisestes, por algum tempo, alegrar-vos com a sua luz. Mas eu tenho maior testemunho do que o de João; porque as obras que o Pai me confiou para que eu as realizasse, essas que eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou. O Pai, que me enviou, esse mesmo é que tem dado testemunho de mim (Jo 5.31-37).

Não apenas João Batista testemunhou que Jesus era o Messias, mas o próprio Deus Pai tinha confirmado o fato por intermédio de numerosas obras milagrosas. O Sinédrio conhecia esses fatos e tinha testemunhado alguns dos seus milagres. (Aliás, a ressurreição de Lázaro era o incidente que tinha incitado essa última e desesperada conspiração para assassinar Jesus — Jo 11.46-53.) Mas em seu zelo para eliminar o Cristo, eles desconsideraram todas as provas que apoiavam as suas alegações.

Quando o sumo sacerdote rasgou as suas roupas, ele disse, “Blasfemou! Que necessidade mais temos de testemunhas? Eis que ouvistes agora a blasfêmia!” (Mt 26.65). Ele agora tinha a

“prova” de que ele precisava, e para seu deleite absoluto não havia nenhuma necessidade de qualquer outro testemunho para confirmar isso. Até onde lhe dizia respeito, Cristo havia blasfemado abertamente na presença do conselho inteiro. Todos eles eram testemunhas contra ele. A condenação dele era agora algo certo. O sumo sacerdote imediatamente pediu um veredicto do conselho. “Que vos parece?”

Eles responderam com submissão, “É réu de morte” (v. 66). E assim o conselho fez um veredicto sumário: “E todos o julgaram réu de morte” (Mc 14.64). Era o veredicto sobre o qual eles tinham concordado bem antes de terem ouvido seu caso.

Ninguém teve permissão para falar em sua defesa. Não se ouviu nenhuma voz de advertência em nenhum momento do julgamento. Nenhum argumento por misericórdia foi apresentado. Nenhuma das provas que apoiavam as alegações dele foi sequer considerada. Jesus foi simplesmente levado pelo tribunal ilegal do sumo sacerdote a receber um veredicto de culpa que tinha sido combinado e acordado bem antes que ele fosse a julgamento.

CRUELDADE IMPLACÁVEL

Tendo atingido finalmente o objetivo maligno que eles vinham há muito tempo perseguindo, os membros do Sinédrio começaram abertamente a mostrar seu ódio satânico de Jesus. “Então, uns cuspiram-lhe no rosto e lhe davam murros, e outros o esbofeteavam, dizendo: Profetiza-nos, ó Cristo, quem é que te bateu!” (Mt 26.67,68). De acordo com Lucas, eles o vendaram antes de o golpearem ordenando que profetizasse sobre quem batia nele. Lucas acrescenta que “muitas outras coisas diziam contra ele, blasfemando” (Lc 22.65). Ironicamente, a blasfêmia era o mesmo crime de que eles o haviam acusado, mas eles eram as pessoas que carregavam essa culpa.

Cristo suportou todo esse abuso com uma graça tranqüila e majestosa que é bastante notável. Como sempre, “quando

ultrajado, [ele] não revidava com ultraje; quando maltratado, não fazia ameaças, mas entregava-se àquele que julga retamente” (1Pe 2.23). Ele estaria logo mais suportando o pecado de outros; enquanto isso ele também sofria pacientemente o abuso odioso deles.

A profecia de Isaías, escrita pelo menos setecentos anos antes, descrevia perfeitamente esse momento. “Era desprezado e o mais rejeitado entre os homens; homem de dores e que sabe o que é padecer; e, como um de quem os homens escondem o rosto, era desprezado, e dele não fizemos caso” (Is 53.3). Isaías assim profeticamente predisse a apatia pecadora do mundo inteiro para com Jesus Cristo. Ninguém o defendeu. Ninguém falou a favor dele. Ele foi deixado completamente só para suportar a sua aflição.

E dessa forma Cristo foi condenado injustamente à morte. O julgamento dele perante o Sinédrio tinha sido conduzido exatamente de acordo com o plano maléfico de Caifás. Ao mesmo tempo, da mesma forma o plano de Deus estava seguindo conforme planejado.

“Lá estava Simão Pedro, aquecendo-se. Perguntaram-lhe, pois: És tu, porventura, um dos discípulos dele? Ele negou e disse: Não sou.”

João 18.25

7

A Negação de Pedro



Enquanto Jesus estava dentro da casa do sumo sacerdote enfrentando o julgamento da sua vida, Pedro estava do lado de fora, no pátio. Ele também estava enfrentando o julgamento da sua vida, porém num sentido diferente. Satanás o estava peneirando como trigo (Lc 22.31). A imagem dessa expressão refere-se ao movimento violento de uma peneira de grãos, que faz com que a palha suba para o ar e seja levada pelo vento, deixando para trás o puro grão.

Deus freqüentemente permite que sejamos provados por várias tentações. O processo purificador que resulta é essencial — e para os crentes verdadeiros, é sempre benéfico no fim (Tg 1.2-4). Mas esse movimento violento necessário para o processo de peneirar é inerentemente desestabilizador e muitas vezes dolorido. Aliás, no que diz respeito a Pedro, a dor do processo purificador foi mais semelhante ao calor ardente do crisol do fundidor do que ao balançar de uma peneira de trigo. Anos depois, Pedro encorajaria outros que se encontravam no meio

do fogo refinador: “Nisso exultais, embora, no presente, por breve tempo, se necessário, sejais contristados por várias provações, para que, uma vez confirmado o valor da vossa fé, muito mais preciosa do que o ouro perecível, mesmo apurado por fogo, redunde em louvor, glória e honra na revelação de Jesus Cristo” (1Pe 1.6,7).

A negação de Pedro certamente purificou seu coração — mesmo apesar do seu horrível fracasso. Anos depois, a memória dessa noite terrível (e sua subsequente restauração por um Senhor perdoador) sem dúvida o encorajaria a encarar mais provações até maiores sem nunca mais negar a Cristo. Na verdade, Pedro entregaria por fim a sua própria vida pela causa de Cristo (Jo 21.18,19).

Mas nessa noite infame no final do ministério terreno de Jesus, Pedro experimentou o fracasso total quando posto à prova. Nas conseqüências imediatas do seu colapso espiritual, Pedro deve ter pensado que não poderia sair nada de bom de tal vergonha e derrota. Ele provavelmente assumiu que seu ministério para Cristo estava permanentemente acabado. Porém, Cristo não havia acabado com Pedro ainda.

A história da negação de Pedro é, contudo, uma lição sobre a segurança da graça salvadora de Deus. Na verdade, o que é mais enfatizado nas Escrituras ao longo de todo esse relato não é o *fracasso* de Pedro, mas o *perdão* do Senhor. O motivo pelo qual o episódio é recontado a nós em tantos detalhes nas Escrituras não é meramente para nos lembrar da nossa fraqueza humana, mas, mais importante, para nos assegurar da maravilhosa segurança que temos em Cristo.

Desde o próprio início, quando Cristo contou a Pedro e aos outros discípulos pela primeira vez que Satanás os desejava peneirar, ele sutilmente lhes assegurou da vitória inevitável que eles experimentariam a longo prazo. Ele lhes disse, “Eu, porém, roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; tu, pois, quando te converteres, fortalece os teus irmãos” (Lc 22.32). Claramente, o fracasso temporário dos discípulos era apenas mais um

elemento no plano perfeito de Cristo e, portanto, em última análise, ele usaria até mesmo isso para o bem.

Por causa da graça que receberam em meio ao seu fracasso, os discípulos ficaram equipados de uma forma singular para fortalecerem seus irmãos contra o fracasso. Quando, nos anos posteriores, as ondas de perseguições romanas se levantaram contra a igreja primitiva, muitos crentes seriam fortemente tentados a negar ou a abandonar Cristo para salvar a própria vida da mesma maneira que os discípulos haviam feito. Os discípulos, tendo todos bebidos da amargura e da tristeza que resulta de tal apostasia, sabiam melhor do que qualquer um como encorajar crentes fracos e amedrontados a permanecerem fiéis. O próprio Pedro foi usado pelo Espírito Santo para esse propósito (1Pe 3.14-17).

Além disso, durante essa noite escura da tentação de Pedro, embora sua coragem e devoção tivessem falhado quando postas à prova, sua fé em Cristo não falhou. Foi isso que distinguiu a apostasia temporária de Pedro e dos outros discípulos da traição de Judas. A negação de Judas foi uma rejeição deliberada, premeditada, total e final — um ato de descrença pura, de coração duro. Mas a negação de Pedro foi um ato instigado por um momento de fraqueza e covardia. A fé fundamental de Pedro em Cristo permaneceu intacta durante todo o julgamento e sempre depois. O que ele fez foi certamente pecaminoso, mas não pode ser comparado à infame traição de Judas.

Naturalmente, Jesus sabia que a negação de Pedro não era nenhuma rejeição de coração duro como foi a traição de Judas. Portanto, logo depois da sua ressurreição, Jesus ternamente procurou e perdoou Pedro na presença dos outros discípulos. Eles então o comissionou para um novo serviço (Jo 21.15-17). Então, o capítulo *final* da história é um triunfo enorme, não uma derrota, para Pedro.

Mas segundo qualquer critério, o capítulo escrito nessa noite fatal foi uma derrota impressionante.

A BASE PARA O FRACASSO

Como Pedro caiu? É importante notar que sua queda não ocorreu espontaneamente. O próprio Pedro deu os passos errados que o colocaram no caminho do fracasso. Para poder examinar esses passos sistematicamente, é necessário voltar um pouco na narrativa de Mateus e rever alguns motivos já conhecidos.

Autoconfiança demais

O primeiro erro de Pedro foi a autoconfiança jactanciosa que ele demonstrou quando Jesus advertiu os discípulos pela primeira vez de que eles estavam à beira de um sério fracasso. Em Mateus 26.31, Jesus lhes disse, “Esta noite, todos vós vos escandalizareis comigo; porque está escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho ficarão dispersas”. As palavras de Cristo deveriam imediatamente ter deixado Pedro e os outros mais cautelosos. Uma pessoa sábia teria se humilhado — e teria pedido força ao Senhor para resistir a uma tentação iminente desse tipo.

Mas não Pedro. Ele gabou-se, “Ainda que venhas a ser um tropeço para todos, nunca o serás para mim” (v. 33).

Pedro, que com freqüência falava como porta-voz do grupo inteiro, parecia particularmente propenso à impetuosidade descuidada. Ele muitas vezes falava antes de pensar. Em algumas ocasiões, ele foi tão temerário a ponto de contradizer Jesus — como aquela vez relatada em Marcos 8.32 quando levou Jesus para o lado e o *reprovou* por ele dizer que seria rejeitado pelos líderes judeus e morto. Pedro sem dúvida tinha boas intenções, mas Jesus rapidamente o fez saber quão fora de propósito era uma reprovação desse tipo. Ele fez isso chamando Pedro de “Satanás” (pois Satanás estava por trás das palavras de Pedro), e repreendendo-o por estar mais interessado nas questões terrenas do que nas questões pertinentes ao reino do céu (v. 33).

Pedro deveria ter prestado mais atenção. Se ele tivesse simplesmente pensado sobre quem Jesus é, ele teria visto a tolice de “corrigi-lo” em *qualquer* contexto. Aliás, é totalmente incongruente confessar (como Pedro acabara de fazer) que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus vivo (Mt 16.16), e então momentos depois virar-se e repreendê-lo pelo que estava ensinando (v. 22). Infelizmente, Pedro nem sempre parecia sentir quando deveria escutar em vez de falar.

Para piorar as coisas, Pedro (como todos nós) às vezes deixava de aprender com os seus próprios erros. Mesmo depois que Jesus o corrigiu, ele permaneceu lento para ouvir e rápido para falar. Você pensaria que com toda a sua experiência amarga, ele teria então aprendido a não discutir com Cristo. Afinal, Jesus nunca esteve errado sobre nada. Mas até na noite da traição de Jesus — a última noite do ministério terreno do nosso Senhor e o próprio fim do discipulado de três anos de Pedro — quando Jesus tentou avisá-lo com antecedência e aos discípulos que eles estavam prestes a cair, Pedro não apenas discutiu com Jesus, mas continuou a enfatizar o ponto depois de Jesus tê-lo corrigido. “Replicou-lhe Jesus: Em verdade te digo que, nesta mesma noite, antes que o galo cante, tu me negarás três vezes. Disse-lhe Pedro: Ainda que me seja necessário morrer contigo, de nenhum modo te negarei” (Mt 26.34,35).

Simplesmente não havia jeito de falar com Pedro sobre isso. Ele assumia com ímpeto que ele conhecia seu próprio coração melhor do que Jesus. Ele continuou *insistindo* que nunca cairia, mesmo que ele fosse a última pessoa no mundo ao lado de Cristo.

Mas todas as boas intenções do mundo não se equiparam à virtude verdadeira. Jactar-se não é nenhuma medida verdadeira de coragem. A arrogância de Pedro provou apenas sua tolice, não sua fidelidade. A submissão genuína a Cristo é mais bem demonstrada por ser fiel sob fogo de inimigos do evangelho, não por montes de palavras arrogantes e ruidosas ditas a um companheiro crente.

Pedro não tinha idéia da severidade da provação que estava prestes a enfrentar. Foi isso que fez sua jactância confiante parecer especialmente inapropriada. Na verdade, tal jactância era a *pior* resposta que Pedro poderia ter dado ao terno aviso do Senhor de que ele estava prestes a fracassar. Pedro deveria ter escutado ao invés de ter falado. Ele deveria ter pedido em oração a ajuda do Senhor em vez de assegurar a sua própria auto-suficiência. A jactância apenas inflamou seu orgulho carnal. E em primeiro lugar, o orgulho era a base total do problema de Pedro. A sensação de invencibilidade que fez com que ele se gabasse era em si uma manifestação de orgulho pecaminoso.

Além do mais, Pedro era uma vítima da auto-ilusão. A devoção a Cristo de que ele tanto se gabava era pouco mais que mera emoção — um mero *sentimento* de amor e obediência a Cristo, sem qualquer constatação genuína do preço real. Pedro evidentemente pensou que havia atingido um nível de maturidade espiritual em que suas prioridades eram bem estabelecidas, sua posição como líder dos discípulos estava firmemente determinada, e ele portanto se considerava incapaz de sério fracasso. Ele estava falando como se fosse invulnerável aos ataques de Satanás. Ele claramente não pôde pressentir qualquer circunstância que o colocaria em qualquer perigo espiritual. Então tolamente se convenceu de que Jesus estava simplesmente errado. Esse é precisamente o tipo de “soberba [que] precede a ruína, e a altivez do espírito, a queda” (Pv 16.18; cf. 1Co 10.12). “Não te ensoberbeças, mas teme” (Rm 11.20).

Oração de menos

Pedro também errou por ter negligenciado a oração. Quando Cristo entrou no Getsêmani nessa noite, ele deliberadamente levou Pedro, Tiago e João para adentrar o jardim com ele, e disse, “fikai aqui e vigiai comigo” (Mt 26.38). Ele queria que eles orassem com ele. Várias vezes ele os acordou e os estimulou a orar com ele. Era para o benefício deles. Eles

precisavam ser fortalecidos e renovados em suas forças bem mais do que ele. Porém eles não haviam percebido a sua própria necessidade.

A oração era uma das coisas que poderia ter fortalecido Pedro para enfrentar a tentação sobre a qual o Senhor o havia prevenido. Porém, tendo já desprezado o aviso de Jesus sobre o seu fracasso iminente, Pedro não tinha idéia da sua necessidade desesperada de orar para que Deus o fortalecesse.

Estou convencido que a maior parte dos problemas e fracassos que os cristãos encontram está diretamente ligada à falta de oração. “Nada tendes, porque não pedis” (Tg 4.2). O fracasso de Pedro poderia ser evitado se ele tivesse sido obediente ao Senhor e se nessa hora no jardim ele tivesse se ocupado em orar pedindo que o Senhor lhe concedesse graça para perseverar.

Mas Pedro e os outros discípulos estavam tão cansados fisicamente depois de um dia longo e difícil, que eles podem não ter percebido o quanto a força *espiritual* deles estava esgotada. Eles certamente sentiam a necessidade de ter descanso físico mais do que sentiam a necessidade de renovação espiritual. É por isso que, em vez de renovar seu espírito por meio de oração como Jesus havia repetidamente lhes pedido, eles procuraram descanso e renovação para o próprio corpo por meio do sono.

Sono demais

Esse foi um outro fator na queda de Pedro. Ele estava em sono profundo quando os soldados chegaram para levar Jesus. Pedro estava provavelmente ainda se recuperando do sono quando impulsivamente puxou sua espada e feriu Malco, o servo do sumo sacerdote. Essa não foi uma reação de alguém que estivesse bem acordado e em plena consciência. Na realidade, desde o momento em que os discípulos acordaram

até que eles tomassem a decisão fatal de negar a Jesus e fugir, podem ter decorrido cerca de dez minutos. Dificilmente eles teriam tempo de acordar completamente. Surpreendentemente, apesar dos claros avisos que Jesus lhes havia dado, quando o momento da verdade finalmente chegou, eles foram pegos inteiramente despreparados.

Há um contraste notável entre Jesus no Getsêmani e os discípulos que estavam com ele. Ele estava em agonia, pesadamente entristecido, lutando em oração — literalmente suando sangue em sua angústia. Eles estavam em sono profundo, inconscientes de tudo o que Jesus estava sentindo, inconscientes de tudo o que ele lhes havia dito sobre o que eles logo enfrentariam, inconscientes da multidão que estava se aproximando. Eles estavam lutando com um sono carnal.

Até mesmo quando Cristo repetidamente os acordava e os estimulava a orar, o desejo carnal deles pelo sono era tão forte que eles simplesmente não conseguiam vencê-lo. Considere isto: se eles eram tão fracos a ponto de não ter forças para permanecerem acordados e orarem com Cristo quando ele estava num estado tão obviamente perturbado, o que os fez pensar que teriam resistência física para permanecerem firmes com ele quando a própria vida deles estivesse em perigo?

A agonia de Cristo foi mais intensa do que qualquer coisa que eles haviam visto antes. A visão dele suando sangue certamente deveria ter sido o suficiente para sacudi-los de volta à consciência e fazer que orassem com Jesus. Mas sentindo a própria exaustão, eles ignoraram sua mais urgente necessidade espiritual, e é por isso que negligenciaram a oração nesse momento especial em que não poderiam ter feito isso.

“Já é hora de vos despertardes do sono” (Rm 13.11). A negligência em orar e sono em demasia têm resultado na queda de muitos santos. Foram fatores importantes no fracasso de Pedro.

Rápido demais

A jactância de Pedro já havia atingido seu próprio senso de orgulho e auto-suficiência, assim, não é de estranhar que quando finalmente posto à prova, ele tivesse tentado resolver as questões com suas próprias mãos e confiado na força carnal. Quando os oficiais do templo tentaram prender Jesus, Pedro “estendendo a mão, sacou da espada e, golpeando o servo do sumo sacerdote, cortou-lhe a orelha” (Mt 26.51).

Isso foi feito de modo impulsivo e impetuoso. Se Pedro tivesse simplesmente seguido a liderança de Jesus em qualquer ponto nessa noite, ele teria evitado muita tristeza. Se tivesse escutado quando Jesus o quis advertir, ou orado quando Jesus o estimulou a fazer isso, ele certamente estaria mais bem preparado para esse momento. Mesmo agora, com uma grande multidão de homens armados ameaçando prender Jesus, o bom senso e a prudência básica teriam sugerido que a única coisa certa para os discípulos fazerem seria seguir a orientação de Jesus. Se Jesus quisesse resistir ou evitar a prisão, ele certamente tinha a habilidade de fazer isso (v. 53). Ele havia evitado a prisão mais de uma vez antes sem apelar para a violência (Lc 4.30; Jo 8.59).

Mas parece que Pedro sempre achou que sabia mais, muito embora fazer as coisas do seu próprio jeito nunca tivesse resultado em nada a não ser perigo maior.

Cristo havia repetidamente predito sua própria prisão e morte. Aliás, a pior repreensão que Pedro já recebeu do seu Senhor foi na ocasião em que Cristo o chamou de “Satanás” — e isso foi porque Pedro insistia em que Jesus não deveria falar da sua morte. Naquela ocasião, Cristo admoestou Pedro por se importar demais com as questões terrenas. A clara implicação era que a morte de Jesus era algo que de alguma forma faria progredir as questões celestiais. Pedro não poderia ter compreendido a importância total do que Jesus estava dizendo nesse momento, mas se ele tivesse simplesmente ponderado as

palavras de Cristo com mais cuidado, ele teria sido menos pronto a sacar a sua espada nessa ocasião.

A repreensão do Senhor enquanto restituía a orelha de Malco sem dúvida feriu o orgulho de Pedro até mais dolorosamente do que sua própria espada tinha ferido Malco. E visto que a coragem e autoconfiança de Pedro estavam completamente enraizadas no orgulho carnal, uma vez que o orgulho de Pedro estava diminuído, ele não tinha mais recursos do qual extrair forças. Então, amedrontado, ele fugiu com os outros discípulos.

Longe demais

O último passo de Pedro em direção ao fracasso foi seguir Jesus à distância depois de ter fugido da sua presença. Ele tentou se afastar o bastante para que ninguém pudesse suspeitar que ele era um discípulo de Jesus, e contudo perto o suficiente para poder observar o que estava acontecendo. A tática conduziu Pedro direto para o lugar onde ele seria mais extremamente provado — o pátio do sumo sacerdote — e bem na hora em que ele estava menos preparado para lidar com uma tentação desse tipo.

O comportamento de Pedro é semelhante ao de muitos que temem confessar a Cristo abertamente. Porque eles tentam evitar a identificação pública como cristãos, são fortemente inclinados a agirem como *não*-cristãos. Todas as tentações que eles enfrentam são grandemente multiplicadas e intensificadas. Talvez nenhuma situação seja mais espiritualmente perigosa para um crente do que o conjunto de circunstâncias que se elevam quando ele tenta esconder o relacionamento com Cristo. Pedro descobriu isso de uma maneira dolorosa.

Entretanto, há algo de admirável no fato de que Pedro não tenha abandonado completamente Cristo, mas tinha ficado perto o suficiente para segui-lo ao longo de sua provação nessa noite. A fé de Pedro era fraca, porém real. Seu amor por Cristo

não lhe permitiria abandoná-lo completamente. Ele foi compelido por esse amor a seguir seu mestre e manter vigilância sobre os procedimentos contra ele. Tanto João quanto Pedro aparentemente seguiram os soldados da prisão até o recinto do sumo sacerdote, onde João era conhecido dos servos e assim conseguiu que ele e Pedro pudessem entrar no pátio (Jo 18.16). De lá Pedro estava perto o suficiente para ouvir o que estava acontecendo lá dentro.

Mais nada é dito sobre João depois de ele ter ajudado Pedro a entrar no pátio. João aparentemente não ficou por muito tempo no cenário. Como era bem conhecido dos servos do sumo sacerdote, ele poderia ter sentido que o risco de também ser reconhecido era muito grande. Na verdade, ele pode até ter ouvido perguntarem a Pedro se ele era um dos discípulos de Jesus. Se foi isso o que aconteceu, João provavelmente pensou que não havia chance de permanecer incógnito e então, furtivamente, evadiu-se. A Escritura não diz para onde João foi, mas o fato de que mais nada é dito sobre ele nessa noite deixa razoavelmente certo que ele não permaneceu no pátio do sumo sacerdote por muito tempo depois de ter garantido a entrada de Pedro.

DERROTA ESPIRITUAL

Pedro foi admitido no pátio na fase inicial do julgamento — quando Jesus ainda estava na casa de Anás. Foi imediatamente depois da sua admissão no pátio que ele negou a Cristo pela primeira vez. João escreve, “Então, a criada, encarregada da porta, perguntou a Pedro: Não és tu também um dos discípulos deste homem? Não sou, respondeu ele” (Jo 18.17). Mateus e Marcos concordam que essa conversa ocorreu quando Pedro estava dentro do pátio (Mt 26.69; Mc 14.66). Ele estava sentado (de acordo com Lucas) próximo ao fogo (Lc 22.56). Aparentemente, a moça que servia como porteira do sumo sacerdote observou Pedro quando ele entrou no pátio e

suspeitou ou ficou curiosa a respeito dele; então ela se aproximou do fogo para observar melhor. Ela observou atentamente o seu rosto até que tivesse certeza de quem ele era.

Uma comparação dos relatos dos escritores dos Evangelhos sugere que o diálogo que se seguiu foi mais do que meramente uma pergunta de uma única frase e uma resposta. Foi uma conversa prolongada, pois a jovem *insistia* que Pedro era um dos discípulos e ele veementemente negava isso. João relata que a moça perguntou, “Não és tu também um dos discípulos deste homem?” e Pedro simplesmente respondeu, “Não sou” (Jo 18.17). Mateus acrescenta mais detalhes: “Também tu estavas com Jesus, o galileu. Ele, porém, o negou diante de todos, dizendo: Não sei o que dizes” (Mt 26.69,70). A negação de Pedro “diante de todos” sugere que ele declarou a sua negação em voz alta o bastante para ser ouvido por outras testemunhas. Isso é por que, de acordo com Lucas, a moça não apenas dirigiu suas acusações a Pedro, mas ela também tentou expô-lo ao grupo que estava em volta do fogo, “este também estava com ele” (Lc 22.56). Pedro respondeu com uma franca negação de que ele de fato não conhecia Jesus: “mulher, não o conheço” (v. 57).

Marcos nos conta que imediatamente depois dessa conversa com a criada, Pedro abandonou o calor do fogo para procurar um lugar seguro longe da moça que o havia reconhecido. “E saiu para o alpendre [E o galo cantou.] (Mc 14.68).

Provavelmente, a consciência de Pedro já o estava acusando e o cantar do galo (assumindo que Pedro havia reparado nisso) teria instantaneamente feito com que ele se lembrasse do aviso anterior de Jesus. Tudo estava acontecendo exatamente como Jesus havia dito que aconteceria e Pedro estava desesperadamente procurando por uma saída. “O alpendre” refere-se a um caminho coberto de entrada ou de saída, um átrio que conduzia do pátio interior para a rua. Pedro estava sem dúvida perturbado por haver sido reconhecido e poderia estar tentando se aproximar do portão, para o caso de ter de fugir. Ele também estava obviamente procurando um lugar

onde pudesse ficar sozinho — talvez um lugar onde pudesse se esconder no meio das sombras, longe da luz do fogo, e assim evitar ficar visível a qualquer outra pessoa que o pudesse reconhecer.

Mas isso não aconteceria. “E, saindo para o alpendre, foi ele visto por outra criada, a qual disse aos que ali estavam: Este também estava com Jesus, o Nazareno. E ele negou outra vez, com juramento: Não conheço tal homem” (Mt 26.71,72).

Comparando os relatos do evangelho, ficamos sabendo que várias pessoas estavam acusando Pedro nesse momento. Marcos escreve, “E a criada, vendo-o, tornou a dizer aos circunstantes: Este é um deles” (Mc 14.69). Isso sugere que a mesma criada, serva do porteiro, novamente desafiou Pedro, dessa vez incitando várias testemunhas a repetirem o desafio a Pedro. João deixa claro que várias pessoas acusavam Pedro nesse momento: “Perguntaram-lhe, pois: És tu, porventura, um dos discípulos dele?” (Jo 18.25). E Lucas declara, “Pouco depois, vendo-o outro, disse: Também tu és dos tais” (Lc 22.58). Lucas usa uma forma masculina do pronome “outro” para sugerir que o declarante que ele cita era um homem. Lucas também deixa claro que Pedro respondeu a um acusador: “Homem, não sou”.

Assim parece que um pequeno grupo de pessoas no pátio, seguindo o exemplo da primeira acusação da criada, estava agora acusando Pedro ao mesmo tempo, e a sua resposta ao desafio delas constitui a sua segunda negação. Novamente, parece ter sido uma negação repetida e veemente, não apenas uma única frase para contradizer seus acusadores. À criada original, “ele outra vez o negou” (Mc 14.70). A um dos homens que o identificou como um discípulo de Cristo, ele disse, “Homem, não sou” (Lc 22.58). Ao grupo inteiro que o estava pressionando para admitir que ele era um dos Doze, “Ele negou e disse: Não sou” (Jo 18.25). E à segunda criada, a moça mencionada por Mateus, “ele negou outra vez, com juramento: Não conheço tal homem” (Mt 26.72). E assim pela segunda vez

desde que havia entrado no pátio, ele negou até mesmo conhecer Jesus.

É irônico que duas criadas e um grupo pequeno de criados tenha conseguido extrair uma negação tão enfática de Pedro. Lembre-se de que apenas algumas horas antes disso, ele havia insistido que *nunca* negaria a Cristo, mesmo que isso lhe custasse a vida. No jardim, ele estava disposto até a utilizar a sua espada contra uma multidão de homens armados. Mas agora ele estava se escondendo com medo porque duas criadas o haviam identificado como um seguidor de Jesus.

Não há nada que sugira que as criadas ou qualquer outra pessoa no pátio tivessem prejudicado a Pedro caso ele admitisse ser um discípulo de Cristo. Se essa fosse a intenção deles, eles teriam imediatamente chamado os oficiais da corte apenas por acharem que Pedro era um dos discípulos de Jesus. Porém eles pareciam meramente estar provocando-o. E Pedro — que havia tão recentemente insistido com veemência total que ele estava preparado para enfrentar *qualquer* ataque sobre a sua lealdade — ficou completamente desconcertado mediante molestamento tão insignificante. Ele estava aparentemente preparando-se para um ataque frontal acompanhado por ameaça de violência contra ele. É por isso que, anteriormente, no jardim, ele tinha reagido tão rapidamente aos agressores armados — como se ele estivesse preparado para enfrentar um exército inteiro apenas com as mãos. Mas a sua incapacidade de resistir fortemente por Cristo mediante a provocação de algumas jovens e criados do lar demonstra quão pateticamente *despreparado* Pedro estava na verdade. Satanás havia exposto a sua vulnerabilidade e no fim de tudo nenhuma ameaça manifesta de violência ou ameaça à sua vida foi necessária para conseguir que ele negasse seu Senhor.

A segunda negação de Pedro, acompanhada por um juramento, foi uma transgressão até mais séria do que a primeira. Um juramento literalmente envolve pedir a Deus para ser testemunha da veracidade da declaração de alguém. Nessa

sociedade, um juramento era considerado um compromisso extremamente sagrado com a verdade. Dizer uma mentira com um juramento falso era tomar o nome do Senhor em vão da maneira mais blasfema possível — na verdade, tentar fazer de Deus uma testemunha da mentira. O pecado de Pedro nesse ponto foi claramente voluntário e deliberado. Porém ele foi pego numa teia sinistra que ele próprio havia tecido, e não havia então como se livrar dela.

O juramento de Pedro aparentemente teve o efeito de acalmar as acusações imediatas contra ele, porque Lucas registrou que uma outra hora se passou antes da negação final de Pedro. Pedro aparentemente se deslocou para um lugar no pátio de onde ele tinha uma visão clara do interior da casa e podia ver o que estava acontecendo com Jesus. Em algum momento durante essa hora, Caifás conseguiu extrair de Jesus o testemunho que o Sinédrio considerava blasfêmia. Marcos situa os golpes, a vedação dos olhos e o ato de cuspir em Jesus antes da negação de Pedro (Mc 14.64-66), de modo que Pedro provavelmente testemunhou a violência que Jesus sofreu.

Enquanto isso, o grupo no pátio talvez estivesse falando entre si sobre Pedro e seu relacionamento com Jesus. Eles finalmente resolveram confrontá-lo com a prova do *motivo pelo qual* eles estavam certos de que ele era um dos discípulos de Jesus: “Logo depois, aproximando-se os que ali estavam, disseram a Pedro: Verdadeiramente, és também um deles, porque o teu modo de falar o denuncia” (Mt 26.73). Lucas declara que o acusador nessa ocasião “*confiantemente* afirmava, dizendo: Também este, verdadeiramente, estava com ele, porque também é Galileu” (Lc 22.59, ênfase acrescentada).

E dessa vez os acusadores tinham uma testemunha ocular: “Um dos servos do sumo sacerdote, parente daquele a quem Pedro tinha decepado a orelha, perguntou: Não te vi eu no jardim com ele?” (Jo 18.26).

O fato de um dos parentes de Malco reconhecer Pedro e poder lembrar-se dele no Getsêmani parece tê-lo atordoado

grandemente. Dessa vez “começou ele a praguejar e a jurar, dizendo: Não conheço esse homem” (Mt 26.74). O praguejar e jurar provavelmente não eram as vulgaridades e as imprecações grosseiras que normalmente associamos com essas expressões. Antes, isso significa que Pedro pronunciou uma maldição contra si mesmo, expressando a esperança de que ele morreria violentamente pelas próprias mãos de Deus se estivesse mentindo. E então ele fez ainda mais um juramento — suscitando novamente o testemunho de Deus — de que ele não conhecia Jesus. Era o tipo mais forte de juramento que é possível fazer. Quando uma pessoa faz esse tipo de juramento e depois o usa para encobrir uma mentira, torna-se o tipo de mentira mais repreensível, por juntar a simples mentira com uma blasfêmia evidente, o que implica que Deus seria testemunha de uma mentira — e suscitando o juízo de Deus sobre sua cabeça nesse processo. Porém, já nessa hora Pedro parecia ter perdido toda percepção da presença verdadeira do Senhor. Ele estava agora tão desesperado para confirmar sua própria mentira que jogou fora todo comedimento.

“E logo, estando ele ainda a falar, cantou o galo” (Lc 22.60). Essa foi a segunda vez que o galo cantou, de acordo com Marcos, que foi o único escritor do evangelho que registrou que Jesus disse, “Antes que *duas* vezes cante o galo, tu me negarás três vezes” (Mc 14.72, ênfase acrescentada; cf. v. 30). Os outros escritores empregaram um tipo de elipse, mencionando apenas o *fato* do cantar do galo. Apenas Marcos achou necessário especificar quantas vezes o galo cantaria. Aparentemente, ele registrou esses detalhes para salientar quão precisamente Jesus havia predito o fracasso de Pedro. Marcos sem dúvida ficou sabendo desse incidente pelo próprio Pedro (O evangelho de Marcos era até chamado de “as memórias de Pedro” na igreja primitiva, porque Pedro era obviamente a principal fonte humana dos detalhes singulares que Marcos registrou). O próprio Pedro poderia ter desejado enfatizar que o galo cantou duas vezes, pois isso demonstrava quão paciente o Senhor tinha sido com ele, por ter lhe dado tantos sinais de aviso e provas da

sua graça — até quando Pedro persistia num caminho de negação pecaminosa.

Foi precisamente nesse momento do segundo canto do galo que (de acordo com Lucas) “voltando-se o Senhor, fixou os olhos em Pedro, e Pedro se lembrou da palavra do Senhor, como lhe dissera: Hoje, três vezes me negarás, antes de cantar o galo” (Lc 22.61). O Senhor deveria estar posicionado exatamente onde ele poderia virar-se e olhar para fora de uma janela aberta diretamente para os olhos de Pedro. Seu rosto, já machucado, que acabara de ser espancado e cuspidor por homens impiedosos, virou-se nesse instante em direção a Pedro, e seus olhos amáveis mas oniscientes encontraram os de Pedro e contemplou a própria alma dele. O verbo que Lucas usa é *emblepo*, que descreve um olhar fixo, quase como se o estivesse encarando. Não era um olhar fixo de acusação, mas de ternura, penetrante, que quebrantou o coração de Pedro.

ARREPENDIMENTO

Quando Jesus fez contato com os olhos de Pedro, “Pedro se lembrou . . . E, saindo dali, chorou amargamente” (Mt 26.75). O verdadeiro caráter de Pedro é visto não na sua negação de Cristo, mas no seu arrependimento. Observe, em primeiro lugar, quão rapidamente ele se arrependeu. Instantaneamente, quando o galo cantou e Cristo olhou para Pedro, a sua consciência foi despertada. Ele deixou o recinto do sumo sacerdote e foi sozinho a algum lugar para chorar amargamente.

Para onde Pedro foi não é mencionado. Talvez ele tenha ido para algum lugar perto da casa de Caifás, num dos becos nas proximidades. Ou ele poderia ter voltado para o Getsêmani, aquele local familiar que havia se tornado o lugar de refúgio noturno habitual de Jesus e seus discípulos — de volta ao lugar onde ele deveria ter chorado e orado horas antes. Em todo caso, Pedro não retardou seu arrependimento até um dia mais conveniente. Ele imediatamente se lembrou das palavras e dos

avisos ternos de Jesus que ele tão insensivelmente tinha desprezado apenas horas antes, e interiormente confessou seu próprio erro e foi completamente dominado pela tristeza por causa disso.

Lágrimas de arrependimento não podem, de forma alguma, fazer expiação pelo pecado (Somente a morte de Jesus pode fazer isso.). Mas a tristeza genuína é, entretanto, um sinal importante de arrependimento verdadeiro, significando que uma mudança de coração e mente verdadeiramente aconteceu.

Todavia nem *todas* as tristezas significam arrependimento. “Porque a tristeza segundo Deus produz arrependimento para a salvação, que a ninguém traz pesar; mas a tristeza do mundo produz morte” (2Co 7.10). Como logo veremos, Judas também expressaria tristeza. De acordo com Mateus 27.3-5, Judas sentiu remorso por aquilo que havia feito e tentou devolver o dinheiro manchado de sangue aos sacerdotes. Sua culpa por aquilo que ele havia feito finalmente levou-o a suicidar-se. Mas esse tipo de tristeza é uma tristeza mundana que conduz somente para a morte. Ele pode envolver arrependimento sincero sobre as *conseqüências* do pecado — arrependimento sobre a perda de prestígio ou amigos ou influência. Porém isso não reflete nenhuma mudança verdadeira de coração, e conseqüentemente nenhuma lamentação sobre o próprio pecado.

A tristeza de Pedro era de um tipo diferente. “[Ele] chorou amargamente” (Mt 26.75). Era a mais profunda tristeza do coração possível —misturada com vergonha pelo seu comportamento pecaminoso, ódio do próprio pecado, e um desejo desesperado de poder voltar a um relacionamento correto com Cristo.

Pedro talvez pensasse que toda esperança de se reconciliar com Cristo houvesse acabado. Afinal, ele tinha ouvido Jesus ensinar que quem o negasse perante os homens seria negado por ele perante o Pai (Mt 10.33). Possivelmente temendo perder seu relacionamento com Cristo para sempre, e ainda abalado por uma percepção profunda de tristeza sobre seu próprio

pecado, Pedro não parece ter reconquistado sua autoconfiança mesmo quando soube que Cristo havia ressuscitado da morte. Do ponto de vista dele, até mesmo o triunfo da ressurreição parecia um tanto obscurecido pela lembrança amarga do seu fracasso.

De fato, logo depois da ressurreição, Pedro resolveu voltar para seu ofício anterior de pescador, levando consigo vários outros discípulos (cf. Jo 21.3). Foi nessa ocasião que Jesus apareceu numa forma especial e questionou o amor de Pedro. Três vezes Pedro havia negado a Cristo. Três vezes Jesus lhe perguntou sobre seu amor. E três vezes Pedro afirmou que ainda o amava (Jo 21.15-17). No processo, Cristo o recomissionou para o ministério, provando que até um pecado tão sério é perdoável quando o arrependimento do pecador é genuíno.

E o arrependimento de Pedro era de fato genuíno. Ele nunca mais negou Cristo. Aliás, durante o restante da sua vida, Pedro se distinguiu pelas proclamações corajosas de Cristo, até mesmo nas situações mais hostis. Apenas cinquenta dias depois da noite terrível da negação, Pedro se levantaria perante milhares em Jerusalém durante a festa de Pentecostes, e faria um dos sermões mais corajosos e fortes já pregados. Iniciando com o grande triunfo no Pentecostes, Pedro seria usado pelo Senhor para conduzir um número incontável de pessoas a Cristo (ver At 2—12).

A maneira maravilhosa como Pedro foi perdoado e restaurado por Cristo é prova da consistência do seu arrependimento. Ele nunca esqueceu a amargura da sua negação, e portanto nunca mais voltou a cometer esse pecado. De acordo com uma das lendas que circulavam amplamente na igreja primitiva, até a sua morte, o som do galo cantando sempre o fazia chorar.

O que é mais notável sobre todo esse episódio, contudo, é a profundidade da graça e a maravilha do perdão que pode restaurar um santo tão caído para uma posição tão

extraordinária de utilidade. Novamente somos lembrados de que as Escrituras não colocam a ênfase na ignomínia e no escândalo do pecado de Pedro. Em vez disso, esse episódio inteiro está relatado em todos os quatro evangelhos principalmente para destacar a graça que foi subsequente demonstrada a Pedro. É uma das provas mais vívidas da segurança maravilhosa e inexpugnável com que todos os que pertencem a Cristo são mantidos por ele (cf. Jo 6.37-40).

Horas antes da negação de Pedro, Jesus havia orado, “Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum se perdeu, exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura” (Jo 17.12). Jesus sabia que Pedro ia cair, mas também sabia que ele se arrependeria e seria restaurado depois do seu fracasso — da mesma maneira que ele sabia que a traição de Judas germinou de uma rejeição final e irremediável da verdade. Tanto o arrependimento de Pedro quanto a apostasia de Judas estavam em acordo perfeito com o plano e o propósito de Deus.

Pedro verdadeiramente pertencia a Cristo, e assim o próprio Cristo guardou Pedro de cair de maneira tal que ele fosse destruído. Pedro posteriormente citou o poder da guarda de Deus como um estímulo a outros cristãos que sofrem ameaças de perseguição. Ele escreveu,

Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós outros que sois *guardados pelo poder de Deus*, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo. Nisso exultais, embora, no presente, por breve tempo, se necessário, sejais contristados por várias provações, para que, uma vez confirmado o valor da vossa fé, muito mais preciosa do que o ouro perecível, mesmo apurado por fogo, redunde em louvor, glória e honra na revelação de Jesus Cristo (1Pe 1.3-7, ênfase acrescentada).

Quando escreveu esse parágrafo, Pedro sem dúvida se lembrou da sua própria experiência. Ele sabia, mais do que qualquer outra pessoa, quão maravilhoso é ser guardado por Deus. Ele sabia muito bem que a sua segurança não era fruto da sua própria fidelidade — mas que fora guardado na fé pela graça de Deus mesmo quando sua própria tendência carnal era ser *infiel* e abandonar a Cristo. Foi Deus que graciosamente o trouxe de volta, e foi Deus que guardou sua fé de desmoronar mesmo no meio das suas provações. Pedro não podia de forma alguma aceitar nenhum crédito por ter evitado o fracasso final.

Observe que Pedro não disse aos crentes que eles teriam de se segurar em Cristo de alguma maneira. Ele não sugeriu que a segurança deles era de algum modo dependente da sua própria fidelidade. Ele não fez um discurso de estímulo ou tentou suscitar a coragem deles. Ele se lembrava muito bem da tolice da sua própria auto-suficiência e autoconfiança.

Em vez disso, ele dirigiu a atenção deles para aquele que verdadeiramente era capaz de os guardar de cair, e de os apresentar sem culpa perante seu trono (cf. Jd 25). Foi o Senhor que guardou Pedro, e é o Senhor que garante a segurança final de todo crente. Nossa própria tendência carnal pode nos encher de dúvidas, medo e incertezas — e elas fazem isso mesmo. Porém, é para a fidelidade dele que devemos nos voltar à procura de força e encorajamento, pois mesmo quando “somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo” (2Tm 2.13).

“Ao romper o dia, todos os principais sacerdotes e os anciãos do povo entraram em conselho contra Jesus, para o matarem.”

Mateus 27.1

8

A Manhã da Crucificação



A última negação de Cristo por Pedro, marcada pelo segundo canto do galo, ocorreu em algum momento das primeiras horas da manhã — provavelmente uma hora ou duas antes do amanhecer no horizonte oriental. Quando Pedro deixou o cenário, os procedimentos dentro da casa de Caifás estavam provavelmente começando a se acalmar. A hora era extremamente avançada. O Sinédrio já havia concordado sobre um veredicto de culpa e já havia sido dada a sentença de morte. O único problema que restava para eles resolverem era de como legitimar o julgamento e a melhor forma de executar a sentença.

A ESTRATÉGIA DO SINÉDRIO

O Sinédrio precisava de uma estratégia cuidadosa para levar adiante o processo deles contra Jesus. Alguns anos antes disso, Roma havia revogado o direito dos líderes judeus de executar eles próprios a pena de morte (cf. Jo 18.31). Toda pena

capital tinha de ser aprovada e executada pelas autoridades romanas. A única exceção era se um gentio contaminasse o templo ao ultrapassar o pátio dos gentios; nesse caso, ele poderia ser apedrejado no local. Às vezes, judeus demasiadamente zelosos também apedrejavam pessoas apanhadas no ato de um crime capital (os homens em Jo 8.3-11, por exemplo, queriam apedrejar a mulher que eles haviam apanhado no ato de adultério). A história dessa época revela que algumas vezes, por motivos práticos e vantajosos, Roma fechava os olhos a tais apedrejamentos — especialmente quando eram executados pelo povo comum (cf. At 7.54-60). Porém, esse tipo de tolerância não era estendido a veredictos oficiais dados pelo Sinédrio. Como único tribunal judaico reconhecido e autorizado por Roma, era esperado que ele se conduzisse de acordo com a política romana que limitava seus poderes.

Além disso, a autoridade do Sinédrio era limitada a questões religiosas, e por isso relativamente poucos dos casos que eles tinham envolviam crimes capitais. Em casos extremos, eles poderiam conseguir a aprovação romana para sancionar a pena de morte contra um blasfemador indisciplinado particular. Mas obviamente os romanos (que eram comprometidos com seu próprio tipo mítico de politeísmo) não estavam prontos a incitar o entusiasmo judaico em condenar heréticos à morte.

Se o Sinédrio tinha a intenção de pedir a Roma que executasse a pena de morte contra Jesus, eles teriam de apresentar a acusação contra ele de uma forma que mostrasse que não havia alternativa. A credibilidade da acusação deles contra Jesus estava severamente comprometida pelo fato de o julgamento ter sido conduzido tão depressa e sob o manto da escuridão. Pode ser por isso que durante as primeiras horas da manhã (provavelmente por volta das três ou quatro horas) o conselho tenha decidido adiar o julgamento até mais tarde, naquela mesma manhã. Sem dúvida, de qualquer maneira, todos estavam cansados. O recesso daria aos membros do conselho tempo para algumas poucas horas de sono, e o tribu-

nal poderia ser oficialmente convocado novamente nas horas claras do dia para dar o veredicto formal, de acordo com o procedimento requerido nesses casos. Dessa forma, se alguém questionasse a justiça da maneira pela qual o Sinédrio havia julgado Cristo, eles poderiam alegar que o veredicto final deles havia sido decidido à plena luz do dia.

Eles não perderam tempo. Lucas registra que o Sinédrio reuniu novamente seu conselho e levaram Jesus para a audiência final de seu caso “logo que amanheceu” (Lc 22.66). Mateus descreve o mesmo encontro: “Ao romper o dia, todos os principais sacerdotes e os anciãos do povo entraram em conselho contra Jesus, para o matarem” (Mt 27.1).

Cristo tinha sido mantido sob guarda durante a noite toda, possivelmente num calabouço na casa de Caifás. No lugar em Jerusalém que tradicionalmente acredita-se ter sido o local da casa de Caifás, existe um calabouço antigo pequeno, de pedra, com uma abertura de tamanho suficiente para fazer descer uma pessoa. Depois do término do seu julgamento, Cristo pode ter sido confinado numa prisão desse tipo durante o resto da noite, ou ele pode ter sido mantido numa sala da casa de Caifás, sob guardas armados. Em qualquer dos casos, ao chegar o amanhecer, ele foi novamente amarrado (suas mãos fortemente atadas atrás, na maneira costumeira de amarrar um criminoso) e levado mais uma vez perante o Sinédrio, para que este pudesse fazer seu veredicto oficial, e determinar como executar a sentença de morte contra ele.

O conselho sujeitou Cristo mais uma vez à mesma linha de interrogatório que Caifás havia usado na noite anterior. Lucas descreve a audiência:

Logo que amanheceu, reuniu-se a assembléia dos anciãos do povo, tanto os principais sacerdotes como os escribas, e o conduziram ao Sinédrio, onde lhe disseram: Se tu és o Cristo, dizenos. Então, Jesus lhes respondeu: Se vo-lo disser, não o acreditareis; também, se vos perguntar, de nenhum modo me respon-

dereis. Desde agora, estará sentado o Filho do homem à direita do Todo-poderoso Deus. Então, disseram todos: Logo, tu és o Filho de Deus? E ele lhes respondeu: Vós dizeis que eu sou. Clamaram, pois: Que necessidade mais temos de testemunho? Porque nós mesmos o ouvimos da sua própria boca (Lc 22.66-71).

Eles queriam que Jesus declarasse claramente se ele era o Messias. Tendo solicitado tantas testemunhas contra ele, eles eram, entretanto, incapazes de provar que ele havia declarado publicamente (em tantas palavras) que ele era o Cristo. Na verdade, ele era o Cristo, mas isso não havia sido declarado abertamente em reuniões públicas. É por isso que quando Pedro disse, “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo. Então, Jesus lhe afirmou: Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus” (Mt 16.16,17). E então ele ordenou aos discípulos que não dissessem a ninguém que ele era o Messias (v. 20).

As pessoas que tinham ouvido Jesus ensinar tinham opiniões variadas sobre quem ele era. Ele tinha perguntado aos discípulos, “Quem diz o povo ser o Filho do homem? E eles responderam: Uns dizem: João Batista; outros: Elias; e outros: Jeremias ou algum dos profetas” (vs. 13,14).

Havia uma grande diferença de opinião sobre quem ele era porque Jesus nunca havia declarado explicitamente em seus ensinamentos públicos que era o Messias. Ele havia sugerido que estava cumprindo profecias que se referiam ao Messias (Lc 4.18-21). Ele havia dito em particular a indivíduos que ele era o Messias (Jo 4.25,26). Ele havia dito que as Escrituras do Antigo Testamento apontavam para ele (Jo 5.39). Era certamente bem conhecido que seus seguidores mais íntimos acreditavam que ele era o Messias. A sua entrada triunfal em Jerusalém menos de uma semana antes da sua prisão revela quão difundida era essa crença. Mas o Sinédrio estava determinado a fazê-lo

declarar com seus próprios lábios para os autos do processo se ele alegava ser o Messias.

A resposta de Jesus expôs a predisposição do conselho. Se ele alegasse ser o Messias, eles não acreditariam na alegação, nem considerariam com seriedade qualquer prova que ele pudesse apresentar. Eles já haviam visto e ouvido sobre muitas das provas fascinantes do seu poder divino. Aliás, um dos seus maiores milagres — a ressurreição de Lázaro — foi o que no final selou a determinação deles de matar Jesus (Jo 11.53).

Além disso, como ele apontou, *ele* já *os* havia questionado sobre suas credenciais messiânicas, e eles haviam se recusado a responder (cf. Lc 20.3-7, 41-44). Se eles não puderam responder à evidência que mostrava que ele era o Messias, deveriam tê-lo libertado. Mas estava bem claro que eles não tinham a intenção de fazer nenhuma dessas coisas. Jesus estava sendo julgado sob um falso pretexto; esse não era um julgamento legítimo.

Mas mesmo eles não tendo acreditado nas suas alegações, Jesus solenemente lhes assegurou que a hora viria quando o Filho do homem sentar-se-ia à mão direita do poder de Deus. Ele estava querendo dizer que a situação se reverteria e ele se sentaria para julgá-los.

Entretanto, essa resposta não era exatamente aquela que eles esperavam, de modo que eles prosseguiram: “Logo, tu és o Filho de Deus?” Dessa vez ele respondeu simplesmente, “Vós dizeis que eu sou” (Lc 22.70).

Era isso exatamente o que eles queriam. Agora eles tinham feito com que ele declarasse publicamente, em plena luz do dia, que ele era o Filho de Deus. Como ele havia acabado de ressaltar, se essa declaração fosse verdadeira ou não, para eles não fazia nenhuma diferença. Embora ele houvesse dado muitas provas ao longo do seu ministério para substanciar a alegação — embora alguns desses homens tivessem visto essas provas com seus próprios olhos — eles não tinham o mínimo interesse em estabelecer ou desaprovar a validade da sua reivindicação; tudo o que eles queriam fazer agora era colocá-lo na cruz o quanto

antes. No fim, isso significou que eles o crucificaram por ter dito a verdade.

Assim que Jesus alegou ser o Filho de Deus, o julgamento foi imediatamente encerrado. “Que necessidade mais temos de testemunho?” (v. 71). Como havia acontecido na noite anterior, a ele não foi oferecida nenhuma oportunidade de chamar testemunhas em sua defesa. Nenhuma das provas que estabeleceriam a veracidade da alegação foi permitida. A prova era irrelevante para eles. Na verdade, eles haviam decidido de antemão seu veredicto de culpa. O testemunho de Cristo lhes deu a aparência de legitimidade de que precisavam. No que dizia respeito a eles, toda “testemunha adicional” seria supérflua ou contraprodutiva. Eles agora estavam ansiosos para executar a sentença que haviam dado.

Foi imediatamente tomada a decisão de levar Jesus a Pôncio Pilatos para obter a permissão romana para matá-lo — de preferência por executores romanos. “...E amarrando-o, levaram-no e o entregaram ao governador Pilatos” (Mt 27.2).

O SUICÍDIO DE JUDAS

Nesse ponto do evangelho de Mateus, ele interrompe seu relato das provações de Jesus para relatar a morte de Judas. Pode muito bem ser que, cronologicamente, essa parte da história se encaixe perfeitamente aqui. Ou pode ser que Mateus tenha mencionado isso nesse momento para mostrar o total contraste entre a iniquidade vil representada por Judas e a pureza absoluta representada por Jesus. Em qualquer dos casos, vindo nesse momento, enfatiza a injustiça absoluta da morte de Jesus, como visto no fato de que até mesmo aquele que o traiu foi atingido tão duramente na sua consciência de forma que literalmente não pôde continuar a conviver consigo mesmo.

Mateus escreve:

Então, Judas, o que o traiu, vendo que Jesus fora condenado, tocado de remorso, devolveu as trinta moedas de prata aos principais sacerdotes e aos anciãos, dizendo: Pequei, traindo sangue inocente. Eles, porém, responderam: Que nos importa? Isso é contigo. Então, Judas, atirando para o santuário as moedas de prata, retirou-se e foi enforcar-se (Mt 27.3-5).

A linguagem de Mateus apóia a idéia de que esse acontecimento é incluído nesse momento porque se encaixa aqui cronologicamente: “*Então* Judas . . . vendo que Jesus fora condenado” (v. 3). Não nos é dito onde Judas estava enquanto Jesus estava sendo julgado. Parece improvável que ele teria tido uma participação ativa no julgamento. O testemunho dele teria sido desacreditado e provavelmente inadmissível por causa de sua situação como um renegado e traidor. Como é evidente dos acontecimentos que se seguem, os companheiros conspiradores de Judas tiveram pouco uso para ele uma vez que seu ato de traição estava terminado. Judas imediatamente se tornou um desterrado absoluto, menosprezado por todos pelo seu comportamento traiçoeiro.

Mesmo assim, Judas tinha um interesse óbvio no resultado do julgamento. Como Pedro, ele parece tê-lo seguido de longe. No mínimo, parece que ele estava presente na conclusão do interrogatório final feito pelo Sinédrio durante o dia, porque Mateus diz que ele *viu* que Cristo havia sido condenado. Talvez quando Judas viu Jesus amarrado e conduzido até Pilatos, ele teve consciência de toda a enormidade do seu pecado. A visão de Jesus sendo maltratado dessa forma por causa da sua traição era mais do que o próprio Judas podia suportar. Nesse momento, Judas pode ter percebido pela primeira vez a magnitude da própria tolice pecaminosa. Ele tinha vendido o Filho de Deus por um punhado de moedas. Ele tinha jogado fora a oportunidade incrível de companheirismo íntimo e de discipulado com Deus encarnado que tinha sido dele por pertencer ao círculo interno dos doze. Somente outros onze

homens em toda a História desfrutavam daquele tipo de relação íntima, pessoal, lado a lado, com Deus o Filho. Ninguém mais havia sido exposto a tanta verdade dos lábios do Deus e rejeitado tudo. Mais ninguém havia tido o privilégio de testemunhar o exemplo imediato e próximo do Senhor por tanto tempo — e que no entanto o tivesse rejeitado.

A História está cheia de vilões que *parecem* ser mais desprezíveis do que Judas Iscariotes. Compare Judas com alguém que perpetrou genocídio ou viveu uma vida de mal temerário, escandaloso, e Judas talvez não parecesse tão mau. Mas a verdade é que ninguém poderia ser pior do que ele foi. Ninguém jamais pecou contra tanta luz e tanto privilégio. Ninguém jamais traiu uma vítima tão inocente. Ninguém jamais manteve um coração tão duro por tanto tempo na presença de tanta bondade compassiva. Lembre-se, Judas havia recebido todas as mesmas demonstrações de bondade divina de Cristo que os outros discípulos nos seus três anos com o Mestre.

Mas todos esses privilégios nunca tinham exercido nenhum impacto no coração de Judas. Durante três anos ele resistiu a todas as verdades que ouviu de Jesus, rejeitando-as. Ele endureceu o seu coração contra elas, e secretamente nutriu um desprezo cada vez maior em relação ao Filho imaculado de Deus. Contudo, ao longo desses anos, ele foi tão perito na arte da hipocrisia que conseguiu esconder o seu verdadeiro caráter de todo mundo, menos de Jesus. E, por fim, alegremente ele vendeu todas as suas vantagens espirituais — inclusive o próprio Cristo — a quem ofereceu o melhor preço. A maldade do seu coração desafia a compreensão.

Não é de admirar que Jesus o tenha chamado de diabo (Jo 6.70). Não é de admirar que Satanás tenha tido tão fácil acesso ao coração de Judas (Jo 13.27; Lc 22.3). Na face da terra, jamais caminhou alma mais sórdida.

Mas nem mesmo Judas pôde escapar da dor terrível da sua própria culpa. Chegou finalmente o tempo quando até

mesmo um coração tão severamente endurecido e uma consciência tão cauterizada não pôde amortecer a sua alma do sentimento de culpa que ele carregará por toda a eternidade.

Tão logo Judas viu Jesus sendo conduzido amarrado, ele foi duramente atingido pelo arrependimento. Não era nenhum arrependimento verdadeiro, mas somente remorso. (Embora a versão King James diga que Judas “arrependeu-se”, a palavra usada não é a palavra grega normal para arrependimento, *metanoeo*, mas uma outra palavra que simplesmente significa pesar profundo, *metamelomai*). Judas estava começando a perceber as conseqüências amargas do pecado e odiou essas conseqüências; mas ele nunca alcançou o ponto que conduz ao ódio do próprio pecado.

Por que Judas ficou repentinamente tão cheio de pesar quando viu que Jesus tinha sido condenado? Quando traiu Jesus, ele pode ter pensado que o Mestre escaparia da prisão como havia feito repetidas vezes antes. Ou talvez Judas tivesse assumido que Jesus poderia se livrar de qualquer acusação que fosse feita contra ele. Afinal de contas, ele era verdadeiramente inocente de qualquer mal. E Judas nunca tinha visto Cristo *falhar* em qualquer circunstância. Judas pode ter de fato esperado que Jesus escapasse ou que tivesse a sua inocência provada. Seria o cenário perfeito. Judas ainda teria as trinta peças de prata. Jesus não seria prejudicado pela experiência. Os sacerdotes hipócritas simplesmente estariam perdendo trinta peças de prata. Usando esse tipo de raciocínio, Judas pode ter-se convencido de que a sua traição a Jesus não era nada importante e não teria nenhuma conseqüência séria ou duradoura – especialmente se Jesus realmente fosse o verdadeiro Messias.

Mas agora a visão de Cristo condenado fez com que ele enxergasse pela primeira vez a verdadeira enormidade da sua culpa. E isso estava além do que ele podia suportar.

Judas desesperadamente quis fugir das conseqüências do que tinha feito. Observe o que ele fez no seu esforço para escapar da sua culpa. Pelos padrões humanos, estas poderiam parecer

evidências bastante impressionantes de um tipo de arrependimento. *Primeiro, ele ofereceu restituição.* Ele levou de volta as trinta peças de prata ao Sinédrio e futilmente implorou que eles as pegassem de volta. Ele pode ter feito isso enquanto eles ainda estavam reunidos, na conclusão do interrogatório final de Jesus, imediatamente depois que Cristo foi levado a Pilatos. O dinheiro era tudo o que Judas havia desejado antes; agora ele estava repentinamente desesperado para se livrar dele, porque era a lembrança física da culpa que lhe doía tanto. Tinha repentinamente se tornado como uma brasa viva nas suas mãos. *Segundo, ele fez uma confissão.* Judas verbalmente confessou a sua culpa. Ele reconheceu que tinha pecado; ele também afirmou a inocência de Jesus. Ele não se desculpou pelo ato, mas voluntariamente admitiu que estava errado.

À primeira vista, essas medidas podem fazer parecer que Judas foi levado por um caminho longo até o arrependimento, mas ele ainda ficou devendo. É verdade que ele confessou haver pecado, mas ele não confessou a Deus e buscou verdadeiro perdão. Ele não foi, como o Filho Pródigo, para aquele contra quem tinha pecado. Evidentemente não havia mais amor por Cristo no seu coração quando ele devolveu o dinheiro ao Sinédrio do que quando eles primeiro lhe haviam dado o dinheiro. A única coisa que havia mudado era que agora ele sentia poderosamente as repercussões do seu pecado e não queria carregar nenhuma parte das suas *conseqüências*. Como tantos que hoje em dia professam arrependimento, Judas queria principalmente apenas adquirir a libertação da dor que sua culpa lhe causava. O tormento constante das dores agudas da sua própria consciência era demais, e ele desejava ter alívio.

O pecado nunca satisfaz de verdade. Há prazeres momentâneos no pecado (cf. Hb 11.25), mas eles invariavelmente abrem caminho para a tristeza, a vergonha e a dor. No momento em que foi buscar o prazer, motivado pelo seu amor ao dinheiro, Judas perdeu qualquer oportunidade de real alegria ou satis-

fação para sempre. Paulo escreve, “Porque o amor do dinheiro é raiz de todos os males; e alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores” (1Tm 6.10). Judas é o protótipo do que Paulo está descrevendo. Ninguém jamais infligiu a si mesmo tristeza maior — e tudo por tolo amor ao dinheiro.

Judas não receberia nenhuma solidariedade ou apoio dos seus companheiros conspiradores. A resposta deles à sua confissão foi na verdade escárnio completo. “Eles, porém, responderam: Que nos importa? Isso é contigo” (Mt 27.4). Eles também estavam preocupados demais com outras coisas para lidar com Judas nesse momento. Eles tinham de colocar Jesus na cruz. A insensibilidade da resposta deles é surpreendente. Judas admitiu claramente que tinha traído sangue inocente. O fato disso não ter significado nada para eles revela quão completamente maligna eram as suas intenções desde o começo. Eles estavam para crucificar Jesus com o conhecimento total da inocência dele.

Judas não conseguiu que eles pegassem de volta o dinheiro, então jogou-o no templo e partiu. Isso pode significar que ele jogou o dinheiro para dentro do lugar santo onde somente os sacerdotes poderiam entrar, assim forçando os sacerdotes a apanharem eles mesmos o dinheiro. Era um ato final de despeito, com o objetivo de fazê-los possuir as moedas prateadas que tinham se tornado o símbolo da sua culpa.

Deuteronômio 27.25 diz, “Maldito aquele que aceitar suborno para matar pessoa inocente”. Judas deve ter associado supersticiosamente as moedas físicas em si com a maldição, e ele pode ter esperado se libertar da maldição livrando-se do dinheiro. No mínimo, ele quis que a mesma maldição caísse sobre seus companheiros conspiradores. Isso explica esse pequeno jogo de passar a batata quente que ele estava fazendo com o dinheiro. Jogando o dinheiro e saindo depressa, ele não deixou a eles alternativa a não ser pegar o dinheiro de volta.

Então Judas, totalmente sem amigos, desesperado e desconsolado sob o peso da sua própria culpa, selou a sua autodestruição para sempre com um ato de suicídio.

Talvez Judas tivesse pensado que ao se matar poderia se livrar finalmente da sua culpa. A verdade é o oposto. Ao se matar, ele prendeu-se à culpa para sempre. Entre todas as pessoas, Judas deveria saber disso, pois ele tinha ouvido repetidamente Jesus ensinar sobre o inferno — como é um lugar de tormento eterno, fogo inextinguível, lamentação e ranger de dentes que acontece dia e noite para sempre (Mt 8.12; 13.42, 50; 22.13; 24.51; 25.30; Lc 13.28; Mc 9.43-48). No inferno, a dor da culpa e as dores agudas de consciência são eternamente intensificadas — alimentando-se da alma como um verme que nunca está satisfeito e nunca morre.

As circunstâncias do suicídio de Judas podem ser coligidas comparando-se o relato de Mateus com Atos 1, onde Lucas registra as palavras do apóstolo Pedro sobre Judas, e em seguida acrescenta este comentário parentético: “Ora, este homem adquiriu um campo com o preço da iniquidade; e, precipitando-se, rompeu-se pelo meio, e todas as suas entranhas se derramaram; e isto chegou ao conhecimento de todos os habitantes de Jerusalém, de maneira que em sua própria língua esse campo era chamado Aceldama, isto é, Campo de Sangue” (At 1.18,19).

Combinando os relatos de Lucas e Mateus, nós podemos compor o que aconteceu. Judas se enforcou no galho fraco de uma árvore — talvez um galho que estava por sobre um penhasco ou sobre algumas pedras de pontas afiadas, no campo do oleiro. O ramo deve ter-se quebrado, e Judas caiu com ímpeto sobre as pedras, o que causou a mutilação horrível do seu corpo que Lucas descreve na passagem de Atos 1.

A HIPOCRISIA DAS AUTORIDADES DO TEMPLO

Os principais sacerdotes pareciam compartilhar a atitude supersticiosa de Judas em relação ao dinheiro de sangue.

Embora Judas tivesse conseguido forçá-los a ficar responsável por ele, eles não tinham nenhum desejo de possuir o dinheiro, nem estavam dispostos a repô-lo na tesouraria do templo. Mateus escreve:

E os principais sacerdotes, tomando as moedas, disseram: Não é lícito deitá-las no cofre das ofertas, porque é preço de sangue. E, tendo deliberado, compraram com elas o campo do oleiro, para cemitério de forasteiros. Por isso, aquele campo tem sido chamado, até ao dia de hoje, Campo de Sangue. Então, se cumpriu o que foi dito por intermédio do profeta Jeremias: Tomaram as trinta moedas de prata, preço em que foi estimado aquele a quem os filhos de Israel avaliaram e as deram pelo campo do oleiro, assim como me ordenou o Senhor” (Mt 27.6-10).

A referência que Mateus fez a Jeremias é de fato uma alusão a Zacarias 11.12,13: “Pesaram, pois, por meu salário trinta moedas de prata. Então, o Senhor me disse: Arroja isso ao oleiro, esse magnífico preço em que fui avaliado por eles. Tomei as trinta moedas de prata e as arrojé ao oleiro, na Casa do Senhor”. Zacarias prefigurou assim as ações de Judas com precisão minuciosa (A atribuição de Mateus a “Jeremias” reflete o modo comum em que o cânon hebreu era dividido em três seções: lei, escritos e profetas. Da mesma maneira que os escritos poéticos eram às vezes referidos coletivamente como “os salmos” de acordo com o primeiro livro nessa seção do cânon — cf. Lc 24.44 — os escritos proféticos às vezes eram chamadas de “Jeremias”, de acordo com o primeiro livro na parte profética do cânon hebreu.).

Tanto Mateus como Lucas mencionam que o campo havia se tornado bem conhecido como “Campo de Sangue”. Era evidentemente um lugar conhecido já nos dias em que os evangelhos foram escritos, aproximadamente trinta anos depois da crucificação.

No dia em que Judas lá morreu, porém, era conhecido como “campo do oleiro”. Provavelmente era um lote desocupado ligado a um negócio de um oleiro — talvez um lugar onde a argila antigamente fosse encontrada em abundância, mas a provisão de barro tinha sido esvaziada, de forma que a propriedade não tinha mais utilidade para o oleiro. A mineração de argila teria severamente desfigurado e desvalorizado a propriedade, de modo que trinta peças de prata teriam sido certamente o suficiente para fazer a compra.

Embora Lucas pareça sugerir que o próprio Judas tenha comprado o campo, ele sem dúvida quis dizer que simplesmente foi comprado com o dinheiro dele. É óbvio do relato de Mateus que foram as autoridades de templo que de fato efetuaram a compra — e elas provavelmente compraram o campo depois que Judas morreu nele. Eles então converteram a propriedade num cemitério para “estrangeiros” — mais provavelmente gentios ou desterrados.

A transação tinha a aparência de um ato de caridade, mas na realidade estava impregnada pela hipocrisia mais grosseira. Até esse ponto, nos procedimentos deles com Jesus, o Sinédrio tinha demonstrado pouco interesse por propriedade legal. Eles tinham virtualmente violado todos os princípios de justiça para obter um veredicto de culpa contra Jesus. Eles tinham tirado dinheiro da tesouraria do templo a fim de subornar Judas para trair seu Senhor. Mas quanto à questão sobre se eles poderiam colocar o dinheiro do suborno de volta na tesouraria do templo, eles começaram a demonstrar repentino escrúpulo (Possivelmente isso era por causa de uma superstição como a de Judas, que parecia associar a maldição de Deuteronômio 27.23 com as moedas — em vez de compreenderem que o próprio ato de traição é a razão para a maldição.).

Os sacerdotes se autocondenaram quando admitiram que as peças de prata eram “dinheiro de sangue”. Eles estavam confessando virtualmente que o dinheiro era (nas palavras de Dt 27.25) “suborno para matar pessoa inocente”. Em total

contraste com Judas, esses homens não pareciam sentir nenhuma dor aguda de consciência pela ação maléfica que eles estavam praticando. “Que nos importa?” eles responderam zombeteiramente a Judas.

A única preocupação deles era a aparência externa das coisas. Esse era o erro consistente da maioria dos escribas, fariseus, saduceus e outros líderes religiosos judeus da época de Jesus. Eles tinham aperfeiçoado a obediência externa à lei. Eles tinham dominado a arte de parecer santos aos olhos de outros homens. A roupa, as ações e os rituais religiosos deles eram todos designados para *aparentarem* santidade. Mas eles negligenciavam as questões mais importantes — especialmente a justiça verdadeira, interior. Eles eram hipócritas. Jesus os reprovou por limpar o exterior dos seus copos e deixar toda a podridão no lado de dentro. Ele os comparou a túmulos caiados de branco e com aparência de limpos no lado de fora, mas cheios de morte e contaminação no interior:

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque limpais o exterior do copo e do prato, mas estes, por dentro, estão cheios de rapina e intemperança! Fariseu cego, limpa primeiro o interior do copo, para que também o seu exterior fique limpo! Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que, por fora, se mostram belos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia! Assim também vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas, por dentro, estais cheios de hipocrisia e de iniquidade (Mt 23.25-28).

Jesus tinha constantemente dado ensinamentos sobre este tema desde o princípio do seu ministério público. Era a mensagem central do Sermão do Monte — onde ele ensinou que o significado verdadeiro da lei moral de Deus diz respeito ao coração, não a questões externas como a roupa ou o ritual ou o comportamento público (Mt 6).

Os membros do Sinédrio que condenaram Cristo eram os representantes máximos da hipocrisia grosseira a que eles sempre tinham se oposto. Eles, com modos de santarrões, recusaram-se a depositar o dinheiro de sangue em pleno dia na tesouraria do templo, mas não tinham nenhum escrúpulo em *pagar* dinheiro de sangue secretamente da tesouraria a Judas. Eles não se interessaram pela própria culpa terrível; eles só estavam preocupados com a forma como eles apareciam a outros. Eles não tinham tempo para considerar a inocência de Jesus (Que nos importa?) — estavam muito ocupados tentando fazer aparecer que ele merecesse a morte. Contanto que eles pudessem revestir a sua conspiração maligna com uma ilusão de legitimidade, ficariam perfeitamente contentes em prosseguir no seu caminho pecaminoso. Fariam tudo o que pudessem para fazer Jesus parecer culpado e eles justos — embora soubessem bem que, na realidade, a verdade era o oposto disso.

Agora eles estavam tentando incluir os romanos na conspiração para assassinar Jesus.

“De novo, perguntou-lhes o governador: Qual dos dois quereis que eu vos solte? Responderam eles: Barrabás! Replicou-lhes Pilatos: Que farei, então, de Jesus, chamado Cristo? Seja crucificado! Responderam todos.”

Mateus 27.21,22

9

O que Farei com Jesus?



Imediatamente depois da audiência do início da manhã, na qual o Sinédrio confirmou sua sentença de morte para Jesus, eles o amarraram e o levaram ao governador romano da Judéia, Pôncio Pilatos (Mt 27.2).

Todas as penas a criminosos na Judéia estavam sujeitas à aprovação ou veto final de Pilatos (diretamente ou por intermédio dos tribunais que operavam sob a sua supervisão). O Sinédrio era um tribunal religioso, não civil. Sua jurisdição compreendia questões relacionadas diretamente à religião judaica. Eles não tinham autoridade para sentenciar alguém à morte sem a prévia aprovação romana (Jo 18.31) — mesmo em casos em que a lei do Antigo Testamento prescreve a morte. Isso significava que muitos padrões morais e religiosos não poderiam ser impostos mediante as penalidades bíblicas. Os romanos raramente aprovavam a pena de morte em casos de adultério, homossexualismo, blasfêmia, falsa profecia — ou outras transgressões morais ou religiosas.

Essa política era amplamente odiada como uma intrusão romana na religião judaica — e uma afronta à Lei de Deus. Era um dos pontos principais de atrito entre o Sinédrio e o governo romano. Entretanto, os membros do Sinédrio nessa ocasião estavam ansiosos para conseguirem o consentimento romano para a morte de Jesus, pois isso ajudaria a legitimar aquilo que eles estavam fazendo. Talvez eles tenham pensado que se pudessem levar, de modo fraudulento, o governo romano a assassinar Jesus, o sangue dele não mancharia suas mãos.

De início, encontraram Pilatos pouco disposto a dar sua aprovação à conspiração deles, porém finalmente ele decidiu que era politicamente conveniente matar Jesus. Assim, a ambição política de Pilatos superou quaisquer convicções morais que ele pudesse ter, e foi ele que finalmente deu a autorização para assassinar Jesus.

Dentro de dezoito horas depois da sua prisão, Jesus foi sujeito a dois julgamentos, cada um com três fases. No seu julgamento perante o Sinédrio, passou por três interrogatórios — um na presença de Anás, um à noite perante o Sinédrio com Caifás presidindo, e um bem cedo na manhã seguinte, quando foi dado o veredito formal. O julgamento romano também teria três fases: Cristo é primeiramente levado perante Pilatos, depois enviado a Herodes e então levado à presença de Pilatos mais uma vez.

A residência de Pilatos em Jerusalém era conhecida como o Pretório. Era mais do que simplesmente uma residência; lá também havia a sala de julgamento, de onde ele julgava todos os casos que lhe eram apresentados. A localização é controvertida, mas estava situado perto do palácio de Herodes, ou talvez mais provavelmente, adjacente à fortaleza de Antônia, o centro nervoso do poder militar romano em Jerusalém, exatamente ao norte do recinto do templo. A residência *permanente* de Pilatos era em Cesaréia, uma cidade a oeste de Jerusalém na costa mediterrânea de Israel, mas ele vinha a Jerusalém durante as festas judaicas, e assim estava na cidade durante a Páscoa.

A ACUSAÇÃO DA MULTIDÃO

Ainda era bem cedo na manhã de sexta-feira — provavelmente antes das cinco horas — quando o Sinédrio chegou ao Pretório com Jesus em grilhões. Pilatos não deveria saber antecipadamente que eles estavam chegando, e ele provavelmente teve de ser acordado para os atender a essa hora.

João 18.28,29 descreve a cena: “Depois, levaram Jesus da casa de Caifás para o pretório. Era cedo de manhã. Eles não entraram no pretório para não se contaminarem, mas poderem comer a Páscoa. Então, Pilatos saiu para lhes falar” — provavelmente dirigindo-se a eles de um pórtico ou varanda da sua mansão.

Como observamos no capítulo 2, a diferença na forma de contar os dias tornava possível que a Páscoa fosse celebrada durante um período de dois dias. Os judeus da Galiléia calculavam o dia de um nascer do sol ao nascer do sol seguinte, e dessa forma a Páscoa deles (14 de Nisã) caía na quinta-feira. É por isso que Jesus e seus discípulos já haviam comido a refeição da Páscoa na noite anterior. Porém na Judéia, onde os dias eram contados pelo método dos saduceus — de um pôr-do-sol até o outro — o dia 14 de Nisã era na sexta-feira. Então a refeição da Páscoa seria feita pela maioria de judeus da Judéia somente mais tarde nessa noite. O Sinédrio, portanto, não entraria na residência de Pilatos, pois a tradição rabínica (não a Escritura) ensinava que se eles entrassem na casa de um gentio, eles estariam cerimonialmente contaminados, ficando assim desqualificados para participarem da festa da Páscoa. Portanto, eles insistiram em encontrar-se com Pilatos do lado de fora.

O melodrama de eles recusarem-se a entrar no pretório na verdade resultou a favor do propósito do Sinédrio, que causou a intimidação de Pilatos. Eles haviam deliberadamente ido em massa (cf. Lc 23.1) e tão cedo num dia de festa com a finalidade de dar um sentido de urgência máxima ao apelo deles. Ali estava um caso que claramente não podia esperar. O

horário matinal, a insistência do Sinédrio em tratar desse caso antes de celebrar a festa deles, e o expediente de fazer com que Pilatos os encontrasse no terreno deles – tudo isso contribuiu para sublinhar na mente de Pilatos o fato de que essa era uma situação extremamente volátil e urgente. O Sinédrio sem dúvida esperava que Pilatos fizesse simplesmente o que eles lhe dissessem para fazer, uma vez que era obviamente vantajoso para ele manter felizes os principais sacerdotes durante os dias da festa, com tantos peregrinos judeus presentes na cidade.

Porém, Pilatos não estava disposto a fazer o papel de fantoche nas mãos deles com tanta facilidade. Ele não aprovaria a sentença deles contra Jesus sem antes ouvir as acusações formais. Então ele lhes perguntou, “Que acusação trazeis contra este homem?” (Jo 18.29).

A resposta deles foi deliberadamente evasiva. Eles haviam de fato condenado Jesus com base nas acusações de blasfêmia, mas eles sabiam que somente uma acusação dessa normalmente não seria suficiente para obter a aprovação de Pilatos para uma execução. Então “Responderam-lhe: Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos” (v. 30).

A arrogância da resposta é espantosa. O Sinédrio estava na verdade exigindo que Pilatos tomasse Jesus e o executasse sem fazer qualquer indagação a respeito do que ele fora acusado ou por que ele fora condenado. Eles insinuaram que Pilatos estava contestando a integridade deles por tentar investigar as acusações contra Jesus, mas o fato é que a inquirição de Pilatos foi um dos poucos procedimentos legais corretos que foram observados em todos os interrogatórios pelos quais Jesus passou. Pilatos estava se recusando a ouvir o caso de Jesus até que ouvisse a acusação.

Todavia, evidentemente a resposta impetuosa teve o efeito desejado em Pilatos, porque “Replicou-lhes, pois, Pilatos: Tomai-o vós outros e julgai-o segundo a vossa lei” (v. 31). Na verdade, ele deu a eles permissão para fazer com Jesus o que quer que a lei deles mandasse. Com toda probabilidade, Pilatos

assumiu que eles ansiosamente aceitariam seu sinal de aprovação e imediatamente levariam Jesus para fora a fim de o apedrejar. Ele estava em sua essência dizendo ao Sinédrio que se eles quisessem matar Jesus pelos seus supostos crimes contra o Judaísmo, Roma faria vista grossa a isso dessa vez. Pilatos obviamente não desejava irritar o Sinédrio nessa ocasião.

Mas o Sinédrio não se deu por satisfeito com a aprovação de Pilatos para eles mesmos apedrejarem Jesus. Eles queriam uma execução romana. Esse era o plano deles por inúmeras razões. Como Pilatos, eles tinham medo da opinião do povo (Mt 26.5). Durante todo o processo, o Sinédrio havia sido zeloso em evitar responsabilizar-se por suas ações, e apedrejá-lo com as próprias mãos tornaria impossível para eles manterem esse zelo. Entregar Jesus para os romanos dava à conspiração deles uma aparência muito mais decente. Além disso, de acordo com uma tradição semelhante àquela que os proibia de participar da festa depois de entrar na casa de um gentio, eles teriam ficado contaminados se apedrejassem Jesus antes de comer a Páscoa. E agora que a conspiração contra ele estava avançando tão depressa, eles haviam aparentemente resolvido que não queriam atrasar a execução até depois da Páscoa (cf. Mt 26.5). Assim, eles estavam determinados a fazer com que Pilatos executasse a pena de morte para eles. Quando eles perceberam o quão intimidado ele estava, a determinação deles apenas intensificou-se.

Então eles disseram a Pilatos, “A nós não nos é lícito matar ninguém” (Jo 18.31). Eles lembravam Pilatos da própria restrição da qual eles tanto se ressentiam. Nesse caso, eles estavam determinados a usar isso para a sua própria vantagem, intimidando Pilatos ainda mais até que ele concordasse em executar Jesus pelas mãos romanas.

Novamente, tudo isso cumpria o plano de Deus. Ao insistir numa execução romana, o Sinédrio estava inconscientemente garantindo “que se cumprisse a palavra de Jesus, significando o modo pelo qual havia de morrer” (v. 32). Uma vez Jesus havia

dito aos seus discípulos, “Eis que subimos para Jerusalém, e o Filho do homem será entregue aos principais sacerdotes e aos escribas. Eles o condenarão à morte. E o entregarão aos gentios para ser escarnecido, açoitado e crucificado” (Mt 20.18,19). Ele havia muitas vezes falado de morrer numa cruz — um instrumento romano de execução da pena de morte. Ao entregar Jesus aos romanos para que fosse executado, o Sinédrio fez com que se cumprissem as próprias palavras de Jesus.

Porém, Pilatos insistia em ouvir uma acusação contra Jesus; assim, se o Sinédrio quisesse que Pilatos o executasse, eles agora precisavam de acusações mais substanciais contra ele. Eles teriam de acusá-lo de crimes que estimulasse o apetite romano pela justiça muito mais do que faria a acusação de blasfêmia. Portanto, eles rapidamente fabricaram três acusações de sedição contra ele. Lucas escreve, “Encontramos este homem pervertendo a nossa nação, vedando pagar tributo a César e afirmando ser ele o Cristo, o Rei” (Lc 23.2). Em outras palavras, eles retrataram-no a Pilatos como um insurrecionista que havia deliberadamente incitado o povo contra o imposto romano e se fazia como um rei.

Nenhuma dessas coisas era verdadeira, é claro — e Pilatos certamente sabia disso (cf. Mt 27.18). Se houvesse qualquer base real para essas acusações, sem dúvida isso teria chamado a atenção de Pilatos em primeiro lugar. Além disso, Pilatos sabia que o Sinédrio não o julgaria por crimes desse tipo. Afinal, a oposição ao imposto romano era bem conhecida e alastrada entre os próprios líderes judaicos. Eles uma vez tentaram pegar Jesus nesta questão de pagar o imposto a César, e ele havia respondido com uma declaração famosa que havia despertado a admiração geral pela sabedoria dele: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12.17). Assim as acusações contra eles eram mentiras. Jesus nunca havia procurado estabelecer um reino político em oposição a Roma, mas sim o contrário disso (cf. Jo 6.15).

O VEREDITO DE PILATOS

A essa altura, Pilatos resolveu levar Jesus para dentro do Pretório e interrogá-lo. Mateus, Marcos e Lucas fizeram relato abreviado desse interrogatório: “Jesus estava em pé ante o governador; e este o interrogou, dizendo: És tu o rei dos judeus? Respondeu-lhe Jesus: Tu o dizes” (Mt 27.11).

João faz um relato mais completo do diálogo que aconteceu:

Tornou Pilatos a entrar no pretório, chamou Jesus e perguntou-lhe: És tu o rei dos judeus? Respondeu Jesus: Vem de ti mesmo esta pergunta ou to disseram outros a meu respeito? Replicou Pilatos: Porventura, sou judeu? A tua própria gente e os principais sacerdotes é que te entregaram a mim. Que fizeste? Respondeu Jesus: O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui. Então, lhe disse Pilatos: Logo, tu és rei? Respondeu Jesus: Tu dizes que sou rei. Eu para isso nasci e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz (Jo 18.33-37).

Claramente Pilatos estava ciente de que as acusações do Sinédrio contra Jesus eram infundadas. Mas ele estava num dilema. Por um lado, ele não podia se permitir aborrecer o Sinédrio. Por outro lado, ele não queria ser transformado num fantoche deles. Ao levar Jesus para dentro e interrogá-lo diretamente, ele talvez esperasse conseguir um acesso melhor aos fatos do caso, de forma que pudesse compreender o motivo pelo qual o Sinédrio tinha visto na posição de Jesus um risco tão iminente. A resposta de Jesus provavelmente convenceu Pilatos de que a questão inteira era uma disputa religiosa interna. Estava claro que Jesus de fato alegava ser um rei. Mas também estava claro que seu “reino” não representava nenhuma ameaça política imediata a Roma.

O diálogo inteiro parece ter apenas elevado a exasperação de Pilatos. Ele estava evidentemente surpreso e um tanto confuso quando Jesus respondeu à sua primeira pergunta com uma outra pergunta. Pilatos replicou com ainda mais uma pergunta, então exigiu que Jesus explicasse o que ele havia feito para merecer tanta animosidade do Sinédrio. Jesus respondeu a primeira pergunta de Pilatos de uma forma que pode ter parecido enigmática. Ele não conseguia compreender o que Jesus queria dizer por reino que “não é deste mundo” — muito menos o que ele queria dizer por “verdade”.

“Perguntou-lhe Pilatos: Que é a verdade?” (Jo 18.38). Era uma pergunta retórica, meramente uma expressão da extrema frustração de Pilatos. Isso também revela o pragmatismo cínico de Pilatos a respeito das questões da verdade. A “verdade”, para Pilatos, era definida em termos utilitários. Ele estava pronto para abraçar como “verdade” qualquer coisa que fizesse seu programa político progredir. Ele não estava interessado em nenhum outro tipo de verdade — especialmente verdade *espiritual*. Ele não fez a pergunta porque estivesse procurando por uma resposta. Afinal, aquele que era a verdade encarnada estava de pé na sua presença, e se Pilatos tivesse sido sério sobre procurar a verdade, tudo o que ele tinha que fazer era bater e a porta seria aberta a ele (cf. Mt 7.7,8). Mas Pilatos estava na realidade interessado em descobrir uma saída para o dilema político em que o Sinédrio o havia colocado.

A verdadeira atitude de Pilatos em relação à “verdade” é vista no fato de que ele nem mesmo esperou uma resposta. “Tendo dito isto, voltou aos judeus e lhes disse: Eu não acho nele crime algum” (Jo 18.38).

Já nessa hora parece ter se formado uma multidão no pretório. A visão do Sinédrio inteiro levando Jesus a pé através das ruas, e então permanecendo fora da casa de Pilatos enquanto o mesmo o estava interrogando, dificilmente poderia deixar de chamar a atenção dos cidadãos de Jerusalém. A

notícia já estava se espalhando pela cidade, e as pessoas estavam vindo para descobrir do que se tratava aquele barulho todo. O Sinédrio estava perfeitamente posicionado para começar a envenenar a fonte da opinião pública espalhando rumores e acusações contra Jesus à medida que a multidão começou a se formar. Por causa da desconfiança natural do povo em relação à autoridade romana, a indisposição de Pilatos em fazer a vontade do Sinédrio pode na verdade ter intensificado o sentimento contra Jesus. Além do mais, de acordo com Lucas, quando Pilatos declarou Jesus inocente, os membros do Sinédrio “insistiam, porém, cada vez mais” em suas acusações contra ele (Lc 23.5).

O SILÊNCIO DE JESUS

A esse ponto, Jesus estava provavelmente sendo mantido pelos soldados romanos próximo a Pilatos na sacada do pretório. Mateus escreve, “E, sendo acusado pelos principais sacerdotes e pelos anciãos, nada respondeu. Então, lhe perguntou Pilatos: Não ouves quantas acusações te fazem? Jesus não respondeu nem uma palavra, vindo com isto a admirar-se grandemente o governador” (Mt 27.12-14).

Pilatos sabia muito bem que Jesus era inocente dos crimes de que estava sendo acusado. Ele pôde perceber que o Sinédrio estava motivado pela inveja (v. 18). Ele havia examinado Jesus sem encontrar erro nele. Ele já havia publicamente declarado sua inocência. O caso deveria ser encerrado, Jesus libertado e a multidão dispersada. Mas ele ainda estava muito receoso das implicações políticas de ofender o Sinédrio.

Pilatos havia presidido sobre incontáveis julgamentos de criminosos. Ele havia visto centenas — talvez milhares — de criminosos acusados. *Todos* eles, inocentes ou culpados, vigorosamente protestaram a sua inocência em cada oportunidade. Nunca antes Pilatos havia encontrado alguém tão manifestadamente inocente que, entretanto, se recusasse a

falar em sua própria defesa. Pilatos estava atônito e confuso diante da serenidade e do silêncio majestoso de Jesus. Ele praticamente implorou a Jesus que respondesse aos seus acusadores. Mas Jesus manteve seu silêncio.

O que haveria ele de dizer? A quem deveria convencer? Que acusação em jogo valia a pena responder? Pilatos já havia declarado Jesus inocente de qualquer mau procedimento. O Sinédrio sabia da inocência de Jesus e estava simplesmente determinado a condená-lo à morte de qualquer maneira. Não teria mudado nada se Jesus fosse falar em sua defesa a essa altura, e então ele manteve sua paz.

Mais uma vez, tudo era um cumprimento perfeito do plano divino. Centenas de anos antes, Isaías havia escrito sobre a auto-oferta sacrificial de Cristo: “Ele foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; como cordeiro foi levado ao matadouro; e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, ele não abriu a boca” (Is 53.7).

A DIFÍCIL SITUAÇÃO DE PILATOS

Por que Pilatos simplesmente não encerrou o caso imediatamente e mandou todo mundo para casa? Porque o Sinédrio o havia colocado num dilema sério. Ele não podia se permitir ofendê-los. Tanto seu juízo quanto sua habilidade de governar a Judéia estavam já sendo questionados pelos seus superiores em Roma. Era bem conhecido por todo o império que o zelo religioso e político dos judeus faziam da Judéia uma das mais difíceis de todas as províncias romanas a ser governadas. A tarefa necessitava de um estadista que fosse maduro e que tivesse tática, juízo firme e vontade de ferro. Depois de quatro anos do governo de Pilatos na Judéia, muitos do senado romano não tinham certeza de que ele era verdadeiramente capacitado para governar a região.

Josefo registra que Pilatos começou com o pé errado quando, logo depois de ter-se estabelecido no cargo, decidiu

infringir uma política romana de longa data e fazer com que seus exércitos levassem seus estandartes — que tinham a imagem de César — para dentro da cidade de Jerusalém. Os governadores anteriores haviam se absterido de levar qualquer insígnia ou emblema com a imagem de César para dentro da cidade por causa da convicção profunda dos judeus de que essas imagens eram idólatras e uma violação direta do segundo mandamento. Pilatos, todavia, chegou ao cargo com a convicção de que já era o momento de impor em Jerusalém as políticas que eram praticadas em outros lugares através do império. Sob suas ordens, os soldados levaram seus estandartes para dentro da cidade sob o manto da escuridão uma noite depois do início do governo de Pilatos. Na manhã seguinte, toda a Jerusalém acordou com a visão escandalosa dos soldados romanos portando a imagem de César.

O povo de Jerusalém ficou enfurecido. Um grande grupo de protestadores viajou até Cesaréia (onde Pilatos morava) para confrontá-lo diretamente a respeito dessa política. Eles imploraram para que ele removesse as imagens de Jerusalém. Pilatos, um homem zangado e obstinado, não tinha nenhuma simpatia pelos escrúpulos da religião judaica e por intermédio de um mensageiro declarou a sua intenção de deixar as imagens em seus lugares. Ele se recusou até mesmo a se encontrar com os protestadores durante cinco dias. Ao persistir a massa, Pilatos totalmente exasperado, concordou em encontrar-se com eles no anfiteatro local. Era meramente uma conspiração para atrair os protestadores a uma armadilha. Uma vez lá, Pilatos ordenou a seus soldados que cercassem o povo; então ele ameaçou cortar a cabeça de todos se eles não parassem e desistissem. Foi uma ameaça tola e impetuosa. Não havia nenhum modo de Pilatos executar tal massacre. Mas no que dizia respeito ao povo de Israel, até mesmo se Pilatos estivesse fazendo essa ameaça com seriedade, eles estavam perfeitamente dispostos a morrer em vez de permitir que imagens romanas contaminassem sua cidade santa. Muitos deles deliberadamente descobriram o próprio pescoço e se jogaram ao chão na presença dos soldados armados.

Pilatos foi obrigado a se render, e os estandartes com a imagem de César foram removidos de Jerusalém. Porém, nem o senado romano nem os súditos de Pilatos estavam satisfeitos com suas ações. Ele havia sido enviado por Roma a Jerusalém para manter a paz, e mesmo assim um dos seus primeiros atos quase provocou uma rebelião. Além do mais, o temperamento veemente e a falta de tática dele quase transformou a situação num massacre. Os superiores de Pilatos não estavam satisfeitos. Mas o incidente parece ter intensificado o ódio de Pilatos em relação à religião judaica, e durante todo seu governo ele deliberadamente fez coisas que provocaram os líderes religiosos judeus.

Numa ocasião, por exemplo, ele usou dinheiro do tesouro do templo para construir um aqueduto até Jerusalém. Alguns acreditam que o propósito real dele era fornecer água ao exército para poder sitiar a cidade. Toda Jerusalém estava mais uma vez em alvoroço contra ele, e na visita seguinte de Pilatos à cidade, um grupo grande de protestadores se reuniu. Dessa vez, sabendo da tolice de fazer planos que não poderia cumprir, Pilatos acalmou o protesto enviando soldados vestidos de civis para se misturarem com o povo. A um sinal de Pilatos, eles puxaram bastões e espadas de debaixo das roupas e dispersaram a multidão com violência, matando várias pessoas no processo.

Filo, um filósofo judeu helenístico que era contemporâneo de Jesus, relatou um incidente no qual Pilatos mandou fazer alguns escudos dourados e os dedicou a Tibério (que era César na época). Ele os pendurou no palácio de Herodes em Jerusalém. (O palácio provavelmente tinha um muro onde esses escudos honoríficos foram pendurados; era uma forma comum de honrar as pessoas nesse tempo). De acordo com Filo, os escudos continham somente uma inscrição com o nome da pessoa que fazia donativos de escudos e da pessoa que estava sendo honrada. Todavia, Pilatos havia aparentemente usado uma inscrição que se referia ao imperador com todos

os seus títulos tradicionais — um dos quais o declarava como “divino”. A presença dos escudos se tornou altamente ofensiva ao povo judeu. Mas dessa vez os líderes judaicos ameaçaram apelar diretamente a Tibério. De acordo com Filo, eles colocaram a ameaça deles numa fraseologia eloqüente e sutil:

Não cause uma sedição; não faça guerra a nós; não destrua a paz que existe. A honra do imperador não é idêntica à desonra às leis antigas; que não seja sua a pretensão de amontoar ultraje sobre nossa nação. Tibério não deseja que nenhuma das nossas leis ou dos nossos costumes seja destruído. E se você mesmo declara que ele deseja isso, mostre-nos alguma ordem dele, ou alguma carta, ou algo desse tipo, para que nós, que somos enviados ao senhor como embaixadores, possamos parar de importuná-lo, e possamos dirigir nossas súplicas ao seu senhor.¹

Pilatos ficou tanto alarmado quanto enfurecido pela ameaça dos líderes judaicos de fazerem um apelo a Tibério, então ele próprio escreveu ao imperador, fazendo um relato do que havia acontecido, obviamente tentando retratar-se numa luz a mais positiva possível. Porém a resposta de Tibério foi a que Pilatos mais temia. Ele estava furioso com Pilatos a respeito do acontecimento. Nas palavras de Filo:

Imediatamente, sem esperar pelo dia seguinte, [Tibério] escreveu uma carta censurando e insultando [Pilatos] da maneira mais amarga por seu ato de audácia e perversidade sem precedente, ordenando que ele imediatamente tirasse os escudos e os levasse para fora da metrópole da Judéia para Cesaréia.²

No curso de relatar novamente esse incidente, Filo oferece uma descrição do caráter de Pilatos que certamente dá uma medida exata da reputação que Pilatos tinha no meio dos judeus:

[Pilatos] receava mesmo [que os líderes judeus] pudessem na realidade partir em missão diplomática ao imperador, e pudessem contestá-lo a respeito de outros particulares do seu governo, a respeito da sua corrupção, de seus atos de insolência, de sua rapina e de seu hábito de insultar pessoas, bem como de sua crueldade e seu assassinato contínuo de pessoas não julgadas e condenadas, e de sua desumanidade cruel, sem fim e gratuita.³

Claramente, Pilatos era um governador severo e impiedoso. Lucas 13.1 menciona o incidente envolvendo alguns “galileus cujo sangue Pilatos misturara com os sacrifícios”. Isso provavelmente significa que ele os matou no pátio exterior do templo quando eles estavam em Jerusalém para celebrar uma das festas. Eles podem ter sido particularmente revolucionários notórios, ou podem ter sido agitadores em algum tipo de motim. Em todo caso, isso forneceu mais um motivo para que Pilatos fosse tão odiado por aqueles que ele governava.

Contudo, está claro que o próprio Pilatos deve ter se preocupado profundamente a essa altura sobre o que Tibério poderia fazer se seus atos continuassem a provocar o povo judeu. Mais um incidente notório poderia resultar na remoção de Pilatos do seu cargo. Na verdade, foi isso o que finalmente aconteceu. Apenas alguns anos depois disso, um certo profeta falso levou pelo engano uma seita religiosa samaritana a acreditar que Moisés havia escondido os vasos sagrados do tabernáculo no monte Gerazim. Os adeptos da seita começaram a se juntar numa aldeia próxima, com a esperança de ver os vasos. Quando Pilatos ouviu falar da reunião, assumiu o pior e ordenou que o exército romano investigasse o que ele achou que poderia ser um movimento insurrecionista. Isso resultou num massacre no qual centenas, que na verdade não representavam qualquer ameaça a Roma, foram assassinados da maneira violenta. Os samaritanos apelaram ao legado romano na Síria (o superior imediato de Pilatos), e Pilatos foi chamado a Roma para responder às reclamações contra ele.

Antes que houvesse qualquer interrogatório, Tibério morreu, e a História não registra mais nada a respeito de Pilatos — embora uma lenda sugira que ele cometeu suicídio.

A VEZ DE HERODES

Era óbvio a todos que Pilatos estava numa situação desagradável e séria com Cristo em julgamento perante ele. Ele não tinha base legal para poder executar Jesus e, contudo, não podia dar-se ao luxo de enfurecer os líderes judeus sobre uma questão que eles claramente consideravam como urgente. De sua parte, o Sinédrio estava determinado a insistir em suas acusações contra Jesus, sabendo da influência que eles tinham sobre Pilatos, que não precisava de mais más notícias sendo enviadas a Roma.

De repente uma idéia ocorreu a Pilatos que poderia ajudá-lo a sair desse dilema. Ela foi estimulada por algo que alguém havia dito numa das muitas acusações feitas contra Jesus: “Ele alvoroça o povo, ensinando por toda a Judéia, desde a Galiléia, onde começou, até aqui” (Lc 23.5). A Galiléia ficava fora da área de jurisdição de Pilatos. Pertencia à região governada por Herodes Antipas. Pilatos percebeu que se Jesus era da Galiléia, talvez ele pudesse entregar toda aquela controvérsia nas mãos de Herodes, que também estava na cidade para a temporada da Páscoa. Lucas escreve,

Tendo Pilatos ouvido isto, perguntou se aquele homem era galileu. Ao saber que era da jurisdição de Herodes, estando este, naqueles dias, em Jerusalém, lho remeteu. Herodes, vendo a Jesus, sobremaneira se alegrou, pois havia muito queria vê-lo, por ter ouvido falar a seu respeito; esperava também vê-lo fazer algum sinal (vs. 6-8).

O único interesse que Herodes tinha em Jesus era tola curiosidade. Tendo ouvido sobre os muitos milagres que Jesus

havia feito por toda a Galiléia, ele tinha esperado por muito tempo ver Jesus fazer um milagre. Herodes obviamente pensava a respeito de Jesus principalmente como uma fonte de diversão. Não entanto, ele estava ansioso para conhecê-lo.

Então, Pilatos fez Jesus marchar para o palácio de Herodes — um passeio bastante curto através das ruas estreitas da cidade. A essa altura mais pessoas da cidade estariam acordando. O movimento da escolta militar, o Sinédrio e a massa que se acumulava teriam atraído ainda mais pessoas para ver o que estava acontecendo. A notícia começou a circular por toda a Jerusalém. Jesus estava em julgamento. Multidões de curiosos vieram para ver por si mesmos.

Ninguém estava mais curioso ou estava mais ansioso para pôr os olhos sobre Jesus do que Herodes. Herodes Antipas era o mesmo membro da dinastia herodiana que havia matado João Batista poucos anos antes (Mt 14.1-12). Seu palácio principal estava localizado na cidade de Tiberíades, uma cidade nova, espetacular e cintilante, situada na costa oeste do mar da Galiléia, apenas cerca de dezesseis quilômetros de Cafarnaum (cidade natal de Pedro e a base da operação de Jesus). O próprio Herodes havia construído Tiberíades menos de dez anos antes. Ele a havia nomeado em honra a César. Josefo registra que quando os fundamentos para a cidade estavam sendo cavados, um antigo cemitério foi descoberto. Então, nos dias de Jesus a cidade era considerada contaminada, e nenhuma pessoa seguidora da lei judaica colocaria seus pés ali. A cidade era principalmente habitada por romanos e outros estrangeiros.

O ministério de Jesus cobria toda a região da Galiléia, porém não há nenhuma menção na Escritura de que ele tenha visitado Tiberíades. Pode ter sido que Jesus estivesse deliberadamente mantendo distância de Herodes. O palácio de Herodes em Tiberíades era com toda probabilidade o mesmo palácio onde João Batista fora decapitado. Havia rumores de que Herodes também estava procurando matar Jesus. E, entretanto, está claro que Jesus não estava intimidado por Herodes,

ele sabia que teria de morrer em Jerusalém, de forma que as Escrituras pudessem ser cumpridas (Lc 13.31-33). Portanto, embora Herodes e Jesus tivessem vivido à distância de um passeio a pé um do outro durante vários anos, e Herodes estivesse bem familiarizado com a reputação de Jesus, essa era a primeira oportunidade que Herodes tinha de ver Jesus com seus próprios olhos.

Quão diferente Cristo deve ter parecido do operador de milagres profético e forte que Herodes esperava ver! Seu rosto já estava bem ferido e inchado por causa das violências que ele havia sofrido. Cuspe e sangue estavam secando no seu cabelo emaranhado. Cansado e fisicamente enfraquecido depois de uma noite sem dormir, ele permaneceu na presença de Herodes, atado e sob guarda, como um criminoso comum.

Mais decepcionante para Herodes foi a recusa de Jesus em representar para ele. Herodes “de muitos modos o interrogava; Jesus, porém, nada lhe respondia” (Lc 23.9). O Sinédrio ainda estava atormentando Jesus, ficando por perto e veementemente gritando denúncias e acusações (v. 10). Mas Jesus se recusou a dizer sequer uma palavra. Em *todos* os vários interrogatórios e investigações a que ele foi sujeito, ele ficou surpreendentemente quieto (cf. Mt 27.14) — sempre se recusando a revidar aos seus acusadores ou dizer qualquer coisa para se defender (1Pe 2.23). Mas foi somente na presença de Herodes que ele ficou em silêncio total e completo. Em primeiro lugar, Herodes não tinha nenhuma jurisdição legítima em Jerusalém. Se Herodes tivesse a intenção de impor qualquer sentença nesse caso, seria necessário que primeiro Jesus fosse levado de volta a Galiléia e julgado lá. Então Jesus de qualquer forma não tinha nenhuma obrigação legal de responder a ele. Mas pode ter havido uma outra razão para Jesus manter silêncio. O tratamento que Herodes tinha dado ao precursor de Jesus, João Batista, deixou clara a sua posição em relação à verdade de Cristo. Jesus responder a ele que seria semelhante a entregar o que é santo aos cães, ou jogar pérolas aos porcos. Herodes já estava bem determinado a voltar-se contra Jesus e fazê-lo em

pedaços (cf. Mt 7.6). O silêncio era a única resposta apropriada sob essas circunstâncias.

Depois de um pouco de tempo, Herodes ficou cansado de questionar Jesus e resolveu zombar dele. “Mas Herodes, juntamente com os da sua guarda, tratou-o com desprezo, e, escarnecendo dele, fê-lo vestir-se de um manto aparatoso, e o devolveu a Pilatos” (Lc 23.11). Lucas acrescenta uma histórica nota de rodapé: “Naquele mesmo dia, Herodes e Pilatos se reconciliaram, pois, antes, viviam inimizados um com o outro” (v. 12). Era uma aliança profana — uma amizade baseada numa coisa que eles tinham em comum: o tratamento covarde e desdenhoso que dispensaram a Cristo.

Tanto Herodes quanto Pilatos sabiam que Cristo não representava nenhuma ameaça imediata aos seus interesses políticos. A sua aparência e seu comportamento falavam por si. Como é que uma pessoa tão passiva, serena, frágil — cuja fama era de mestre e curador — poderia representar qualquer ameaça política a alguém? Estava claro a Herodes como havia sido a Pilatos que as acusações do Sinédrio eram fabricadas e mal motivadas. Mas Herodes alegremente se juntou ao jogo. Ele vestiu Jesus com um manto deslumbrante (provavelmente um dos seus próprios mantos que ele passaria para uma outra pessoa, ou um presente do qual Herodes não gostava). Então Herodes e suas forças de segurança sujeitaram-no a zombaria e escárnio na presença da multidão crescente de espectadores.

Finalmente, depois satisfazer seu desejo de diversão à custa de Jesus, Herodes o enviou de volta a Pilatos.

A HOSTILIDADE DA MULTIDÃO

A própria recusa de Jesus em falar com Herodes ajudou a devolver o julgamento para o palácio de Pilatos. Pilatos deve ter ficado surpreso e um tanto frustrado quando o Sinédrio retornou com Jesus e uma multidão bem maior de espectadores

seguindo. As coisas só estavam ficando fora de controle, e agora seria mais difícil que nunca para Pilatos pôr um fim à questão sem criar um escândalo que pudesse chegar a Roma — ou pior ainda, iniciar um motim no dia mais agitado do ano em Jerusalém. De todo jeito, a carreira de Pilatos poderia ser prejudicada por isso.

Pilatos então decidiu tentar agir como estadista e colocar um fim à questão com uma acomodação medíocre. Lucas diz,

Então, reunindo Pilatos os principais sacerdotes, as autoridades e o povo, disse-lhes: Apresentastes-me este homem como agitador do povo; mas, tendo-o interrogado na vossa presença, nada verifiquei contra ele dos crimes de que o acusais. Nem tampouco Herodes, pois no-lo tornou a enviar. É, pois, claro que nada contra ele se verificou digno de morte. Portanto, após castigá-lo, soltá-lo-ei (Lc 23.13-16).

Em outras palavras, Pilatos propôs punir Jesus com o açoite romano — embora ele não tivesse encontrado culpa em Jesus — como um gesto de conciliação. Depois disso, ele esperava libertar Jesus.

Na verdade, Pilatos propôs a libertação de Jesus em cumprimento a um costume que havia na época. Como um gesto diplomático em relação aos judeus, e a fim de promover a boa vontade num dia de festa, o governador romano costumava libertar um prisioneiro judeu da custódia romana a cada Páscoa. Essa era mais provavelmente uma tradição muito antiga, que havia começado mesmo antes da administração de Pilatos. Mateus diz, “Ora, por ocasião da festa, costumava o governador soltar ao povo um dos presos, conforme eles quisessem” (Mt 27.15). Mateus não está sugerindo que o governador romano libertaria automaticamente *quem quer que seja* que o povo desejasse, permitindo que eles escolhessem entre todos os prisioneiros sob custódia na ocasião. Em vez disso, o que ele quis dizer é que uns poucos ofensores eram escolhidos por oficiais romanos e esses

nomes eram dados ao povo como candidatos entre os quais escolher. Roma perdoaria automaticamente o prisioneiro que o povo escolhesse dentre os nomes propostos a eles.

Pilatos parece ter resolvido usar o costume em seu próprio benefício num último esforço para escapar do dilema que o Sinédrio havia criado para ele — um conflito entre consciência e carreira; uma escolha entre satisfazer os judeus que ele odiava ou o César que ele temia. Ele deu ao povo uma escolha de apenas *dois* prisioneiros a serem libertados. Um era Jesus, cuja popularidade entre o povo comum era bem conhecida. A final de contas, menos de uma semana antes disso, toda a Jerusalém (ao que parece) tinha saído para lhe dar as boas-vindas na cidade e gritado hosanas quando ele entrava numa procissão que o povo havia organizado. Pilatos dificilmente poderia não saber da popularidade de Jesus.

O único candidato à libertação que Pilatos ofereceu era Barrabás, um canalha tão sujo e notório que Pilatos parecia ter certeza de que o povo jamais o escolheria. A narrativa de Mateus continua: “Naquela ocasião, tinham eles um preso muito conhecido, chamado Barrabás. Estando, pois, o povo reunido, perguntou-lhes Pilatos: A quem quereis que eu vos solte, a Barrabás ou a Jesus, chamado Cristo?” (Mt 27.16,17).

Barrabás havia sido condenado por assassinato, sedição e roubo (Lc 23.25; Jo 18.40). Seus crimes o haviam tornado infame, e ele era provavelmente tanto odiado quanto temido pelo povo. Pilatos provavelmente pensou que sua manobra esperta deixaria o povo sem opção exceto a de libertar Jesus em vez de libertar Barrabás. Dessa maneira Pilatos poderia evitar cumplicidade com a conspiração do Sinédrio contra Jesus (“Porque sabia que, por inveja, o tinham entregado” — Mt 27.18). Assim, Pilatos poderia libertar Jesus, mas em vez de ser visto como tendo se recusado a executar a vontade do Sinédrio, ele estaria sendo visto como tendo obedecido à vontade do povo. Era uma manobra diplomática brilhante.

Mas isso não funcionou.

Em primeiro lugar, no momento em que Pilatos estava se preparando para dar seu veredicto final, a cena foi interrompida de um modo totalmente incomum. “E, estando ele no tribunal, sua mulher mandou dizer-lhe: Não te envolvas com esse justo; porque hoje, em sonho, muito sofri por seu respeito” (v. 19). Aparentemente, a mensagem foi entregue publicamente, de forma que todos que estavam presentes puderam ouvir. Assim, serviu como um aviso não apenas a Pilatos, mas também ao Sinédrio e ao povo. Deus, em sua providência misericordiosa, orquestrou tanto o sonho quanto a sincronização do aviso da mulher de Pilatos de forma que todos os envolvidos teriam um último sinal de alarme, gracioso, antes de prosseguirem com o feito monstruosamente maligno que eles planejavam executar.

No que diz respeito a Pilatos, o aviso da sua mulher apenas aumentou o seu dilema. A pressão que ele estava sofrendo dos dois lados estava aumentando e ele estava mais ansioso do que nunca para acabar com a questão toda.

Mas no momento em que o tribunal fora interrompido pela mensagem da mulher de Pilatos, o Sinédrio aproveitou a oportunidade para reanimar os ânimos do povo em favor de sua causa. Eles começaram a espalhar a notícia entre a multidão de que Barrabás deveria ser o escolhido. “Mas os principais sacerdotes e os anciãos persuadiram o povo a que pedisse Barrabás e fizesse morrer Jesus” (v. 20). O Sinédrio era composto dos líderes espirituais da terra. Para eles, manipular o povo dessa maneira era um abuso grosseiro da autoridade que Deus lhes havia dado. Porém, eles encontraram a multidão perfeitamente disposta a ser desencaminhada.

Pilatos fez mais uma vez a pergunta: Qual dos dois quereis que eu vos solte? Responderam eles: Barrabás!” (v. 21). A resposta veio de maneira clara e unânime, sem hesitação.

Pilatos ficou aturdido. Ele perguntou a eles, “Que farei, então, de Jesus, chamado Cristo? Seja crucificado! Responderam todos” (v. 22).

Pilatos, ainda sem conseguir acreditar que a multidão inteira teria um sentimento tão forte contra uma pessoa que havia tão recentemente sido tão popular, perguntou, “Que mal fez ele?”, perguntou Pilatos. Porém cada vez clamavam mais: Seja crucificado!” (v. 23).

O CONSENTIMENTO DO GOVERNADOR

Estava claro que a multidão sedenta de sangue não se satisfaria com nada menos que a destruição de Jesus. A eles não importava que não houvesse nenhuma acusação legítima contra ele. Eles pouco se importavam com a verdade ou justiça. Eles queriam uma crucificação. Muitos na multidão estavam cegamente seguindo a liderança do Sinédrio, mas havia sem dúvida muitos outros que odiavam Jesus por todos os mesmos motivos que as pessoas até hoje o odeiam: seus ensinamentos confrontavam o seu estilo de vida ímpio; seus mandamentos eram muito exigentes; a verdade que ele ensinava era muito estreita para o gosto deles. A verdadeira questão, em cada caso, era que “os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más” (Jo 3.19).

Pilatos encontrava-se numa situação angustiosa. Ele não tinha nenhum desejo de participar da conspiração contra Jesus, mas os líderes judeus não lhe deixavam outra escolha. A multidão estava agora à beira de um motim. Ele não tinha outra opção. Mateus escreve “Vendo Pilatos que nada conseguia, antes, pelo contrário, aumentava o tumulto, mandando vir água, lavou as mãos perante o povo, dizendo: Estou inocente do sangue deste [justo]; fique o caso convosco!” (Mt 27.24).

A lavagem cerimonial das mãos era um ritual judaico, e o seu sentido era bastante conhecido da multidão. Pilatos estava expressando desprezo pelo fato de que eles o tinham levado a fazer parte da conspiração contra Jesus. Ele estava lhes dando o que queriam, mas queria deixar claro que não estava fazendo isso voluntariamente.

Naturalmente, nenhum ritual de lavagem das mãos poderia verdadeiramente absolver Pilatos da culpa que ele carregava por sua participação na crucificação. Ele tinha o poder e a responsabilidade de impedir isso, mas não o fez. Ele era tão culpado quanto os outros, e o fato de que ele tenha participado em termos de conveniência política em vez de ódio evidente por Jesus não anulou ou minimizou sua culpa.

De sua parte, o povo teria ficado perfeitamente feliz em absolver Pilatos. “E o povo todo respondeu: Caia sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos!” (v. 25). Num ato fascinante de autocondenação, eles disseram que aceitariam a culpa total sobre eles mesmos e sua posteridade, se isso fosse necessário para que conseguissem que Pilatos matasse Jesus.

Naturalmente, o fato de eles *dizerem* que Pilatos estava absolvido da culpa não tornava isso uma verdade. A Escritura deixa perfeitamente claro que Pilatos, Herodes, o povo de Jerusalém e os gentios que participaram na crucificação – todos eram culpados (At 4.27). Mas é um fato interessante da História que apenas poucos meses depois disso, os mesmos líderes judeus que haviam levado o povo a dizer, “Caia sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos”, mostravam ressentimento à pregação do evangelho pelos discípulos, dizendo, “enchestes Jerusalém de vossa doutrina; e quereis lançar sobre nós o sangue desse homem” (At 5.28).

Pilatos havia originalmente esperado mandar açoitar Jesus e depois libertá-lo. De acordo com o evangelho de João, Pilatos ainda estava procurando uma forma de soltá-lo, e talvez seja por isso que ele mandou que Jesus fosse publicamente açoitado a esse ponto. Talvez ele pensasse que a visão do açoite dos romanos teria deixado satisfeita a multidão que estava sedenta de sangue.

Só o açoite em si era às vezes fatal. O açoite romano era um cabo com vários tiros compridos de couro ligado a ele. Cada corda de couro tinha um pedacinho de vidro, metal, osso, ou outro objeto duro ligado à sua ponta. A vítima era despida e amarrada a um poste na altura da cintura com suas mãos

sobre a cabeça o suficiente para erguê-la acima do chão. Os pés ficavam balançando, e a pele das costas e das nádegas completamente esticada. Um ou dois encarregados do castigo (os *lictores*) então a açoitavam, aplicando os golpes diagonalmente com habilidade nas costas e nas nádegas com força extrema. A pele literalmente se rasgava, e freqüentemente músculos eram profundamente lacerados. Não era incomum que as feridas do açoite penetrassem bem fundo nos rins ou lacerassem artérias, causando ferimentos que poderiam ser fatais. Ao serem açoitadas, algumas vítimas morriam de choque extremo.

O apóstolo João registra como depois do açoite de Jesus e o escárnio que o acompanhou, Pilatos mais uma vez em vão procurou libertar Jesus. Pilatos levou novamente Jesus perante a multidão, vestido num manto feito com uma túnica de soldado, coroado com uma coroa de espinhos, e triunfantemente o apresentou ao povo, provavelmente esperando que eles achassem que Jesus já tivesse sofrido o suficiente: “Disse-lhes Pilatos: Eis o homem!” (Jo 19.5).

Mas eles não estavam satisfeitos. “Ao verem-no, os principais sacerdotes e os seus guardas gritaram: Crucifica-o! Crucifica-o!” (v. 6).

Pilatos, ainda atônito com a sede insaciável que a multidão tinha pelo sangue de Jesus, disse a eles, “Tomai-o vós outros e crucificai-o; porque eu não acho nele crime algum” (v.6). Ainda tentando em vão lavar suas mãos sobre a questão, ele repetiu seu veredito anterior, mais uma vez declarando Jesus inocente.

Mas a multidão não queria aceitar isso. “Responderam-lhe os judeus: Temos uma lei, e, de conformidade com a lei, ele deve morrer, porque a si mesmo se fez Filho de Deus. Pilatos, ouvindo tal declaração, ainda mais atemorizado ficou, e, tornando a entrar no pretório, perguntou a Jesus: Onde és tu?” (vs. 7-9). Eles estavam exigindo que Pilatos ordenasse a crucificação pelas mãos das autoridades romanas. A menção

que eles fizeram sobre a alegação de Jesus ser o Filho de Deus parece ter severamente desestabilizado Pilatos. Sua pergunta a Jesus ("donde és tu?") foi obviamente feita com uma mistura de fascínio, espanto e medo.

"Mas Jesus não lhe deu resposta" (v.9).

"Então, Pilatos o advertiu: Não me respondes? Não sabes que tenho autoridade para te soltar e autoridade para te crucificar? Respondeu Jesus: Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada; por isso, quem me entregou a ti maior pecado tem" (vs. 10,11).

Pilatos estava agora começando a enxergar a enormidade do erro de suas ações da perspectiva de Jesus. Talvez fosse meramente um medo supersticioso da parte de Pilatos, mas ele estava claramente comovido pela alegação da deidade de Jesus (pois Pilatos teria corretamente compreendido as implicações da expressão "Filho de Deus"). E ele não queria nenhuma parte da culpa que ele sabia que carregaria se essa alegação fosse verdadeira, porque ele já havia erroneamente acusado Jesus meramente pelo fato de tê-lo açoitado. E mesmo Pilatos não sendo um crente no Deus hebraico, sua visão de mundo politeísta estava carregada de superstição a respeito de ofender os deuses e o preço pesado que teria de pagar por uma ofensa desse tipo.

Além disso, o fato de Jesus ter dito, com uma postura quieta e uma autoridade calma, imperturbável, "Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada", parece ter feito Pilatos arrepiar-se. Parece ser por isso que "a partir deste momento, Pilatos procurava soltá-lo" (v. 12).

"Mas os judeus clamavam: Se soltas a este, não és amigo de César! Todo aquele que se faz rei é contra César!" (v. 12). Essa era a carta de triunfo deles contra Pilatos, e era uma declaração plana da linha consistente de argumento que eles haviam pressionado contra ele desde o início. É por isso que eles tinham tanta influência sobre Pilatos: sabiam que ele se importava com o que César pensaria e estava receoso do que

tudo aquilo pudesse no fim causar à sua carreira. Mas a ameaça da multidão contra Pilatos estava repleta de ironia, visto que nenhum *deles* queria ser considerado como “amigo de César”. Contudo, era uma ameaça efetiva, embora não muito sutil.

“Ouvindo Pilatos estas palavras, trouxe Jesus para fora e sentou-se no tribunal, no lugar chamado Pavimento, no hebraico Gábata” (Jo 19.13). O Pavimento era uma área calçada de pedra adjacente à fortaleza Antônia, onde o tribunal militar algumas vezes se reunia e prisioneiros eram detidos. As pedras da calçada ainda hoje estão lá, e algumas delas ainda têm as marcas dos jogos com que os soldados romanos se divertiam, como o jogo-da-velha, enquanto guardavam prisioneiros durante as audiências. Visto que os líderes judaicos não entrariam na sala de justiça do Pretório, Pilatos mandou levar Jesus ao Gábata para seu julgamento final. Havia lá um assento de julgamento onde Pilatos poderia dar suas últimas ordens oficiais.

João escreve,

E era a parasceve pascal, cerca da hora sexta; e disse aos judeus: Eis aqui o vosso rei. Eles, porém, clamavam: Fora! Fora! Crucifica-o! Disse-lhes Pilatos: Hei de crucificar o vosso rei? Responderam os principais sacerdotes: Não temos rei, senão César! Então, Pilatos o entregou para ser crucificado (Jo 19.14-16).

A sexta hora, de acordo com o cálculo romano, seriam seis horas da manhã, então ainda era extremamente cedo. A multidão persistiu com seus clamores pela crucificação de Jesus. Pilatos havia sido finalmente forçado nas exatas circunstâncias que ele estava tão desesperadamente querendo evitar. Mas agora ele sentia que não havia mais jeito, e então deu a ordem para que Jesus fosse crucificado. Ele trocou sua alma eterna pela segurança temporária de um cargo.

Roma estava conseqüentemente em cumplicidade total com o esquema de assassinato do Sinédrio. Pilatos, a autoridade máxima da região, foi totalmente incapaz de evitar a crucificação. Não havia mais como impedir isso agora.

Notas

1 Filo, *Legatio ad Gaium*, 301.

2 Filo, *Legatio ad Gaium*, 305.

3 Filo, *Legatio ad Gaium*, 302.

“Tomaram eles, pois, a Jesus; e ele próprio, carregando a sua cruz, saiu para o lugar chamado Calvário, Gólgota em hebraico, onde o crucificaram e com ele outros dois, um de cada lado, e Jesus no meio. ”

João 19.17,18

10

Assassinado no Gólgota



Os açoites administrados por Pilatos foram apenas o início de uma série longa de torturas físicas e emocionais que finalmente culminariam com a morte de Jesus. Foram acompanhados por zombaria cruel, que os soldados pagãos aparentemente organizaram somente para sua própria diversão. Mateus descreve o cenário:

Então, Pilatos lhes soltou Barrabás; e, após haver açoitado a Jesus, entregou-o para ser crucificado. Logo a seguir, os soldados do governador, levando Jesus para o pretório, reuniram em torno dele toda a coorte. Despojando-o das vestes, cobriram-no com um manto escarlate; tecendo uma coroa de espinhos, puseram-lha na cabeça e, na mão direita, um caniço; e, ajoelhando-se diante dele, o escarneciam, dizendo: Salve, rei dos judeus! E, cuspido nele, tomaram o caniço e davam-lhe com ele na cabeça (Mt 27.26-30).

Embora esses soldados não tivessem nenhum motivo para escarnecer de Jesus, eles evidentemente se deleitaram grandemente ao fazer isso. Tratava-se de homens endurecidos pelo fato de terem testemunhado numerosas execuções, de modo que o sofrimento desse tipo de tortura já não exercia mais efeito neles. No que lhes dizia respeito, Jesus era apenas mais um fanático religioso com quem eles tinham a liberdade de se divertir com toda crueldade que quisessem.

Era como se o mundo inteiro tivesse se voltado contra Jesus. Judeus e gentios igualmente estavam agora voluntariamente, e até alegremente, participando do seu assassinato, determinados a vê-lo morrer da maneira mais horrível possível. Uma lista dos sofrimentos da crucificação encheria um volume inteiro, mas as Escrituras colocam ênfase particular em vários aspectos das torturas que Cristo sofreu.

O ESCÁRNIO

Os soldados romanos não tinham a menor noção sobre quem eles estavam atormentando. No que lhes dizia respeito, eles estavam simplesmente crucificando mais um criminoso sob as ordens de Pilatos, o comandante-em-chefe deles.

A ordem de Pilatos era para açoitar e crucificar Jesus, mas o modo cruel da zombaria revela a perversidade deles. Quando eles levavam Jesus de volta ao pretório, deliberadamente fizeram dele um espetáculo para diversão da multidão escarnecedora. O tumulto fez com que a guarnição inteira de soldados saísse para assistir.

Uma coorte romana consistia de seiscentos soldados. Estes soldados estavam posicionados na fortaleza Antônia (de onde o monte do templo ao norte podia ser visto). Tratava-se de uma unidade de elites, designada para servir ao governador e manter a paz que era tão frágil nessa região mais instável do império romano. Roma recrutava soldados de todas as áreas que conquistava, porém os judeus eram isentos do serviço militar,

e assim todos esses soldados eram gentios. Tratava-se, provavelmente, de tropas sírias, porque os sírios falavam o aramaico e isso era essencial em Jerusalém. Sem dúvida, alguns desses mesmos soldados faziam parte do grupo que havia prendido Jesus no Getsêmani na noite anterior. Mesmo assim, eles provavelmente tinham pouco conhecimento sobre quem ele era. No que lhes dizia respeito, ele era apenas mais um de uma extensa série de fanáticos religiosos que haviam perturbado a paz e causado problemas a Roma. Eles sem dúvida achavam que ele merecia qualquer escárnio e zombaria que pudesse receber. Prisioneiros romanos condenados eram considerados próprios para esse tipo de abuso, desde que não fossem mortos antes que a sentença de crucificação fosse executada. O abuso que Jesus sofreu por parte dos soldados provavelmente não foi motivado por qualquer animosidade pessoal em relação a ele, mas era mesmo assim extremamente perverso. Depois de terem supervisionado tantas execuções, os soldados haviam se especializado em tais zombarias — mas raramente conseguiam multidões tão entusiasmadas para que eles pudessem divertilas. Eles evidentemente decidiram tirar o máximo proveito do acontecimento.

Jesus já havia recebido tapas no rosto e apanhado muitas vezes, mesmo antes de ser entregue a Pilatos, então seu rosto já estava sem dúvida inchado e sangrando. Depois de ter sido açoitado, suas costas seriam uma massa de feridas sangrentas e músculos trêmulos, e o manto que eles colocaram nele apenas acrescentaria mais dor a essas feridas. Eles o despiram da sua própria roupa, o que dá a entender que ele estava quase nu se não fosse pelo manto que haviam feito para ele. O manto era aparentemente feito de uma túnica antiga — provavelmente uma roupa velha que havia sido jogada fora por um dos soldados (A expressão grega é *chlamus*, significa capa militar; não o mesmo “manto aparatoso” — *esthes* — utilizado por Herodes em Lc 23.11). Mateus relata que o manto era escarlate, porém Marcos e João o chamaram de “púrpura”, (Mc 15.17; Jo 19.2) — sugerindo que se tratava de uma túnica já bem desbotada. Era

provavelmente a coisa mais próxima à púrpura (que significava realeza) que os soldados podiam encontrar.

O objetivo deles era zombar da sua alegação de ser um rei. Por causa disso, eles compuseram uma coroa de espinhos. César usava uma grinalda de louros como uma coroa; os espinhos eram uma corrupção cruel disso. Eles eram sem dúvida os espinhos mais compridos e pontudos que poderiam ser encontrados; muitas variedades destes crescem em Jerusalém até hoje — algumas com espinhos de cinco centímetros que penetrariam fundo na sua cabeça à medida que a coroa fosse apertada sobre ela.

A cana na mão dele era uma tentativa a mais para satirizar sua alegação de realeza. A cana era um cetro — porém uma imitação fraca e frágil do cetro que César portava nas ocasiões festivas oficiais.

O silêncio de Jesus pode tê-los convencido de que ele era apenas um louco, e eles demonstravam seu desprezo total a ele fingindo um tipo de veneração que era devida à realeza, curvando-se aos seus pés, mas dizendo “Salve, rei dos judeus!” em tom de zombaria. Então, como haviam feito os sacerdotes judeus, eles cuspiram nele, e um deles pegou a cana e a usou para bater repetidamente na sua cabeça. A cana, embora um cetro inconsistente, seria firme o bastante para infligir grande dor na sua cabeça já machucada. O apóstolo João registra que eles também o golpeavam com as mãos (Jo 19.3) — provavelmente batendo com as palmas abertas – escarnecendo ainda mais.

Eles estavam claramente se exibindo para a multidão de espectadores. E o povo provavelmente os aplaudia. Mas os soldados eram totalmente ignorantes sobre quem ele era na verdade. Ele é de fato o Rei dos reis, e um dia ele literalmente reinará sobre o mundo. Mas seu cetro de direito não é uma cana; é uma vara de ferro (Sl 2.9; Ap 19.15). Um dia, de acordo com as Escrituras, será Deus que zombará dos ímpios.

Ri-se aquele que habita nos céus;

o Senhor zomba deles.

Na sua ira, a seu tempo, lhes há de falar

e no seu furor os confundirá.

Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião

(Sl 2.4-6).

Se eles soubessem de fato quem ele era, de modo algum o teriam tratado desse modo.

Mas Jesus manteve-se em silêncio. “Pois ele, quando ultrajado, não revidava com ultraje; quando maltratado, não fazia ameaças, mas entregava-se àquele que julga retamente” (1Pe 2.23). Jesus sabia que essas coisas faziam parte do plano de Deus para ele, então ele as sofreu com paciência, com tranqüilidade e voluntariamente.

A VERGONHA

“E, depois de o terem escarnecido, despiram-lhe o manto e o vestiram com as suas próprias vestes. Em seguida, o levaram para ser crucificado” (Mt 27.31). As vítimas de crucificação eram geralmente forçadas a usar um cartaz no pescoço em que era escrito o crime pelo qual estavam sendo condenadas. Era parte da humilhação que era deliberadamente infligida a vítimas de crucificação (cf. Hb 12.2; 13.13). Elas eram levadas pelas ruas e obrigadas a andar em procissão a fim de aumentar a humilhação do espetáculo.

Eram também forçadas a carregar a própria cruz até o local de execução. Era a essa prática que Jesus estava se referindo anteriormente no seu ministério quando ele disse aos seus discípulos, “se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8.34). Alguns têm sugerido que as vítimas romanas eram obrigadas a carregar apenas a viga transversal (conhecida como o *patibulum*), que era

posteriormente atada à parte superior de uma viga vertical, que já estaria firmemente plantada no chão. Mas as Escrituras parecem indicar que Cristo estava carregando a cruz inteira. Uma cruz romana grande o bastante para crucificar um homem adulto podia chegar a pesar noventa quilos — um peso excessivo para ser carregado em qualquer circunstância. Mas para alguém nas condições já enfraquecidas de Jesus, seria praticamente impossível arrastar um peso desse desde o pretório até o local de crucificação, fora dos muros de Jerusalém.

Na verdade, Mateus registrou que Jesus precisou de ajuda para carregar a cruz: “Ao saírem, encontraram um cireneu, chamado Simão, a quem obrigaram a carregar-lhe a cruz” (27.32). Pelo menos quatro soldados acompanhavam a vítima até o local de execução. Evidentemente, os soldados ficaram impacientes com o ritmo dos passos trôpegos de Jesus, e eles apanharam Simão ao longo do caminho, obrigando-o a carregar a cruz por Jesus.

O extremo cansaço de Jesus é inteiramente compreensível. Lembre-se de que o dia anterior havia sido tão exaustivo que seus discípulos não conseguiam ficar acordados enquanto Jesus orava no jardim. Mas isso havia sido apenas o *início* da agonia extrema de Jesus. Ele literalmente suou sangue em sua tristeza intensa e aflição enquanto orava. Depois ele foi preso, repetidamente esmurrado, mantido acordado durante a noite toda, apanhado um pouco mais, castigado com o açoite romano, espancado e escarnecido novamente. Depois de várias horas desse tipo de absoluto sofrimento, combinado com a perda de sangue e o choque, não é de surpreender que ele estivesse fraco demais para carregar sozinho uma cruz de noventa quilos até o Calvário.

Mesmo com Simão levando sua cruz, Jesus estava aparentemente muito fraco para andar sem apoio. Marcos 15.22 declara, “E levaram Jesus para o Gólgota” utilizando uma expressão grega para “levaram” que sugere que ele foi literalmente carregado ao local — provavelmente andando com

muita dificuldade, necessitando de apoio constante dos soldados durante a trajetória.

Simão, o Cireneu, não era um espectador ocioso com o desejo de zombar de Jesus como o restante da multidão. Marcos 15.21 relata que ele “passava, vindo do campo”. Quando Jesus estava saindo da cidade, Simão estava aparentemente entrando e, por designação divina, ele estava exatamente no lugar certo e na hora certa para ajudar Jesus.

Cirene era uma cidade africana da costa mediterrânea — onde hoje é a Líbia. Uma comunidade judaica grande morava lá e Simão era provavelmente um peregrino judeu que havia feito a longa viagem de Cirene a Jerusalém para a Páscoa. Marcos identificou Simão como “pai de Alexandre e de Rufo” (v. 21). Marcos provavelmente escreveu de Roma, por volta de 50 d.C., de modo que Alexandre e Rufo eram provavelmente crentes conhecidos pela igreja de lá (Paulo enviou saudações a “Rufo, eleito no Senhor, e igualmente a sua mãe” em Rm 16.13. Se este for o mesmo Rufo, sua mãe seria a esposa de Simão.). O fato de que Simão é citado em todos os três evangelhos sinóticos sugere que a sua história posterior era conhecida dos escritores do evangelho, e isso sem dúvida significa que ele mais tarde se tornou um crente em Cristo. Embora ele pudesse não ter ficado satisfeito por ter de carregar obrigatoriamente a cruz de um criminoso condenado, isso para ele tornou-se uma abertura para a vida eterna.

A última mensagem pública de Cristo foi dada no caminho para o Calvário. Lucas a descreve:

Seguia-o numerosa multidão de povo, e também mulheres que batiam no peito e o lamentavam. Porém Jesus, voltando-se para elas, disse: Filhas de Jerusalém, não choreis por mim; chorai, antes, por vós mesmas e por vossos filhos! Porque dias virão em que se dirá: Bem-aventuradas as estéreis, que não geraram, nem amamentaram. Nesses dias, dirão aos montes:

Caí sobre nós! E aos outeiros: Cobri-nos! Porque, se em lenho verde fazem isto, que será no lenho seco? (23.27-31)

Uma parte da mensagem era uma referência a Oséias 10.8 (“e aos montes se dirá: Cobri-nos! E aos outeiros: Caí sobre nós!”). Era um aviso terrível de desastre vindouro. Visto que nessa cultura a gravidez era a maior bênção que Deus podia dar a uma mulher, somente o pior tipo de praga ou desastre podia levar alguém a dizer “Bem-aventuradas as estéreis, que não geraram, nem amamentaram”.

O lenho verde representava uma época de abundância e bênção, e o lenho seco significava tempos ruins. Jesus estava dizendo que se uma tragédia como essa podia acontecer em tempos bons, o que aconteceria à nação em épocas ruins? Se os romanos crucificaram alguém que eles admitiram não ser culpado de nenhum crime, o que fariam à nação judaica quando eles se rebelassem? Cristo estava se referindo a eventos que aconteceriam menos de uma geração depois, em 70 d.C., quando o exército romano sitiaria Jerusalém, destruiria completamente o templo e massacraria milhares e milhares de judeus — multidões deles por crucificação. Cristo já havia falado do holocausto vindouro (cf. Lc 19.41-44). Sua consciência desta catástrofe vindoura — e o conhecimento de que alguns deste mesmo povo e seus filhos sofreriam nela — ainda pesava muito na sua mente enquanto ele caminhava para a cruz.

A MALDIÇÃO

Na mente do judeu, a crucificação era uma forma particularmente execrável de morrer. Equivalia a ser enforcado numa árvore que Moisés descreveu em Deuteronômio 21.22,23: “Se alguém houver pecado, passível da pena de morte, e tiver sido morto, e o pendurares num madeiro, o seu cadáver não permanecerá no madeiro durante a noite, mas, certamente, o enterrarás no mesmo dia; porquanto o que for pendurado no

madeiro é maldito de Deus; assim, não contaminarás a terra que o SENHOR, teu Deus, te dá em herança". A lei mosaica também requeria que todas as execuções ocorressem fora dos muros da cidade (Nm 15.35; cf. Hb 13.12).

Os romanos tinham um conceito ligeiramente diferente. Eles se certificavam de que todas as crucificações acontecessem perto das principais vias públicas para fazer com a pessoa condenada se tornasse um exemplo para todos que passavam. Assim, a crucificação de Jesus aconteceu fora da cidade, porém num lugar de trânsito intenso, cuidadosamente escolhido para torná-la um espetáculo público.

O lugar onde Jesus foi crucificado era chamado Calvário (uma adaptação latina do termo grego que aparece nos textos bíblicos: *kranion*, "um crânio" — Lc 23.33). O nome aramaico era Gólgota, que também significa "um crânio". Em nenhum lugar das Escrituras é chamado de uma colina, porém é geralmente assumido que se tratava de um promontório, um outeiro escarpado, ou inclinado, que tinha a aparência de um crânio. Existe um lugar assim conhecido como Calvário de Gordon, ligeiramente ao norte dos muros de Jerusalém. Ainda pode ser visto hoje e ainda tem a aparência sinistra de um crânio humano.

Mateus escreve, "E, chegando a um lugar chamado Gólgota, que significa Lugar da Caveira, deram-lhe a beber vinho com fel; mas ele, provando-o, não o quis beber" (Mt 27.33,34). Aparentemente, logo antes de pregar Jesus na cruz, os soldados lhe ofereceram essa bebida amarga. "Vinho com fel" é vinagre. "Fel" é algo de sabor amargo. Marcos 15.23 declara a substância ser mirra, que age como um narcótico suave. Por causa do seu efeito anestésico, os soldados podem ter-lhe oferecido essa bebida logo antes de enfiar os pregos em sua carne. Quando Jesus provou e viu do que se tratava, cuspiu para fora. Ele não queria ter seus sentidos anestesiados. Ele havia ido para a cruz para carregar o pecado, e ele sentiria o efeito total do pecado que ele carregava; ele sofreria toda a dor na sua

íntegra. O Pai havia lhe dado um cálice para beber que era muito mais amargo que fel de mirra, mas sem o efeito entorpecedor. Seu coração ainda estava fixo em cumprir a vontade do Pai e ele não anestesiaria seus sentidos antes de ter realizado toda sua obra.

O vinagre com fel cumpria uma profecia messiânica do Salmo 69.19-21:

Tu conheces a minha afronta, a minha vergonha e o meu vexame;
 todos os meus adversários estão à tua vista.
 O opróbrio partiu-me o coração,
 e desfaleci;
 esperei por piedade, mas debalde;
 por consoladores, e não os achei.
 Por alimento me deram fel
 e na minha sede me deram a beber vinagre.

A DOR

“Depois de o crucificarem” (Mt 27.35). A crucificação era uma forma de execução que os romanos tinham aprendido com os persas. Era também praticada nos tempos pré-romanos na Fenícia, em Cartago e no Egito. Mais sem dúvida ela teve origem na Pérsia. Os persas acreditavam que a terra, o fogo e a água eram elementos sagrados, e todos os métodos habituais de execução contaminavam os elementos sagrados. Então eles desenvolveram um método de crucificar vítimas empalando-as num poste, assim erguendo-as no alto acima da terra, onde eram deixadas para morrer. Culturas posteriores desenvolveram métodos diferentes de crucificação, e Roma utilizava vários deles. Na época de Cristo, a crucificação havia se tornado o método favorito de execução por todo o império romano, e especialmente na Judéia, onde era regularmente utilizada para fazer dos amotinadores e insurrecionistas exemplos públicos. De acordo com Josefo, depois da morte de Herodes o Grande, o governador romano da Síria, Quintilius

Varus, crucificou dois mil homens a fim de subjugar uma revolta. Josefo também relata que Tito crucificou tantas pessoas quando saqueou Jerusalém em 70 d.C. que não havia mais madeira para as cruzes e lugares disponíveis para colocá-las. Somente na época de Cristo, Roma havia crucificado mais de trinta mil pessoas na Judéia e nos seus arredores. Assim, cruzes com homens mortos ou morrendo eram comumente vistas ao redor de Jerusalém, e um lembrete constante da brutalidade romana.

O processo exato utilizado na crucificação de Jesus é um assunto que requer um pouco de conjectura. Nenhum dos relatos do evangelho oferece uma descrição detalhada do método usado. Mas nós podemos juntar aos poucos bastante informação dos detalhes incidentais que estão registrados. Do comentário de Tomé aos outros discípulos depois da crucificação (“Se eu não vir nas suas mãos o sinal dos cravos, e ali não puser o dedo . . . de modo algum acreditarei” — Jo 20.25) ficamos sabendo que Cristo foi pregado na cruz, em vez de ser amarrado com longas tiras de couro, como acontecia às vezes. De Mateus 27.37, que relata que sua acusação foi colocada “por cima da sua cabeça”, deduzimos que a forma da cruz na qual ele foi pregado era a familiar *crux imissa*, onde o topo da viga vertical projetava-se acima do *patibulum*, em vez da freqüentemente usada cruz de Sto. Antônio, uma estaca em forma de T.

Podemos também juntar aos poucos, de relatos seculares sobre a crucificação na época de Jesus, alguns detalhes sobre como as vítimas de crucificação morriam. Cristo teria sido pregado à cruz enquanto ela estava deitada no chão. Os pregos utilizados eram fortes, grandes e compridos, de ferro afilado, semelhantes àqueles usados nas estradas de ferro atuais, porém muito mais afiados. Os pregos tinham de ser enfiados através dos pulsos (não nas palmas das mãos), porque nem os tendões nem a estrutura óssea das mãos poderiam suportar o peso do corpo. Pregos nas palmas simplesmente romperiam a carne entre os ossos. Pregos que atravessassem os pulsos normalmente quebrariam os ossos do pulso e rasgariam os ligamentos, mas a

estrutura do pulso era, no entanto, forte bastante para suportar o peso do corpo. Ao ser enfiado no pulso, o prego normalmente faria dano severo ao nervo mediano sensório-motor, causando dor intensa em ambos os braços. Finalmente, um único prego seria pregado através de ambos os pés, algumas vezes pelos tendões-de-aquiles. Nenhuma das feridas de prego seria fatal, mas todas elas causariam dor intensa e crescente à medida que o tempo da vítima na cruz se prolongava.

Depois que a vítima fosse pregada na posição desejada, vários soldados ergueriam lentamente o topo da cruz e cuidadosamente deslizariam a extremidade inferior para dentro de um buraco fundo. A cruz cairia chacoalhando de uma só vez no fundo do buraco, fazendo com que o peso total da vítima fosse imediatamente suportado pelos pregos nos pulsos e pés. Isso causaria dor por causa do deslocamento dos ossos por todo o corpo, visto que as juntas principais eram repentinamente arrancadas das suas posições naturais. Foi provavelmente a isso que o Cristo se referiu profeticamente no Salmo 22, um salmo sobre a crucificação: “Derramei-me como água, e todos os meus ossos se desconjuntaram” (v. 14).

Os romanos tinham aperfeiçoado a arte de crucificação a fim de maximizar a dor — e eles sabiam como prolongar o horror sem permitir que a vítima entrasse num estado de inconsciência que poderia aliviar a dor. A vítima de crucificação experimentaria ondas de náusea, febre, intensa sede, câimbras constantes e dor incessante, pulsante, em todas as partes do corpo. Insônia, fome, desidratação e infecção progressiva — tudo isso abalava o corpo e o espírito da vítima à medida que o processo de crucificação se estendia — geralmente por mais ou menos três dias. A sensação de desesperança absoluta, a vergonha pública e o trauma sempre crescente do corpo — tudo isso era intensificado à medida que as horas iam passando. Um autor escreveu,

A posição antinatural tornava todos os movimentos dolorosos; as veias laceradas e os tendões esmagados pulsavam com angústia incessante; as feridas, inflamadas pela exposição, gangrenavam gradualmente; as artérias — especialmente na cabeça e no estômago — ficavam inchadas e oprimidas pela concentração do sangue; e enquanto cada tipo de sofrimento gradualmente aumentava, eram acrescentadas a eles a intolerável dor aguda da sede intensa e abrasadora; e todas essas complicações físicas causavam excitação interior e ansiedade, o que fazia com que a perspectiva da morte em si — da morte, o desconhecido inimigo terrível, a cuja aproximação o homem normalmente mais estremece — tivesse o aspecto de uma libertação deliciosa.¹

É dito que o imperador Tibério preferia a crucificação como um método de castigo precisamente porque prolongava a agonia da vítima sem conceder alívio por intermédio da morte. Ele acreditava que a morte era uma fuga, então a execução na sua opinião não era na verdade nenhum *castigo*, a menos que a vítima tivesse o máximo possível de sofrimento mortal infligido *antes* da morte.

Normalmente a morte acontecia por lenta asfixia. O corpo da vítima era pendurado de uma maneira tal que o diafragma ficava severamente comprimido. Para poder respirar, ela teria de dar um impulso para cima com os pés de forma que o diafragma tivesse espaço para se mover. No fim, a fadiga, a dor intensa ou a atrofia do músculo deixaria a vítima incapaz de fazer isso, e ela morreria finalmente por falta de oxigênio. Truman Davis, um médico que estudou os efeitos físicos da crucificação, descreveu como isso teria acontecido na crucificação de Jesus:

À medida que os braços se cansaram, grandes ondas de câimbras se alastraram por todos os músculos, unindo-os numa dor profunda, inexorável, pulsante. Com essas câimbras, vem

a incapacidade de se empurrar para cima. Pendurado pelos seus braços, os músculos peitorais ficam paralisados e os músculos intercostais não podem agir. O ar pode ser levado para os pulmões, mas não pode ser exalado. Jesus luta para se erguer a fim de conseguir até mesmo uma respiração curta. Finalmente, gás carbônico é produzido nos pulmões e no fluxo de sangue e as câimbras diminuem parcialmente. Espasmodicamente, ele consegue se empurrar para respirar o oxigênio que dá vida.

Horas dessa dor ilimitada, ciclos de torcedura, câimbras produzidas nas articulações, sufocamento parcial intermitente, dor ardente à medida que o tecido das suas costas laceradas é rasgado à medida que ele se move para cima e para baixo contra a madeira áspera; então outro sofrimento começa. Uma dor esmagadora e profunda no tórax à medida que o pericárdio se enche lentamente de linfa e começa a comprimir o coração.

Está agora quase no fim — a perda de fluído de tecido alcançou um nível crítico — o coração comprimido está lutando para bombear sangue pesado, grosso e moroso para os tecidos — os pulmões torturados estão se esforçando freneticamente para respirar com dificuldade pequenos tragos de ar. Os tecidos marcadamente desidratados enviam seus fluídos de estímulo para o cérebro.²

Uma vez que a força ou a sensibilidade das pernas se acabasse, a vítima seria incapaz de impulsionar-se para cima para poder respirar, e a morte aconteceria rapidamente. É por isso que os romanos às vezes praticavam a *crucifratúra* — a quebra das pernas abaixo dos joelhos — quando queriam acelerar o processo (cf. Jo 19.31).

A desidratação, o choque hipovolêmico e a parada cardíaca congestiva às vezes aceleravam a morte também. No caso de Jesus, parece provável que uma aguda exaustão tenha sido provavelmente um outro fator principal contribuinte.

A HUMILHAÇÃO

À parte da dor física da crucificação, a característica mais notável desse tipo de execução era o estigma de desonra que era ligado a ela. As vítimas eram impiedosamente escarnecidas. Elas normalmente eram penduradas nuas. Eram colocadas deliberadamente para servir de espetáculo de vergonha e opróbrio. Hebreus 12.2 se refere a isso quando disse o Cristo “suportou a cruz, não fazendo caso da ignomínia”.

A Bíblia indica que Cristo foi deliberadamente despido de toda a roupa e dignidade ao ser crucificado. Aliás, os soldados que o guardavam fizeram um sorteio para ver quem ficaria com o que restava da roupa dele. Mateus escreve, “Depois de o crucificarem, repartiram entre si as suas vestes, tirando a sorte. E, assentados ali, o guardaram” (Mt 27.35,36). A profecia citada é o Salmo 22.18, que predisse o jogo de dados pelas roupas de Jesus. Isso também fazia parte do plano soberano de Deus desde o princípio.

Deveria haver cinco peças de roupas para os soldados dividirem entre si: as sandálias, um artigo de vestuário que parecia um manto, uma peça usada na cabeça, um cinto e uma túnica. Essa era a roupa tradicional para um homem judeu na cultura de Jesus. Evidentemente, o acordo normal estabelecia que cada um dos quatro encarregados da vigília de uma vítima recebesse uma parte equivalente da roupa dela. Se cada um escolheu um artigo do vestuário, ficou sobrando uma quinta peça. Assim, de acordo com João, “Os soldados, pois, quando crucificaram Jesus, tomaram-lhe as vestes e fizeram quatro partes, para cada soldado uma parte; e pegaram também a túnica. A túnica, porém, era sem costura, toda tecida de alto a baixo. Disseram, pois, uns aos outros: Não a rasguemos, mas lancemos sortes sobre ela para ver a quem caberá” (Jo 19.23,24). A túnica, uma peça tecida, de ótima qualidade, que era usada por cima das outras peças, era indubitavelmente a melhor peça dos artigos de vestuário, e então foi por esta que eles jogaram.

Tendo dividido as roupas, eles se sentaram para manter guarda sobre ele.

Pilatos aumentou o escárnio mandando colocar sobre a cabeça de Jesus um grande cartaz com a única acusação verdadeira que havia sido feita contra ele. “Por cima da sua cabeça puseram escrita a sua acusação: ESTE É JESUS, O REI DOS JUDEUS” (Mt 27.37).

Cada um dos escritores de evangelho menciona o cartaz, porém cada um dá uma variação ligeiramente diferente do que ele dizia. Tanto Lucas 23.38 como João 19.20 dizem que a inscrição era escrita em grego, latim e hebraico, assim as leituras diferentes são facilmente explicadas. Ou elas representam traduções ligeiramente diferentes da inscrição, ou (mais provavelmente) elas têm a intenção de dar de modo resumido o significado da essência da inscrição na sua íntegra. Todas os relatos concordam que a inscrição dizia O REI DOS JUDEUS (Mt 27.37; Mc 15.26; Lc 23.38; Jo 19.19). Lucas acrescenta “ESTE É” no começo, e Mateus começa com “ESTE É JESUS”. A versão de João começa, “JESUS NAZARENO”. Colocando-as todas juntas, parece que a inscrição completa na verdade lia-se, “ESTE É JESUS NAZARENO, O REI DOS JUDEUS”.

João disse que o Sinédrio estava descontente com aquela fraseologia e queriam que a acusação lesse, “*Ele disse, sou o Rei dos judeus*” (Jo 19.21, ênfase acrescentada). Mas então Pilatos, já cansado da brincadeira de ser um joguete deles disse, “O que escrevi, escrevi” (v. 22).

Cristo foi crucificado entre dois ladrões, e até mesmo eles se juntaram à zombaria dirigida a ele. Mateus escreve,

E foram crucificados com ele dois ladrões, um à sua direita, e outro à sua esquerda. Os que iam passando blasfemavam dele, meneando a cabeça e dizendo: Ó tu que destróis o santuário e em três dias o reedificas! Salva-te a ti mesmo, se és Filho de Deus, e desce da cruz! De igual modo, os principais

sacerdotes, com os escribas e anciãos, escarnecendo, diziam: Salvou os outros, a si mesmo não pode salvar-se. É rei de Israel! Desça da cruz, e creremos nele. Confiou em Deus; pois venha livrá-lo agora, se de fato lhe quer bem; porque disse: Sou Filho de Deus. E os mesmos impropérios lhe diziam também os ladrões que haviam sido crucificados com ele (Mt 27.38-44).

O termo grego para “ladrões” significa que eles não eram ladrões insignificantes, mas canalhas que levavam a vida como bandidos e salteadores, deixando um caminho de destruição e sofrimento humanos atrás de si. Eles bem podem ter sido os cúmplices de Barrabás, e nesse caso, a cruz na qual Cristo foi crucificado teria sido originalmente planejada para o líder deles (que também significaria que esses ladrões tinham sido cúmplices tanto de assassinato como também furto).

Em todo caso, está claro que eles eram da espécie mais cruel de pessoa, porque enquanto estavam pendurados, cada um na sua própria cruz, cada um sentindo a dor forte da sua própria agonia de morte, eles usaram o restante de sua pouca força disponível para escarnecer de Cristo, que nunca tinha lhes feito mal. Eles escarneceram dele simplesmente pela diversão que isso oferecia, o que fala de modo eloqüente sobre o seu verdadeiro caráter.

Enquanto isso, multidões que estavam passando pela cruz, também lançavam insultos ao Salvador, abanando a cabeça (vs. 39,40). Isso era outro cumprimento da ordem de profecias da crucificação contida no Salmo 22, em que Davi profeticamente descreve a cruz da própria perspectiva do Messias:

Mas eu sou verme e não homem;
opróbrio dos homens e desprezado do povo.
Todos os que me vêem zombam de mim;
afrouxam os lábios e meneiam a cabeça:
Confiou no SENHOR! Livre-o ele;
salve-o, pois nele tem prazer

(vs. 6-8).

Os zombadores ao redor da cruz citavam a mesma compreensão incorreta das palavras de Jesus em João 2.19 que as testemunhas falsas tinham usado no interrogatório diante de Caifás. Ele tinha dito, “Destruí este santuário, e em três dias o reconstruirei”. Mas como João esclarece, “Ele, porém, se referia ao santuário do seu corpo” (v. 21). Os inimigos de Cristo não sabiam que a profecia estava a ponto de se tornar realidade, mas eles persistiram em dar uma interpretação incorreta sobre suas palavras, e isso se tornou o foco do escárnio deles.

O Sinédrio estava também presente, sem dúvida incitando grande parte do escárnio. Eles tinham ido para o lugar de crucificação a fim de regozijarem-se e testemunhar a culminação da conspiração maligna deles antes que fossem para casa para a observação hipócrita da refeição da Páscoa.

A zombaria deles era uma tentativa desesperada de convencer, tanto a eles mesmos como a todas as outras testemunhas, de que Jesus não era o Messias de Israel. Eles acreditavam que o Messias não poderia ser vencido. O fato de Jesus estar ali pendurado, morrendo de modo tão desamparado era a prova de que ele não era quem alegava ser. Assim, eles se divertiram com seu triunfo, andando de modo pomposo e vangloriando-se entre a multidão de observadores, anunciando a todos, mas a ninguém em particular, “Salvou os outros, a si mesmo não pode salvar-se. É rei de Israel! Desça da cruz, e creremos nele. Confiou em Deus; pois venha livrá-lo agora, se, de fato, lhe quer bem” (Mt 27.42,43). Se eles fossem o tipo de líderes espirituais que deveriam ser, deveriam ter reparado que as suas palavras eram, quase literalmente, um cumprimento da profecia do Salmo 22.8.

Eles eram os sacerdotes de mais alta posição em Israel. Tinham tudo a ver com religião, mas nada a ver com Deus. Eles, portanto, carregavam a maior culpa de todos que participaram na humilhação de Cristo. Embora aspirassem sentar-se na cadeira de Moisés (Mt 23.2), eles não acreditavam em Moisés (Jo 5.46). Embora alegassem ser os porta-vozes de Deus, na verdade eles eram filhos de Satanás (Jo 8.44).

Como sempre, Jesus não insultou aqueles que o insultavam. Antes, as únicas palavras dele sobre seus atormentadores enquanto esteve pendurado na cruz foram um terno apelo a Deus por misericórdia em favor deles (Lc 23.34). Ele tinha ido voluntariamente à cruz, conscientemente, e em obediência submissa a Deus — a fim de morrer pelo pecados de outros. E embora ele tivesse sido insultado e torturado pelos *homens* de modo que isso se constituiu para ele em sofrimentos que estão além de nossa habilidade de imaginar — isso não era nada comparado à ira de Deus contra o pecado que ele suportava.

Notas

1 Frederick Farrar, *The Life of Christ* (Nova York: A. L. Burt, s.d.), 499.

2 "The Crucifixion of Jesus: The Passion of Christ from a Medical Point of View", *Arizona Medicine*, vol. 22, nº 3 (março 1965), 183-87.

“Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai.”

João 10.17,18

11

As Sete Últimas Declarações de Cristo



Por causa dos rigores físicos da crucificação, Cristo falou com grande dificuldade durante suas últimas horas na cruz. As Escrituras registram apenas sete breves declarações do Salvador na cruz, mas cada um deles revela que Cristo permaneceu soberanamente no controle, mesmo enquanto morria. E cada uma das suas declarações era rica em significado.

UM APELO POR PERDÃO

A primeira foi um apelo por misericórdia em favor dos seus atormentadores. Lucas registra que logo depois que a cruz foi erguida no Calvário — enquanto os soldados estavam ainda disputando as suas vestes, ele orou a Deus por perdão em favor deles: “Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, ali o crucificaram, bem como aos malfeitores, um à direita, outro à esquerda. Contudo, Jesus dizia: Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23.33,34).

J. C. Ryle escreveu, “Essas palavras foram provavelmente ditas enquanto nosso Senhor estava sendo pregado na cruz, ou logo que a cruz foi levantada. Vale observar que tão logo o sangue do Grande Sacrifício começou a fluir, o Grande Sumo Sacerdote começou a interceder”. Enquanto outros estavam escarnecendo dele — exatamente quando o escárnio e a zombaria alcançavam o ponto máximo — Cristo respondeu exatamente de modo oposto ao que a maioria dos homens responderia. Em vez de ameaçar, responder do mesmo modo ou amaldiçoar seus inimigos, ele orou a Deus em favor deles.

Como já observamos em tantos detalhes que cercam a morte de Jesus, essa intercessão sacerdotal em favor dos próprios assassinos dele foi feita em cumprimento da profecia do Antigo Testamento: “porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores; contudo, levou sobre si o pecado de muitos e *pelos transgressores intercedeu*” (Is 53.12, ênfase acrescentada). O significado integral da cruz é resumido nesse único ato de intercessão. “Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele” (Jo 3.17). Certamente qualquer homem mortal somente teria desejado amaldiçoar ou insultar os seus assassinos sob essas circunstâncias. Poder-se-ia até mesmo pensar que o Deus encarnado desejaria pedir alguma explosão de julgamento contra homens que estavam agindo de modo tão cruel. Mas Cristo estava numa missão de misericórdia. Ele estava morrendo para comprar o perdão pelo pecado. E mesmo no ponto máximo da sua agonia, a compaixão era o que enchia o seu coração.

A frase “porque não sabem o que fazem” não sugere que eles estavam inconscientes de que estavam pecando. A ignorância não absolve ninguém do pecado. Essas pessoas estavam se comportando de modo cruel e sabiam disso. A maioria estava completamente ciente do *fato* de seu mau procedimento. O próprio Pilatos tinha testemunhado da inocência de Jesus. O Sinédrio estava completamente ciente de que nenhuma acusação legítima poderia ser apresentada con-

tra ele. Os soldados e a multidão poderiam facilmente ver que uma grande injustiça estava sendo cometida, e mesmo assim eles todos alegremente participaram. Muitos dos espectadores que estavam escarnecendo no Calvário tinham ouvido Cristo ensinar e o tinham visto fazer milagres. Eles realmente não poderiam ter acreditado no próprio coração que ele merecia morrer desse modo. A própria ignorância deles era inescusável, e certamente não os absolvía da sua culpa pelo que estavam fazendo.

Mas eles eram ignorantes quanto à *enormidade* do crime praticado. Eles estavam cegos à realidade completa de que eles estavam crucificando Deus o Filho. Eles eram espiritualmente insensíveis, porque amavam a escuridão em lugar da luz. Portanto, não reconheceram que aquele que eles estavam matando era a Luz do Mundo. “Porque, se a tivessem conhecido, jamais teriam crucificado o Senhor da glória” (1Co 2.8).

Como a oração de Jesus foi respondida? De inúmeros modos. A primeira resposta veio com a conversão de um dos ladrões na cruz próximo a Jesus (Lc 23.40-43). Outra seguiu-se imediatamente, com a conversão de um centurião, um dos soldados que havia crucificado Cristo (v. 47). Outras respostas à oração vieram nas semanas e meses que se seguiram à crucificação — particularmente no Pentecostes — quando um incontável número de pessoas em Jerusalém converteu-se a Cristo. Sem dúvida muitas delas eram as mesmas pessoas que tinham clamado pela morte de Jesus e dito palavras afrontosas a ele ao pé da cruz. Somos informados, em Atos 6.7, por exemplo, que um grande número dos sacerdotes do templo posteriormente confessou Jesus como Senhor.

É importante compreender que o apelo de Jesus pelo perdão dos seus assassinos não garantiu o perdão imediato e incondicional de todos os que participaram da crucificação. Ele estava intercedendo em nome de todos os que se arrependeriam e se voltariam a ele como Senhor e Salvador. A sua oração era que quando eles finalmente percebessem a enormidade do que

tinham feito e procurassem o perdão do Pai divino pelo pecado deles, ele não imputaria o assassinato do seu Filho amado contra eles. O perdão divino nunca é concedido a pessoas que permanecem na incredulidade e no pecado. Aqueles que se agarraram ao ódio que sentiam por Jesus não estavam automaticamente perdoados pelos seus crimes por meio da oração de Jesus. Mas aqueles que se arrependeram e procuraram perdão, como o centurião, ou o ladrão na cruz, ou os sacerdotes, ou as pessoas na multidão — todos os que depois o abraçaram, encontrariam misericórdia abundante em resposta ao apelo de Cristo em favor deles.

A oração era um sinal de misericórdia oferecido a todos os que ouviram. Ele orou em voz alta por causa deles (cf. Jo 11.42). O pecado deles era tão incomensuravelmente odioso que se as testemunhas não o tivessem ouvido de fato orar pelo perdão dos seus assassinos, a maioria poderia ter assumido que eles haviam cometido um pecado imperdoável.

O perdão pelo qual Cristo orou é livremente oferecido a todos (Ap 22.17). Na verdade, Deus está *ansioso* para perdoar os pecadores arrependidos (O pai do Filho Pródigo retrata a ansiedade de Deus para perdoar). Ele apela a todos os pecadores para que se reconciliem com ele (2 Co 5.20; Ez 18.3-32; At 17.30). Àqueles que se reconciliam, ele promete dar generosa e livremente o perdão. E essa oferta é estendida até mesmo àqueles que pessoalmente participaram do assassinato de Jesus.

UMA PROMESSA DE SALVAÇÃO

A segunda declaração que Cristo fez na cruz marca o primeiro cumprimento glorioso da sua oração de perdão para seus assassinos, e mostra quão generosamente aquele perdão foi dado, até mesmo para o mais improvável dos receptores.

À medida que se passavam as horas de agonia na cruz, um dos dois ladrões que antes havia escarnecido de Cristo agora revela uma mudança de coração. O que incitou a mudança não

é mencionado. Talvez o ladrão tenha ouvido e foi tocado pela oração de Jesus pedindo misericórdia, percebendo que se aplicava a ele. O que quer que tenha causado essa reviravolta, foi um milagre tremendo.

O homem era indubitavelmente uma das pessoas mais completamente degeneradas no cenário. Ele e os seus companheiros eram criminosos de carreira, homens cujas vidas tinham sido dedicadas ao furto e à violência. A maldade intrínseca do caráter foi mostrada pelo fato de utilizarem a força agonizante deles para se juntarem à zombaria de Cristo. Eles obviamente sabiam da sua inocência, porque o ladrão arrependido finalmente reprovou seu companheiro, dizendo, “este nenhum mal fez” (Lc 23.41). De qualquer modo, até que um deles se arrependesse, ambos o estavam ridicularizando e mostrando desprezo por ele.

Mas houve um momento em que o escárnio de um dos ladrões virou silêncio, o silêncio virou arrependimento e o coração do ladrão foi totalmente transformado. Ao contemplar Jesus, que sofrendo todo aquele abuso com tanta paciência nunca injuriava ou insultava seus atormentadores, o ladrão começou a perceber que aquele Homem na cruz central realmente era quem alegava ser. A prova do arrependimento dele é vista na sua mudança imediata de comportamento, quando os seus insultos viraram palavras de louvor a Cristo.

Primeiro ele reprovou seu parceiro de crime. “Nem ao menos temes a Deus, estando sob igual sentença? Nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o castigo que os nossos atos merecem; mas este nenhum mal fez” (vs. 40,41). Ao dizer isso, ele confessou a sua própria culpa, e também reconheceu a justiça da pena que ele próprio recebera. Ele afirmou a inocência de Cristo também.

Então se virou para Jesus e o confessou como Senhor. “Jesus, lembra-te de mim quando vieres no teu reino” (v. 42).

Essa confissão de Jesus como Senhor e Rei foi imediatamente seguida pela segunda das sete últimas

declarações de Jesus. “Jesus lhe respondeu: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso” (v. 43).

A nenhum pecador jamais foi dada garantia mais explícita de salvação. Esse mais improvável dos santos foi recebido imediata e incondicionalmente no reino do Salvador. O incidente é uma das maiores ilustrações bíblicas sobre a verdade da justificação pela fé. Esse homem não tinha feito nada para *merecer* a salvação. Na verdade, ele não estava em posição de poder fazer qualquer coisa meritória. Já ofegante nas dores da sua própria agonia de morte, ele não tinha nenhuma esperança de *conseguir* o favor de Cristo. Mas percebendo que estava numa situação totalmente desesperada, o ladrão buscou apenas um símbolo modesto da misericórdia de Cristo: “Lembra-te de mim”.

Seu pedido era um apelo final, desesperado e angustiado por um pouco de misericórdia que ele sabia que não merecia. Isso repercute o grito melancólico do publicano, que “estando em pé, longe, não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, sê propício a mim, pecador!” (Lc 18.13). Somente pelo mérito de um Outro qualquer um dos homens poderia receber vida eterna e entrada no reino. Não obstante, em ambos os casos, Jesus deu garantia total e imediata de perdão completo e vida eterna. Essas são provas clássicas de que a justificação é somente pela fé.

As palavras de Jesus ao ladrão à beira da morte transmitiram a ele uma promessa incondicional de perdão completo, que cobria todo ato pecaminoso que ele alguma vez tivesse cometido. Ele não teria de expiar os próprios pecados, fazer penitência ou executar qualquer ritual. Ele não foi consignado ao purgatório — embora se realmente houvesse tal lugar, e se as doutrinas que invariavelmente acompanham a crença no purgatório fossem verdadeiras, a esse homem teria sido assegurada uma longa permanência lá. Mas, em vez disso, seu perdão foi integral, livre e imediato: “*Hoje* estarás comigo no paraíso”.

Isso foi tudo o que Cristo lhe disse. Mas era tudo que o ladrão precisava ouvir. Ele ainda estava sofrendo tormento físico indizível, mas o sofrimento da sua alma agora havia acabado. Pela primeira vez na vida, ele foi liberto do fardo do seu pecado. O Salvador, ao seu lado, estava carregando aquele pecado por ele. E o ladrão estava agora vestido com a retidão perfeita de Cristo. Logo eles estariam juntos no Paraíso. Nisso o ladrão tinha a garantia do próprio Cristo.

UMA PROVISÃO PARA A SUA MÃE

Os inimigos de Jesus não eram os únicos espectadores da cruz. Quando a notícia se espalhou por Jerusalém, naquela manhã, de que Cristo havia sido preso e tinha sido condenado à morte pelo Sinédrio, alguns dos seus familiares mais íntimos foram ficar perto dele. João 19.25 descreve a cena: “E junto à cruz estavam a mãe de Jesus, e a irmã dela, e Maria, mulher de Cléopas, e Maria Madalena”. Alguns intérpretes acreditam que João menciona apenas três mulheres, e que “a irmã [da sua mãe]” e “Maria, mulher de Cléopas” são a mesma pessoa. Mas isso significaria que essas duas irmãs se chamavam Maria, o que parece altamente improvável. Em vez disso, parece que João estava dizendo que havia três mulheres presentes com o nome de Maria (a mãe de Jesus, a sra. Cléopas e Maria Madalena), como também uma quarta mulher (a irmã de Maria) cujo nome não foi registrado — mas ela poderia ter sido Salomé, a mãe de Tiago e João. João também indica no versículo 26 que ele estava presente, referindo-se a si mesmo da maneira que ele sempre fez no seu Evangelho, como “o discípulo amado” (v. 26; cf. Jo 21.20-24).

O sofrimento de assistir Jesus morrer deve ter sido angustiante para aqueles que o amavam. Mas para ninguém foi mais difícil do que para Maria, a sua mãe. Anos antes, na ocasião do seu nascimento, o profeta ancião Simeão tinha lhe dito, “Eis que este menino está destinado tanto para ruína como

para levantamento de muitos em Israel e para ser alvo de contradição (*também uma espada traspassará a tua própria alma*), para que se manifestem os pensamentos de muitos corações” (Lc 2.34,35, ênfase acrescentada). A espada de que Simeão falou estava agora penetrando o seu coração, enquanto ela assistia à morte de seu Filho primogênito.

Ela o tinha criado desde a infância. Ela conhecia a perfeição absoluta dele melhor do que ninguém. E contudo, enquanto assistia, multidões de pessoas mostravam desprezo por seu Filho, escarnecendo cruelmente dele e ofendendo-o. A sua forma sangrenta, emagrecida estava pendurada desamparadamente na cruz, e tudo o que ela podia fazer era assistir aquela agonia. A tristeza e a dor que uma visão desse tipo causaria à sua mãe são insondáveis. E, contudo, em vez de gritar e explodir em histeria, virar-se e fugir em terror, ou desmaiar mediante essa visão horrível, ela permaneceu de pé. Ela é o próprio modelo de coragem.

Jesus a viu sofrendo ali em pé, e a terceira declaração dele na cruz reflete o terno amor do Filho para a sua mãe. “Vendo Jesus sua mãe e junto a ela o discípulo amado, disse: Mulher, eis aí teu filho. Depois, disse ao discípulo: Eis aí tua mãe. Dessa hora em diante, o discípulo a tomou para casa” (Jo 19.26,27). Quando Jesus disse, “eis aí teu filho”, ele não estava referindo-se a si mesmo. Ele provavelmente acenou com a cabeça em direção a João. Ele estava fazendo uma provisão graciosa para Maria para os anos vindouros. Ele estava delegando a João a responsabilidade de cuidar de Maria na sua velhice.

Esse foi um gesto bonito e diz muito sobre a natureza pessoal do amor de Jesus. Embora ele estivesse morrendo sob o tipo mais penoso de aflição, Jesus, o Rei de amor, abnegadamente desviou-se para cuidar das necessidades terrenas daqueles que permaneceram ao seu lado. Embora ele estivesse ocupado com o acontecimento mais importante da história da redenção, lembrou-se de fazer provisão para as necessidades de uma mulher, a sua mãe.

Ele se dirigiu a ela como “mulher”. Em nenhuma parte nos Evangelhos ele a chama de “mãe”, somente “mulher”. A expressão não transmite nenhum desrespeito. Mas sublinha o fato de que Cristo era muito mais para Maria que um Filho. Ele era o *Salvador* dela, também (cf. Lc 1.47). Maria não era nenhuma co-redentora sem pecado. Ela era tão dependente da graça divina quanto o mais humilde dos pecadores, e depois que Cristo alcançou a maioridade, o relacionamento dela para com ele era igual ao de qualquer crente obediente para com o Senhor. Ela era uma discípula; ele era o Mestre.

O próprio Cristo reprovou aqueles que quiseram elevar Maria a um lugar de reverência extraordinária: “uma mulher, que estava entre a multidão, exclamou e disse-lhe: Bem-aventurada aquela que te concebeu, e os seios que te amamentaram! Ele, porém, respondeu: Antes, bem-aventurados são os que ouvem a palavra de Deus e a guardam!” (Lc 11.27,28). Maria era abençoada porque ela era obediente à Palavra de Deus — como qualquer outro crente. A sua posição como mãe de Cristo não implicava nenhum título especial como co-mediadora, rainha de céu, ou quaisquer das outras formas de deificação que a superstição medieval ligou ao conceito popular de Maria.

Sejam os perfeitamente claros: é uma forma de idolatria atribuir a Maria honra, títulos ou atributos que em efeito dá a ela uma posição de igualdade no trabalho redentor do seu Filho ou a eleva como um objeto especial de reverência.

No entanto, Cristo amou e honrou a sua mãe *como uma mãe*. Ele cumpriu o quinto mandamento tão perfeitamente quanto ele cumpriu todos. E parte da responsabilidade de honrar os pais é a obrigação de providenciar para que eles sejam cuidados na velhice. Cristo não negligenciou esse dever.

É talvez significativo que Jesus não tenha entregado Maria aos cuidados dos próprios meio-irmãos dele. Maria agora era evidentemente uma viúva. Nada é dito a respeito de José depois das narrativas do evangelho sobre o nascimento e a infância de

Jesus. Aparentemente, ele tinha morrido já na época em que Jesus começou seu ministério público. Mas a Escritura sugere que depois do nascimento de Jesus, Maria e José tiveram uma relação matrimonial que era em todo sentido normal (Mt 1.25). Apesar das alegações da Igreja Católica Romana, a Escritura não nos permite acreditar que Maria tenha permanecido perpetuamente uma virgem. Pelo contrário, os evangelhos claramente declaram que Jesus tinha irmãos (Mc 3.31-35, Jo 2.12; Lc 8.19-21). Mateus até mesmo deu seus nomes: “Tiago, José, Simão, e Judas” (Mt 13.55). Eles teriam sido na realidade meio-irmãos, sendo descendentes naturais de Maria e José.

Por que Jesus não designou um dos seus próprios irmãos para cuidar de Maria? Porque, de acordo com João 7.5, “nem mesmo os seus irmãos criam nele”. Eles *tornaram-se* crentes quando Jesus ressuscitou da morte e, portanto, está registrado em Atos 1.14 que eles estavam no meio do grupo que se encontrava para orar no Cenáculo quando o Espírito Santo veio em Pentecostes: “Todos estes perseveravam unânimes em oração, com as mulheres, com Maria, mãe de Jesus, e *com os irmãos dele*” (ênfase acrescentada). Mas eles evidentemente não eram crentes, quando Jesus morreu. Então, quando estava morrendo na cruz, ele confiou sua mãe aos cuidados de João, o discípulo amado.

UMA PETIÇÃO AO PAI

A quarta declaração de Cristo na cruz é sem dúvida a mais rica em mistério e significado. Mateus escreve, “Desde a hora sexta até à hora nona, houve trevas sobre toda a terra. Por volta da hora nona, clamou Jesus em alta voz, dizendo: Eli, Eli, lamá sabactâni? O que quer dizer: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.45,46).

Poderia parecer à primeira vista que Cristo estava apenas recitando as palavras do Salmo 22.1 (“Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? Por que se acham longe de minha salvação as palavras de meu bramido?”). Mas dado o fato de

que todo o Salmo 22 é uma profecia extensa sobre a crucificação, seria melhor ver o salmo como uma antecipação profética da lamentação do coração de Jesus enquanto ele carregava os pecados do mundo na cruz. Não se tratava de simples recitação.

Alguns comentaristas não mediram esforços para explicar por que Jesus proferiria essas palavras. A eles, parece inconcebível que Jesus se sentisse de fato abandonado na cruz — e até mais inconcebível conjecturar que Deus em qualquer sentido tivesse abandonado de fato seu Filho amado. E assim eles insistem em que Jesus estava somente recitando as Escrituras, não expressando o que ele verdadeiramente sentia no seu coração.

Mas isso mostra um sério mal-entendimento do que estava acontecendo na cruz. Enquanto Cristo estava pendurado ali, ele estava carregando o pecado do mundo. Ele estava morrendo como um substituto para outros. A ele foi imputada a culpa do pecado deles, e ele estava sofrendo o castigo por esses pecados em favor deles. E a própria essência desse castigo era a efusão da ira de Deus contra os pecadores. De algum modo misterioso, durante essas horas terríveis na cruz, o Pai derramou a medida completa da sua ira contra o pecado, e o receptor dessa ira foi o próprio Filho amado de Deus!

Nisso está o verdadeiro significado da cruz. Aqueles que tentam explicar o trabalho reconciliador de Cristo de qualquer outra forma inevitavelmente acabam anulando completamente a verdade da expiação de Cristo. Cristo não estava meramente dando um exemplo para nós seguirmos. Ele não era nenhum mero mártir sendo sacrificado à maldade dos homens que o crucificaram. Ele não estava apenas fazendo uma exibição pública de forma que as pessoas pudessem ver a monstruosidade do pecado. Ele não estava oferecendo um preço de resgate a Satanás — ou quaisquer das várias outras explicações que os liberais religiosos, cultistas e beatos pseudocristãos tentaram sugerir ao longo dos anos.

Aqui está o que estava acontecendo na cruz: Deus estava castigando seu próprio Filho como se ele tivesse cometido toda

iniquidade por todos pecadores que creriam. E ele fez isso de forma que ele poderia perdoar e tratar esses resgatados como se eles tivessem vivido a perfeita vida de justiça de Cristo.

As Escrituras ensinam isso explicitamente: “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Co 5.21). “Certamente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados” (Is 53.4,5). “Nunca fez injustiça, nem dolo algum se achou em sua boca. Todavia, ao SENHOR agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado” (vs. 9,10). “será morto o Ungido e já não estará” (Dn 9.26). “Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado” (Rm 8.3). “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro” (Gl 3.13). “Pois também Cristo morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos, para conduzir-vos a Deus; morto, sim, na carne” (1Pe 3.18). “Ele é a propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 2.2).

Essa palavra – *propiciação* – fala de uma oferta feita para satisfazer a Deus. A morte de Cristo era uma satisfação feita a Deus em nome daqueles que ele resgatou. “Ao SENHOR agradou moê-lo” (Is 53.10, ênfase acrescentada). “Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará *satisfeito*” (v. 11). Cristo fez propiciação por meio do derramamento do seu próprio sangue (Rm 3.25; Hb 2.17).

Foi a própria ira de Deus contra o pecado, a própria justiça de Deus, e o próprio sentido de justiça de Deus que Cristo satisfez na cruz. O derramamento do sangue dele foi uma oferta de pecado feita a Deus. A morte dele *não* foi somente uma

satisfação de justiça pública, nem foi um resgate pago a Satanás. Nem Satanás nem qualquer outro tinha qualquer direito de reivindicar um resgate de Deus por outros pecadores. Mas quando Cristo resgatou o eleito do pecado (1Tm 2.6), o preço do resgate foi pago a Deus. Cristo morreu em nosso lugar — e ele recebeu a mesma efusão de ira divina em toda sua fúria que *nós* merecemos pelos nossos pecados. Era um castigo tão severo que um homem mortal poderia passar toda a eternidade nos tormentos do inferno, e ainda ele não teria começado a esvaziar a ira divina que foi derramada sobre Cristo na cruz.

Essa foi a verdadeira medida dos sofrimentos de Cristo na cruz. As dores físicas da crucificação — terríveis como foram — eram nada comparadas à ira do Pai contra ele. Foi a antecipação *disso* que fez com que ele suasse sangue no jardim. Foi por isso que ele havia contemplado a cruz com tanto horror. Nós não podemos começar a compreender tudo aquilo que estava envolvido no pagamento do preço do nosso pecado. É suficiente entender que todos os nossos piores medos sobre os horrores do inferno — e mais — foram sentidos por ele quando ele recebeu a pena pela iniquidade alheia.

E nessa hora terrível, sagrada, era como se o Pai o tivesse abandonado. Embora seguramente não houvesse nenhuma interrupção no amor do Pai por ele como um Filho, Deus, no entanto, o rejeitou e o desamparou como *nosso Substituto*.

O fato de que Cristo — sofrendo de cansaço, perda de sangue, asfixia e toda a angústia física da cruz — tenha dado, no entanto, esse grito “em alta voz” prova que não se tratava de nenhuma mera recitação de um salmo. Era o clamor da sua alma; era a própria coisa que o salmo havia predito. E como veremos no capítulo seguinte, toda a natureza gemeu com ele.

UMA SÚPLICA POR ALÍVIO

“Depois, vendo Jesus que tudo já estava consumado, para se cumprir a Escritura, disse: Tenho sede!” (Jo 19.28). Essa foi a

quinta declaração de Cristo na cruz. Quando o fim se aproximava, Cristo expressou um último apelo por alívio físico. Antes disso ele havia cuspid o vinagre misturado com analgésico que lhe tinha sido oferecido. Agora, quando ele pediu alívio da sede horrível de desidratação, a ele foi oferecido somente uma esponja embebida com puro vinagre. João escreve, “Estava ali um vaso cheio de vinagre. Embeberam de vinagre uma esponja e, fixando-a num caniço de hissopo, lha chegaram à boca” (v. 29).

Na sede dele nós observamos a verdadeira humanidade de Cristo. Embora ele fosse Deus encarnado, no seu corpo físico ele experimentou todas as limitações humanas normais de carne humana real. E nenhuma era mais vívida do que esse momento de sede agonizante depois de horas de espera na cruz. Ele sofreu na carne numa extensão que poucos já sofreram. E —novamente, de forma que as Escrituras pudessem ser cumpridas — tudo o que lhe foi oferecido para saciar sua sede ardente era vinagre. “Por alimento me deram fel e na minha sede me deram a beber vinagre” (Sl 69.21).

UMA PROCLAMAÇÃO DE VITÓRIA

O relato de João sobre a crucificação continua: “Quando, pois, Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado!” (Jo 19.30). No texto grego, essa sexta expressão de Jesus na cruz é uma única palavra: *Tetelestai*! Lucas 23.46 indica que ele fez este clamor “em alta voz”.

Foi um clamor triunfante, cheio de rico significado. Ele não quis dizer somente que a vida terrena dele havia acabado. Ele quis dizer que o trabalho que o Pai havia lhe dado para fazer estava agora completo. Enquanto ele estava pendurado lá, parecendo em tudo uma vítima patética, desgastada, ele contudo celebrou o maior triunfo na história do universo. O trabalho reconciliador de Cristo estava acabado; a redenção dos pecadores estava completa; e ele estava triunfante.

Cristo tinha cumprido em nome de pecadores tudo o que a lei de Deus requeria deles. A expiação na sua íntegra tinha sido realizada. Tudo o que a lei cerimonial havia prognosticado aconteceu. A justiça de Deus estava satisfeita. O resgate pelo pecado foi pago integralmente. O salário do pecado foi resolvido de uma vez por todas. Tudo o que restava era que Cristo morresse para que pudesse ressuscitar.

É por isso que nada pode ser acrescentado ao trabalho de Cristo para a salvação. Nenhum ritual religioso — nem o batismo, nem a penitência, nem qualquer outro trabalho humano — precisa ser acrescentado para tornar o trabalho dele eficaz. Nenhum trabalho humano suplementar poderia jamais aumentar ou melhorar a expiação que ele realizou na cruz. O pecador não precisa contribuir em nada para ganhar o perdão ou estar numa posição correta com Deus; o mérito de Cristo sozinho é suficiente para nossa salvação completa. *Tetelestai!* A obra reconciliadora dele está terminada. Em sua íntegra. “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8,9).

UMA ORAÇÃO DE CONSUMAÇÃO

A declaração final de Cristo na cruz, logo depois do “está consumado!” foi uma oração que expressou a submissão incondicional que tinha estado no seu coração desde o começo. Lucas registra essas palavras finais: “Então, Jesus clamou em alta voz: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito! E, dito isto, expirou” (Lc 23.46).

Cristo morreu como nenhum outro homem alguma vez morreu. Num sentido, ele foi assassinado pelas mãos de homens iníquos (At 2.23). Em outro sentido, foi o Pai que o enviou à cruz e o moeu ali, pondo-o em aflição — e agradou ao Pai fazer isso (Is 53.10). Contudo, em ainda outro sentido, ninguém tomou a vida de Cristo. Ele a entregou de boa vontade por aqueles a quem ele amou (Jo 10.17,18).

Quando ele finalmente expirou na cruz, não foi com uma luta violenta contra os seus assassinos. Ele não exibiu nenhuma frenética agonia de morte. A sua passagem final para a morte — semelhante a todos os outros aspectos do drama da crucificação — foi um ato deliberado da sua própria vontade soberana, demonstrando que, até mesmo no final, ele estava soberanamente no controle de tudo o que estava acontecendo. João diz, “E, inclinando a cabeça, rendeu o espírito” (Jo 19.30). Calmamente, em submissão, ele simplesmente entregou a sua vida.

Tudo havia acontecido exatamente como ele havia predito. Não apenas Jesus, mas também os assassinos dele, e a multidão zombeteira, junto com Pilatos, Herodes e o Sinédrio — todos tinham cumprido o determinado propósito e presciência de Deus perfeitamente nos seus mínimos detalhes.

E assim Cristo, calma e majestosamente, demonstrou a sua soberania absoluta até o fim. Parecia a todos que o amavam — e até aos muitos que tinham pouca consideração para com ele — que tinha sido uma tragédia suprema. Mas esse foi o maior momento de vitória na história da redenção, e Cristo deixaria esse fato gloriosamente claro quando rompeu triunfantemente da sepultura apenas alguns dias depois.

“Verdadeiramente este era Filho de Deus!”

Mateus 27.54

12

Toda a Criação Geme



As Escrituras registram vários fenômenos sobrenaturais que aconteceram enquanto Jesus estava na cruz. Esses acontecimentos constituíram o próprio comentário sobrenatural de Deus na cruz. Eles são provas adicionais da importância extraordinária do que estava acontecendo nesse dia um pouco fora de Jerusalém.

As estradas para a cidade nesse dia estavam abarrotadas de peregrinos que iam e vinham enquanto se preparavam para celebrar a Páscoa. Poucos, se é que alguém, percebiam a verdade vital de que o verdadeiro Cordeiro Pascal de Deus estava morrendo nesse mesmo dia para prover perdão a todos os santos de todos os tempos para todos os pecados. Era o próprio foco da história redentora e, contudo, no que diz respeito à Jerusalém nesse dia, relativamente poucos estavam tomando conhecimento. E poucos entre os que testemunharam o assassinato de Jesus tinham qualquer idéia do que realmente estava acontecendo.

Entretanto, de repente toda a natureza pareceu parar e prestar atenção.

O SOL ESCURECIDO

O primeiro dos sinais milagrosos que acompanharam a morte de Jesus foi o escurecimento do céu. Mateus escreve, “Desde a hora sexta até à hora nona, houve trevas sobre toda a terra” (Mt 27.45). Mateus estava contando as horas de acordo com o sistema judaico, assim a hora sexta teria sido meio-dia. Nesse momento, em que o sol do meio-dia deveria estar no seu ponto mais luminoso no céu, uma escuridão tomou conta de toda a terra, e permaneceu durante três horas.

Provavelmente não era uma escuridão total, mas antes um grande escurecimento da intensidade normal da luz do sol durante o dia. “Sobre toda a terra” é uma expressão que poderia referir-se à terra de Israel, ou poderia referir-se ao mundo inteiro. Inclino-me a pensar que o próprio sol ficou escurecido, de forma que a escuridão teria sido universal, e não limitada à área local de Jerusalém e circunvizinhança.

Não poderia ter sido um eclipse, porque a Páscoa sempre caiu na lua cheia, e um eclipse solar estaria fora de questão durante a lua cheia. Deus pode certamente escurecer a luz do sol. Durante os dias de Moisés, a escuridão caiu sobre o Egito porque a praga de gafanhotos foi tão intensa que os insetos voadores bloqueavam a luz solar (Êx 10.14,15). Na época de Josué, aconteceu o oposto, e o sol pareceu ficar parado sobre Israel por um período de 24 horas (Js 10.12-14). Nos tempos de Ezequias, as sombras voltaram dez graus, quando a rotação da terra pareceu inverter-se por aproximadamente quarenta minutos (2Rs 20.9-11). O escurecimento do sol geralmente é mencionado na Bíblia como um sinal apocalíptico (Is 50.3; Jl 2.31; Ap 9.2). Amós escreveu sobre os últimos dias da terra, “Sucederá que, naquele dia, diz o Senhor Deus, farei que o sol se ponha ao meio-dia e entenebrecerei a terra em dia claro” (Am 8.9).

De acordo com alguns dos pais da igreja, a escuridão sobrenatural que acompanhou a crucificação foi notada na ocasião por todo o mundo. Tertuliano mencionou esse acontecimento na *Apologeticum* — a sua defesa do Cristianismo escrita para os cétricos pagãos. “No momento da morte de Cristo, a luz deixou o sol, e a terra escureceu ao meio-dia, uma maravilha que está relatada em seus próprios anais e é preservada em seus arquivos até este dia”.

Ao longo das Escrituras, a escuridão está ligada ao julgamento, e uma escuridão sobrenatural desse tipo significa destruição cataclísmica (cf. Is 5.30; Jl 2.2; Am 5.20; Sf 1.14,15). Vários intérpretes explicaram essa escuridão de várias maneiras. Alguns sugeriram que Deus a teria enviado como um véu para cobrir os sofrimentos e a nudez do seu Filho, como um ato de misericórdia para com Cristo. Outros sugeriram que significasse o seu desprazer com aqueles que mataram o Cristo. A Escritura não diz o motivo da escuridão; apenas relata-a como um fato. A escuridão claramente parece significar julgamento divino, e vindo como veio exatamente no momento em que o sofrimento de Cristo estava muito intenso, nas três horas antes que ele clamasse, “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.46) — pode muito bem significar o julgamento do Pai que caiu sobre Cristo enquanto ele carregava sobre si a nossa culpa.

Em todo caso, a escuridão é certamente uma lembrança apropriada de que a cruz era um lugar de julgamento, e naquelas horas terríveis de escuridão, Cristo estava posicionado em nosso lugar enquanto a ira de Deus estava sendo derramada sobre ele pelas nossas transgressões. E pode ser por isso que as narrativas bíblicas ligam a culminação da escuridão com o clamor de Cristo para o Pai. “Por volta da hora nona, clamou Jesus em alta voz, dizendo: Eli, Eli, lamá sabactâni? O que quer dizer: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? E alguns dos que ali estavam, ouvindo isto, diziam: Ele chama por Elias” (vs. 46,47).

Eli é o hebraico para Deus. (Marcos usa o cognato aramaico, *Eloi*.) *Lama sabachthani* é aramaico e quer dizer, “por

que me desamparaste?” Considerando que o aramaico era o idioma comum da região, parece improvável que todos os espectadores da cruz verdadeiramente fossem ignorantes sobre o significado das suas palavras. Assim, a observação deles (“Ele chama por Elias!) era uma distorção deliberada das suas palavras — uma outra zombaria cruel e sádica de Cristo.

O comportamento deles deixa clara a sua intenção zombeteira. “E, logo, um deles correu a buscar uma esponja e, tendo-a embebido de vinagre e colocado na ponta de um caniço, deu-lhe a beber. Os outros, porém, diziam: Deixa, vejamos se Elias vem salvá-lo” (vs. 48,49). Aquele que correu para buscar o vinagre obviamente fez isso para obter um efeito melodramático, para completar o escárnio dele, fingindo ser generoso e compassivo com Jesus, mas na verdade apenas buscando outros meios para zombar dele. O vinagre teria sido um refresco frustrante para alguém em tal estado de desidratação — embora tivesse ajudado alguns.

Na realidade, logo depois disso, quando Cristo de fato proferiu as palavras, “Tenho sede” (Jo 19.28), vinagre foi tudo o que lhe foi oferecido. Nessa hora o vinagre devia estar à mão (v. 29), por causa do insulto diabólico dessa pessoa. Mas a essa altura, outros espectadores proibiram o traquinas de dar a Cristo até mesmo falsa ajuda, dizendo, “Deixa, vejamos se Elias vem salvá-lo”. Apesar da sinistra escuridão, eles estavam se divertindo com os sofrimentos de Cristo, e não queriam que ninguém lhe oferecesse alívio — mesmo que a ajuda fosse somente um insulto diabólico.

Mateus indica que o escarnecimento durou até o fim de tudo. Foi em algum ponto no meio dessa zombaria contínua que Cristo disse, “tenho sede”, tendo lhe sido oferecido uma esponja embebida de vinagre. Logo depois, “Jesus, clamando outra vez com grande voz” — dizendo “Telelestai!” então de modo audível se entregando a Deus — ele “entregou o espírito” (Mt 27.50).

O VÉU RASGADO

No momento da morte de Cristo, aconteceu uma série de milagres notáveis. Mateus escreve, “Eis que o véu do santuário se rasgou em duas partes de alto a baixo” (v. 51).

O véu era uma cortina pesada que bloqueava a entrada para o Santo dos Santos no templo de Jerusalém, o lugar onde era mantida a Arca da Aliança, que simbolizava a presença sagrada de Deus. Josefo descreveu o véu como decorado com ornamentos, feito de um tecido azul.

Somente uma pessoa poderia atravessar o véu, e esta era o sumo sacerdote. Ele entrava no Santo dos Santos apenas uma vez por ano, no Dia da Expição, com o sangue de um sacrifício. O véu era de importância simbólica vital, “querendo com isto dar a entender o Espírito Santo que ainda o caminho do Santo Lugar não se manifestou” (Hb 9.8). Em outras palavras, era uma lembrança constante de que o pecado tinha tornado a humanidade imprópria para a presença de Deus. O fato de que a oferta para o pecado acontecia anualmente — e outros sacrifícios incontáveis repetiam-se diariamente — mostrava que o pecado verdadeira e permanentemente não podia ser expiado ou apagado por meio de sacrifícios de animais. “Porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados” (Hb 10.4).

“Quando, porém, veio Cristo como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, quer dizer, não desta criação, não por meio de sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue, entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção” (Hb 9.11,12). A cortina se rasgando dramaticamente no momento da morte de Jesus simbolizou que o sacrifício dele era uma expiação suficiente para pecados eternamente, e o caminho para o Santo dos Santos estava agora aberto. Na verdade, todo o sistema levítico de sacrifício de animais rituais — até o próprio sacerdócio — foram aniquilados

no momento da sua morte. Os resgatados agora tinham acesso livre e direto ao trono da graça sem a necessidade de sacerdote ou ritual (cf. Hb 4.16).

O fato de a cortina ter-se rasgado de alto a baixo significa que o próprio Deus havia removido a barreira. Ele estava em efeito declarando, “Meu Filho removeu este véu e eliminou a necessidade dele, por intermédio de um sacrifício simples, perfeito, de uma vez por todas, que limpa os resgatados dos pecados deles para sempre. O caminho para minha presença santa está agora aberto a todo crente e o acesso é grátis e está desobstruído”.

No momento em que aconteceu o rompimento do véu, o templo estava cheio de adoradores que estavam lá para a matança dos seus cordeiros da Páscoa. Pelo desígnio de Deus, foi na mesma hora que aqueles milhares de cordeiros estavam sendo mortos que o verdadeiro Cordeiro da Páscoa morreu. Ele era o Cordeiro real que todos os outros apenas simbolizavam. Na verdade, ele cumpriu perfeitamente *todo* o simbolismo da adoração no templo. A partir desse dia, todas as cerimônias do templo perderam o significado, porque aquilo que tinham a intenção de pressagiar finalmente havia se realizado. Dentro de quarenta anos, o próprio templo seria completamente destruído quando Tito saquearia Jerusalém. Mas o verdadeiro fim do sistema sacrificial do Antigo Testamento não aconteceu com a destruição do templo em 70 d.C. Terminou aqui, no momento da morte de Jesus, quando Deus soberanamente declarou a morte de Cristo como um sacrifício suficiente pelo pecado para todo o sempre, dividindo sobrenaturalmente o véu do templo de alto a baixo e abrindo o caminho para a sua presença.

O TREMOR DA TERRA

Aconteceu também outro milagre no momento exato da morte de Cristo. “Tremeu a terra, fenderam-se as rochas” (Mt

27.51). Um terremoto poderoso o bastante para dividir rochas seria um tremor importante (A multidão no templo provavelmente assumiu que o terremoto fez com que o véu se rasgasse.). Um tremor tão poderoso seria uma experiência amedrontadora para todo mundo na região da Judéia. Embora terremotos fossem um fenômeno bastante comum, um terremoto com força suficiente para dividir rochas teria parado imediatamente a cidade inteira de Jerusalém por vários minutos.

Nas Escrituras, os terremotos são freqüentemente usados — como a escuridão — para mostrar, de maneira prática, o julgamento divino. Em particular, os terremotos significam a ira de Deus. Quando Moisés se encontrou com Deus no Sinai para receber as tábuas da lei, “todo o monte tremia grandemente” (Êx 19.18). Davi escreveu, “Então, a terra se abalou e tremeu, vacilaram também os fundamentos dos montes e se estremeceram, porque ele se indignou” (Sl 18.7). “Tremeu a terra; também os céus gotejaram à presença de Deus; o próprio Sinai se abalou na presença de Deus, do Deus de Israel” (Sl 68.8). O profeta que Naum escreveu,

O SENHOR é tardio em irar-se, mas grande em poder
e jamais inocenta o culpado;
o SENHOR tem o seu caminho
na tormenta e na tempestade,
e as nuvens são o pó dos seus pés.
Ele repreende o mar, e o faz secar,
e minguam todos os rios;
desfalecem Basã e o Carmelo,
e a flor do Líbano se murcha.
Os montes tremem perante ele,
e os outeiros se derretem;
e a terra se levanta diante dele,
sim, o mundo e todos os que nele habitam
(NA 1.3-5).

O livro de Apocalipse indica que o julgamento final da terra começará com um terremoto global mais poderoso que qualquer já visto (ver Hb 12.26,27; Ap 6.14,15).

Assim, está claro que um terremoto sobrenatural como esse aqui somente poderia significar a ira de Deus. Na cruz, a ira de Deus contra o pecado foi derramada sobre seu próprio Filho. O terremoto, que aconteceu no momento culminante da obra expiatória de Cristo, foi um tipo de nota da pontuação divina, talvez significando a cólera de Deus pelo fato de o pecado ter custado tanto ao seu Filho.

OS MORTOS RESSUSCITADOS

No mesmo momento em que Cristo morreu, ainda mais outro milagre aconteceu. “Abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram; e, saindo dos sepulcros depois da ressurreição de Jesus, entraram na cidade santa e apareceram a muitos” (Mt 27.52,53).

Até o dia de hoje, muitos túmulos em Jerusalém e em seus arredores são sepulcros de pedra oca, posicionados no nível do chão ou pouco acima. O terremoto era evidentemente poderoso o bastante para dividir sepulcros como esses. Isso não era milagre; poderia ter acontecido em qualquer terremoto. O grande milagre é que aqueles que emergiram dos sepulcros quebrados foram ressuscitados da morte.

De todos os escritores do Evangelho, somente Mateus menciona esse acontecimento. Alguns citaram isso como uma razão para desqualificar a veracidade de Mateus, sugerindo que se um acontecimento desse tipo acontecesse, teria sido certamente notável o bastante para chamar a atenção de toda a Jerusalém. Mas não há nenhuma razão para se pensar que esse milagre foi projetado para atrair a atenção das pessoas. Parece ter sido um milagre notavelmente silencioso, apesar de sua natureza espetacular.

Embora “muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram”, não foram todos. Estes eram os representantes seletos da multidão de santos sepultados dentro e ao redor de Jerusalém. O número ressuscitado não é especificado, mas o termo “muitos” nesse caso poderia referir-se a uma quantia de até uma dúzia — ou até menos. (Isso ainda seria “muitos”, dado o fato de que o que Mateus está descrevendo são pessoas que foram libertadas dos sarcófagos de pedra e se tornaram vivas!) Ainda assim, apesar da natureza espetacular do próprio milagre, esse parece ter sido um acontecimento de importância menor.

Reparem, na realidade, que aqueles que ressuscitaram não apareceram em Jerusalém até depois da ressurreição de Jesus. (A fraseologia e a pontuação correta do versículo são provavelmente mais bem refletidas na tradução da NVI: “e, saindo dos sepulcros, depois da ressurreição de Jesus, entraram na cidade santa e apareceram a muitos”.) Onde esses santos ressuscitados ficaram durante o tempo em que eles foram libertados da sepultura e antes de aparecerem em Jerusalém não é especificado. Mas o fato de que eles esperaram até depois da ressurreição de Cristo para aparecer a qualquer um nos lembra que ele é “as primícias” daqueles ressuscitados da morte (1Co 15.20).

Esses santos ressuscitados provavelmente levantaram-se da morte em corpos glorificados já próprios para o céu (em vez de terem sido restaurados à vida em corpos mortais não glorificados, como foi o caso de Lázaro). Eles “apareceram a muitos” (Mt 27.53). Novamente, a *quantidade* não é especificada, mas evidentemente havia muitas testemunhas oculares para comprovar o milagre. Quando Mateus escreveu seu evangelho, algumas das testemunhas oculares ainda estariam vivas. Mateus não diz o que aconteceu aos santos ressuscitados, mas eles indubitavelmente ascenderam para a glória não muito tempo depois da ressurreição de Jesus.

O aparecimento deles provou que Cristo tinha conquistado a morte, não somente para ele, mas para todos os santos. Um

dia “*todos* os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão” (Jo 5.28,29, ênfase acrescentada). Esse acontecimento milagroso prefigurou essa grande ressurreição final.

O CENTURIÃO SALVO

Mas talvez o milagre mais importante que aconteceu no momento da morte de Jesus tenha sido a conversão do centurião encarregado de supervisionar a crucificação. À medida que a obra reconciliadora de Cristo ia chegando ao seu término, seu poder salvador dramático já estava funcionando na vida daqueles que estavam fisicamente mais próximos a ele. Mateus 27.54 diz, “O centurião e os que com ele guardavam a Jesus, vendo o terremoto e tudo o que se passava, ficaram possuídos de grande temor e disseram: Verdadeiramente este era Filho de Deus”.

Um centurião romano era o chefe de uma divisão de cem homens (ou uma “centúria”) — o bloco básico de formação de uma legião romana. Havia cerca de 25 legiões em todo o exército romano pelo mundo. Cada legião era constituída de seis mil homens, divididos em dez coortes de seiscentos homens cada. Cada coorte tinha três manípulos, e cada manípulo era dividido em duas centúrias. Cada centúria era comandada por um centurião. Os centuriões eram geralmente oficiais de carreira, homens de guerra endurecidos.

Como esse oficial particular estava com aqueles que vigiavam Jesus, parece que ele é o mesmo que tinha sido encarregado de supervisionar e executar a crucificação de Cristo — e provavelmente a crucificação dos dois ladrões também. Ele e seus homens foram testemunhas oculares de tudo o que tinha acontecido desde que Jesus fora levado ao pretório. Eles pessoalmente o tinham mantido sob guarda desse momento em diante. (É até possível que o centurião e alguns dos homens com ele também fossem os mesmos soldados que tinham prendido Jesus na noite anterior. Nesse caso, eles foram

testemunhas oculares desde o começo de toda a provação.) Eles tinham visto como Jesus havia permanecido em silêncio enquanto os seus inimigos lançavam acusações contra ele. Estes mesmos soldados o tinham amarrado a um poste para o açoitar, e assistiram enquanto ele sofria aqueles golpes horrorosos com graça serena e majestade. Eles mesmos tinham escarnecido impiedosamente dele, vestindo-o com a túnica gasta de um soldado, fingindo que era uma veste real. Eles tinham ferido a sua cabeça com uma cana que eles tinham dado a ele como um falso cetro. Estes mesmos soldados também tinham feito uma coroa de espinhos selvagens e a tinham enterrado na cabeça dele. Eles cuspiram nele, escarneceram dele e o maltrataram de todas as maneiras possíveis – e o tinham visto suportar todas essas torturas sem amaldiçoar ou ameaçar quaisquer dos seus atormentadores.

Com toda a probabilidade, os soldados ouviram com seus próprios ouvidos quando Pilatos repetidamente declarou a inocência de Jesus. Sabiam muito bem que ele não era culpado de nenhum crime que o tornasse uma ameaça para os interesses de Roma. Eles deveriam ter ficado totalmente pasmos desde o início sobre quão diferente ele era do criminoso típico que era crucificado. No princípio, eles provavelmente estavam inclinados a defini-lo como um louco. Mas a essa altura eles podiam ver que ele não era insano. Ele não cabia em nenhuma categoria que eles alguma vez tinham visto nas centenas de crucificações que provavelmente tinham supervisionado.

Até agora, a singularidade de Cristo não tinha causado nenhum impacto aparente nesses soldados. Eles eram homens endurecidos, e a passividade de Jesus não fez nenhuma diferença na maneira como o tratavam. A inocência óbvia dele não havia conquistado a piedade deles. Não mostraram nenhuma misericórdia para com ele. Eram soldados profissionais, treinados para seguir ordens. E assim haviam pregado as mãos e pés de Jesus na cruz. Eles tinham erguido a cruz verticalmente e a tinham colocado no buraco cavado para

ela. Tinham lançado sorte pelos artigos do vestuário de Jesus. E depois tinham se sentado para vê-lo morrer.

Mas a morte de Cristo foi diferente de qualquer crucificação que eles já haviam testemunhado. Eles o ouviram orar pelos seus assassinos. Eles viram o modo nobre no qual ele sofreu. Eles ouviram quando ele clamou ao seu Pai. Eles experimentaram três horas inteiras de escuridão sobrenatural. E quando aquela escuridão foi seguida por um terremoto no mesmo momento da morte de Cristo, os soldados já não puderam ignorar o fato de que Cristo realmente era o Filho de Deus.

Marcos sugere que havia algo no clamor de Jesus que tocou o centurião como sobrenatural — talvez o volume poderoso do seu grito, vindo de alguém numa condição tão enfraquecida. Marcos escreve, “O centurião que estava em frente dele, vendo que assim expirara, disse: Verdadeiramente, este homem era o Filho de Deus” (Mc 15.39).

Mateus indica que também foi o terremoto, que aconteceu no exato momento do clamor final de Jesus que finalmente convenceu o centurião e seus soldados de que Jesus era o Filho de Deus. “Vendo [eles] o terremoto e tudo o que se passava, ficaram possuídos de grande temor” (Mt 27.54).

Observe que Mateus indica que todos os soldados tiveram a mesma reação. Quando o terremoto aconteceu, eles “ficaram possuídos de grande temor” — empregando uma combinação grega de palavras que fala de extremo alarme. É exatamente a mesma expressão que Mateus utilizou para relatar como os três discípulos reagiram no Monte da Transfiguração quando a glória de Cristo foi desvelada (17.6). Esse tipo de medo foi uma reação típica das pessoas que de repente perceberam a verdade sobre quem Jesus é (cf. Mc 4.41; 5.33).

Quando os soldados ao redor da cruz ouviram a exclamação de Jesus, viram-no morrer, e então imediatamente sentiram o terremoto, de repente ficou muito claro a eles que eles tinham crucificado o Filho de Deus. Eles foram tomados

pelo terror. Não era apenas do terremoto que eles tinham medo. Antes, eles ficaram apavorados pela percepção súbita de que Jesus era inocente — e não *apenas* inocente, mas que ele também era precisamente quem ele alegava ser. Eles tinham matado o Filho de Deus. O centurião se lembrou da acusação do Sinédrio (“A si mesmo se fez Filho de Deus” — Jo 19.7), e tendo testemunhado a morte de Jesus desde o princípio até o fim, ele apresentou o seu próprio veredicto sobre o assunto: “Verdadeiramente este homem era o Filho de Deus”.

As palavras eram evidentemente uma verdadeira expressão de fé. Lucas diz, *“deu glória a Deus*, dizendo: Verdadeiramente, este homem era justo” (Lc 23.47, ênfase acrescentada). Assim, o centurião e os soldados com ele foram evidentemente os primeiríssimos convertidos a Cristo depois da sua crucificação, chegando à fé precisamente no momento em que ele expirou.

O DRAMA TERMINOU

João registra que, à medida que a hora avançava, o Sinédrio quis tirar os corpos das cruzes, para que eles não permanecessem lá durante noite e corrompessem o sábado. “Então, os judeus, para que no sábado não ficassem os corpos na cruz, visto como era a preparação, pois era grande o dia daquele sábado, rogaram a Pilatos que se lhes quebrassem as pernas, e fossem tirados” (Jo 19.31).

O sábado era um “grande dia” porque era o dia seguinte à Páscoa, e então esse sábado em particular pertencia à Festa dos Pães Asmos. A reverência pretensiosa do Sinédrio em relação à santidade do grande dia de sábado é irônica levando-se em conta a forma em que eles estavam tratando o próprio Senhor do sábado (cf. Mc 2.28). Mas revela novamente como eles estavam completamente preocupados somente com a aparência e não com a realidade das coisas. A lei do Antigo Testamento (Dt 21.23) estritamente ordenava que o corpo de

qualquer um pendurado numa árvore fosse removido e enterrado longe da vista, e não deixado pendurado a noite toda. É quase certo que a maioria das vítimas de crucificação romana era, no entanto, deixada pendurada na cruz por dias a fio. Mas esse sendo o sábado da Páscoa, era um sábado sagrado especialmente importante, de modo que o Sinédrio queria que a lei judaica fosse observada. É por isso que eles pediram a Pilatos para não permitir que os corpos permanecessem durante a noite nas cruzes. Eles queriam agora que Jesus morresse para que eles pudessem manter intacta a aparência de santarrões que eles apresentavam, e que morresse depressa.

Quebrar as pernas faria com que a morte acontecesse quase que imediatamente, porque uma vez que as pernas não pudessem mais suportar o peso do corpo, o diafragma seria severamente constringido e o ar não poderia ser expelido. A vítima morreria de asfixia dentro de minutos. A prática cruel também garantia que a vítima morresse com tanta dor quanto possível.

Os soldados de Pilatos foram então ao local de crucificação com o propósito expresso de quebrar as pernas das vítimas. João escreve,

Os soldados foram e quebraram as pernas ao primeiro e ao outro que com ele tinham sido crucificados; chegando-se, porém, a Jesus, como vissem que já estava morto, não lhe quebraram as pernas. Mas um dos soldados lhe abriu o lado com uma lança, e logo saiu sangue e água. Aquele que isto viu testificou, sendo verdadeiro o seu testemunho; e ele sabe que diz a verdade, para que também vós creiais. E isto aconteceu para se cumprir a Escritura: Nenhum dos seus ossos será quebrado” (19.32-36).

As pernas de ambos os criminosos foram quebradas. Em poucos minutos, o ladrão perdoado estava no Paraíso com o Senhor, que o havia precedido na glória.

Mas os soldados, encontrando Jesus já morto, decidiram não lhe quebrar os ossos. Em vez disso, eles perfuraram o lado dele com uma lança, para comprovar se ele estava morto. O sangue e a água que fluíram certificaram que ele estava. O fluído aguido provavelmente era soro em excesso que tinha sido coletado no pericárdio (a membrana que encobre o coração). O sangue indicava que a lança havia perfurado o coração ou a aorta como também o pericárdio. O fato de que o sangue e a água saíram separadamente da mesma ferida parece indicar que a morte tinha acontecido em algum momento antes que a ferida fosse infligida, de forma que o sangue de Cristo — mesmo na área do coração — já havia iniciado o processo de coagulação.

Marcos 15.43,44 diz que depois da morte de Jesus, José de Arimatéia veio pedir para Pilatos o corpo de Jesus, e “Pilatos admirou-se de que ele já tivesse morrido. E, tendo chamado o centurião, perguntou-lhe se havia muito que morrera”. O tempo relativamente curto que Jesus levou para morrer surpreendeu a todos aqueles que estavam familiarizados com a morte pela crucificação. Ele morreu várias horas antes do esperado que uma vítima típica de crucificação morresse (Lembre-se de que a crucificação era projetada para maximizar a dor da vítima enquanto prolongava o processo da morte.).

Mas Cristo morreu tão depressa para comprovar o que ele tinha dito uma vez para os líderes judeus: “Por isso, o Pai me ama, porque dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para reavê-la. Este mandato recebi de meu Pai” (Jo 10.17,18). Ele era soberano, até mesmo sobre o momento da sua própria morte.

Até mesmo o fracasso dos soldados em quebrar as pernas dele era um cumprimento adicional de profecia do Antigo Testamento. “Preserva-lhe todos os ossos, nem um deles sequer será quebrado” (Sl 34.20). E assim, desde o princípio até o fim da crucificação, Cristo tinha permanecido soberanamente no controle. A vontade do Pai tinha sido cumprida em todos os

detalhes, e muitas profecias do Antigo Testamento haviam sido cumpridas especificamente.

Cristo estava morto, mas a morte não o havia conquistado. No primeiro dia da semana, ele romperia da sepultura triunfalmente e apareceria vivo para centenas de testemunhas oculares (1Co 15.5-8). Ele não apenas fez expiação pelo pecado, mas, nesse processo, demonstrou o seu domínio sobre a morte.

A ressurreição de Cristo foi um selo divino de aprovação na reconciliação que ele havia efetuado com a sua morte. Paulo escreveu que Jesus foi “designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos” (Rm 1.4). A ressurreição deu então prova imediata, dramática e tangível da eficácia da morte expiatória de Cristo. O contrário é verdade também: é a cruz, e o que o Jesus realizou lá, que dá à ressurreição seu significado.

Um relato completo de todos os acontecimentos e das testemunhas oculares que falam sobre a ressurreição de Cristo precisaria de um outro volume inteiro, de modo que não é possível examinar as narrativas bíblicas da ressurreição aqui (Talvez um dia, se o Senhor permitir, eu terei a oportunidade de publicar um livro sobre isso). Mas vale notar que a ressurreição é um dos fatos mais cuidadosamente estudados e mais bem comprovados. Os inimigos do evangelho desde os dias dos apóstolos até agora tentaram desesperadamente impugnar o testemunho ocular da ressurreição de Jesus. Eles não conseguiram fazer isso, e jamais conseguirão.

Ainda, é vital ver que a pregação da igreja primitiva se concentrou tanto na *morte* de Cristo como na sua *ressurreição*. Paulo escreveu, “nós pregamos a Cristo crucificado” (1Co 1.23); “Porque decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado” (2.2); e, “Mas longe esteja de mim gloriar-me, senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo” (Gl 6.14).

Por que Paulo colocou tanta ênfase na morte de Cristo, em vez de sempre enfatizar o triunfo da Ressurreição acima até mesmo de sua morte? Porque, novamente, sem o trabalho

reconciliador que Cristo fez na cruz, a sua ressurreição seria somente uma maravilha para ser admirada. Mas não teria nenhum significado pessoal para nós. Porém, “se já morremos com Cristo”, — isto é, se ele morreu em nosso lugar — então “cremos que também com ele viveremos” (Rm 6.8). Por causa da morte que ele sofreu, carregando a penalidade do pecado em nosso lugar, nós nos tornamos participantes também com ele na sua ressurreição. É disso que praticamente trata Romanos 6.

Então nunca ignore o significado da morte de Cristo quando celebrar a ressurreição. É a cruz que dá significado à vida de ressurreição. Somente à medida que estamos unidos com ele na semelhança da sua morte, é que podemos ter a certeza de que seremos ressuscitados com ele na semelhança da sua ressurreição (cf. Rm 6.5).

É por isso que “Jesus Cristo e ele crucificado” permanece o próprio coração e alma da mensagem do evangelho. E nas palavras do apóstolo Paulo, o desejo mais profundo de todo crente deve ser este: “para o conhecer, e o poder da sua ressurreição, e a comunhão dos seus sofrimentos, conformando-me com ele na sua morte; para, de algum modo, alcançar a ressurreição dentre os mortos” (Fp 3.10,11).

A Morte de Jesus

Não pode haver escândalo maior do que o assassinato premeditado de uma inocente vida humana. Mas o caso de Jesus de Nazaré foi bem mais do que um escândalo. Uma conspiração sem precedentes de injustiça, crueldade e interesse político e religioso condenou um homem inocente ao método de execução mais bárbaro já inventado. Pior ainda, a vítima não era simplesmente um homem. Jesus era Deus em carne. O criador da vida morreu. O próprio pensamento é quase inconcebível. Contudo, misteriosamente, da fonte desse fato histórico repugnante fluem rios incessantes de misericórdia. Aqui se encontraram a graça e a verdade de Deus; a justiça e a paz se beijaram (Sl 85.10).

JOHN MACARTHUR, JR. é pastor-mestre na *Grace Community Church*, em *Sun Valley*, Califórnia. É autor de inúmeros livros, como *Abaixo a Ansiedade*, *Como Educar os seus Filhos segundo a Bíblia*, *Como Obter o Máximo da Palavra de Deus*, *Criação ou Evolução*, *O Caminho da Felicidade*, *O Poder da Integridade*, *Sociedade sem Pecado* (desta Editora).



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – Cambuci

01540-040 – São Paulo – SP – Brasil

C. Postal 15.136 – São Paulo – SP – 01599-970

Fone (0**11) 3207-7099 – Fax (0**11) 3209-1255

www.cep.org.br – cep@cep.org.br

Vida cristã/Evangelização